

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**Tese de Livre Docência**

**REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES EM PORTUGAL E BRASIL:  
DIÁLOGOS ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO**

**Prof. Dr. Claudio Marcondes de Castro Filho**

**Ribeirão Preto**

**Mai 2018**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**Tese de Livre Docência**

**REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES EM PORTUGAL E BRASIL:  
DIÁLOGOS ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO**

Tese de Livre Docência apresentado à Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, para concurso público de Livre docência em Biblioteconomia, Ciências da Informação e da Documentação, na Especialidade IX: Políticas Públicas e Formação Profissional da Informação, junto ao Departamento de Educação, Informação e Comunicação no Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Prof. Dr. Claudio Marcondes de Castro Filho

Ribeirão Preto

Maio 2018

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade de São Paulo e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, em nome do Diretor Prof. Dr. Pietro Ciancaglini, por ter concedido o afastamento com vencimentos para a realização do pós-doutorado na Universidade Aberta de Lisboa. Como também ao Departamento de Educação, Informação e Comunicação, representado pelo Chefe Prof. Dr. Marcelo Pereira de Souza, por permitir realizar a pesquisa no exterior.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, por conceder a oportunidade de uma bolsa de estudos no exterior e de compreender a necessidade de elaborar uma pesquisa de grande porte sobre o tema bibliotecas escolares e políticas públicas do livro, leitura e biblioteca.

À coordenação do curso de Biblioteconomia e Ciências da Informação, por concordar no afastamento, e, em particular, à professora Dra. Marcia Regina da Silva, que me substituiu na disciplina Recursos Informacionais no segundo semestre de 2017, que, além coordenadora do curso, de amiga e comadre, incentivou nessa missão.

À supervisora do pós-doutorado, professora Dra. Gloria Maria Lourenço Bastos, da Universidade Aberta de Lisboa, que me recebeu com entusiasmo e me direcionou nos caminhos das pedras para a elaboração da pesquisa.

Às entrevistadas Manuela Pargana Silva - Coordenadora da Rede de Bibliotecas Escolares, Teresa Calçada – Comissária do Plano Nacional de Leitura e Lisete Sepúlveda – Professora Bibliotecária da Escola Secundária Marquês de Pombal.

Ao amigo e professor Dr. Carlos Adriano Jeronimo de Rosa, por revisar os textos e acompanhar em alguns momentos a minha estadia em Lisboa.

À minha família, em especial a minha irmã Cleide, por fazer parte dessa incursão na pesquisa e na administração da minha casa em Ribeirão Preto.

Às meninas Cintia e Sumeire do laboratório NEPPI e CRIPE, por estarem a postos no suporte nas pesquisas bibliográficas e correção de referências, e por terem assessorado como sempre a publicação “Biblioteca Escolar em Revista” de que sou editor.

Aos meus orientandos, por fazerem parte desse núcleo como pesquisadores, e a não atenção de imediato por razões de distância. Alex, Aline, Ana, Camila, Everton, Sirlaine e as recém chegadas Leda e Miriam. Aos alunos do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação que sentiram a minha ausência em sala de aula.

Ao pessoal administrativo do Departamento de Educação, Informação e Comunicação, à secretária Sueli Perez Cortellini.

E, por fim, aos professores do Departamento de Educação, Informação e Comunicação, e em especial aos professores do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

## RESUMO

Projeto desenvolvido nos campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Pretende verificar as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca existentes em Portugal, estudando o conceito do Programa de Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal (PRBE), seu modelo, suas características, sua estrutura organizacional, seu funcionamento, seu contexto de atuação e o uso do projeto político pedagógico como recurso educacional. A partir de um método dedutivo, a pesquisa – de caráter exploratório, descritivo, qualitativo e de análise documental – permite identificar as particularidades, oportunidades e dificuldades de inserção do bibliotecário nas redes de biblioteca escolar no Brasil e as singularidades dos profissionais portugueses. A pesquisa busca ainda apresentar convergências e divergências entre as políticas públicas culturais e educacionais do Brasil e de Portugal, discutindo hipóteses sobre uma possível aplicação e implantação de um padrão a partir da experiência do PRBE em redes de bibliotecas escolares brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biblioteca Escolar. Brasil. Educação. Políticas Públicas de Leitura, Livro e Biblioteca. Portugal. Rede de Bibliotecas.

## ABSTRACT

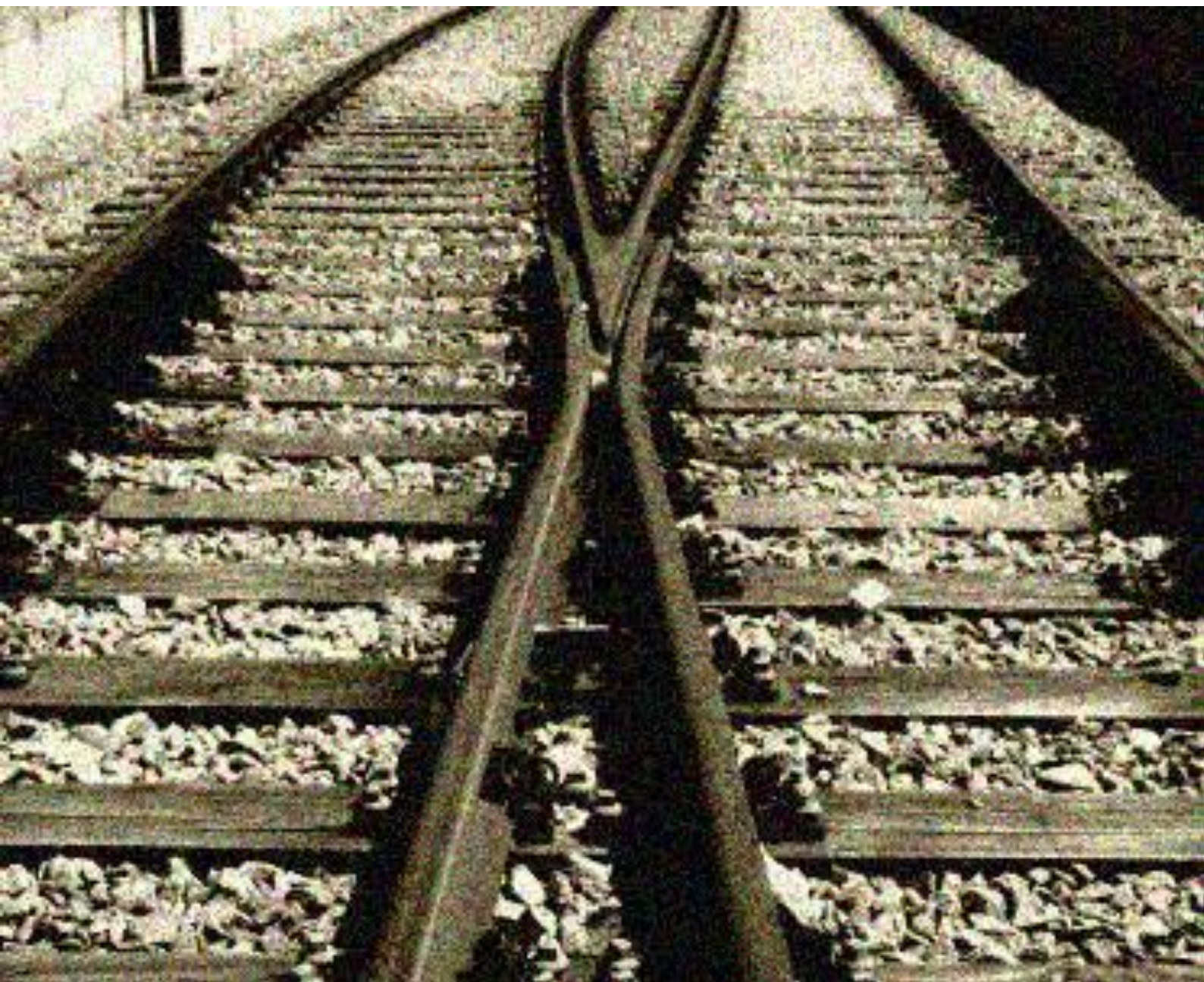
Project for developed in the fields of Librarianship and Information Science. It intends to verify the public policies for book, reading and library which exist in Portugal, studying the concept of the School Libraries Network Program (PRBE) of Portugal, its model, its characteristics, its organizational structure, its operation, its context of action and the use of the pedagogical political project as an educational resource. Based on a deductive method, the research – of exploratory, descriptive and qualitative approach and of documentary analysis – allows to identify the particularities, opportunities and difficulties of insertion of the librarian in the school library networks in Brazil and the singularities of the Portuguese professionals. The research also seeks to present convergences and divergences between the cultural and educational public policies of Brazil and of Portugal, discussing hypotheses about a possible application and implantation of a pattern from the PRBE's experience into the Brazilian school libraries networks.

**KEYWORDS:** School Library. Brazil. Education. Public Policies of Reading, Book and Library. Portugal. Library Network.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 BIBLIOTECA ESCOLAR</b>	<b>18</b>
<b>3 REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES</b>	<b>34</b>
<b>3.1 REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES EM PORTUGAL</b>	<b>43</b>
<b>3.2 REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES NO BRASIL</b>	<b>56</b>
<b>3.3 AS COMPETÊNCIAS, OS PERFIS E OS ASPECTOS SOCIAIS DO BIBLIOTECÁRIO NA EDUCAÇÃO</b>	<b>86</b>
<b>4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS</b>	<b>98</b>
<b>4.1 PLANO NACIONAL DE LEITURA EM PORTUGAL</b>	<b>109</b>
<b>4.1.1 Plano Nacional de Leitura de Portugal e a Biblioteca Escolar</b>	<b>122</b>
<b>4.2 PLANO NACIONAL DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA NO BRASIL</b>	<b>131</b>
<b>4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS PLANOS</b>	<b>145</b>
<b>5 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS</b>	<b>159</b>
<b>6 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA</b>	<b>177</b>
<b>6.1 CONSIDERAÇÕES E ANÁLISE SOBRE O USO DO QUESTIONÁRIO NA PESQUISA</b>	<b>178</b>
<b>6.2 CONSIDERAÇÕES E ANÁLISE SOBRE O USO DAS ENTREVISTAS NA PESQUISA</b>	<b>189</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>220</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>232</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>253</b>





# INTRODUÇÃO



## 1 INTRODUÇÃO

Quando trazemos considerações sobre a existência de bibliotecas no território brasileiro, deparamo-nos com reflexões de cunho cultural e socioeducacional que se movem essencialmente no campo da responsabilidade do Estado para com as iniciativas de políticas públicas contínuas em torno da Educação e da Cultura do país. Os órgãos governamentais incumbidos da política bibliotecária do país, assim como as escolas de biblioteconomia e as associações de bibliotecários, têm grande peso nesse processo de desenvolvimento que é marcado, em seu início, com a conscientização por parte das autoridades. Essas unidades informacionais representam uma condição indispensável à formação educativa e cultural, assim como representam instrumentos que auxiliam no aperfeiçoamento da qualidade de vida e da tomada de decisões em todas as esferas existentes (SUAIDEN, 1995).

Nas instituições escolares da rede pública de ensino, com suas respectivas unidades bibliotecárias, é comum notarmos uma baixa dinamização dessas, o que prejudica a experiência individual e coletiva dos alunos no processo de aprendizagem nos âmbitos cultural, educacional, social, político e humano.

No âmbito dessa multiplicidade de ambientes de atuação, esta pesquisa tem como foco o estudo de redes de bibliotecas escolares, especificamente as redes de Portugal, intrinsecamente investigando o Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal - PRBE, estudando sua genealogia, modelo de implantação, características, estrutura organizacional, funcionamento, contexto de atuação, consonância com o projeto político pedagógico, assim explorando, fundamentalmente, as políticas públicas que o sustentam. Essa perspectiva dialógica permitirá um cotejo reflexivo importante que contribuirá para repensarmos as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca no Brasil.

Refletindo sobre as atividades das bibliotecas escolares e a Lei 12.244 de 2010, procuramos, ao longo de nosso trabalho docente, cultivar olhares de interface nesses campos de saber. Desta prática de docência e pesquisa nasceu o desejo de tratar a questão da biblioteca escolar e as suas necessidades como redes. Pensando em sinalizar algumas respostas, esta pesquisa tem como um

de seus objetivos fortalecer as redes de bibliotecas escolares no Brasil, por meio do contraponto com o PRBE de Portugal. Eis, portanto, uma questão atual e relevante: como as redes de bibliotecas escolares e o profissional bibliotecário, no Brasil e em Portugal, relacionam-se com o seu campo de atuação?

Nesse sentido, a convivência com os pesquisadores portugueses e a experiência vivenciada nessas instituições – permitidas por esta Bolsa de Pesquisa no Exterior FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – proporcionaram uma contribuição para as redes de bibliotecas escolares no Brasil, para a atuação de bibliotecários nestas redes e, ainda, para o aprimoramento dos trabalhos de nosso Grupo de Pesquisa Práticas e Reflexões sobre Biblioteca Escolar Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Dentro da conjuntura da Biblioteca Escolar, constatamos diversos aspectos ligados aos vários ângulos de uma típica instituição ligada ao poder público e as defasagens ocorridas no campo da fomentação de projetos educacionais e culturais que, a priori, se moveriam em prol de uma determinada coletividade e comunidade. Tais defasagens atrasam, inclusive, os avanços do capital intelectual, além do desenvolvimento social.

Para Milanese (1985), é visível que há uma ausência de bibliotecas em inúmeros municípios brasileiros, considerando a causa de certo modo latente, principalmente se tal questionamento for feito a partir de discussões pontuais em relação à infraestrutura, ao acervo, aos profissionais, à acessibilidade e à exposição de obras que compõem a coleção.

Considerar-se-á que a elaboração das diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar (IFLA, 2005) possa vir a se tornar um veículo informativo àqueles que atuam na gestão decisória em seus níveis nacional e local de modo de abrir caminho ao apoio e condução à comunidade das bibliotecas escolares. O Manifesto preconiza a tomada da atenção dos dirigentes governamentais para as seguintes subdivisões: a) Missão e política; b) Recursos; c) Pessoal; d) Programas e atividades; e) Promoção da biblioteca e aprendizagem.

Dando corpo e contextualização a cada um dos tópicos elencados acima, prosseguimos com considerações sobre “Missão e política” que rodeiam as bibliotecas escolares. Consideramos “a biblioteca escolar no ensino-aprendizagem para todos” (IFLA, 2005, p. 3), elevando-a ao seu nível maior,

pois, metaforicamente, ela é o pulmão da escola, oxigenando e renovando o conhecimento que circula nas salas de aula, na administração e no contorno da escola (SILVA, 2010).

Por “Recursos”, passamos ao entendimento de que “as bibliotecas escolares devem possuir meios adequados para assegurar a existência de pessoal com formação, materiais, tecnologias e equipamentos e ser de utilização gratuita” (IFLA, 2005, p. 6).

Nesse mérito, destacamos **“a existência de pessoal com formação”** (IFLA, 2005, p. 6, grifo nosso), outro item importante que tem relação com esse profissional mediador que atua nesses espaços de informação. Questões que vêm atreladas a esse questionamento são: qual o perfil do profissional que está à frente dessas bibliotecas? Em que medida podemos considerá-los aptos uma vez que se demanda ampla mediação da informação e do conhecimento com habilidades técnicas e intelectuais?

Por esse meio, pensando no item 4.2 do Manifesto, que trata da “Cooperação e Partilha de Recursos”, desenvolvemos a ideia que nos faz trazer à discussão o conceito de formação de uma rede bibliotecária a ser empregada como uma proposta para a maximização do poder que é intrínseco à existência de bibliotecas escolares – em relação a exploração de potencialidades no processo de formação de novos leitores.

Nesse aspecto, ao delinear o que se refere à constituição de uma rede, é importante que, durante esse trajeto conceitual e explanatório, busque por meio de uma perspectiva colaborativa, de uma série de pessoas e entidades, o real sentido do termo que, por meio dessas assertivas, pretende-se empregar. Entretanto, na conjunção a que se discorre sobre o conceito de formação de rede é aquele que busca estabelecer um sistema cooperativo em uma organização (CAMACHO ESPINOSA; ORTIZ-REPISO, 2004).

Corroborando com definições acerca de entendimento de redes de bibliotecas, essa rede é “uma organização [...] formada por um conjunto de bibliotecas conectadas que se comprometem formalmente na consecução de objetivos comuns” (VARELA OROL; GARCÍA MOLERO; GONZÁLEZ GUITIAN, 1988, p. 218, tradução nossa). Logo, considerar-se-á que esses objetivos são os existentes em relação ao alcance da formação de novos leitores, frutos desse projeto que pretende surgir do núcleo da rede nacional brasileira, como um fio

condutor ao caminho de uma transformação nos aspectos do desenvolvimento da cidadania, cultura e educação.

Pensar a rede de bibliotecas como parte integrante do sistema nacional de ensino no Brasil é tê-la como importante parceira na estratégia de melhoria da educação e combate aos aspectos que envolvam o insucesso escolar (PORTUGAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, 2013).

Pesquisas brasileiras como as de Nascimento e Castro Filho (2007) e de Garcez (2007) apontam a falta de bibliotecários nas bibliotecas escolares públicas brasileiras; Limas (2015) retrata em sua dissertação as “redes de bibliotecas escolares no Brasil” especificamente com amostra das redes de Belo Horizonte – MG; Vitória – ES e São Carlos – SP, no sentido de caracterizar a estrutura e funcionamento dessas redes.

Outra pesquisa de destaque é a de Varela Orol, Garcia Melero e Gonzales Guitian (1988), que apresentam o conceito de redes de bibliotecas e elementos para a formação das redes de bibliotecas, que utilizaremos como um dos documentos de base para diagnosticar e avaliar o PRBE em Portugal e as possíveis redes no Brasil.

Outra pesquisa é a de Krzyzanowski (2007), que trata da cooperação e compartilhamento em sistemas de biblioteca no Brasil de 1970 a 2005; Moro et al. (2011) apresenta a rede municipal de bibliotecas escolares de Porto Alegre, destacando a sua infraestrutura, recursos humanos e os projetos pedagógicos; Padorno (2009) destaca a rede de bibliotecas escolares em Buenos Aires, como sendo um sistema organizado, que conta com bibliotecários; Lòpez e González (2008) discutem a biblioteca escolar como formação de cidadão e de âmbito educativo, com conceitos e a evolução das bibliotecas escolares na Espanha, para um futuro sistema. Romero (2006) destaca a biblioteca escolar como centro de recursos para o ensino e aprendizagem, sendo denominado nos Estados Unidos e Inglaterra de *Learning Resource Center*.

Ellsworth e Wagener (1970) apresentam a importância das instalações e equipamentos para a biblioteca escolar; Prozano e Prozano (1999) retratam a biblioteca escolar como sendo o desenvolvimento de operações do centro de mídia e Tomaél (2005) apresenta o compartilhamento da informação e a construção do conhecimento nas redes.

Pesquisas portuguesas como as de Bastos e Vasconcelos (2013) e de Santos e Saro (2008) indagam sobre os bibliotecários e as bibliotecas escolares no século XXI.

Com relação às políticas públicas, Cunha e Cunha (2002, p. 12) “entendem como linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em Lei”. Assim, as políticas públicas respondem as demandas sociais, de direito coletivo e não individual. Secchi (2010, p. 2) descreve que política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. E Bergue (2011, p. 508) a entende como um “conjunto coerente de decisões, de opções e de ações que a administração pública leva a efeito, orientada por uma coletividade e balizada pelo interesse público”.

Ferraz (2015) descreveu e analisou as políticas para bibliotecas públicas de Minas Gerais, visando compreender os possíveis avanços e retrocessos destas políticas no período de 1983 a 2012. Pinheiro (2016) destacou o processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca. E Amorim (1996) abordou a cidadania cultural na formulação do Plano Nacional do Livro e Leitura.

Estudos importantes sobre políticas públicas foram realizados por Theodore J. Lowi, que se inicia em 1964 por meio de um artigo, com aperfeiçoamento em diversos trabalhos, que se baseiam no critério “impacto esperado na sociedade” (LOWI, 1964, p. 689). Para ele, existem quatro tipos de políticas públicas: a) “Regulatórias”; b) “Distributivas”; c) “Redistributivas”; d) “Constitutivas” (SECCHI, 2010, p. 25).

Nesse aspecto, pretendemos, mediante esse quadro de tipologia de políticas públicas, buscar a interface com o PRBE de Portugal, na existência de quais políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca podem elevar a qualidade das redes das bibliotecas escolares brasileiras. Rosa e Oddone (2006, p. 192) destaca que “falta vontade política de avançar” nas questões com as políticas públicas culturais, e que desde 2003, a partir da Lei do Livro, “tem sido discutida e avaliada a cadeia produtiva do livro mas precisa ser mais objetiva com ações concretas”. Para tanto, esta nossa pesquisa tem como desígnio aprimorar as nuances das políticas públicas do livro, leitura e biblioteca no Brasil, buscando um referencial europeu.

Para tanto, determinamos como o objeto de estudo desta pesquisa o Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) de Portugal (seus conceitos,



elementos e estruturas) e a possibilidade de apropriação e adaptação deste modelo à situação brasileira, além da questão das políticas públicas do livro, leitura e biblioteca que a rege.

Lançado pelos Ministérios da Educação e da Cultura em 1996, o PRBE tem por meta a instalação e o desenvolvimento de bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, por meio do acesso aos recursos materiais e humanos necessários à leitura, à utilização e à produção da informação em suporte analógico e digital, e da realização de projetos de inovação. Desde o começo, a formação da equipe da biblioteca escolar foi considerada um aspecto importante como princípio estruturador.

A Estratégia Europa<sup>1</sup> fixa objetivos da União Europeia para a educação em 2014-2020. O Programa RBE estabelece um conjunto de padrões para as bibliotecas escolares, que pode vir a se adequar às redes de bibliotecas escolares brasileiras, como: a) Lugares de conhecimento e de inovação; b) Espaços de integração social; c) Locais de formação e de desenvolvimento de leitores; d) Focos difusores do prazer à leitura; e) Área de aprendizagem e ensinos; f) Permanência de núcleos de apoio pedagógico; g) Redes de informação com igualdade de acesso recursos de informação; h) Bibliotecas escolares orientadas para a qualidade e a excelência (PORTUGAL, 2013, p. 10).

No que se refere ao bibliotecário escolar, apontamos como perfil alguns pontos importantes – que serão colocados em contraponto, ao longo de nossa pesquisa, com o perfil do professor bibliotecário no modelo PRBE – como: ser flexível; saber administrar bibliotecas, gerir recursos e serviços de informação; lidar com as ferramentas disponibilizadas pelas TIC; aproximar a comunidade da biblioteca; promover atividades de extensão cultural; despertar o interesse do leitor; assumir postura reflexiva e ativa onde atuam; praticar o aprender a aprender; difundir e popularizar a ciência.

Qualificando especificamente os bibliotecários escolares e suas competências, Perrenoud (2013, p. 142) “assinala que deve saber, individualmente ou em grupo, elaborar e conduzir projetos e desenvolver

---

<sup>1</sup> Comissão Europeia. Comunicação da Comissão: Europa 2020: estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. [Em linha] Bruxelas, 3.3.2010, COM (2010) 2020 final. [Consult. 24-10-2015] Disponível em WWW: <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:pt:PDF>>

estratégias; saber cooperar, participar de um grupo e compartilhar liderança; saber gerir e dirimir conflitos; saber analisar de modo sistemático, as situações e as relações”. Moraes, Valadares e Amorim (2013, p. 55) marcam que ele deve ter “habilidades e competências de forma organizada para lidar com as fontes de informação”. Para Castro Filho, Faria e Santos (2013, p. 24), deve ter competência para utilizar ferramentas aplicativos; aplicar a gestão da informação e tomar decisões; elaborar políticas, normas e procedimentos. Assim, tais competências e habilidades necessárias deveriam estar inseridas de alguma forma nos profissionais bibliotecários das redes de biblioteca escolar portuguesa, algo que pretendemos verificar ao longo da pesquisa.

Para tanto essa pesquisa intitulada Redes de Bibliotecas escolares em Portugal e Brasil: diálogos entre políticas públicas para a educação, tem como **objetivo geral** realizar estudo analítico do Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal (PRBE), e das políticas públicas que o fundamentam, buscando alternativas para a composição de um programa ou uma rede de bibliotecas escolares no Brasil.

Com relação aos **objetivos específicos** da pesquisa são: a) Estudar o conceito de redes do PRBE, seu modelo, seu funcionamento, seu contexto de atuação e o uso do projeto político pedagógico como recurso educacional da rede; b) Diagnosticar as melhorias da rede de bibliotecas escolares em Portugal para a composição de uma rede nacional no Brasil; c) Verificar as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca no que se refere às bibliotecas escolares portuguesas e brasileiras; d) Mapear a atuação do profissional bibliotecário (professor bibliotecário; bibliotecário educador) na rede de bibliotecas escolares em Portugal e propor elementos norteadores para a atuação deste tipo de profissional no Brasil; e) Estabelecer as convergências existentes entre o programa de rede de bibliotecas escolares de Portugal e as políticas públicas; f) Avaliar a análise crítica da experiência portuguesa por meio da descrição e função do Programa de rede de bibliotecas escolares.

O objeto de estudo proposto é composto pelo Programa Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal, o Plano Nacional de Leitura de Portugal e o Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil, que consideramos como políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca.

Nesse aspecto, delimitamos a pesquisa nas seguintes seções. Na seção 1- introdução, apresentamos um breve texto sobre redes de bibliotecas, políticas públicas, biblioteca escolar e o profissional bibliotecário escolar, assim como o objetivo geral e os específicos da pesquisa.

Na seção 2 tratamos sobre as funções, objetivos e definições sobre a biblioteca escolar, dados estatísticos sobre a educação no Brasil e uma pequena amostra de autores de 1972 a 2017 que em algum momento pesquisaram a biblioteca escolar. Apresentamos um panorama do estado da arte das pesquisas realizadas sobre o tema Bibliotecas escolares. Para tanto, trazemos alguns dos principais autores que têm estudado a questão.

Na seção 3 escolhemos o tópico redes de bibliotecas escolares porque permitem estudar e analisar a rede como uma questão de política pública para educação brasileira, como também a rede de bibliotecas escolares de Portugal.

Na seção 3.1, apresentamos o Programa Rede de Biblioteca Escolares em Portugal, com a sua estrutura, funções, ações, projetos e dados estatísticos sobre a escolas da rede de bibliotecas. Nesse contexto, as bibliotecas escolares surgem como contribuição para uma boa aprendizagem e domínio da leitura, qualquer que seja o seu suporte, e para a promoção de estratégias e atividades de aproximação ao currículo escolar, que em muito vêm facilitando a aquisição de conhecimentos e a formação global dos alunos nestas múltiplas competências.

Na seção 3.2, tratamos das redes de bibliotecas escolares no Brasil em consonância com os objetivos de uma rede, das atividades das bibliotecas escolares e da Lei 12.244/2010. No Brasil existem duas modalidades de biblioteca escolar. Uma delas é a das bibliotecas escolares da rede de escolas particulares, que têm um público de maior poder aquisitivo e com algumas escolas que aplicam recurso financeiro nas bibliotecas. A outra é a de ensino nas escolas públicas. Apresentamos fontes de informação que apontam que a maioria dos alunos brasileiros frequenta as escolas públicas e alguns estudos apontam que as escolas da rede pública de ensino não possuem biblioteca e sim sala de leitura, o que reflete um descaso do Estado. Nesse sentido, perguntamos: existem redes de bibliotecas escolares brasileiras que se diferenciam no fazer, no ler, na pesquisa? Pensando em sinalizar respostas,

apresentamos algumas redes de bibliotecas escolares do Brasil, que foram publicadas na literatura científica.

Na seção 3.3, apresentamos as competências, os perfis e o aspectos sociais do bibliotecário na educação. Discutimos algumas explicações teóricas sobre a biblioteca escolar e o aspecto social frente a questões que cabem aos bibliotecários que gerenciam as bibliotecas escolares; às competências do bibliotecário e algumas das atribuições do bibliotecário escolar.

Na seção 4, elaboramos uma reflexão das políticas públicas educacionais e culturais, partindo sobre os conceitos de políticas públicas de autores como Botelho, Sempere, Secchi e Rosa e Oddone. Apresentamos as políticas públicas que surgiram no Brasil nas décadas de 1960 a 1970 e nas décadas de 1980 a 2017. Destacamos na pesquisa, principalmente, a Lei 12.244 de 2010, que trata sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no Brasil.

Na seção 4.1, destacamos o Plano Nacional de Leitura - PNL em Portugal, a sua articulação entre os ministérios da cultura e da educação, as fases do plano, as justificativas e os estudos para a elaboração do plano. A busca do plano nas experiências estrangeiras, a fundamentação do plano, a sua atuação, as linhas estratégicas, a divulgação e a avaliação do PNL. Elaboramos a relação do PNL com a biblioteca escolar em Portugal e a descrição das ações do plano até 2027.

Na seção 4.2, apresentamos algumas políticas públicas sobre o livro, leitura e biblioteca no Brasil, como a Lei de nº 10.753/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, cujo principal objetivo era o de disseminar e aumentar a produção de livros a um preço mais acessível para os cidadãos. Especificamente discutimos o Decreto de nº 7.559/2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL no Brasil, como também, a justificativa, os objetivos, as metas e os princípios norteadores do PNLL.

Na seção 4.3, elaboramos uma análise comparativa dos Planos de Portugal e do Brasil sobre: as origens, as justificativas, os princípios norteadores, das linhas estratégicas, dos objetivos e das metas. Destacamos também algumas pesquisas de relevância, publicadas na literatura científica sobre o PNL e o PNLL.

Na seção 5, abordamos a metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, destacando o objeto da análise, o universo, os sujeitos, a natureza e o tipo da pesquisa. Apresentamos o método de coleta e de análise de dados e as fontes de evidências que foram: bibliográfica, questionário e as entrevistas.

Na seção 6, apresentamos a descrição, a análise e as contribuições da pesquisa: sobre pesquisa bibliográfica, atualização bibliográfica, pesquisa de campo (bibliotecas escolares - visitas), coleta de dados, questionário, entrevistas, reflexão teórica.

Em seguida, apresentamos as considerações finais sobre os temas abordados na pesquisa, como também da importância da elaboração de um pós-doutorado no exterior.

E por último apresentamos as referências e as atividades complementares à pesquisa.





# BIBLIOTECA ESCOLAR

## 2 BIBLIOTECA ESCOLAR

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para se ter uma biblioteca, no sentido de instituição social, são necessários cinco pré-requisitos: a intencionalidade política social; o acervo e os meios para sua permanente renovação; o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidade de informação conhecida ou pressuposta; e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os leitores e os serviços de biblioteca (LEMOS, 1998, p.347).

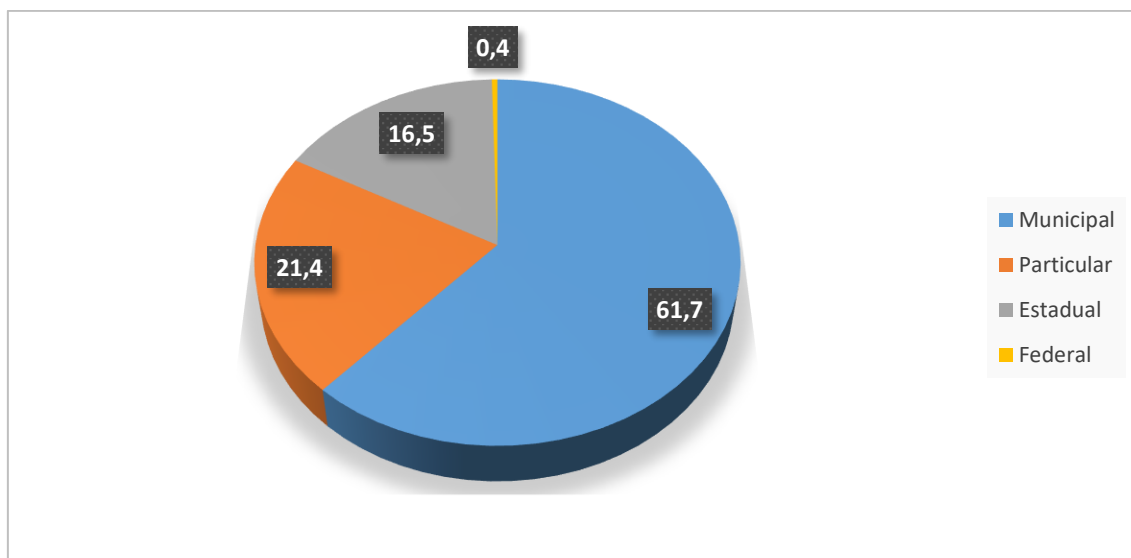
Ao longo dos séculos, a biblioteca manteve suas portas fechadas para a maioria da população, instalando uma divisão entre “letrados e iletrados, entre clérigos e laicos, entre iniciados à palavra escrita e os não iniciados” (MAROTO, 2012 p. 32); encerrada nos palácios ou nos conventos, não era vista como órgão de acesso e difusão do conhecimento.

Essas relações de desigualdade de acesso às bibliotecas e ao seu acervo se perpetuam até hoje pelo distanciamento entre as bibliotecas escolares, as tecnologias de informação e os leitores, fazendo-nos duvidar de que está em pleno desenvolvimento uma sociedade de informação, da qual todos poderiam participar. De forma que o descaso, a censura, ações equivocadas e práticas intermitentes que rondaram a biblioteca escolar, desde seu início em solo brasileiro, deixaram cicatrizes que podem ser observadas no cotidiano das escolas.

Além disso, não podemos negar a ainda expressiva falta de bibliotecas escolares, que foi apontada pelo último censo da educação básica realizado no país. Com mais de 5.570 municípios, estima-se que o Brasil tenha 206,1 milhões de habitantes, uma taxa de crescimento de 0,80% entre 2015 e 2016, e com 186,1 mil escolas de educação básica representadas no gráfico 1 a seguir.

Os números do gráfico 1 representam que há 114.823 escolas municipais, 39.827 particulares, 30.706 estaduais e 744 federais; portanto, o número de escolas que estão sob a responsabilidade dos governos municipais, estaduais e federais somam 146.273, o que representa 78,6%, enquanto que as 39.827 escolas particulares representam 21,4%.

**Gráfico 1 – Percentagem de Números de Escolas no Brasil**



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2016 Notas Estatísticas Brasília-DF | fevereiro de 2017

Nesse aspecto, podemos afirmar que as escolas dependentes da gestão dos governos são as que precisam ser mais amparadas com recursos, pois a maioria dos estudantes estão nessas escolas, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017, p. 3)<sup>2</sup>.

Segundo o Instituto (2017, p. 10), há 48,8 milhões de alunos matriculados nas 186,1 mil escolas de educação básica no Brasil. A rede municipal detém 46,8% das matrículas na educação básica, o que representa 22.838.400 alunos. A rede estadual tem 16,5% das escolas, mas participa com 34,0% da matrícula da educação básica, com 16.592.000 alunos. A rede privada tem uma participação de 18,4%, sendo 8.979.200 alunos no total de matrículas na educação básica. E menos de 1%, ou seja, 0,8 %, com 390.400 alunos, está na rede federal. Em um país de dimensões territoriais tão grandes e de contrastes sociais tão alarmantes, por que se dá tal divisão de proporções entre rede privada e rede pública na educação básica brasileira?

<sup>2</sup>[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)

Estes dados nos mostram a quantidade de alunos que frequentam as escolas públicas no Brasil. Resumindo, existem 39.820.000 milhões de alunos (81,6%) em 146.273 escolas públicas (78,6%); ou seja, a maioria dos alunos brasileiros frequenta as escolas públicas.

O Instituto (2017, p. 3) aponta que as escolas de educação básica possuem biblioteca e/ou sala de leitura, mas não esclarece como são formadas ou organizadas as bibliotecas e salas de leitura. A rede pública até tem bibliotecas, mas circunscrita principalmente a capitais como Florianópolis, Belo Horizonte, Vitória, Fortaleza, e cidades como Santos, São Bernardo do Campo, e nos Estados de Santa Catarina e do Paraná que têm redes de bibliotecas.

Os dados são importantes para mostrar a inexistência de bibliotecas escolares públicas brasileiras. O fato de que a maioria dos alunos está em escola pública não seria justamente um chamado para a construção de políticas públicas de educação?

Em relação às bibliotecas existentes, muitas delas são confundidas com depósitos de livros, ou “armariotecas” desconhecidos pelos sujeitos que circulam na escola (PAIVA; BERENBLUM 2009, p.13), fazendo com que o silêncio as atravesse de forma tão contumaz quanto os “imperativos da ordem e do espaço” (MANGUEL, 2006, p. 99). Nesse contexto, as bibliotecas serviriam como um local alternativo à sala de aula, secundário, pouco frequentado, palco de atividades isoladas e alheias ao projeto pedagógico, perdendo-se, assim, excelentes oportunidades de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Em contraponto, na literatura científica a biblioteca escolar deixa de ser retratada como um depósito inerte de livros e outros materiais para ser considerado um espaço de ação pedagógica, um centro de informação e cultura formado por vários tipos de documentos e diferentes suportes informacionais ou, ainda, “um espaço de criação e de compartilhamento de experiências, um espaço de produção cultural em que crianças e jovens sejam criadoras e não somente consumidoras de cultura” (CAMPELLO, et. al. 2002, p. 22). Nessa concepção, as bibliotecas seriam “centros dinámicos, con un nuevo espacio-entorno y un innovador concepto de servicios” (CUEVAS CERVERÓ, 2007, p. 174) e ainda, de acordo com Maroto (2012, p. 75),

como centro dinamizador da leitura e difusor do conhecimento produzido pela coletividade, constituindo-se, dessa forma, na primeira oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural, para as crianças brasileiras ao ingressarem na escola pública.

A biblioteca pode ser definida e marcada pela sua função pedagógica, de propor pesquisas escolares (CAMPELLO et. al., 2002) e colaborar com as atividades desenvolvidas em sala de aula.

Considerada a princípio como um 'laboratório da pesquisa escolar', a biblioteca escolar é conceituada de forma mais ampla por Santos como 'centro de informação e de cultura a serviço da comunidade escolar (VIANA, CARVALHO e SILVA, 1998, p. 2).

Nesse mesmo trabalho, as autoras fazem um levantamento sobre diversas outras maneiras de designar a função da biblioteca escolar, que mantém como regularidade o efeito da pesquisa:

Enfatizando a função pedagógica da biblioteca escolar Costa a conceitua como '... elemento de ligação entre o professor e aluno na elaboração e apresentação de pesquisas' servindo como 'complemento às informações adquiridas em classe...' (...) Carvalho define a biblioteca escolar como 'principal centro de aprendizagem da escola, sob a atuação conjunta de professores e bibliotecários', capaz de propiciar 'o desenvolvimento das potencialidades do educando, prevendo suas necessidades intelectuais e sociais e oferecendo-lhe meios de satisfazê-las através de suas próprias indagações e pesquisas (VIANA, CARVALHO e SILVA, 1998, p. 2).

Outro conjunto de definições toma a biblioteca como "laboratório", desenhando-a da seguinte maneira:

em 1983, dezesseis representantes de países latino-americanos, reunidos em Lima, Peru, no Seminário sobre bibliotecas escolares chegaram a um consenso de que a biblioteca escolar deve ser entendida como: 'laboratório de aprendizagem integrado ao sistema educacional, devendo facilitar o acesso, a disponibilidade e a utilização de seus recursos a toda a comunidade educacional. (...) Valio reafirma o potencial da biblioteca como um '... laboratório de aprendizagem', valorizando a necessidade de se ensinar ao aluno como usar a informação e de se orientar a leitura, cooperando com a educação e desenvolvimento escolar e contribuindo para a formação de estudantes bem-sucedidos e adultos capacitados (VIANA, CARVALHO e SILVA, 1998, p. 3).



Ampliando o conjunto de definições, apresentamos um quadro a seguir que contempla o avanço e a evolução das funções e dos conceitos da biblioteca escolar a partir do século XX.

**Quadro 1 – Biblioteca Escolar: definições, objetivos e funções<sup>3</sup>**

<b>Autor / Ano</b>	<b>Definições, Objetivos e Funções</b>
OLIVEIRA (1972, p. 193)	“[...] laboratório da pesquisa escolar”
COSTA (1975, p. 278)	“[...] complemento às informações adquiridas em classe...”.
LIMA (1982)	Permite a formação de leitores, indivíduos capazes de reconhecer o valor da informação e de usá-la.
NERY (1989, p. 56)	“[...] é o centro do fazer educativo.”
RIBEIRO (1994)	Um espaço democrático, de acesso crítico a informações; promove o encontro entre professor e aluno na elaboração de leituras e pesquisas; fornece apoio didático e cultural; por meio de subsídios informacionais, faz do professor um instrumento dinâmico e eficaz no processo de ensino-aprendizagem.
ESPAÑA (1995)	Elemento fundamental para criar uma verdadeira cultura de comunicação e de aprendizagem permanente nas escolas.
RUEDA (1998)	Núcleo de recursos organizado para: educar no uso de diferentes fontes de informação e documentação; promover a autoaprendizagem; colaborar na formação leitora de

<sup>3</sup> Fonte: Extraída de Mello 2012

	usuários (leitores capazes de usar vários tipos de textos); promover a igualdade no acesso à leitura.
HILLESLEINI; FACHIN (2000, p. 91)	“[...] é também elemento de ligação entre professor e aluno na elaboração das leituras e pesquisas, buscando sempre uma melhor metodologia de transmissão do conhecimento, influenciando o hábito da leitura e tornando o aluno mais crítico.”
CALDEIRA (2003, p. 47)	“[...] visa proporcionar aos alunos oportunidades de leitura intensa e autônoma, além de incentivar a busca de informação para responder a questionamentos e solucionar problema.”
KUHLTHAU (2004)	Um de seus objetivos é capacitar crianças e jovens no acesso, avaliação e utilização de múltiplos recursos informacionais, em suportes impressos ou eletrônicos.
CAMPELLO, (2002, p. 7)	“[...] mais do que um estoque de conhecimentos, pode constituir-se em um espaço adequado para desenvolver nos alunos o melhor entendimento do complexo ambiente informacional da sociedade contemporânea.”
CASTRO FILHO (2008, p. 73)	“[...] tem responsabilidades com a auto-educação dos seus clientes, está presente na ação pedagógica dos professores, e precisa ser ativa a fim

	de atrair a toda a comunidade à qual a escola está vinculada.”
RASCHE (2009, p. 52)	“Quando a biblioteca é espaço de atividades de formação de leitores, entra aí muito presente o fator de letramento e a preocupação com o gosto pela leitura. Neste cenário, a biblioteca é um lugar de aconchego, do imaginário, do leitor que se quer crítico e criativo.”
CHAGAS (2010, p. 8)	“[...] são organizações que fazem parte de um sistema de informações, capazes de atender as necessidades informacionais de seus usuários, sendo compostas por documentos que passam por todo o ciclo documental. Para que esse ciclo aconteça é necessário o gerenciamento dessas unidades de forma eficiente, sendo consideradas então, as quatro funções administrativas, a saber: o Planejamento, a Organização, a Direção e o Controle.”
BEHR, MORO, ESTABEL e FREITAS (2011, p. 104)	“[...] a biblioteca escolar é um ambiente que possibilita aos alunos a captação, a geração, a disseminação e a aplicação dos conhecimentos adquiridos.”  “[...] o trabalho da biblioteca não pode ser isolado, sendo fundamental que exista uma relação de colaboração e cooperação para que realmente a

	biblioteca se torne o coração da escola.”
MELLO (2013, p. 113)	“[...] as bibliotecas escolares na sociedade atual [...] têm como missão o desenvolvimento e à formação dos cidadãos.”
GASQUE (2013, p. 140)	“[...] o espaço conta com infraestrutura adequada de informação que abrange acervo atualizado e informatizado acesso à internet e bancos de dados, espaços de leitura, pesquisa e atividades culturais, políticas de uso dos espaços e dos recursos, além de leiaute e estratégias que propiciem a aprendizagem reflexiva e colaborativa.”
SOUSA (2014)	Elo e auxílio entre o aluno, o professor e o conhecimento. Como função cultural, complementa a educação formal, na oferta de possibilidades de leitura.
FELIX; DUARTE (2015)	Exerce papel educativo a partir de fontes, profissionais, recursos tecnológicos, e a partir das formas como sumariza, classifica e ordena o conhecimento.
CAMILLO; CASTRO FILHO, (2017, p. 99)	“[...] transpõe imensamente a visão míope do que proclama a Lei 12.244/10 em seu artigo.”
PINTO (2017)	Um dos únicos lugares onde a maioria de crianças e jovens pode ter acesso contínuo a diversas formas do conhecimento humano.

DUARTE (2017)	Espaço de promoção da leitura e de atividades que estimulam a competência informacional do aluno, permitindo-lhe construir o conhecimento de modo lúdico, interativo e dinâmico.
---------------	--

Fonte complementada pelo autor a partir de dados de 2013

Avaliando o Quadro 1, podemos apontar que a biblioteca é um laboratório de pesquisa escolar, que permite que a formação de leitores; é um centro do fazer educativo, um espaço democrático, um local de comunicação e de utilização de várias fontes de informação, no suporte impresso ou virtual; é espaço de busca de questionamentos e de solução de problemas, que precisa ser ativo; é um local de entretenimento e que tem como missão o desenvolvimento e à formação dos cidadãos; é um lugar que ainda complementa a educação formal, a leitura, a pesquisa, as atividades culturais, as diferentes apresentações do conhecimento e que transpõe imensamente a visão míope de qualquer lei.

Tais definições são importantes porque marcam um ideário sonhado para a biblioteca escolar, que é distante da realidade da maioria das atividades de visitação e de leitura nas escolas brasileiras.

Outro aspecto problemático da biblioteca escolar, no Brasil em particular e na América Latina em geral, diz respeito ao acervo, na maioria das vezes, restrito a conjuntos de obras antigas, livros velhos em desuso ou livros didáticos recebidos como cortesia para o professor ou a escola, que pouco ou nada atraem a atenção dos alunos e que, em tempos de informação eletrônica com arquivos atualizados permanentemente, parecem jurássicos bancos de dados ultrapassados e empalhados.

Nesse sentido, podemos demonstrar que, na prática, a biblioteca escolar pública no Brasil ainda não possui um lugar consolidado em nossa sociedade. O resultado desta desvalorização se encontra fundado na falta de bibliotecários nas escolas públicas. Mesmo assim, com a sociedade da informação, com as tecnologias e com os suportes tecnológicos, gera-se um grande desafio às escolas públicas brasileiras, em pleno século XXI: educar para a liberdade e para a autonomia diante de um mundo bombardeado por informações. Quais seriam



os agentes responsáveis por uma mudança desta situação precária? Apenas o governo? Ou também os conselhos regionais de biblioteconomia, os próprios bibliotecários, os professores, os pais de alunos, os cidadãos?

Na verdade, essas bibliotecas das escolas públicas estão muitas vezes localizadas em espaços inadequados, de difícil acesso, em antigas salas de aula. Essas bibliotecas possuem diversas dificuldades no cumprimento de suas funções necessárias e básicas como recursos disponíveis e estrutura física, em relação ao sistema educacional deteriorado do país; sistema que é arcaico quanto à utilização e aproveitamento do acervo, pela inexistência da política de seleção e aquisição de materiais. Perguntamos então, como organizar uma política de desenvolvimento de coleções em um cenário de penúria?

Grande parte dessas bibliotecas escolares está sob responsabilidade de profissionais desqualificados, como professores esperando a aposentadoria, com licença pedagógica, licença por invalidez, entre outros motivos. Tal fato acontece devido ao descaso das autoridades e dirigentes para com a nossa educação. Como os setores envolvidos (conselhos de bibliotecários, associações de professores) poderiam se mobilizar para cobrar das autoridades uma diligência sobre a questão?

Com a situação delicada das bibliotecas brasileiras, é preciso que se tenha uma reformulação em diversos sentidos; a começar pela inclusão, de fato, do bibliotecário no quadro de funcionários da escola pública, uma vez que a Lei 12.244/2010, de direito, designa a inclusão na biblioteca escolar o profissional bibliotecário. Supomos que esse profissional seja qualificado, consciente, sensível e habilidoso, para adequar o acervo e o espaço físico às necessidades estruturais e culturais das bibliotecas. O bibliotecário faz parte do processo educacional e, quando desempenha tarefas em conjunto com educadores, as atividades se complementam, permitindo assim ao estudante um maior envolvimento, entendimento e absorção das informações. Apenas instrumentos legais (leis) são suficientes para valorizar o bibliotecário? Um reconhecimento público por parte da sociedade, sobre suas funções na educação, contribuiria para sua valorização? Portanto, alguns desafios da biblioteca escolar no século XXI devem ser articulados e considerados.

Com relação as bibliotecas escolares, é esperado dos bibliotecários um conjunto de saberes que, além de habilidades técnicas e tecnológicas.

De tempos em tempos, as tarefas mudam, por causa da tecnologia e de movimentos sociais, políticos ou culturais, fazendo com que os ambientes informacionais e os próprios profissionais também tenham que mudar.

Com os novos suportes de informação, advindo das tecnologias de informação e comunicação, como Blogs, Twitter, WhatsApp, Instagram, Pinterest e as redes sociais, precisam surgir uma nova dinamização e novas práticas por parte das bibliotecas escolares. Então, perguntamos: como as bibliotecas escolares devem abordar as práticas de leitura, atividades de extensão cultural, recreação e lazer, utilizando-se dessas tecnologias?

Nesse sentido, alguns conceitos deverão precisar ser reformulados com relação à biblioteca escolar. Esta deve ser um centro dinâmico, como novo espaço de serviços, que interaja com a escola, favorecendo a formação e a aprendizagem estudantil. A ação da biblioteca escolar é focar nos leitores e não apenas no acervo, e, ainda, na realização de ações culturais e de utilização de tecnologias para organizar, processar e disseminar informações, como também promover a chamada competência em informação (*information literacy*).

A competência em informação abrange desde os processos de busca da informação para a construção do conhecimento pelas habilidades em tecnologia da informação e comunicação, passando pela retenção, recuperação, interpretação e avaliação da informação, até o aprendizado independente, com o objetivo de formar indivíduos para a toda vida. Uma vez que se trata de um fator importante a ser executado e desenvolvido no século XXI, como a biblioteca escolar deve concretizar esse processo de competência de informação?

Os suportes de informação tecnológicos lançam no mercado uma avalanche de recursos de leitura, com conteúdo informativo, científico, técnico, cultural e lúdico, e nos obrigam a repensar a função da educação, o processo da aprendizagem e, por excelência, a biblioteca escolar. Portanto, como a biblioteca escolar pode organizar sua estrutura para utilizar esses equipamentos para o ensino e a aprendizagem? Ou ainda: é o papel da biblioteca escolar se preocupar com esse movimento dos suportes de informação tecnológicos?

A partir de tais mudanças, que abrangem a abertura às novas tecnologias, a biblioteca poderia ingressar na chamada sociedade da informação, conforme nos conta Fuentes Romero (2006, p. 30): “la biblioteca escolar es para los alumnos la puerta de entrada a la sociedad del conocimiento y de la información”.

Nessa perspectiva, a biblioteca teria a função de se adequar a essa sociedade, inserindo crianças e jovens em seu âmbito e também promover a chamada competência em informação (*information literacy - IL*), que “abrange desde os processos de busca da informação para construção do conhecimento pelas habilidades em tecnologia da informação até o aprendizado independente, por meio da interação social dos sujeitos” (FUENTES ROMERO, 2006, p. 30).

Nesse âmbito, a biblioteca escolar deseja se impor como um lugar de disseminação cultural, de “encontro de pessoas, pipocar de teclados de notebooks e dispersão de livros” (ARENA, 2009, p. 162), de circulação de diferentes sujeitos, sentidos, serviços e recursos (incluindo os eletrônicos). E não se restringindo a um papel meramente didático-pedagógico, a apoiar o programa do professor, devendo ir além (PERROTTI, 2006), explorando sua multiplicidade, as suas várias dimensões, citadas por Ely (2003), a saber: social, informativa, criativa, pedagógica e recreativa; estas dimensões significam as funções que deveriam ser desempenhadas pelas bibliotecas, de acordo com a International Association of School Librarianship (1993).

Vários autores, como Fragoso (2002), Silva e Ferreira (2009), retomam estes sentidos, apontando diferentes ações a serem realizadas nas bibliotecas, como o atendimento às necessidades dos alunos, professores e outros membros da comunidade escolar, orientação nas consultas, leituras e utilização da biblioteca, incentivo ao pensamento crítico e reflexivo, disponibilização de diversos recursos e serviços, promoção da interação entre professores, bibliotecários e os alunos, etc. Dentre essas diversas funções, destacamos a mediação do acervo, para que a biblioteca não seja mais um lugar de imposição de leituras, fechado para sua circulação, que impede diferentes experiências com as obras e afeta o despertar do gosto pela leitura. Assim sendo, consideramos que, lançando mão de uma diversidade de obras, suportes informacionais e atividades amparadas por uma nova concepção de leitura, escrita e apreensão dos sentidos, o profissional da informação, juntamente com os educadores, poderão fazer da biblioteca um lugar privilegiado para um processo de ensino/aprendizagem mais profícuo (FERRAREZI, 2010).

Nesse sentido, em relação às bibliotecas escolares, algumas atitudes e funções deverão ser implementadas, como:

- a) contribuir para fomentar a leitura e o acesso do aluno à informação e a outros recursos, para o aprendizado das demais áreas e a formação no uso crítico dos mesmos;
- b) capacidade para organizar e representar o conhecimento expressado e difundido mediante diferentes tipos de documentos educativos;
- c) capacidade para organizar, administrar e fazer possível o acesso aos recursos de informação;
- d) amplitude para orientar, formar e informar a comunidade educativa através de especialistas;
- e) possibilidade de sustentar um novo modo de conhecer através da alfabetização em informação;
- f) capacidade para promover a leitura em suas distintas dimensões.

Dentro desta perspectiva, a biblioteca escolar é essencial no sistema educacional pois, como parte integrante deste sistema, pode e deve colaborar de maneira expressiva para que seus usuários possam potencializar seus conhecimentos, ou seja, adquirir habilidades, obter, utilizar e gerar estes saberes. Isto mostra a importância da biblioteca no ambiente educativo. Quais atitudes e funções seriam suficientes para demonstrar o valor da biblioteca escolar nesse cenário delineado no século XXI, com suas novas demandas e configurações sociais e tecnológicas?

Assim, é preciso que haja a presença de uma estrutura adequada e com recursos humanos qualificados para que se faça a mediação da busca da informação, para todos os leitores da biblioteca escolar. O fato é que a biblioteca escolar pode e deve ser uma base notavelmente importante para a escola, tanto auxiliando nas atividades culturais, de leitura, de pesquisa, bem como nos serviços básicos de organização, disseminação e acesso à informação pelos usuários. Por tanto, a biblioteca escolar deve ser encarada como um centro de recursos vivo, dinâmico e indispensável na escola e na comunidade onde está inserida.

Para que isto se concretize, faz-se necessário compreender a sua importância no panorama da educação e do ensino; certamente veremos que a biblioteca escolar não é apenas o acessório do ensino, mas sim o pilar de sustentação daqueles que buscam potencializar seus conhecimentos na busca pelo efetivo uso correto da informação. Que medidas podem ser tomadas para

que se reconheça, se compreenda e se expanda com maior clareza a função de sustentação da biblioteca escolar no sistema de ensino?

A biblioteca escolar é também um centro de produção de textos, originais ou coletados pela rede, escritos pelos alunos ou impressos pelos navegadores, para disseminação pelos corredores e pelas salas de aula. Em vez de a sala de aula invadir a biblioteca, a biblioteca escolar invade as salas de aula. E, para isso acontecer, como a biblioteca escolar deve proceder, que estratégias deve mobilizar?

Outro aspecto importante com que a biblioteca escolar deve se preocupar é o desafio de separar o joio do trigo. Em que sentido? A dimensão e a circulação da informação estão cada vez mais rápidas, é um mundo acelerado de informação. Como a biblioteca escolar deve se preparar para essa seleção? Não estamos falando de censura, mas de informação necessária para o sucesso do ensino e aprendizagem. E o acervo das bibliotecas escolares? Como organizá-lo e deixá-lo acessível em um mundo cada vez mais exigente com conteúdo e cada vez mais saturado de teor?

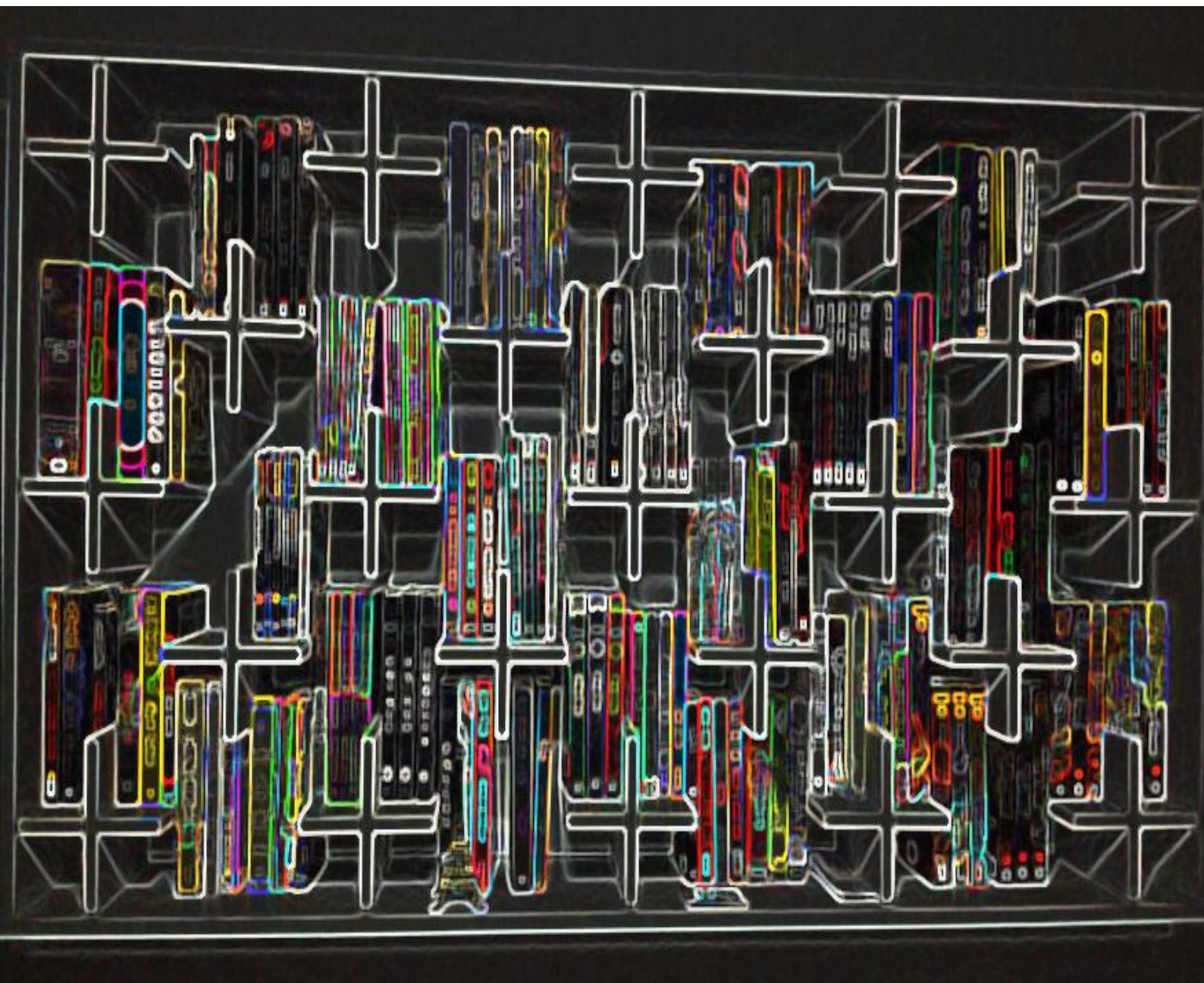
Podemos destacar também que os projetos de biblioteca escolar a definir terão de estar atravessados em cada caso pelas características sociais, hábitos culturais, tradições que fazem parte da vida da comunidade escolar e do entorno mais imediato, rumo à atividade pedagógica e cultural que a escola irradia. Neste cenário de projetos, devemos ter diversos atores envolvidos, em diferentes posições e em construções de projetos com modelos flexíveis. Quem são esses atores? E como trabalhar esse direcionamento de projetos na biblioteca escolar, de forma que possamos envolver todos esses atores?

Por último, mas não menos importante, e o desempenho do professor bibliotecário, ou do bibliotecário, diante de todas essas questões? Pois, ao nosso ver, esse sujeito é um dos que exerce o papel decisivo na amplitude de formação das crianças e jovens estudantes. Como devemos tratar a formação desse profissional? Aprimorar com novas técnicas e metodologias? Ou simplesmente deixar essas iniciativas por conta do próprio profissional? Indo mais longe, em que a universidade tem contribuído nessa formação?

Os novos profissionais da biblioteconomia e da ciência da informação são (e serão cada vez mais) fortemente influenciados pelas tecnologias digitais e sociais. A tecnologia fará parte do dia a dia desses profissionais. A tecnologia

será sua mais forte aliada. Desde que saibamos utilizá-la com os propósitos educacionais adequados e não deixemos que ela seja um empecilho ou um inimigo do processo de ensino e aprendizagem.





# REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

### 3 REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

Este capítulo apresenta um panorama do estado da arte das pesquisas realizadas sobre o tema das redes de bibliotecas, acompanhado da respectiva análise, tratando especificamente das bibliotecas escolares. Para tanto, trazemos aqui alguns dos principais autores que têm estudado a questão. Escolhemos o tópico redes de bibliotecas escolares, porque permitem estudar e analisar a rede como uma questão de política pública para educação brasileira.

A biblioteca escolar deve ser reconhecida como um equipamento cultural e, ainda, como uma instituição social, com o intuito de integrar a sociedade da informação, estabelecendo novos conceitos e se adequando às realidades sociais, culturais, educativas e tecnológicas da sociedade. Com a explosão informacional, a sociedade contemporânea necessita de profissionais bibliotecários que atuem em biblioteca escolar e que possam atender às novas demandas de produtos e serviços de informação.

Atualmente, há uma expressiva falta de bibliotecas escolares no país, tanto que o último censo da educação básica realizado apontou que de “162.819 escolas, apenas 43.717 têm bibliotecas” (BRASIL, 2011, p. 40), ou seja, quase 27% possui biblioteca. O que, de acordo com Ministério da Educação (MEC), é muito pouco para “40.366.236 estudantes da rede pública de educação básica estadual e municipal em 2013” (BRASIL..., 2013).

Em relação às bibliotecas existentes apontadas pelo MEC, muitas delas são confundidas com depósitos de livros, ou “armariotecas”, desconhecidos pelos sujeitos que circulam na escola. Nesse contexto, as bibliotecas serviriam como um local alternativo à sala de aula, secundário, pouco frequentado, palco de atividades isoladas e alheias ao projeto pedagógico, perdendo-se, assim, excelentes oportunidades de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Por outro lado, na literatura científica, a biblioteca escolar deixa de ser retratada como um depósito inerte de livros e outros materiais para ser considerada como um espaço de ação pedagógica, um centro de informação e cultura formado por vários tipos de documentos e diferentes suportes informacionais ou ainda “um espaço de criação e de compartilhamento de



experiências, um espaço de produção cultural em que crianças e jovens sejam criadoras e não somente consumidoras de cultura” (CAMPELLO, 2002, p. 22).

A International Federation of Library Association (IFLA) (2005, p. 1), especifica em um dos seus objetivos que a biblioteca escolar deve “prestar apoio a todos os alunos para a aquisição e aplicação de capacidades que permitam avaliar e utilizar a informação, independentemente do suporte”. Ainda, a IFLA (2008, p. 2, tradução nossa) aponta que

as bibliotecas, ao servir diversos interesses e comunidades, funcionam como centros de aprendizagem, de cultural e de informação. Ao tratar a diversidade cultural e linguística, os serviços bibliotecários se regem pelo seu compromisso com os princípios das liberdades fundamentais e de igualdade no acesso à informação e ao conhecimento para todos, em respeito à identidade e aos valores culturais<sup>4</sup>

Com relação às Diretrizes e Manifesto da IFLA/Unesco para a biblioteca escolar (IFLA, 2002), considerar-se-á que a produção de tais diretrizes possa tornar-se um veículo informativo àqueles que atuam na gestão decisória em seus níveis nacional e local a modo de abrir caminho ao apoio e condução à comunidade das bibliotecas escolares. O Manifesto preconiza a tomada da atenção dos dirigentes governamentais para as seguintes subdivisões: a). Missão e política; b). Recursos; c) Pessoal; d) Programas e atividades; e) Promoção da biblioteca e aprendizagem.

Por esse meio, pensando no item Programas e atividades do Manifesto, que trata da “Cooperação e Partilha de Recursos”, desenvolvemos a ideia que faz-nos trazer à discussão o conceito de formação de uma rede bibliotecária a ser empregada como uma proposta para a maximização do poder que é intrínseco à existência de bibliotecas escolares – em relação a exploração de potencialidades no processo de formação de novos leitores.

Nesse conjunto, ao delinear-mos esse panorama no que se refere a constituição de uma rede, é importante que durante esse trajeto conceitual e explanatório, busquemos por meio de uma perspectiva colaborativa, uma série de

---

<sup>4</sup> “Las bibliotecas, al servir a intereses y comunidades diversas, funcionan como centros de aprendizaje, culturales y de información. Al tratar la diversidad cultural y lingüística, los servicios bibliotecarios se rigen por su compromiso con los principios de las libertades fundamentales y la igualdad en el acceso a la información y al conocimiento para todos, en el respeto de la identidad y los valores culturales.”

pessoas e entidades, o real sentido do termo que, por meio dessas assertivas, pretende-se empregar com propriedade. Entretanto, na conjunção a que se discorre sobre o conceito de formação de rede é aquele que busca estabelecer um sistema cooperativo em uma organização (CAMACHO ESPINOSA; ORTIZ-REPISO, 2004).

Corroborando com definições acerca de entendimento de redes de bibliotecas, essa rede é “uma organização [...] formada por um conjunto de bibliotecas conectadas que se comprometem formalmente na consecução de objetivos comuns” (VARELA OROL; GARCÍA MOLERO; GONZÁLEZ GUITIAN, 1988, p. 218, tradução nossa), logo, considerar-se-á que por esses objetivos são os existentes em relação ao alcance da formação de novos leitores, que sejam frutos desse projeto que pretende nascer no seio da rede nacional brasileira, como um fio condutor ao caminho de uma transformação no aspecto do desenvolvimento da cidadania, cultura e educação.

Podemos entender que uma rede de bibliotecas é importante para o desenvolvimento da prática de leitura e para a mediação da informação envolvendo o leitor, o bibliotecário e o acervo. Assim, a rede funciona literalmente como uma série de conexões que formam e informam a propagação do conhecimento. Tomaél (2008, p. 1) descreve que “quando se aborda o tema rede, impregnada em seu conceito está a concepção de cooperação, por serem as redes responsáveis pelas articulações entre diferentes atores que interagem [...] e fortalecem todo o conjunto [...]”.

Pensar a rede de bibliotecas como parte integrante do sistema nacional de ensino no Brasil, é tê-la como importante parceira na estratégia de melhoria da educação e combate aos aspectos que envolvam o insucesso escolar (PORTUGAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, 2013). O Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) de Portugal é exemplar nesse sentido, um modelo passível de ser transplantado para outros contextos nacionais, como no caso brasileiro, hipótese desta pesquisa de pós-doutorado.

Dados seu caráter tecnológico e sua função social, as redes comportam uma capacidade melhorada de comunicação e detectam com maior eficácia os problemas, facilitando as soluções apropriadas justamente por agregarem e congregarem agentes dotados de sensibilidades e afinidades comuns. Neste aspecto, como comprova Castells (2009, p.566), as “[...] redes são estruturas

capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos”.

A noção de rede é algo tão fundamental para a educação quanto ainda subestimado em termos de políticas públicas para o âmbito das bibliotecas escolares. Para que uma rede de bibliotecas seja considerada como um organismo coletivo, é necessário saber reconhecer as suas especificidades e as suas diferenças, mas que tenham interesses em comum. Nesse sentido, é possível se definir uma rede como “uma organização independente formada por um conjunto de bibliotecas conectadas que se comprometem formalmente na consecução dos mesmos objetivos” e que pode se agrupar em três categorias: “a) elementos institucionais; b) elementos técnicos; c) elementos de governo e gestão” (VALERA OROL; GARCIA MELERO; GONZALEZ GUITIAN, 1988, p. 218).

Os elementos institucionais são constituídos por: a) sistemas bibliotecários que integram a rede e a ela dão suporte bibliográfico e recursos; b) serviços de informação e documentação que contribuem para as redes dirigidas a uma disciplina. A formação de uma rede contempla as comunidades bibliotecárias e documentais. Com relação aos elementos técnicos, um dos recursos é o compartilhamento dos processos técnicos, como, por exemplo, a utilização dos mesmos formatos de catalogação e normas específicas, no sentido de facilitar a indexação e a recuperação da informação. Nos “elementos de governo e gestão” podemos afirmar que o governo tem as funções de instituir a existência da rede e de implantar políticas públicas para o desenvolvimento da rede de bibliotecas.

A rede também tem em sua essência uma qualidade colaborativa, que implica uma coordenação de ações e metas. Entretanto, no que se refere ao conceito de formação de rede,

[...] se trata, antes de tudo, de estabelecer um sistema cooperativo pelo qual toda organização está se beneficiando de todo trabalho realizado por cada um dos seus elementos, se sustentando enquanto uma estrutura hierárquica mantém e fornece o serviço a todos os pontos da mesma (CAMACHO ESPINOSA; ORTIZ-REPISO, 2004, p. 112, tradução nossa).

Conceber, então, a existência de uma rede de bibliotecas escolares em meio a esse contexto significa, claramente, melhoria da produção, oferta de produtos e serviços, aproveitamento de recursos, realização de ações culturais e educativas, assim como um salto qualitativo na infraestrutura das bibliotecas escolares interconectadas à rede.

Esse salto é perceptível por atuais registrados na literatura científica que ressaltam, de maneira notória, a completude trazida às unidades de informação e, portanto, trazem também às bibliotecas escolares, quando interligadas por um órgão central, formando, por isso, uma rede, como observado em Camacho Espinosa e Ortiz-Repiso (2004 apud CAMILLO ; CASTRO FILHO, 2016, p. 121).

As redes agilizam os processos de organização e disseminação da informação, na medida em que são constituídas por trabalho em equipe. Assim, Oliveira e Cianconi (2013, p. 230) afirmam que

as redes podem ser compreendidas como veículos propulsores da inovação, sendo desencadeadoras de transformações pessoais, profissionais, organizacionais, econômicas e sociais, permitindo, inclusive, o fortalecimento de áreas do conhecimento e a otimização de processos de trabalho. Para melhor compreensão das diferentes possibilidades de atuação em rede, foram destacados os processos de cooperação, colaboração e compartilhamento, que costumam permear o trabalho em rede.

Nesse sentido, para Pimentel (1977), a rede deve, então, objetivar:

- a) Treinamentos para a equipe das bibliotecas, garantindo conhecimentos técnicos e propiciando atendimento aos leitores;
- b) Produção de ações e serviços técnicos e culturais;
- c) Criação de parcerias com empresas privadas;
- d) Realização de atividades de função social para a comunidade escolar;
- e) Aplicação de pesquisas e modos de avaliação sobre tendências futuras;
- f) Implantação de planejamento e programas específicos;
- g) Integração da escola com a comunidade.

Portanto, a rede deve ser formada por uma equipe familiarizada com os mesmos objetivos na busca de novas parcerias para realizações sociais e

culturais, atenta às novas tendências e, naturalmente, aos novos desafios que se apresentem durante o processo, como é o caso específico das bibliotecas escolares. Complementando esse raciocínio, a rede de bibliotecas do SENAC/SC (2011, p. 05) tem os seguintes objetivos:

- a) Organizar e disseminar, mantendo atualizado, o acervo bibliográfico necessário aos serviços das Unidades Operativas do Senac/SC;
- b) Propiciar ao corpo docente e discente material informacional necessário para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão;
- c) Qualificar permanentemente seu acervo, por meio de uma política eficiente e eficaz de seleção;
- d) Priorizar, na qualificação do seu acervo, a aquisição de obras necessárias à abertura de novas habilitações e novos cursos;
- e) Otimizar recursos para que o usuário consiga desenvolver ações de consulta e pesquisa, fazendo uso adequado do material existente.

Outro modelo de rede de bibliotecas é a da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis que tem como premissa as seguintes ações (SILVA; ALVES; VIAPIANA 2008):

- a) Difusão do valor da leitura;
- b) Competência em informação para a pesquisa;
- c) Organização, uso e disseminação da informação;
- d) Programação de ações para a rede de bibliotecas;
- e) Seleção e aquisição do acervo;
- f) Organização de ações culturais e educacionais.

Por produtos e serviços de informação destacamos que, no entender de Borges (2007), eles podem ser abordados como resultantes de processos de gestão da informação, além de ser instrumentos de disseminação de informação. Os serviços e produtos de informação, muito mais que isso, nos revelam ainda sobre as necessidades informacionais, assim como as necessidades de uso da informação e das fontes disponíveis para acesso. Sobre o que vislumbram Duarte et al. (2015) ser serviços e produtos de informação, estes discorrem que

[...] o serviço de informação em biblioteca é visto por nós como algo feito por um profissional, com vistas a atender ao interagente e dar uma direção para os recursos de informações de que ele necessita. Seria uma facilitação para o alcance de resultados de uma necessidade informacional. Trata-se de atender a uma determinada demanda, ou seja, procurar

satisfazer aos interesses de informação do interagente na temática que ele procura na unidade de informação (DUARTE et al., 2015, p. 608).

Diante dessa concepção, poderíamos nos perguntar quais são os produtos e serviços de informação que a rede de bibliotecas escolares poderia incorporar nas suas atividades processuais como forma de explorar as competências informacionais dos usuários das bibliotecas escolares pertencentes à rede. Para tanto, sem ser exaustivo, realizamos alguns apontamentos sobre os produtos e serviços que, no âmbito do que é proposto no bojo desse trabalho por meio da idealização de uma rede, se tornaria útil aos “interagentes” da informação, isto é, como conceituado por Borges (2007), indivíduos que têm consigo um traço de cultura participativa, contribuindo ao processo sistematicamente, resistindo o emprego do termo “usuário” que conota aquele que usa e logo vai embora.

Portanto, caberia à rede o desenvolvimento de um trabalho que concebesse tais produtos de informação, embasado em Borges (2007): a) Livro; b) Recurso em Braille; c) Texto falado; d) Videotexto; e) Audiolivro; f) Catálogos; g) Catálogo online; h) Manuais; i) Panfletos; j) Cartilhas; k) Folders. Sobre os serviços de informação de possível aplicação à rede, mediante ainda os contributos de Borges (2007), apontamos: a) Disseminação Seletiva da Informação; b) Consulta local; c) Empréstimo domiciliar; d) Atividades culturais; e) Oficina literária; f) Comutação Bibliográfica; g) Realização de eventos e campanhas; h) Divulgação na web por meio de página da rede; i) Serviços que notabilizam a acessibilidade; j) Levantamento bibliográfico; k) Pesquisa de opinião; l) Acesso público à Internet; m) Blogs com informações úteis; n) Serviço de referência presencial; o) Serviço de referência online; p) Treinamento específicos; q) Biblioterapia.

Esses são, à vista disso, alguns dos produtos e serviços de informação que podem ser integrados à rede de bibliotecas escolares como parte da sua responsabilidade na construção de uma abordagem pedagógica distinta e plural que prime pela disseminação e uso da informação nas bibliotecas escolares. Rompe-se, assim, o silêncio presente nestes espaços do saber por meio de interações mais intensificadas, dinâmicas, participativas e colaborativas com os usuários da informação dos Ensinos Fundamental e Médio da rede de ensino

municipal e/ou estadual e federal. É necessário reconhecer a Biblioteca Escolar como um organismo vivo da escola.

Para que os serviços e produtos da rede de bibliotecas escolares atendam as demandas, é necessário que exista uma equipe qualificada de profissionais, provenientes de diversas áreas do conhecimento. No contexto das redes de bibliotecas escolares, são necessários profissionais específicos, como pedagogos, bibliotecários e outros profissionais especializados de outras disciplinas (fotografia, música, vídeo). Com o advento das tecnologias de informação e comunicação, as redes de bibliotecas rompem barreiras físicas e geográficas juntamente com a possibilidade de interligar serviços, empresas e instituições, de modo que o trabalho colaborativo ocorra a despeito de cumprir propostas latentes como divisão e redução das tarefas com o consequente aproveitamento por partes das instituições envolvidas com o trabalho executado por um centro ou indivíduo (GOMES, 2010).

Bibliotecas escolares trazem em seu escopo articulações com a realidade brasileira no que tange à precariedade e à ausência desses espaços na comunidade escolar. Ao contrário da cena brasileira, o cenário português tem como objetivo instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, ao uso e à produção da informação em suporte analógico, eletrônico e digital.

Sabe-se da existência de políticas públicas que podem corroborar para a reversão do quadro brasileiro por meio de trâmites na esfera pública, destacando a conquista das bibliotecas escolares sobre sua universalização em território pátrio por meio da Lei nº12.244 aprovada em 2010. Ela estipula que em um prazo de 10 anos, isto é, até 2020, possa já ter ocorrido integralmente a Universalização da Biblioteca Escolar nas instituições de ensino. Paralelamente a isso, considera-se, portanto, que a elaboração de uma rede de bibliotecas escolares poderá constituir uma das medidas da política educativa municipal, prezando por uma remediação frente ao que é proposto pela Lei 12.244/10, já que não há vestígios do seu cumprimento no município, deixando as bibliotecas escolares sem escolha e mais uma vez à mercê do investimento e valorização.

Cada espaço de conhecimento apontado como biblioteca deve ser compreendido como um centro de recursos multimídia de acesso irrestrito,

destinado a atividades de consulta e produção em diferentes suportes informacionais. Espera-se que as bibliotecas escolares atuem com a premissa de que são centros de iniciativas, inseridas na vivência pedagógica da escola e abertas à toda comunidade local (VEIGA et al., 1996).

As redes de bibliotecas escolares devem desenvolver funções que incontestavelmente abarquem inúmeros processos que têm como norte o alcance das suas missões. Como num traço transversal, mas respeitando sua tipologia, essas redes podem realizar desde o tratamento, a gestão e o desenvolvimento das coleções por meio dos aspectos técnicos da profissão, estendendo-se ao atendimento público e contemplando o desenvolvimento do aspecto humano do profissional da informação com o trabalho diretamente voltado e desenvolvido em favor do usuário da informação. Não obstante, essas redes têm também a incumbência de trabalhar no desenvolvimento de serviços e produtos informacionais ao seu público-alvo.

“É clara e nítida a diferença do aluno que utiliza a biblioteca durante o processo de ensino, com certeza o aluno que tem o melhor desempenho é o que utiliza uma das formas de mídia que a biblioteca oferece. 90% dos alunos que tem bom desempenho são bons leitores, apresenta riqueza de vocabulário, clareza de organização de ideias e conversando com os alunos eles sempre citam a vontade de ler”. (CASTRO FILHO, 2002, p. 98).

Nesses aspectos, as bibliotecas escolares já não podem mais esperar.

### **3.1 Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal**

Não é possível que esqueçamos que um dos maiores desafios no mundo são as lutas existentes diante de inúmeros contextos, há muito discutidos na literatura científica, em torno dos eixos de atuação e responsabilidade incumbidos ao Estado, na conjectura de políticas públicas culturais, educacionais e informacionais. Nesse aspecto, a biblioteca escolar é uma das figuras protagonistas nesse enredo de discussões que procura conferir a ela destaque, como parte reconhecidamente legitimada na política educacional de uma nação.



Ao longo dos últimos anos, pudemos presenciar grande fomentação tecnológica, tomando proporções significativas nos inúmeros contextos sociais. Fala-se de avanços nas tecnologias da informação e comunicação, rompendo barreiras físicas e geográficas juntamente com a possibilidade de interligar serviços, e, nesse aspecto, devemos inserir as bibliotecas e, particularmente, as bibliotecas escolares e suas redes, que passam a contribuir com a utilização de gestão de processos e de trabalhos em equipe.

Antes de detalharmos o Programa de Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal, é necessário apresentar o nível de ensino em Portugal. Está dividido em: Educação Pré-Escolar; Ensino Básico 1º Ciclo; Ensino Básico 2º Ciclo; Ensino Básico 3º Ciclo e o Secundário. É importante salientar o número de Escolas, para termos uma noção das possibilidades em números de bibliotecas que poderão fazer parte da rede de bibliotecas.

**Tabela 1 – Número de Estabelecimentos de Ensino em Portugal**

Ano	Nível de ensino							
	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico 1º ciclo	Ensino Básico 2º e 3º ciclos e Secundário					
			Total	2º ciclo	3º Ciclo e Secundário			
					Total	3º Ciclo	Secundário	
2016	6.014	4.314	3.658	1.209	2.449	1.486	963	

Fontes/Entidades: DGEEC/MEd - MCTES, PORDATA  
Última actualização: 2017-07-03

O número total de estabelecimentos de ensino em Portugal atualizado em julho de 2017 é de 13.986 escolas, sendo que na Educação Pré-Escolar são 6.014; 1º Ciclo 4.314; 2º Ciclo 1.209; 3º Ciclo 1.486 e no ensino Secundário 963. Um número de escolas significativo, se compararmos com uma população de 10.325.425, com 14% de jovens tendo menos de 14 anos, com 2.027.483 alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino. Completando dados estatísticos escolares segundo a Pordata (2016, p. 23)<sup>5</sup>, a faixa sem nível de escolaridade está em torno de 8%, o que representa muito pouco, se considerarmos 91% a

<sup>5</sup> <http://www.pordata.pt/ebooks/PT2017v20170710/mobile/index.html#p=23>

taxa de pré-escolarização e 97% a do 1º ciclo, sendo as despesas do Estado em educação da ordem de 4% do PIB.

Nesse sentido, a necessidade de uma rede de bibliotecas escolares se faz importante, justamente para incentivar o aumento da taxa da pré-escolarização e incentivar a continuidade dos jovens no 1º ciclo. Para tanto, é importante analisarmos e apresentarmos um modelo de concepção de rede de bibliotecas escolares: o Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) de Portugal, que conta atualmente com 308 municípios, que se agrupam em Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), sendo: NUTS 1 - constituído por 3 unidades correspondentes ao território do continente e de cada uma das Regiões Autônomas dos Açores e da Madeira; NUTS 2 - constituído por 7 unidades, das quais 5 no continente e os territórios das Regiões Autônomas dos Açores e da Madeira; NUTS 3 - constituído por 25 unidades, das quais 23 no continente e 2 correspondentes às Regiões Autônomas dos Açores e da Madeira.

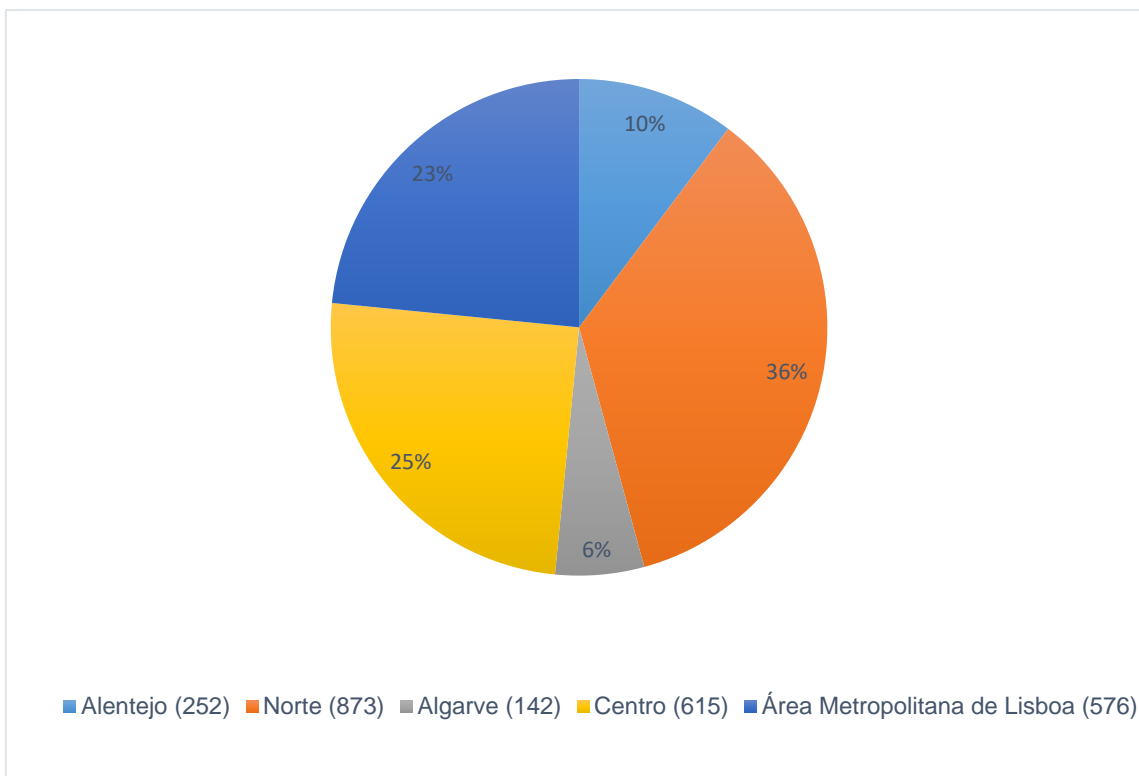
Em 2017, o número de bibliotecas é de 2.461 bibliotecas, sendo 2.427 de escolas públicas e 34 de escolas privadas.<sup>6</sup> Em dados comparativos a 1997, eram apenas 164 bibliotecas escolares da rede pública, e em quase 20 anos o aumento de bibliotecas escolares foi superior a 1.200%. Nesse sentido, apresentamos a seguir o gráfico 2 com os números de bibliotecas dos NUTS II e NUTS III com a fonte de 2017<sup>7</sup>.

## **Gráfico 2 – Número de Bibliotecas Escolares em Portugal**

---

<sup>6</sup><https://www.pordata.pt/Portugal/Rede+de+Bibliotecas+Escolares+n%C3%BAmero+de+bibliotecas+escolares+por+subsistema+de+ensino-1999>

<sup>7</sup> <http://www.rbe.mec.pt/np4/indicadores?cats=341&s=1126>



Fonte: Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal

A Rede de Bibliotecas Escolares nasce a partir da constituição do grupo de trabalho criado pelos despachos conjuntos nº 43/ME/MC/95 de 29 de dezembro de 1995 e nº 5/ME/MC/96, de 9 de janeiro de 1996. Deste grupo de trabalho fizeram parte: Isabel Veiga (coordenação); Cristina Barroso; José António Calixto; Teresa Calçada e Teresa Gaspar.

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) foi lançado em 1996 pelos Ministérios da Educação e da Cultura, com o objetivo de instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos usuários os recursos necessários à leitura, ao acesso, ao uso e à produção da informação em suporte analógico, eletrónico e digital.

Coordenado pelo Gabinete da Rede Bibliotecas Escolares (GRBE), o Programa articula a sua ação com outros serviços do Ministério da Educação e Ciência (MEC), direções de serviços de região, autarquias, bibliotecas municipais e outras instituições como universidades, centros de formação, fundações, associações nacionais e internacionais.

É indispensável constituir e garantir a ligação entre o Gabinete da RBE, as escolas e as diferentes parcerias locais. Esta ligação cabe aos coordenadores

interconselhos das bibliotecas escolares, que coordenam um número de agrupamentos e escolas não agrupadas, a definir pela RBE, conforme as circunstâncias e a geografia do território, assegurando ainda o apoio técnico e pedagógico aos professores bibliotecários e às equipas das bibliotecas.

Para uma escola fazer parte do PRBE, deve passar por um processo denominado candidaturas, sendo seleccionadas as escolas que apresentarem melhores condições e projetos mais consistentes, quer para a instalação, quer para a criação de serviços de biblioteca no agrupamento. A RBE financia, igualmente, a requalificação de bibliotecas escolares já integradas na Rede. Todas as escolas que são sede de agrupamentos e de ensino secundário beneficiam-se do PRBE. Para as escolas – básicas, secundárias, profissionais e artísticas do subsistema do ensino público – se integrarem à RBE em 2018, será necessário fazer a sua candidatura (ANEXO 1), preenchendo um formulário a partir do Sistema de Informação da RBE.<sup>8</sup>

O PRBE espera que a Biblioteca Escolar seja um espaço agregador de conhecimentos e com recursos diversificados, um local engajado na mudança das práticas educativas, no suporte às aprendizagens, no apoio ao currículo, no desenvolvimento da competência digital, da informação e da tecnologia da informação e comunicação, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania.

Nesse aspecto, o PRBE também é considerado um prestador de serviços por meio da portal web, blog, newsletter, lista de difusão, redes sociais, plataforma de aprendizagem e catálogos individuais das escolas, sendo esse último de suma importância para as redes conselheiras de bibliotecas. Como forma de disseminação da rede e das bibliotecas, são elaboradas ferramentas com intuito de trocar experiências e de promover um intercâmbio de informações.

O PRBE procura se desenvolver numa filosofia de Rede, com parcerias de diferentes agentes educativos, entre o poder local, a sociedade civil e outros projetos na área da educação, e, conseqüentemente, com o Plano Nacional de Leitura. Tem procurado afirmar-se no espaço internacional, participando em diferentes fóruns, encontros, seminários, workshops e conferências, buscando a integração com os organismos e associações mais reconhecidos nesta área,

---

<sup>8</sup> <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=1441&fileName=avisolIntegracao2018.pdf>

como a International Association of School Librarianship – IASL e a International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA.

Para o sucesso de um programa de redes de bibliotecas escolares, é necessário contar com a parte mais nobre da estrutura escolar – os recursos humanos, neste caso do PRBE, os professores bibliotecários que asseguram na escola o funcionamento das bibliotecas, as atividades de articulação com o currículo, de desenvolvimento das competências e de formação de leitores. Compete-lhes organizar e elaborar a gestão das bibliotecas do agrupamento enquanto espaços agregadores de conhecimento, recursos diversificados e implicados na mudança das práticas educativas, no suporte às aprendizagens, no desenvolvimento da competência em informação, tecnológica e digital, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania.

Para tanto, a formação dos professores coordenadores e professores da equipe da biblioteca escolar foi considerada um aspecto estruturante, sendo o alargamento da rede condicionado por este fator, desde o início do PRBE. A legislação referente à função de Professor Bibliotecário [Portaria nº 192-A/2015] (ANEXO 2) garante que recursos qualificados e especializados, nesta área, assegurem a gestão e a dinamização dos recursos da biblioteca. A Portaria n.º 192-A/2015<sup>9</sup>

estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário, o modo de designação de docentes que constituem a equipa da biblioteca escolar, as regras concursais aplicáveis às situações em que se verifique a inexistência no agrupamento de escolas ou nas escolas não agrupadas, de docentes a afetar para as funções de professor bibliotecário, e as regras de designação de docentes para a função de coordenador interconselheiro para as bibliotecas escolares.

Nesse sentido, as bibliotecas escolares contam com pessoal especializado na área da biblioteconomia escolar e / ou ciência da informação, garantindo assim atendimento, produtos, serviços e ações com padrões de qualidade estabelecidos no documento do Programa Rede de Bibliotecas Escolares – Quadro Estratégico 2014-2020, que são:

---

<sup>9</sup> <http://data.dre.pt/eli/port/192-a/2015/06/29/p/dre/pt/html>

- 1 Lugares de conhecimento e inovação, capazes de incorporar novas práticas pedagógicas;
- 2 Espaços de integração social, indispensáveis ao combate à exclusão e ao abandono escolar;
- 3 Locais de formação e desenvolvimento da competência leitora, condição de todo o conhecimento;
- 4 Focos difusores do gosto e do prazer de ler, fundamentais à construção de hábitos de leitura;
- 5 Áreas de ensino, essenciais à formação para as competências digitais, dos media e da informação;
- 6 Núcleos de apoio pedagógico, cruciais ao cumprimento dos objetivos educativos da escola;
- 7 Ambientes flexíveis, adaptados às mudanças tecnológicas e às necessidades dos usuários;
- 8 Estruturas lideradas por profissionais qualificados, capazes de responder às exigências funcionais e pedagógicas da escola;
- 9 Serviços de informação com conteúdos e recursos tecnológicos competentes para responder à mudança;
- 10 Redes dinâmicas sustentadas em práticas consistentes e enraizadas na comunidade;
- 11 Sistemas de cooperação com a sociedade, promotores da partilha de recursos e de saberes;
- 12 Organizações inclusivas, que garantem a igualdade no acesso a serviços e recursos de informação;
- 13 Unidades de gestão, orientadas para a qualidade e a excelência.

Cada padrão de qualidade apresentado no documento do Programa Rede de Bibliotecas Escolares – Quadro Estratégico 2014-2020, apresenta 3 linhas de ação que contemplam mediações nas bibliotecas escolares, desde as práticas

de leitura, como: apoio em pesquisa; aplicação de projetos sociais; desenvolvimento de competências em informação; recursos de informação atualizados; atualização de recursos tecnológicos; melhorias na gestão de coleções; parcerias com o Plano Nacional da Leitura; parcerias com as universidades, no sentido de ampliar as pesquisas sobre biblioteca escolar e leitura; parcerias entre bibliotecas; políticas de criação de bibliotecas digitais; criação de redes em nível local e nacional; criação de parcerias nacional e internacional; igualdade de acesso à informação e inclusão social; realização de estudos que mostrem o impacto das bibliotecas e produção de estudos e dos resultados dos projetos.

Com relação aos projetos, o PRBE tem executado programas de inovação e excelência em diferentes áreas, que comprovam uma qualidade na melhoria do ensino e na aprendizagem, nas competências e no envolvimento da comunidade educativa, em quatro eixos de parcerias: Entidades do Ministério da Educação e Cultura; Entidades públicas; Entidades privadas; Internacionais.

- Projetos com as Entidades do Ministério da Educação e Cultura de Portugal:

- a) **aLeR+**, que tem como objetivo desenvolver um ambiente integral de leitura;
- b) **Conta-nos uma história!**, que trata de incentivar a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), nomeadamente tecnologias de gravação digital de áudio e vídeo;
- c) **Ler+ Jovem**, que tem por principal estratégia o envolvimento e a dinamização da leitura pelos jovens junto da respetiva comunidade;
- d) **Ler, é para já!**, programa dirigido a jovens e adultos com poucos hábitos de leitura e que precisam aumentar os níveis de competência e consolidar as aprendizagens necessárias à qualificação profissional;
- e) **Todos Juntos Podemos Ler**, que tem como principal objetivo a criação de bibliotecas inclusivas, capazes de proporcionar oportunidades de leitura para todos alunos.

Projetos com Entidades Públicas:

- f) **A maior lição do mundo**, que trata do envolvimento dos alunos com questões ligadas aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável;
- g) **AdolesCiência**, revista que foi fruto da necessidade de um espaço para ajudar a desenvolver nos jovens a procura de conhecimento sério, o espírito científico, o respeito pela autoria e as competências de leitura e escrita;
- h) **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**, parceria para utilização das bases de dados do Arquivo Nacional;
- i) **CASES • Prémio António Sérgio 2017**, direcionado à premiação de trabalhos escolares;
- j) **Clássicos em rede • Centro de Estudos Clássicos da FLUL**, que tem como objetivo aumentar os conhecimentos sobre a cultura clássica;
- k) **Competição Europeia da Estatística • INE**, que tem como objetivo promover a curiosidade e o interesse dos alunos pela estatística;
- l) **Histórias com ciência na BE • Universidade de Aveiro**, que tem como objetivo a realização de um ciclo de conferências no âmbito da História das Ciências, a decorrer nas bibliotecas das escolas secundárias;
- m) **Media@ção**, que trata de questões ligadas à Internet e aos novos media, tais como a navegação em segurança, os direitos de autor, o uso pedagógico dos media, a liberdade e a responsabilidade no mundo virtual<sup>10</sup>;
- n) **Newton gostava de ler! • Universidade de Aveiro**, que aborda questões como: o conhecimento científico é decisivo para o avanço civilizacional; a biblioteca escolar garante condições para emanar ciência;
- o) **Operação 7 dias com os media 2017**, que tem como objetivo sensibilizar os cidadãos para o modo como os media influenciam e até configuram a vida quotidiana e a cultura;
- p) **REAtar • Biblioteca Nacional de Portugal**: Recursos Educativos Abertos, Tecnologias e Aprendizagem em Rede (REAtar) tem como objetivo captar o interesse de professores, bibliotecas escolares e alunos para a utilização da Biblioteca Nacional Digital (BND), enquanto fonte de

---

<sup>10</sup> [http://www.rbe.min-edu.pt/np4/np4/?newsId=2029&fileName=oficio\\_abertura\\_media18.pdf](http://www.rbe.min-edu.pt/np4/np4/?newsId=2029&fileName=oficio_abertura_media18.pdf)



recursos com elevado potencial para o ensino, a aprendizagem e a investigação;

- q) **Rómulo • Março, primavera, luz e livros (luminosos)** sugere que os professores bibliotecários, em articulação com outros docentes da escola / agrupamento, explorem as dinâmicas propostas no projeto Haja Luz nas Escolas;
- r) **SOBE • Escovar na Escola**, que visa incentivar as escolas e os jardins-de-infância a implementarem ou desenvolverem projetos de saúde oral, incluindo a escovação dos dentes efetuada pelos alunos diariamente, em ambiente escolar;
- s) **Voluntariado de leitura • Universidade Nova de Lisboa - CITI**, que se destina a potencializar o desenvolvimento de uma rede nacional de voluntariado na área da promoção da leitura.

- **Projetos com Entidades Privadas:**

- a) **Ações PORDATA KIDS**, base de dados que pretende responder com isenção e rigor à curiosidade natural dos mais pequenos e também ser um instrumento útil aos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico;
- b) **Bia e Kiko**, coleção que pretende proporcionar experiências educativas diversificadas para estimular a descoberta, a criatividade e a aprendizagem, abrangendo quatro áreas: *a Matemática, o Mundo, a Língua Inglesa e a Língua Portuguesa* (nesta última área, os recursos incluem o código ColorADD, sistema de identificação de cores para daltônicos);
- c) **Caixa de Euclides • Geometric World**, cujos objetivos são: contribuir para o desenvolvimento da inteligência espacial, da intuição e da criatividade; tornar mais fácil, motivador e abrangente o estudo da Geometria, ajudando a desenvolver o gosto pela Matemática; permitir uma abordagem transdisciplinar (Matemática, Física, Biologia, Desporto e Arte);
- d) **Casa das Ciências • Fundação Calouste Gulbenkian**, que tem como objetivo principal a melhoria das aprendizagens nas áreas científicas;
- e) **Educação para todos • Fundação PT**, projeto Todos Juntos Podemos Ler.

- f) **Ensaio filosófico • Associação de Professores de Filosofia**, promovido para suscitar o interesse pela escrita e a reflexão filosóficas, realçando a importância da disciplina de Filosofia na formação geral dos alunos do ensino secundário e consolidar competência em informação ;
- g) **Escola Virtual**, que tem por objetivos ações de divulgação e a aquisição das competências necessárias para explorar os recursos educativos digitais;
- h) **Escritores online**, que visa a divulgação conjunta de notícias, reportagens, entrevistas, vídeos e eventos relacionados com os livros, a leitura, os escritores e as bibliotecas escolares;
- i) **Histórias da Ajudaris 2017**, que busca fortalecer hábitos de leitura e escrita, promover a inclusão e a integração social através da arte e despertar a solidariedade;
- j) **Ler é cool • Prémios 2016**, que trata da promoção da leitura na escola;
- k) **Literatura BD • JANKENPON**, que estimula a leitura de histórias em quadrinhos e, simultaneamente, a leitura literária, bem como o desenvolvimento de competências de comunicação e expressão, da educação visual e artística;
- l) **Media Smart • APAN**, que visa trabalhar princípios da competência em publicidade;
- m) **Miúdos a votos • Visão Júnior**, que trata do ato eleitoral, permitindo aos seus alunos expressarem a sua opinião e participarem na votação nacional;
- n) **Plasticologia marinha 2017-18 • Oceanário de Lisboa**, que busca sensibilizar e educar para a problemática do plástico nos oceanos;
- o) **Põe a tua terra nos píncaros! • Rádio Miúdos**, que tem como destinatárias todas as escolas públicas dos 100 municípios do centro do país, e pretende premiar a dedicação das crianças à sua terra, e descobrir quem tem boas ideias para fazer programas de rádio;
- p) **Quem conta um conto... ao modo de Saramago!?**, concurso que lança um desafio aos jovens que queiram ousar a sua primeira experiência de escrita através da criação de textos originais inspirados na obra *Memorial do Convento*, utilizando as competências justas para a produção literária sob a forma narrativa do conto;

- Projetos Internacionais:
  - a) **Comissão Nacional da UNESCO**, que tem o objetivo de formalizar a parceria entre esta instituição e a RBE no domínio da competência científica, de forma a sensibilizar a comunidade educativa para os problemas ambientais e da saúde;
  - b) **International Federation of Library Associations and Institutions**: a Rede de Bibliotecas Escolares tem estado presente, desde 1998, em algumas destas conferências onde participou, por exemplo, nos trabalhos de preparação do Manifesto da Biblioteca Escolar, publicado pela IFLA/UNESCO em 2000 e traduzido para português pela RBE;
  - c) **International Association of School Librarianship**: a Rede de Bibliotecas Escolares é membro da IASL desde 1996; corresponde à necessidade da Rede em se manter atualizada com a vasta e diversificada realidade das bibliotecas escolares em escala internacional e com a pesquisa e produção de conhecimento nesta área;
  - d) **Moçambique**: em articulação com o Plano Nacional de Leitura (PNL), visa integrar à RBE a Biblioteca da Escola Portuguesa de Moçambique (EPM), criar bibliotecas e promover a leitura em escolas moçambicanas;
  - e) **Timor-Leste**: visando integrar à RBE a Escola Portuguesa Ruy Cinatti, de Díli (EPRC), criar e desenvolver bibliotecas escolares e outras iniciativas de promoção da leitura em escolas timorenses.<sup>11</sup>

Os projetos do PRBE contemplam diversas áreas do conhecimento em dimensões expandidas, por meio de uma capilaridade em diversas disciplinas e geografias. Com cunho educacional e social, os projetos encaminham a comunidade para o aprendizado ao longo da vida. Estimulam as questões sociais, comunicacionais, educacionais. Favorecem o estímulo à criatividade e as práticas de leitura, originadas da iniciativa e do apoio do Estado (também como promotor de parcerias) para criar políticas públicas que interagem com educadores, intelectuais e sociedade.

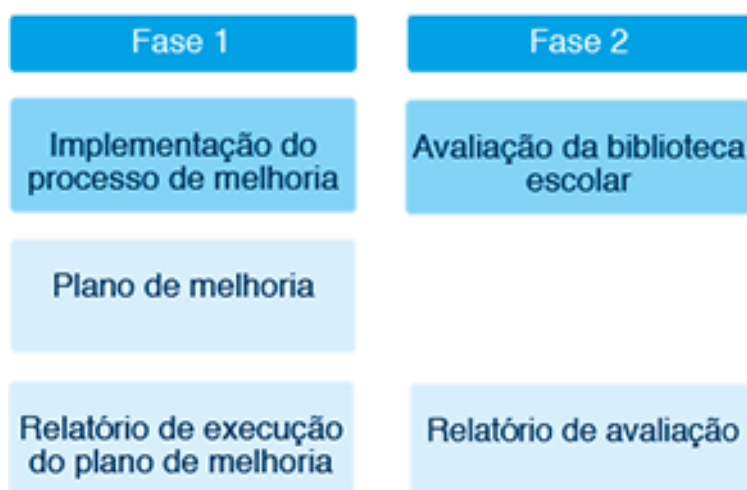
---

<sup>11</sup> [http://www.rbe.min-edu.pt/np4/projetos\\_parcerias/](http://www.rbe.min-edu.pt/np4/projetos_parcerias/)

Neste sentido, tanto os projetos como a Rede de Bibliotecas Escolares têm sido avaliados, nos últimos anos, como instrumento essencial de gestão e implementação de boas práticas. É, hoje, um procedimento natural nos agrupamentos / escolas, integrando a sua autoavaliação.

Com o objetivo de continuar a avaliação das bibliotecas, a Rede de Bibliotecas Escolares planeja publicar, ainda no decorrer de 2017/2018, uma nova versão do *Modelo de avaliação da biblioteca escolar*, que deve manter os princípios norteadores do modelo anterior, que se constitui das seguintes fases:

**Figura 1 – Fases de Avaliação**



Fonte: PRBE 2017

Para o novo ciclo de avaliação que começa em 2017/ 2018, será preservado o princípio de alternância entre as fases da implementação do processo de melhoria e da avaliação da biblioteca escolar. Nessa fase, as bibliotecas formulam o *Plano de melhoria*, que inclui: a) análise dos resultados apontados no último ciclo de avaliação; b) produção de um diagnóstico que torne possível detectar os pontos a serem aperfeiçoados, nos casos em que a biblioteca não tenha ainda cumprido o processo de avaliação. Tais planos de melhoria nas bibliotecas serão implementados como o apoio local dos coordenadores interconselheiros, sob a supervisão do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares.

Para a consecução destes objetivos, é ferramenta fundamental o referencial *Aprender com a biblioteca escolar*, como comprovaram as escolas que recorreram à sua aplicação, em termos de motivação dos alunos e de enriquecimento das práticas de ensino, além dos próprios resultados e produtos advindos desse referencial. Para 2017-2018, a Rede de Bibliotecas Escolares espera que o *Aprender com a biblioteca escolar* seja cada vez mais utilizado por todos os professores bibliotecários como instrumento de superação dos desafios enfrentados pelas escolas, apoiado também em esforços conjuntos entre outros professores, parceiros e órgãos de gestão.

### **3.2 Redes de Bibliotecas Escolares no Brasil**

O setor de informação é, por sua própria natureza, um setor heterogêneo. Com a existência da diversidade de ambientes informacionais e profissionais da informação, este setor apresenta variedades em suas atividades que dependem dos diferentes tipos de instituições e da participação igualmente diversa do sujeito – usuário.

Em consonância com a Biblioteconomia, temos como objetivo: a democratização da cultura por meio das bibliotecas públicas; a difusão e a conservação do patrimônio nacional, por meio das bibliotecas nacionais; a proliferação das pesquisas científicas nas bibliotecas universitárias; a propagação do incentivo à leitura nas bibliotecas escolares.

No entanto, este trabalho trata das bibliotecas escolares e suas redes, e é importante se ter uma rede de bibliotecas escolares para o ensino brasileiro, no sentido de propiciar melhorias na educação o que tange às práticas educacionais. Outra parceira importante para melhoria da educação é a Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal que tem como objetivo instalar em todas as escolas do ensino público bibliotecas com recursos humanos e de uso e produção da informação em suportes analógico, eletrônico e digital.

E para compreender melhor as redes de informação, é importante conhecer seus objetivos centrais que, para Rowley (1994, p. 285), permanecem constantes desde o início da década de 1970: - mostrar o conteúdo de um grande

número de bibliotecas ou de um grande número de publicações, principalmente por meio do acesso a bases de dados catalográficos, com o emprego de interfaces de catálogos em linha de acesso público; - fazer com que os recursos mostrados nessas bases de dados catalográficos se tornem disponíveis para bibliotecas e usuários, onde e quando sejam necessários; - “compartilhar custos e esforços despendidos na criação de bases de dados catalográficos, por meio do intercâmbio de registros e atividades correlatas” (TOMAÉL, 2005).

Nesse aspecto, Tomaél (2005, p. 1) destaca que “as alianças se tornam cada vez mais indispensáveis para o desenvolvimento de práticas comuns que vão facilitar e redimensionar o contexto informacional em que estamos inseridos”, e, ainda, “em todas as atividades e áreas do conhecimento, a formação de redes de informação está fortalecendo as partes envolvidas, reduzindo os custos das operações e diminuindo o tempo gasto em cada fase do processo”.

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação contribui para criar um novo ambiente de acesso, disseminação, cooperação e promoção do conhecimento em escala global. Estamos vivendo a era digital da informação, em que as redes eletrônicas e a internet predominam em praticamente todos ambientes sociais: no trabalho, no lazer, nas relações entre os indivíduos, nas comunidades científicas, proporcionando maior agilidade e eficácia de comunicação, reduzindo esforços nas rotinas diárias e ampliando as possibilidades de acesso à informação em todo o mundo.

As Tecnologias da Informação e Comunicação se fazem necessárias nas mais diversas tarefas, principalmente em bibliotecas e unidades de informação, permitindo que a comunicação e a execução de um trabalho sejam mais rápidas e eficientes, facilitando a organização, a recuperação e a disseminação da informação. Nesse aspecto, os dados organizados se tornam mais acessíveis à sociedade da informação e do conhecimento, propondo sua disseminação de forma mais globalizada.

Segundo Fleury (1995), a adaptação às novas demandas, aos recursos e às tecnologias disponíveis e o aproveitamento das oportunidades levam o bibliotecário a ter a mente aberta para buscar as melhores soluções que facilitem

o seu desempenho profissional. Para aceitar as questões da modernidade e enfrentar desafios, aprendendo a trabalhar em grupo e, possivelmente, liderar grupos. A integração pluridisciplinar e o trabalho em equipes compostas por vários profissionais correspondem às necessidades concretas e específicas do trabalho de informação multifuncional, tanto no setor público como no privado. Assim, são necessários mecanismos específicos para organizar a informação, ou seja, organizar os próprios acervos e também as redes de informação que se integram na busca da informação, tornando o conhecimento útil.

No sentido das perspectivas de funcionamento de uma rede de informação e, em nosso caso, da rede de bibliotecas escolares, é essencial que, devido à sua própria natureza, essas redes de bibliotecas escolares tenham, como instituição de coordenação, uma ligação com as secretarias municipais de educação e cultura, com o objetivo de desenvolver serviços centralizados e possibilitar atividades de cunho cultural, social e educacional.

Para Pimentel (1977), a rede tem, entre seus objetivos, promover: programas e ações de cunho cultural e educacional; práticas de leitura e da mediação da informação; integração da escola com a comunidade; produtos e serviços de informação; treinamento especializado; programas de parceria.

Em consonância com os objetivos de uma rede, das atividades das bibliotecas escolares e da Lei 12,244/2010, temos procurado, ao longo do trabalho docente e do trabalho de pesquisa, cultivar olhares de interface na relação desses campos de saber, propondo aos alunos o contato com os espaços da biblioteca escolar e as linguagens informacionais, apresentando-os a esse movimento que, na contemporaneidade, reclama um profissional menos tecnicista e mais comprometido com a mediação e o usuário. Nesse sentido, perguntamos: existem redes de bibliotecas escolares brasileiras que se diferenciam no fazer, no ler, na pesquisa? Pensando em sinalizar respostas, na próxima seção apresentamos algumas das redes de bibliotecas escolares do Brasil, sobre as quais foram publicados trabalhos na literatura científica.

No Brasil existem duas modalidades de biblioteca escolar. Uma delas é a das bibliotecas escolares da rede de escolas particulares, que têm um público de maior poder aquisitivo e as escolas com mais condições financeiras. Nessa

realidade, a biblioteca escolar é um atrativo e têm características essenciais para as práticas de leitura nos pequenos e mais jovens, por conta da presença dos dispositivos eletrônicos e digitais, onde as mídias sociais já fazem parte irreversivelmente da vida de alunos e professores.

As bibliotecas das escolas da rede de ensino particular têm diversas ferramentas de suporte para as práticas de leitura; possuem a estrutura das tecnologias de informação e comunicação; consideram a biblioteca como espaço cultural; contam com profissionais dinâmicos, que leem, conectados com os livros e com a leitura, literatura e tecnologias; têm sustentação nas práticas de compartilhamento do conhecimento dentro da organização, ou seja, têm apoios dos diversos setores das escolas; têm atitudes, habilidades e competências que habilitam os profissionais a trabalharem de forma positiva nas diferentes ações na biblioteca; têm postura de gestores nas bibliotecas, de forma a gerir recursos e serviços de informação. Portanto, são bibliotecas que têm condições e recursos para promover atividades de extensão cultural para a comunidade, como recreação e lazer; pela diversidade de materiais, consegue despertar o interesse do leitor, multiplicar as práticas de leitura e, com isso, aproximar a comunidade escolar deste espaço.

A outra rede é a de ensino nas escolas públicas. Segundo Instituto (2017, p. 10)<sup>12</sup>, existem 39.820.000 milhões de alunos (81,6%) em 146.273 escolas públicas (78,6%), em relação à rede de ensino particular, ou seja, a maioria dos alunos brasileiros frequenta as escolas públicas. O Instituto (2017, p. 3) aponta também que 50.5% das escolas de educação básica possuem biblioteca e/ou sala de leitura, mas não esclarece quais são as percentagens de biblioteca e de sala de leitura, quais são as percentagens de escola particular e de escola pública.

Muito pouco se sabe sobre a existência de redes de bibliotecas escolares nos municípios brasileiros, pois na grande maioria dos municípios não existe o cargo de bibliotecário na secretaria municipal de educação.

---

<sup>12</sup>[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_e\\_statisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_e_statisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)



Portanto, realizou-se uma pesquisa na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI – com as palavras-chave “rede de bibliotecas escolares” no período de janeiro de 1972 até dezembro de 2017, no sentido de resgatar quais artigos tratam sobre as redes de bibliotecas escolares da rede pública de ensino no Brasil. Foram recuperados 40 artigos científicos e, após a leitura dos resumos e das palavras-chave, concluímos que 14 artigos científicos tratam de rede de bibliotecas escolares de escolas públicas no Brasil. Consideramos como rede as que contêm apenas as bibliotecas escolares públicas.

Como exemplo de exceção aqui retratado, na referida pesquisa na base de dados BRAPCI, a rede de bibliotecas de São Carlos/SP, que não é uma rede de bibliotecas especificamente escolares. O [Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos](#) (SIBI)<sup>13</sup>, criado pela Lei Nº 13.464 de 02 de dezembro de 2004, tem como missão a implantação e consolidação do Programa de Incentivo ao Livro e à Leitura, envolvendo educação e cultura, em um movimento de compromisso de todos: escolas, bibliotecas e comunidade. O SIBI integra atualmente 18 bibliotecas: 5 bibliotecas públicas, 8 Escolas do Futuro – bibliotecas escolares comunitárias, bibliotecas de apoio, Espaço Braille, Miateca Pública Municipal, Biblioteca Jurídica, Centros de Documentação e 1 biblioteca de acervo temático (SÃO CARLOS, 2005).

Outro sistema de bibliotecas escolares organizadas em rede é o do CEUs - Centros Educacionais Unificados do município de São Paulo, criado pela Portaria 4672/06 – Secretaria Municipal de Educação, que aprova o Regimento Padrão dos Centros Educacionais Unificados – CEUs. As 46 bibliotecas dos CEUs são unidades multidisciplinares, destinadas tanto ao público escolar quanto à comunidade em geral. Os acervos são compostos por livros, CDs, CD ROMs, DVDs, vídeos, e foram planejados de maneira a contemplar todas as faixas etárias, oferecendo atendimento à pesquisa, empréstimo domiciliar e programações culturais (PREFEITURA, 2006).

---

<sup>13</sup> <http://www.seabd.bco.ufscar.br/referencia/emprestimo-entre-bibliotecas-eeb-1/sibi-sao-carlos-sistema-de-bibliotecas-municipais#section-4>

Como resultado final, segundo a pesquisa da BRAPCI, apontamos 09 redes de municípios no Brasil, além das redes de Curitiba e do Rio de Janeiro que foram por mim descobertas durante pesquisas anteriores sobre o tema realizadas ao longo de uma década.

Nesse aspecto, nos foi apresentado as redes dos municípios de Santos (OLIVEIRA; NUNES, 2011); Florianópolis (SILVA; ALVES; VIAPIANA, 2008), (BEDIN; CHAGAS; SENA, 2015); do Estado de Santa Catarina (GARCEZ, et. al., 2016), (GARCEZ, 2014); São Bernardo do Campo (SCANNAPIECO, 2002), (VIANA, PIERUCCINI, 2005); Vitória (SILVA; MORAES, 2014); Fortaleza (PAES, et. al., 2013); Estado do Paraná (GEHRKE; BUFREM, 2013); Belo Horizonte (CAMPELLO, et al., 2004), (PROGRAMA, 2013); Ribeirão Preto (NASCIMENTO; CASTRO FILHO, 2007), (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2016).

- **Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Santos**

A Secretaria de Educação do município de Santos vem, desde 1996, por meio do projeto Biblioteca de Portas Abertas, incentivando a leitura e o acesso à cultura junto aos alunos, aos professores e à comunidade em geral. Após a reforma administrativa em 2005, a Biblioteca passou a fazer parte do Departamento Pedagógico (DEPED), da Coordenadoria de Formação Educacional (COFORM), sendo criada a Seção de Biblioteconomia e Multimídia (SEBIBLI). A Seção coordena 40 bibliotecas escolares da rede municipal de educação e uma biblioteca central, a Biblioteca Mário Quintana, que atende a todos os educadores das redes municipal, estadual e particular de toda a região.

O projeto Biblioteca de Portas Abertas faz parte do plano de revitalização das bibliotecas e foi elaborado pela Seção de Biblioteconomia e Multimídia (SEBIBLI). É voltado ao incentivo à leitura dos alunos nas unidades municipais de educação e prevê a adequação dos espaços, a troca de mobiliário, a renovação do acervo e a implantação do “cantinho da leitura”. Prevê ainda a formação continuada dos auxiliares de biblioteca e/ou professores readaptados em biblioteca escolar, que desenvolvem projetos de leitura dentro das Unidades Escolares em que atuam. Nas bibliotecas escolares são realizadas diversas atividades de incentivo à leitura.

O quadro de funcionários da Seção de Biblioteconomia e Multimídia e Bibliotecas Escolares é composto por: “3 bibliotecários (SEBIBLI) que gerenciam os funcionários e bibliotecas escolares; 55 auxiliares de bibliotecários (distribuídos nas bibliotecas escolares e SEBIBLI); 20 professores readaptados (distribuídos nas bibliotecas escolares e SEBIBLI)” (OLIVEIRA; NUNES, p. 126).

A equipe de bibliotecários da SEBIBLI supervisiona e orienta a seleção e a organização do acervo e as atividades de incentivo e promoção da leitura nas 41 Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino<sup>14</sup>.

- **Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Florianópolis**

A Rede de Bibliotecas do município de Florianópolis tem a gestão da Coordenadoria de Bibliotecas Escolares e Comunitárias – CBEC. É composta de 38 Bibliotecas, 1 localizada no Centro de Educação Continuada da própria Secretaria e 37 nas Escolas do Ensino Fundamental, designadas Bibliotecas Escolares e Comunitárias, que atendem ao coletivo e escolar (alunos, professores, equipe pedagógica, diretores e demais funcionários), como também a comunidade onde estão inseridas nos diversos bairros do município. O quadro de pessoal das bibliotecas é composto por 33 bibliotecários, sendo que 30 atuam nas bibliotecas das escolas, 01 na biblioteca da Secretaria Municipal de Educação e 02 na CBEC; há 27 auxiliares de biblioteca (profissionais readaptados) e 05 estagiários (SILVA, ALVES, VIAPIANA, 2008).

Dentre as atividades realizadas pelos bibliotecários nas bibliotecas, destacam-se: a) difundir a importância da leitura; b) orientar o usuário para a leitura e pesquisa; c) preservar e disseminar a informação; d) planejar ações para os serviços da biblioteca; e) organizar o acervo e organizar eventos.

- **Rede de Bibliotecas Escolares do Estado de Santa Catarina**

O projeto da rede de bibliotecas escolares do estado de Santa Catarina tem como objetivo, “a elaboração de uma proposta de criação do cargo de

---

<sup>14</sup> <http://www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/page.php?114>

bibliotecário para as 1.112 escolas estaduais. Esse projeto prevê não apenas a criação do cargo, cerca de 300, mas o funcionamento de uma rede de bibliotecas estruturada em três pontos estratégicos para a atuação desse profissional” (GARCEZ, et. al., 2016, p. 251).

Na reestruturação a grande novidade deu-se pela distribuição dos 300 cargos em três distintas áreas de atuação profissional: a) unidade central da Secretaria de Estado da Educação (SED); b) Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) – unidades descentralizadas do Executivo, ou nas Gerências Regionais de Educação (GEREI) – unidades setoriais da SED; e, c) unidades escolares distribuídas em 293 municípios (GARCEZ, 2014, p.6)

Nesse aspecto, a estrutura da rede do estado de Santa Catarina tem a preocupação de que os municípios do estado configurem com uma rede de escolas estaduais com o privilégio de serem bibliotecas nas escolas, mas do tipo Departamental, isto é, Departamentos ou Unidades setoriais que farão a gestão das bibliotecas escolares.

Há razão para tal situação: “Isso acontece justamente porque em Santa Catarina há 1.112 unidades escolares e cada uma delas com realidades (social, econômica, cultural, política) bastante distintas”[...] e [...] “portanto, é preciso estar atento a tais detalhes quando da distribuição dos bibliotecários nessas unidades, sobretudo, quando se atenta para o fato de que em meio a tantas diferenças, existe algo em comum entre elas: em nenhuma há bibliotecário” (GARCEZ, 2014, p. 9).

- **Rede de Bibliotecas Escolares Municipais de São Bernardo do Campo**

A rede municipal de ensino possui atualmente 73 bibliotecas escolares interativas, além de 61 adequações de bibliotecas com linguagem interativa instaladas nas Escolas de Ensino Infantil. A Rede Escolar de Bibliotecas Interativas (REBI), da cidade de São Bernardo do Campo (SBC), situada na Grande São Paulo, foi concebida a partir do paradigma da apropriação cultural.

A REBI surgiu a partir de parceria entre a gestão municipal e o então Programa Serviços de Informação em Educação (PROESI) – do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CBD/ECA/USP) –, sob a coordenação geral do Prof.

Dr. Edmir Perrotti, firmada por meio de convênio de cooperação técnico-acadêmica. Em 23 de agosto de 1999, foi criado então o PRÓ-REBI SBC – Programa Rede Escolar de Bibliotecas Interativas de São Bernardo do Campo – , resultado da assinatura do convênio de cooperação técnico-acadêmica firmado entre a Prefeitura e a Universidade de São Paulo (VIANA, PIRUCCINI, 2005).

De acordo com Scannapieco<sup>15</sup> (2002, p. 1), o

PRÓ-REBI SBC representa uma proposta inovadora e possibilidade extremamente rica de ação transformadora da educação no país. A simplicidade operacional do projeto aliada à sua capacidade mobilizadora e agregadora poderão fazer com que a qualidade da formação de crianças, jovens e adultos atinja um novo patamar no município, trazendo alento aos diferentes segmentos populacionais quanto à sua efetiva integração e participação na vida sociocultural. Ao atender alunos, professores, familiares e comunidade em geral, O PRÓ-REBI SBC servirá como um convite à integração social e poderá ser um elo entre diferentes segmentos populacionais.

Ao contemplar tais conceitos, a Biblioteca Escolar Interativa configura-se como espaço vivo e ativo, de intercâmbios culturais, onde a comunidade expande e transforma seu repertório simbólico, ao mesmo tempo em que expande e transforma o repertório da própria biblioteca. A equipe do PRÓ-REBI é composta por bibliotecários, Professores de Apoio à Biblioteca Escolar (PABEs) e orientadores pedagógicos.

- **Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vitória**

A rede de bibliotecas escolares do município de Vitória é composta por 52 bibliotecas escolares e 02 especializadas, sendo que nas escolares há um bibliotecário em cada unidade de ensino fundamental. Quanto às especializadas, também são gerenciadas por um bibliotecário. Pereira, Santos e Calmon (2013) relatam que a rede de bibliotecas escolares de Vitória é uma referência no país em serviços biblioteconômicos, pois cada biblioteca escolar tem um bibliotecário, que oferece serviços e produtos de informação e ensina aos estudantes a maneira correta de utilizar as fontes de informação.

---

<sup>15</sup> <http://alb.org.br/arquivo-morto/anais-jornal/jornal1/comunicacoes/PRO-REBI.htm>

Para Silva e Moraes (2104, p. 25) a rede de bibliotecas escolares de Vitória é “ainda uma exceção na realidade do Brasil, pois existem bibliotecários atuando em todas as unidades da rede”, o que faz a diferença em escolas onde não existe o profissional bibliotecário. O município de Vitória antecipou-se à lei de 12.244/2010, pois desde 2005 as escolas já possuíam um acervo em cada biblioteca e com um profissional de nível universitário, o bibliotecário.

- **Rede de Bibliotecas Escolares do Município Fortaleza**

O Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares – SIMBE está em fase de institucionalização, com perspectivas de integrar a Política Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, com a intenção de contratação de bibliotecários, com o propósito de implementar a Lei 12.244/2010. Esta dispõe que todas as escolas tenham bibliotecas, respeitadas as atribuições de competência exclusiva dos bibliotecários, conforme regulamentação da profissão.

De acordo com Paes, et. al. (2013, p. 632), o “SIMBE abrange hoje 258 escolas, cujas bibliotecas estão organizadas para melhor cumprir suas funções educativas, culturais, informacionais e de lazer, voltadas, sobretudo, para a formação de leitores de todas as idades”.

- **Rede de Bibliotecas Escolares Estaduais no campo no Estado do Paraná**

Pode-se afirmar que a biblioteca em escolas do campo, no estado do Paraná, é espaço praticamente inexistente, e não se trata de uma rede bibliotecas. Mas por se tratar de uma região diferenciada (rural) e não urbana, destacamos aqui como uma aproximação de se tornar futuramente possível uma rede. Segundo (GEHRKE; BUFREM, 2013, p. 112), as bibliotecas “atendem estudantes vindos da agricultura familiar, um dos modos de viver e trabalhar no campo paranaense, faxinalenses, ribeirinhos e reassentados das barragens”.

Os autores ainda retratam, por meio de uma pesquisa em 355 escolas, que os principais problemas com relação à biblioteca escolar são “a falta de espaço na escola; a expectativa da construção da escola e da biblioteca; a falta de profissional para trabalhar e o fechamento por falta de espaço ou pela

chegada do laboratório de informática na escola, que passou a ocupar a sala da biblioteca ou parte dela” (GEHRKE; BUFREM, 2013, p. 113). A pesquisa aponta ainda que poucas bibliotecas contam com espaço próprio, o que para os autores “não significa, entretanto, que seja apropriado” (GEHRKE; BUFREM, 2013, p. 114).

O caminho para essa implantação é longo. Mesmo não se tratando de uma rede de biblioteca escolar, pesquisas dessa natureza, quando disseminadas e entregues aos governantes, nos levam a acreditar que é possível assentar uma rede de bibliotecas escolares.

- **Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Belo Horizonte**

O Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RMEBH) foi criado em 1997<sup>16</sup> e está vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SMED), na Gerência de Coordenação de Política Pedagógica e de Formação (GCPF). É responsável por orientar o trabalho nas 189 bibliotecas das escolas de Ensino Fundamental e na Biblioteca do Professor, sediada no prédio da SMED. Todas as escolas da RMEBH possuem bibliotecas, cujo trabalho é coordenado por bibliotecários. Além dos profissionais com curso superior em Biblioteconomia, também atuam nesse espaço auxiliares de biblioteca concursados e professores em readaptação funcional.

As bibliotecas escolares da RMEBH possuem acervos diversificados, atualizados e de qualidade, graças a verba própria, garantida pela Lei Orgânica do Município, e a uma política própria de desenvolvimento de acervo. Das 189 bibliotecas escolares, 41 são denominadas bibliotecas-polo, que atendem também a comunidade em geral.

Segundo o Programa (2013, p. 18), a estrutura conta com 43 bibliotecários, dos quais 41 estão concentrados nas escolas que possuem bibliotecas-polos, que atendem a comunidade em geral. Esse profissional é responsável também por 3 ou 4 bibliotecas em média, chamadas de coordenadas. Os bibliotecários têm reuniões periódicas, para apresentar ações

---

<sup>16</sup><http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=educacao&tax=8427>

e estudos de interesses a biblioteca escolar. A rede conta ainda com 450 profissionais como auxiliares de biblioteca e professores em readaptação funcional. Os responsáveis têm como metas o desenvolvimento de projetos com ações de mediação da leitura, de orientação à pesquisa escolar e da organização da biblioteca.

A Coordenadoria do Programa de Bibliotecas da RMEBH publicou alguns livros como: *Orientações para o uso da biblioteca escolar* (2017), o segundo volume da Coleção Cadernos do Programa de Bibliotecas; *Políticas de desenvolvimento de acervo das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte* (2009); *Literatura em movimento: acervos literários do kit escolar* (2016); *Literatura em casa e na escola* (2015); *Mediação da literatura* (2014); *Direito à literatura* (2013); *Democratização da literatura* (2012); *Experiências em mediação de leitura* (2015) e muitos outros.

Trata-se de uma rede brasileira de biblioteca escolar diferenciada em relação a outros municípios, pois tem a preocupação com ações na biblioteca escolar, com a formação continuada dos profissionais, com as melhorias e a dinamização do acervo, com a informatização do acervo e com políticas para a dinamização da leitura.

- **Rede de Bibliotecas Escolares Município de Curitiba**

A Rede Municipal de Bibliotecas Escolares de Curitiba (RMBE) foi instituída por meio do decreto nº 376, de 17 de abril de 2007, e está vinculada ao Departamento de Desenvolvimento Profissional da Secretaria Municipal da Educação, coordenada pela Gerência de Faróis do Saber e Bibliotecas (GFSB). Atualmente conta com 196 unidades, sendo 32 Faróis do Saber em escolas, 9 Faróis do Saber em praças, 149 bibliotecas escolares, 3 bibliotecas temáticas, 1 biblioteca especializada em educação e 2 gibitecas<sup>17</sup>. Não temos dados sobre as condições dessa rede, nem sobre a existência de bibliotecários que atuam nessa rede. De acordo com a secretária municipal da Educação, Roberlayne

---

<sup>17</sup> <http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/rede-de-bibliotecas-escolares-na-rede-municipal-de-ensino/456>



Borges Roballo em entrevista no site da prefeitura municipal de Curitiba em 2016,

este trabalho deve ser articulado entre as professoras, pedagogas e agentes de leitura e o objetivo é enriquecer o repertório das crianças e estudantes, formar o leitor e garantir as habilidades necessárias para que façam diferentes tipos de leituras, em diversos suportes textuais, com interpretações que contribuam para a reflexão, capacidade argumentativa e reflitam positivamente no desempenho escolar e na cidadania<sup>18</sup>.

Nesse aspecto, a rede se configura com agentes de leitura, pois a maior preocupação da rede é com ações que norteiem os parâmetros da qualidade da leitura. A rede elabora anualmente o Encontro da Rede Municipal de Bibliotecas de Curitiba com palestras, atividades artísticas, culturais e educacionais.

- **Rede de Bibliotecas Escolares do Município do Rio de Janeiro**

A Rede de Bibliotecas Municipais do Rio de Janeiro<sup>19</sup> tem como missão: a) disseminar uma cultura leitora na rede pública municipal de ensino; b) mobilizar escolas, creches, bibliotecas escolares municipais, e comunidades do entorno; c) envolver professores, funcionários, alunos e suas famílias na leitura literária.

Com assinatura do Decreto nº 33.444, de 1 de março de 2011, as 16 Bibliotecas Populares Municipais que faziam parte da Secretaria Municipal de Cultura passaram a integrar a rede de unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação. Hoje a rede conta com 15 Bibliotecas de Escolas Municipais, pois, a partir dessa data, a Gerência de Mídia-Educação começou a desenvolver um trabalho para a efetiva integração dessas unidades que foram denominadas Bibliotecas Escolares Municipais (BEM). Todas as nossas bibliotecas são geridas por um bibliotecário formado, que são, assim com as bibliotecas, registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia - 7ª Região.

- **Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Ribeirão Preto**

---

<sup>18</sup> <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/rede-municipal-de-bibliotecas-escolares-recebe-21-mil-novos-livros/39720>

<sup>19</sup> <http://bemrj.blogspot.pt/p/historico.html>

Pesquisa realizada por Nascimento e Castro Filho em 2006 teve como principal objetivo diagnosticar e denunciar a real situação das bibliotecas das escolas de ensino fundamental da Rede Estadual de Ensino do município de Ribeirão Preto - SP, no que diz respeito à existência e funcionamento, aos recursos, usuários e serviços prestados. Dados obtidos por meio de observação direta à totalidade das escolas que constituíram o público-alvo da pesquisa e aplicação de questionários aos responsáveis pelas bibliotecas existentes permitiram detectar uma situação extremamente precária, uma vez que praticamente inexistem bibliotecas nas escolas pesquisadas, assim como recursos básicos nas poucas existentes, o que mostra um total descaso por parte das autoridades competentes em relação a um recurso indispensável na educação da Sociedade da Informação (NASCEIMENTO; CASTRO FILHO, 2006).

Dez anos depois, pesquisa realizada por Camillo e Castro Filho em 2016 teve como principal objetivo a criação de um projeto piloto proposto ao sistema educacional municipal da cidade de Ribeirão Preto (SP). Concluiu-se que o modelo para a implementação de uma rede de bibliotecas em Ribeirão Preto torna-se parte de uma reflexão conjunta para que essa realidade venha ser possível à população ribeirão-pretana. Acreditamos que tal modelo pode servir também como proposta para implantação em âmbito nacional.

A seguir transcrevemos a íntegra da proposta de rede de bibliotecas escolares elaborada para o sistema educacional municipal da cidade de Ribeirão Preto (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2016).

- INTRODUÇÃO

Não é possível que esqueçamos que um dos maiores desafios no Brasil são as lutas existentes frente aos inúmeros contextos que há muito são discutidos na literatura em torno dos eixos de atuação e responsabilidade incumbidos ao Estado na conjectura de políticas públicas culturais, educacionais e informacionais. A biblioteca escolar é uma das figuras protagonistas nesse enredo de discussões que procura lhe conferir destaque como parte reconhecidamente legitimada na política educacional de uma nação.

Embora a tentativa de discutir bibliotecas escolares no Brasil pareça uma questão difícil, mais naturalmente é assumir a verdade de que é impossível discorrer sobre algo que não existe, caso sejamos rigorosos na sua utilização conceitual (SILVA, W., 1999).

Milanesi (1985) já considerara em seus escritos que existe uma real e latente ausência de bibliotecas em muitos municípios brasileiros, quer sejam estas de quaisquer tipologias a serem consideradas – sobretudo bibliotecas públicas e bibliotecas escolares – principalmente em termos de constituição de políticas públicas. Se assim considerarmos essa abordagem a partir dos aspectos básicos da filosofia que determina essas instituições – como infraestrutura, acervo, profissionais, acessibilidade e a exposição das obras existentes no acervo –, estaremos aptos a repensar, então, o que tem recebido título de biblioteca nesse contexto da contemporaneidade. Algo que, atualmente, em meio a tantos discursos permeados pelo advento das tecnologias da informação e da comunicação, torna-se considerável repensar se é viável a Biblioteca merecer tal título em meio a tanta desvalorização dos seus já mencionados espaços:

[...] as bibliotecas das áreas mais subdesenvolvidas são um reflexo delas. Alegam os administradores: se não há escolas, não há motivo para construir bibliotecas; se a população não come, por que ler? O analfabeto morre em silêncio (MILANESI, 1985, p. 13-14).

Em defesa das bibliotecas públicas, todavia carentes de políticas públicas, à mercê de revitalizações, Milanesi (1985) ainda relata que, segundo o imaginário social,

por vezes ela é um armário com alguns livros escondido em alguma sala da prefeitura. Só funciona para efeito de estatística. Segundo, como alguns rios nordestinos, as bibliotecas podem ser intermitentes: funcionam em alguns períodos. Outras, obedecendo ao ciclo da vida, nascem, crescem e morrem (MILANESI, 1985, p. 12).

Hillesheim e Fachin (1999), discorrendo sobre as bibliotecas escolares, constata, em afinidade ao proposto por Milanesi (1985) nas assertivas acima, que “A concepção de Biblioteca Escolar para muitos é qualquer quantidade de livros, independente do assunto, uso e atualização e que são ‘organizados’ em uma salinha, situada geralmente na pior área física da escola” (HILLESHEIM;

FACHIN, 1999, p. 66), corroborando a calamidade biblioteconômica que ocorre no Brasil.

Favorecendo a importância que as bibliotecas escolares representam socialmente, as autoras continuam na ressalva de que

a Biblioteca Escolar é um centro ativo da aprendizagem, portanto precisa ser vista como um núcleo ligado ao esforço pedagógico dos professores e não como um apêndice das escolas. A Biblioteca Escolar deve trabalhar com os professores e alunos e não apenas para eles (HILLESHEIM; FACHIN, 1999, p. 66).

Para que o direito dos seus usuários seja garantidos e haja sistematização das suas ações, a IFLA (Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias), em suas diretrizes para a biblioteca escolar, reforça a missão que está incumbida à essa instituição em seu pleno fazer global:

A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade actual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis (IFLA, 2005, p. 3).

Ao estabelecimento metafórico da razão de ser da Biblioteca Escolar trazido por Silva, (2010, p. 12), é possível denotar a sua elevação a um nível maior, comparando-a ao

[...] pulmão da escola, oxigenando e renovando o conhecimento que circula nas salas de aula, nos colégios invisíveis, na administração e no próprio contorno da escola, entre os pais e os parentes, colegas dos alunos e a comunidade na qual está inserida. A biblioteca escolar traz o novo para dentro da escola; alimenta constantemente os seus usuários de conhecimentos.

Sem que tenha refletido no seu espaço efetivo, a biblioteca escolar ganhou certa notoriedade no âmbito das políticas públicas através da criação e aprovação da Lei nº 12.244/10 – Lei da Biblioteca Escolar – que vem de uma antiga reivindicação de bibliotecários e movimentos educacionais sobre o incauto olhar do governo sobre as bibliotecas escolares.

Auxiliando no ensino, a Biblioteca Escolar traz a noção de completude às atividades escolares. A escola se tornaria um instrumento imperfeito caso não dispusesse de uma biblioteca escolar. Mas a biblioteca sem o ensino, por si só, seria um instrumento vago e de incertezas. Portanto, é inviável por parte da

escola cumprir sua missão sem que haja uma biblioteca como suporte às suas atividades. Assim, é imprescindível que cada biblioteca, dentro da sua respectiva escola, complete o processo educativo por meio do currículo escolar (PINHEIRO; SACHETTI, 2004).

Nesse amplo aspecto conjectural, desenvolvemos a ideia que nos faz trazer à discussão o conceito de configuração de uma rede bibliotecária a ser empregada como uma proposta para dar mais poder à biblioteca no processo de formação educacional, informacional e cultural dentro de um município.

A rede que se idealiza como projeto piloto é “uma organização [...] formada por um conjunto de bibliotecas conectadas que se comprometem formalmente na consecução de objetivos comuns” (GARCÍA MOLERO; VARELA OROL; GONZÁLEZ GUITIAN, 1988, p. 218, tradução nossa).

[...] se trata, antes de tudo, de estabelecer um sistema cooperativo pelo qual toda organização está se beneficiando de todo trabalho realizado por cada um dos seus elementos, se sustentando enquanto uma estrutura hierárquica mantém e fornece o serviço a todos os pontos da mesma (CAMACHO ESPINOSA; ORTIZ-REPISO, 2004, p. 112, tradução nossa).

Como um fio condutor ao caminho de uma transformação no desenvolvimento da cidadania, cultura, educação e informação por meio de uma rede bibliotecária que se pretende trabalhar sistemática e harmoniosamente, como um só organismo, para o bem da coletividade pertencente à comunidade escolar. Considera-se a presente investigação como apontamentos à criação de um projeto piloto proposto ao sistema educacional municipal da cidade de Ribeirão Preto (SP) – sendo este o seu objetivo.

Pensar a rede de bibliotecas como parte integrante do sistema municipal de ensino é tê-la como importante parceira na estratégia de melhoria da educação e combate aos aspectos que envolvam o insucesso escolar. Sua idealização tem relação com o ato dispô-la a agir como um centro controlador e coordenador das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Ribeirão Preto, envolvendo, sobretudo, as bibliotecas escolares das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio (EMEFEMs) ribeirão-pretanas.

Esta é uma investigação qualitativa e exploratória, que, segundo Gil (1999), tem por objetivo fornecer uma visão geral, de tipo aproximativo, sobre um fato.

Levantamento bibliográfico e documental também estão relacionados à esse nível de pesquisa, por isso o delineamento aqui empregado é bibliográfico, utilizando-se materiais de fontes primárias, secundárias e terciárias com levantamento realizado por meio de livros, periódicos, anais e bases de dados nacionais e internacionais através da internet.

- A REDE DE BIBLIOTECAS

Ao longo dos últimos anos pudemos presenciar como houve grande fomentação tecnológica, tomando proporções significativas nos inúmeros contextos sociais. Fala-se de avanços nas tecnologias da informação, privilegiando, sobretudo, o aspecto da comunicação envolto dessa característica de transversalidade que vem rompendo barreiras físicas e geográficas, juntamente com a possibilidade de interligar serviços, empresas e instituições, de modo que o trabalho colaborativo ocorra a despeito de cumprir propostas latentes como divisão e redução das tarefas, com o conseqüente aproveitamento por partes das instituições envolvidas no trabalho executado por um centro ou indivíduo (GOMES, 2010).

Ao delinear o que se refere à constituição de uma rede, é importante que, durante esse trajeto conceitual e explanatório, considerações prévias sobre um conjunto de equipamentos informáticos interconectados em perspectiva colaborativa não venha ofuscar o real sentido do termo que, por meio dessas assertivas, pretende-se empregar. É do conhecimento que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) são imprescindíveis para que as redes baseadas em equipamentos informáticos existam. Entretanto, em conjunção com o que se discorre sobre o conceito de formação de rede,

[...] se trata, antes de tudo, de estabelecer um sistema cooperativo pelo qual toda organização está se beneficiando de todo trabalho realizado por cada um dos seus elementos, se sustentando enquanto uma estrutura hierárquica mantém e fornece o serviço a todos os pontos da mesma (CAMACHO ESPINOSA; ORTIZ-REPISO, 2004, p. 112, tradução nossa).

Essa rede é a idealização da criação de um órgão central cooperador, controlador e coordenador das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino

de Ribeirão Preto, que privilegia em sua atribuição o planejamento, a programação, a coordenação e a dinamização da rede em todo o seu conjunto.

Conceber, então, a existência de uma rede de bibliotecas escolares em meio a esse contexto, significa, claramente, melhoria da produção, oferta de produtos e serviços, aproveitamento de recursos, realização de ações culturais e educativas por meio da rede aqui idealizada à população ribeirão-pretana, assim como um salto qualitativo na infraestrutura das bibliotecas escolares interconectadas à rede bibliotecária mediante sua atuação extensiva e cooperativa. Esse salto é de esforços atuais registrados na literatura que ressaltam, de maneira notória, a completude trazida às unidades de informação, portanto também às bibliotecas escolares, quando interligadas por um órgão central, formando, por isso, uma rede, como observado em Camacho Espinosa e Ortiz-Repiso (2004).

Assumir a idealização de criar uma rede de bibliotecas escolares traz em seu escopo articulações com a realidade brasileira no que tange à precariedade e ausência desses espaços na comunidade escolar. Sabe-se da existência de instrumentos políticos que podem corroborar para a reversão desse quadro nacional por meio de trâmites na esfera pública, destacando a conquista das bibliotecas escolares sobre sua universalização em território nacional, por meio da Lei nº12.244 aprovada em 2010. Ela estipula que em um prazo de 10 anos, isto é, até 2020, possa já ter ocorrido integralmente a universalização da biblioteca escolar nas instituições de ensino.

Paralelamente a isso, considera-se, portanto, que a elaboração de uma rede de bibliotecas escolares poderá constituir uma das medidas da política educativa municipal, prezando por uma remediação frente ao que é proposto pela Lei 12.244/10, já que não há vestígios do seu cumprimento no município, deixando as bibliotecas escolares sem escolha e, mais uma vez, à mercê do investimento e valorização.

As bibliotecas escolares já não podem mais esperar. Cada espaço de conhecimento elencado como biblioteca deve ser compreendido como um centro de recursos multimídia de acesso irrestrito, destinado a atividades de consulta e produção em diferentes suportes informacionais. Espera-se que as bibliotecas escolares atuem com a premissa de que são centros de iniciativas, inseridas na

vivência pedagógica da escola e abertas à toda comunidade local (VEIGA et al., 1996).

- PERSPECTIVAS DE FUNCIONAMENTO DA REDE

Devido à sua natureza, é proposto que a rede de bibliotecas escolares como órgão cooperador, controlador e coordenador funcione ligado à Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto. E que tenha como função o desenvolvimento de serviço centralizado de assistência, incluindo à sua incumbência o controle de aquisição e processos técnicos relativos às coleções das bibliotecas interligadas, além do desenvolvimento de atividades relevantes aos eixos cultural e educacional. Para tanto, previamente resgatando Pimentel (1977), a rede deve, então, objetivar:

a) Implantar treinamento por meio de programas que ofereçam condições mínimas para que a manutenção das bibliotecas seja realizada e garantida, adquirindo, desse modo, conhecimentos práticos de serviços técnicos e assistência aos leitores;

b) Prestar serviços de caráter técnico e cultural, além de prestar auxílio às bibliotecas nos seus mais diversificados contextos, incluindo a resolução de problemas que podem ser solucionados por meio do estabelecimento de uma unidade móvel;

c) Idealizar um programa parceiro junto às empresas particulares do município de Ribeirão Preto, que objetive o financiamento às bibliotecas escolares através de doações canalizadas. Como numa relação simbiótica, as bibliotecas da rede ganham em melhoria de produtos e serviços por meio do financiamento à rede. Já as empresas privadas têm a oportunidade de realizar abatimentos no Imposto de Renda;

d) Realizar cursos locais destinados a alunos e professores, que privilegiem a divulgação do uso da Biblioteca e dos livros. Desse modo, também orientar sobre as maneiras de obter conhecimento pela leitura;

e) Introduzir um mecanismo que se desdobre em torno da iniciação, amparo e completude de atividades em nível local, com o propósito de atrair leitores residentes perto da Escola e, desse modo, atrair doações canalizadas e dinamizar o meio cultural com apresentação de trabalhos e exposições, etc.;



f) Estabelecer pesquisas de avaliação que visem abordar condições presentes e perspectivas das tendências e escolhas futuras. Essa concepção de planejamento com posterior avaliação da aplicação resulta na possibilidade das bibliotecas orientarem as tendências naturais dos seus leitores;

g) Promover a integração da escola com a comunidade à qual pertence, antevendo que alunos e pais de alunos estejam reunidos em favor de um mesmo ideal.

Nesse contexto de formulações e implementações, é importante que haja corpo profissional qualificado que atenda às necessidades demandadas pela rede, elencando a necessidade de elaborar uma equipe multiprofissional que englobe, indubitavelmente, profissionais bibliotecários que comandarão atividades intrínsecas a esses fazeres do órgão, contando com inteirações possíveis de corpo técnico-pedagógico em prol da melhoria da coletividade escolar.

À vista disso, privilegiando o trabalho interdisciplinar, Veiga et al. (1996) ressaltam sobre a contribuição do professor nesse processo de atuação multidisciplinar. Discorre-se sobre um trabalho a ser realizado que deverá atentar para que estes docentes:

a) Sintam-se envolvidos num ambiente que suscite senso de pertencimento e adquiram o hábito de pró-atividade através da tomada de iniciativas de processos atualização e enriquecimento profissional;

b) Encontrem informação diversificada e passível de utilização no âmbito do seu trabalho docente, e possam requisitar documentos tais como livros e outros nos mais variados suportes informacionais, com direcionamento para atividades em sala de aula;

c) Possam recolher sugestões, ideias e materiais que sejam fontes de inspiração, apoiando-os no seu trabalho docente e no ajustamento aos alunos e às turmas;

d) Tenham desenvoltura de pensamento interdisciplinar, reconhecendo e recorrendo ao corpo profissional de bibliotecários da equipe para debater modalidades de incentivo à leitura nos alunos, assim como o seu prazer e a aprendizagem na procura autônoma da informação;

e) Encaminhem seus alunos para nesse espaço – a biblioteca escolar – para que eles possam realizar atividades de cunho estudantil ou de preenchimento de tempo livre.

Desse modo, na perspectiva demonstrada por Veiga et al. (1996), e corroborada por Silva (2010), preza-se para que cada biblioteca escolar se torne um núcleo da vida da escola. Ela traz o novo para dentro da vida pedagógica, alimenta os usuários de constante conhecimento, e por isso deve ser um espaço atraente, acolhedor e que cause o estímulo, onde os alunos, segundo Veiga et al. (1996):

a) Possam se sentir pertencidos ao ambiente onde estão e possam se habituar a considerar o livro e a informação como necessidades cotidianas e como intermináveis fontes de prazer e de evolução pessoal;

b) Sejam parte do paradigma do acesso à informação e ao conhecimento por meio de vasta tipologia documental como os livros, jornais, revistas, material audiovisual e tecnologias da informação;

c) Tenham a perspicácia do descobrimento, das descobertas não intencionais em informação, através da nutrição do prazer à leitura e de serem transformadores de si mesmos, recorrendo a fontes documentais disponíveis nos mais variados suportes;

d) Sejam aptos a estudar e encontrar com facilidade fontes de informação, desenvolvendo habilidades de seleção e controle de informação para realizarem atividades curriculares, quer seja em grupo ou individualmente, de maneira autônoma ou com apoio docente e de técnicos especializados;

e) Consigam adquirir competências e autonomia no domínio da informação escrita, digital e multimídia, e possam confeccionar documentos em vastos suportes e linguagens.

Portanto, nos âmbitos acima elencados (objetivação da rede, perspectivas multidisciplinar e dos alunos), a biblioteca escolar, cultivada pela rede bibliotecária, deve ainda ser um lugar onde haja a possibilidade de recuperar registros de memória da escola e do seu meio envolvente, através de documentos ali produzidos que possam contribuir para reforçar a identidade escolar e da comunidade local (VEIGA et al., 1996).

- CORPO TÉCNICO-PEDAGÓGICO: PLURALISMO PROFISSIONAL

A colaboração é entendida atualmente como uma ferramenta essencial para o êxito de qualquer organização. Sua aplicação funciona como uma estratégia que visa auxiliar nos processos educativos, pois, por meio do ato de colaborar, aumenta-se o sucesso das aprendizagens. Kuhlthau (2004) já demonstrava, através da sua obra, modos de se usar a biblioteca na escola, evidenciando uma forte ligação entre o desempenho dos alunos juntamente ao apoio que é proporcionado pela biblioteca escolar, contando, fundamentalmente, com a participação do bibliotecário e de professores por meio de atuação colaborativa (ARAÚJO, 2014).

Desse modo, é inegável considerar que o sucesso de uma organização dependa das oportunidades criadas em relação ao aprendizado mútuo das pessoas que compõem os recursos humanos institucionais. A esse sucesso envolve-se também a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de potencialidades entre as partes participantes. Integrar pessoas promove a evolução de qualquer instituição rumo ao cumprimento da sua missão, bastando lembrar que, “toda organização é feita de processos para atender aos clientes, que são executados por pessoas” (FNQ, 2008, p. 5).

A realização de um trabalho que traz em seu âmago a natureza de ser educacional e cultural requer como requisito básico a existência de corpo técnico-pedagógico multiprofissional com preparo adequado, pois no mote desse traço revestido de transdisciplinaridade há uma contribuição cada vez maior no desenvolvimento dos alunos, no que tange às suas inclinações para o gosto e hábito pela leitura, envolvimento com os aspectos culturais locais e nacionais, desenvolvimento da criticidade e a (info)inclusão frente ao advento das tecnologias da informação e comunicação.

Nessa temática do emprego de recurso humano capacitado, considera-se o provimento de oportunidades àqueles profissionais dotados de boa capacidade de aprendizagem e flexibilidade frente ao trabalho em equipe, por meio de uma combinação de habilidades e competências profissionais de alto nível que são indispensáveis à identificação e exploração de oportunidades para criação,

instalação, desenvolvimento e constante avaliação da rede proposta por esse trabalho.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tendo o nome autoexplicativo, é um sistema de classificação ocupacional brasileiro, instituído pela portaria ministerial nº. 397 em de 9 de outubro de 2002. Ela se encarrega de identificar as ocupações no mercado de trabalho, primando pela classificação junto aos registros administrativos e domiciliares (BRASIL, 2016). Portanto,

a CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho (BRASIL, 2016, p 1).

Por meio da consulta à página eletrônica da CBO, pretendeu-se elencar as famílias ocupacionais que teriam substancial contribuição na implementação da rede de bibliotecas escolares no município de Ribeirão Preto. Essa contribuição ocorreria através de uma participação extensiva no centro da rede bibliotecária.

O Quadro 2 – Áreas de atividade das famílias ocupacionais na CBO – representa quais foram as famílias ocupacionais consideradas como potenciais à integração plural da rede bibliotecária:

**Quadro 2 – Áreas de atividade das famílias ocupacionais na CBO**

<b>CÓDIGO</b>	<b>FAMÍLIA OCUPACIONAL</b>	<b>COMPETÊNCIA PARA...</b>
1425	Gerentes de Tecnologia da Informação	Identificar oportunidades de aplicação de tecnologia da informação; Interagir com outras áreas;
2312	Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta séries)	Organizar eventos e atividades sociais, culturais e pedagógicos;
2313	Professores de nível superior no ensino fundamental de quinta a oitava série	Participar de atividades educacionais e comunitárias da escola; Planejar cursos, aulas e atividades escolares;
2321	Professores de ensino médio	Acompanhar a produção da área educacional e cultural;

2394	Programadores, avaliadores e orientadores de ensino	Viabilizar o trabalho coletivo;
2612	Profissionais da Informação	Disponibilizar a informação em qualquer suporte; Gerenciar unidades, redes e sistemas de informação; Tratar tecnicamente recursos informacionais; Desenvolver recursos informacionais; Disseminar informação; Desenvolver estudos e pesquisas; Realizar difusão cultural; Desenvolver ações educativas;
2613	Arquivistas e Museólogos	Preparar ações educativas e/ou culturais; Criar projetos de museus e exposições;
2621	Produtores artísticos e culturais	Criar propostas de projetos cênicos, audiovisuais e multimídia;
3714	Recreadores	Executar atividades recreativas; Promover atividades lúdicas estimulantes à participação; Elaborar projetos de atividades recreativas;

Fonte: (Camillo; Castro Filho, 2016)

Para cada família da CBO representada, objetivou-se mostrar seu código de classificação e as áreas de atividade mais relevantes ao que é proposto por esse trabalho, relacionando competências profissionais que uma vez somadas representarão um ganho substancial aos usuários atendidos pela rede bibliotecária (BRASIL, 2016).

- PRODUTOS E SERVIÇOS LIGADOS À REDE

As unidades de informação desenvolvem funções que incontestavelmente abarcam inúmeros processos e que têm como norte o alcance das suas missões. Como num traço transversal, mas respeitando sua tipologia, essas unidades realizam desde o tratamento, a gestão e o desenvolvimento das coleções por meio dos aspectos técnicos da profissão, estendendo-se ao atendimento público com o desenvolvimento do aspecto humano do profissional da informação e com o trabalho diretamente voltado e desenvolvido em favor do usuário da informação.

Não obstante, essas unidades têm também a incumbência de trabalhar no desenvolvimento de serviços e produtos informacionais ao seu público-alvo,

ao qual a unidade de informação se destina. Por produtos e serviços de informação destacamos que, no entender de Borges (2007), eles podem ser abordados como resultantes de processos de gestão da informação, além de serem instrumentos de disseminação de informação. Os serviços e produtos de informação, muito mais que isso, revelam ainda as necessidades informacionais, assim como as necessidades de uso da informação e das fontes disponíveis para acesso.

Sobre o que vislumbram Duarte et al. (2015) serem serviços e produtos de informação, estes discorrem que

[...] o serviço de informação em biblioteca é visto por nós como algo feito por um profissional, com vistas a atender ao interagente e dar uma direção para os recursos de informações de que ele necessita. Seria uma facilitação para o alcance de resultados de uma necessidade informacional. Trata-se de atender a uma determinada demanda, ou seja, procurar satisfazer aos interesses de informação do interagente na temática que ele procura na unidade de informação (DUARTE et al., 2015, p. 608, grifo do autor).

Por outro lado,

Por produto de informação, entendemos ser um item mais palpável, algo que é construído por meio do uso de informação [...] produto de informação é representado por algo já pronto por um profissional que o idealizou e projetou para existir materializadamente (DUARTE et al., 2015, p. 608, grifo do autor).

Diante dessa concepção, caberia perguntar quais são os produtos e serviços de informação que a rede de bibliotecas escolares poderiam incorporar às suas atividades processuais como forma de explorar as competências informacionais dos usuários das bibliotecas escolares pertencentes à rede. Para tanto, sem sermos exaustivos, realizamos alguns apontamentos sobre os produtos e serviços que, no âmbito do que é proposto nesse trabalho por meio da idealização de uma rede, se tornariam úteis aos “interagentes” da informação, que, como conceituado por Borges (2007), são os indivíduos que têm consigo um traço de cultura participativa, contribuindo ao processo sistematicamente, e assim resistindo ao emprego do termo “usuário”, que conota aquele que usa e logo vai embora.

Portanto, caberia à rede o desenvolvimento de um trabalho que concebesse tais produtos de informação, embasado em Borges (2007): a) Livro; b) Recurso em Braille; c) Texto falado; d) Videotexto; e) Audiolivro; f) Catálogos; g) Catálogo online; h) Manuais; i) Panfletos; j) Cartilhas; k) Folders.

Sobre os serviços de informação de possível aplicação à rede, mediante ainda os contributos de Borges (2007), apontamos: a) Disseminação Seletiva da Informação; b) Consulta local; c) Empréstimo domiciliar; d) Atividades culturais; e) Oficina literária; f) Comutação Bibliográfica; g) Realização de eventos e campanhas; h) Divulgação na web por meio de página da rede; i) Serviços que notabilizam a acessibilidade; j) Levantamento bibliográfico; k) Pesquisa de opinião; l) Acesso público à Internet; m) Blogs com informações úteis; n) Serviço de referência presencial; o) Serviço de referência online; p) Treinamento específicos; q) Biblioterapia.

Eis alguns dos produtos e serviços de informação que podem ser integrados à rede de bibliotecas escolares como parte da sua responsabilidade na construção de uma abordagem pedagógica ribeirão-pretana distinta e plural, que prime pela disseminação e uso da informação nas bibliotecas escolares.

Rompe-se, assim, o silêncio presente nestes espaços do saber por meio de interações mais intensificadas, dinâmicas, participativas e colaborativas com os usuários da informação dos ensinos fundamental e médio da rede municipal de ensino de Ribeirão Preto.

É necessário reconhecer a Biblioteca Escolar como um organismo vivo da escola.

- **ATIVIDADES CULTURAIS DA REDE**

Quando traçamos considerações sobre a existência de práticas culturais nas unidades de informação em geral, devemos considerá-las como potenciais agentes de transformação social. A importância de tais práticas se justifica com a contribuição educativa destinada aos indivíduos que se tornam sujeitos da Cultura.

Um ponto importante que Rosa (2009) destrincha é considerar que a biblioteca apresenta uma nova responsabilidade frente à sociedade como um

todo. Fala-se da apresentação de um novo papel, inclusive no âmbito educacional, que a impede de tomar uma postura estática e isolada frente à instigante dinamicidade que a cerca. A ela destina-se, então, um chamado à incumbência do trabalho de desenvolvimento de ambientes reformulados que promovam com êxito a capacidade do usuário, no que tange ao acesso da informação e à produção de novos conhecimentos.

Gomes (2010, p. 19) inclusive destaca que “A Biblioteca Escolar desempenha um papel vital no processo educativo, não podendo ser encarada como uma entidade separada, isolada da globalidade da escola, mas sim envolvida no processo de ensino e aprendizagem”.

Estácio e Bedin (2015), nesse mote, acentuam que as bibliotecas escolares, além de auxiliarem no processo de ensino aprendizagem, devem ser o espaço escolar onde ocorre o alavanque às trocas culturais e aquisição de informação. Um ambiente que contribua para transformações em torno da construção do conhecimento e atividades culturais que ajudem a formar a identidade crítica do indivíduo, com reverberações que se estendam durante o seu desenvolvimento, agindo no meio em que atua.

Assim, sublinha-se a capacidade exponencial de uma atuação munida de eficiência e eficácia por parte da rede de bibliotecas escolares, proposta para alcançar êxitos em torno da apropriação de informação e conhecimento por meio de ações culturais e animação cultural: termos que circulam exaustivamente no meio bibliotecário e têm seus conceitos não tão esclarecidos devido a uma firme relação sinonímica.

Segundo Silva, (1991, p. 61, grifo do autor) “Animação Cultural remete à ideia de implementação de atividades e eventos para atrair o público e chamar-lhe a atenção para a biblioteca. Pode funcionar como um **‘marketing’**, uma isca, cujo objetivo é fazer com que o livro desencale da prateleira”.

A ação cultural na maioria das vezes inclui uma animação cultural, até como veículo de divulgação. Mas a ação cultural não se limita a mostrar os bens culturais, ela possibilita a participação das pessoas na produção destes bens, facilitando a aglomeração de indivíduos e grupos que se apropriam dos espaços e equipamentos da biblioteca. Assim, o que ela faz é tentar criar oportunidade para que o mero fruidor, o espectador,



possa também elaborar sua produção (SILVA, 1991, p. 61, grifo do autor).

Portanto, segundo Silva (1991), o usuário participa ativamente da ação cultural através da produção de bens naturalmente culturais, de opinião e novos conhecimentos. É válido ainda ressaltar a existência de uma efemeridade alinhada à existência das animações culturais, pois têm início e fim definidos, enquanto a ação cultural permanece. Ela paira sobre os usuários da biblioteca porque justamente os transforma.

A temática das atividades culturais abordadas pela rede bibliotecária pode, assim, ser diversificada. A escolha do tema depende do contexto cultural dos usuários pertencentes às escolas da rede municipal de ensino de Ribeirão Preto interligadas à rede, cabendo ao caso o estudo prévio dessas comunidades.

Assim, eis as atividades de animação cultural que podem ser oferecidas pela rede:

Hora do conto, poesia (concurso, oficina, etc.), teatro, audição musical, cinema, televisão, jogos educativos, jogos recreativos, exposições, concursos, filatelia, numismática, museu de rua, cursos de arte (pintura, escultura, recortes em papel, modelagem, gravuras etc.), outros cursos (tricô, crochê culinária, higiene, primeiros socorros, puericultura etc.), debates, palestras, oficinas, jornais (edição desenvolvida pelos usuários, gincanas (culturais, com fins de socialização), campeonatos (xadrez, jogos de carta, dama, videogame etc.), caça ao tesouro, eventos relacionados a um determinado acontecimento (eleições, Diretas Já, derrubada de presidente etc.) (ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p. 94-95).

Silva (1991) ainda elucida sobre alguns exemplos de atividades de ação cultural que também podem ser passíveis de implementação à rede de bibliotecas escolares, como: a) Promoção de ações relativas à Literatura e Cultura; b) Estudar teatro; c) Estudar a relação existente entre o Esporte e a Educação; d) Estudar não só pelo como também para o cinema, mostrando a contextualização que denuncia o filme; e) Ensinar sobre e à Arte etc.

Nessa perspectiva, alinham-se, portanto, as atividades culturais à capacidade que o Bibliotecário Escolar pertencente a um corpo heterogêneo tem de também ser um administrador de cultura no espaço escolar.

- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por vezes, senão frequentemente, temos nos deparado com uma avaria aliada à responsabilidade estatal, que não permite o desencadeamento de reverberações positivas aos estratos sociais diversos por meio da criação de políticas públicas de acesso à informação, no contexto das bibliotecas escolares, através de investimentos realizados a projetos desse teor (PIMENTEL, 1977). Fala-se de projetos ligados à campanha da leitura, do livro, à cultura, à campanha, enfim, da própria Biblioteca, pois, notoriamente, essa vem “[...] sendo institucionalizada na vida cotidiana do povo, como foi a Escola, como é a Igreja e como está sendo até mesmo ‘a feira’ em hipermercados. É isto que queremos ver iniciado com rigor, com seriedade e dentro das nossas realidades políticas e econômicas” (PIMENTEL, 1977, p. 694).

Ainda que no momento não seja claro contemplar o êxito dessas unidades de informação em ação no meio social, em nível nacional, busca-se o tecer de um projeto que privilegia o nascer de uma rede de bibliotecas escolares em Ribeirão Preto (SP) através de um projeto piloto, um modelo a ser proposto e passível de melhorias e implementação.

Em síntese, a empreitada que aqui apresentamos como um modelo para a implementação de uma rede de bibliotecas em Ribeirão Preto, que una as bibliotecas escolares de Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio da rede municipal de ensino, passa por tópicos de extrema valia e consideração que tornar-se-ão parte de uma reflexão conjunta para que essa realidade venha ser exequível à população ribeirão-pretana, garantindo aos usuários o que é fortemente apropriado pela Biblioteca Escolar como parte de sua filosofia e espírito.

Portanto, a fim de que seja possível considerarmos a execução do projeto piloto aqui apresentado, além de haver, primeiramente, uma sensibilização do poder governamental local para que haja apoio em sua totalidade à implementação, também é importante considerar o que já foi retomado no percurso seguido, remontando a aspectos fundamentais que tornem a rede de bibliotecas que funcione em prol do alcance da sua missão, como:

- a) Entender o que é a rede proposta;
- b) Saber geri-la eficaz e eficientemente;

- c) Enquadrar corpo técnico pedagógico ao desempenho da sua missão;
- d) Desenvolver produtos e serviços aos seus usuários;
- e) Promover a cultura em seu sentido mais amplo.

Acreditamos que esse plano piloto elaborado para o município de Ribeirão Preto pode ser considerado como sugestão de modelo aplicável em âmbito nacional. Evidentemente a uma mudança de escala de um município para uma nação, porém as proposições podem ser redimensionadas e atribuídas especificidades de acordo com as necessidades e carências de cada município.

Este plano piloto, proposto sobre rede de bibliotecas escolares elaborado para o sistema educacional municipal de Ribeirão Preto, contempla recursos humanos com uma gama variada e diversificada de profissionais, produtos e serviços com ações culturais e educacionais, incluindo as práticas de leitura, estrutura organizacional com uma rede com um núcleo cooperador e coordenador. Portanto, essa configuração atende as demandas para a efetivação não apenas de uma rede municipal, mas também de uma rede estadual e uma rede federal.

### **3.3 AS COMPETÊNCIAS, OS PERFIS E OS ASPECTOS SOCIAIS DO BIBLIOTECÁRIO NA EDUCAÇÃO**

Nas últimas décadas, com o advento das tecnologias de informação e comunicação, a disseminação da informação passou por transformações que geraram outras formas de divulgação da produção científica e literária. Essa mudança de paradigma tornou imprescindível a remodelação de conteúdos no processo de formação dos bibliotecários, que devem ter um “[...] papel de intelectual comprometido, com a biblioteca como instrumento de democratização, contra a miséria, a injustiça, a violência, contra tudo que restrinja a liberdade de pensamento” (CASTRILLÓN, 2004, p. 31, tradução nossa).

No entanto, para Cendón, et al. (2005), os bibliotecários passaram a se deparar com um novo contexto no mundo do trabalho, que lhes exige conhecimentos e habilidades no uso de tecnologias para organizar, processar, recuperar e disseminar informações, independentemente do suporte no qual elas estejam registradas.

Entretanto, a presença das tecnologias de informação e comunicação na escola não significa que estejam comumente integrados à biblioteca e às atividades desenvolvidas, no âmbito das várias disciplinas ministradas aos alunos. Essa situação nos leva a concordar com a afirmação de que é “[...] um grande desafio a integração de recursos eletrônicos com as funções tradicionais da biblioteca” (CUEVAS CERVERÓ, 2007, p. 181, tradução nossa), que exige ainda mais esforços e habilidades dos profissionais que atuam nas escolas, a fim de aproximar a biblioteca e seus leitores dessas novas ferramentas, valendo-se de suas funcionalidades para tecer uma relação mais criativa com o saber.

Para Campello (2010, p. 198), “[...] a integração e a cooperação entre bibliotecários, professores, pedagogos e toda equipe da escola torna-se imprescindível para que o bibliotecário possa ser reconhecido como catalizador/protagonista dessa colaboração”. Nesse aspecto, Moraes; Valadares e Amorim (2013, p. 59) apontam que o bibliotecário exerce uma função educativa que “[...] se estende ao ensino-aprendizagem de habilidades específicas e vinculadas à pesquisa, tanto no que diz respeito ao conhecimento e busca das fontes de informações, como no que tange ao seu uso”.

Autores como Fragoso (2002) e Silva, Ferreira e Scorsi (2009) retomam esses sentidos, apontando diferentes ações a serem realizadas pelos bibliotecários, como: o atendimento às necessidades dos alunos, professores e outros membros da comunidade escolar; a orientação nas consultas, leituras e utilização da biblioteca; o incentivo ao pensamento crítico e reflexivo; a disponibilização de diversos recursos e serviços; e a promoção da interação entre professores, bibliotecários e alunos.

Com a inserção das tecnologias de informação e comunicação, a biblioteca passa a ingressar a chamada sociedade da informação, pois “[...] a biblioteca escolar é para os estudantes a porta de entrada para a sociedade do

conhecimento e da informação” (FUENTES ROMERO, 2006, p. 30, tradução nossa). Nessa perspectiva, o bibliotecário escolar tem a função de se adequar a essa sociedade, inserindo crianças e jovens em seu âmbito e também promovendo a chamada competência em informação (*information literacy* - IL), que “abrange desde os processos de busca da informação para construção do conhecimento, pelas habilidades em tecnologia da informação até o aprendizado independente, por meio da interação social dos sujeitos” (FUENTES ROMERO, 2006, p. 30, tradução nossa).

A *information literacy* tem por objetivo “[...] formar indivíduos que aprendem por toda a vida” (QUEIROZ, 2006, p. 25), através de um processo educativo independente, crítico, ativo e investigativo. Consideramos que essas competências, em vez de se configurarem de maneira mecânica, devem auxiliar a construção de conhecimentos de forma mais ampla e criativa, colaborando para práticas de ensino-aprendizagem mais plurais, pelas quais os estudantes possam ter acesso aos livros e à leitura, à informação e à tecnologia da informação e comunicação, buscando com isso diferentes perspectivas (AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS, 2007). Há quem defenda “[...] a urgente necessidade de se considerar no processo de letramento informacional, a inter-relação entre os conhecimentos e informações presentes nos portadores textuais acessados no ambiente da biblioteca escolar” (MORAES; VALADARES; AMORIM, 2013, p. 53).

Em relação ao âmbito das bibliotecas escolares, espera-se do bibliotecário um conjunto de saberes, como suas competências e habilidades técnicas e tecnológicas que permitam auxiliar a formação de leitores e aprendizes capazes de “[...] compartilhar conhecimento e aprendizagem, tanto em situações presenciais quanto por meio do uso de tecnologia” (AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOLL LIBRARIANS, 2007, p. 2). Interessa-nos aqui abordar esses conhecimentos esperados do bibliotecário no contexto educacional do século XXI, apontando também algumas questões referentes às bibliotecas e à sua atuação no âmbito social.

Nesse aspecto, a biblioteca escolar deve ser reconhecida como um equipamento cultural e, ainda, como uma instituição social, com intuito de integrar a sociedade da informação, estabelecendo novos conceitos e se

adequando às realidades sociais, culturais, educativas e tecnológicas da sociedade. Com a explosão informacional, a sociedade contemporânea necessita de profissionais bibliotecários que atuem em biblioteca escolar com competências que possam atender às novas demandas de produtos e serviços de informação. Sendo assim: Quais são as competências desses profissionais? Estão preparados para a demanda social de nossos leitores? Tais informações são extremamente relevantes, pois o bibliotecário deve transcender os aspectos burocráticos da organização da informação e realizar ações criativas que visam a formação não somente de leitores, mas também de pesquisadores. Para tanto, é necessário apresentar o perfil e as competências do bibliotecário no campo social utilizando como escopo a biblioteca escolar.

- **Biblioteca Escolar como Espaço Educativo**

A biblioteca escolar demanda em sua gestão um posicionamento como lugar de disseminação cultural, de “[...] encontro de pessoas, pipocar de teclados de notebooks e dispersão de livros” (ARENA, 2009, p. 162). Um lugar de circulação de diferentes sujeitos, sentidos, serviços e recursos (incluindo os eletrônicos), não se restringindo, mas devendo ir além de um apoio meramente didático-pedagógico (PERROTTI, 2006), explorando sua multiplicidade, suas várias dimensões, como as citadas por Ely (2003): social, informativa, criativa, pedagógica e recreativa; dimensões que significam as funções a serem desempenhadas pelas bibliotecas, de acordo com a International Association of School Librarianship (1993).

Entre uma dessas diversas funções, destacamos a mediação da informação que de acordo com Almeida Júnior (2008, p. 4) é classificada em implícita e explícita, sendo que a implícita se refere as “ações que são desenvolvidas sem a presença física imediata dos usuários que [...] podemos considerar a seleção, o armazenamento e processamento da informação. Já a explícita se refere a presença do “usuário é inevitável”.

Atualmente atingindo um perfil almejado de biblioteca escolar, destacamos a existência do modelo hispanoamericano denominado Centro de Recursos e Aprendizagem (CRA), considerado essencial para a educação no âmbito da sociedade do conhecimento que reclama um novo padrão de

biblioteca escolar (CUEVAS CERVERÓ, 2007), diferente da ideia tradicional de biblioteca como um lugar isolado da dinâmica da escola, destinado somente a organizar e conservar livros (MARZAL; CUEVAS CERVERÓ, 2007). Tal modelo não anula, mas enriquece a noção convencional ao integrar os recursos eletrônicos, a dimensão educativa, o princípio de aprendizagem autônoma e a formação ao longo da vida. Caracterizado pela existência de diversos recursos e serviços de acordo com o projeto pedagógico, no qual deverá estar incluído e não ser visto como seu complemento, o CRA:

[...] é o espaço de caráter pedagógico que contribui de maneira permanente para a inovação educativa. Reúne uma gama variada de recursos de informação em diversos suportes (bibliográficos, eletrônicos e audiovisuais, entre outros), organizando-os de acordo com os requisitos do projeto curricular de modo a torná-los disponíveis para os usuários, alunos e professores do centro, através dos seus vários serviços (MARZAL; CUEVAS CERVERÓ, 2007, p. 9, tradução nossa).

Assumindo a função da biblioteca escolar como um “[...] novo espaço educativo dinâmico” [...] (CUEVAS CERVERÓ, 2007, p. 178, tradução nossa), o CRA visa a formação, a informação, o entretenimento, o intercâmbio e o conhecimento. Sobre essa nova ótica, “[...] a biblioteca, para exercer a sua função, deixa de ser o acervo milenar passivo e passa a ser um serviço ativo de informação” (MILANESI, 2002, p. 77).

Ressaltamos ainda que a nova denominação de biblioteca se refere à biblioteca escolar de sempre, porém adaptada aos novos tempos: “[...] pode-se chamar biblioteca escolar, centro de recursos, centro de recursos multimídia, centro de documentação curricular, mídioteca etc., mas sempre estamos nos referindo à mesma ideia” (FUENTES ROMERO, 2006, p. 22, tradução nossa).

Consideramos que uma biblioteca escolar mais dinâmica, formada por uma variedade de recursos movimentados por atividades educativas, lúdicas e de leitura, pode inaugurar novas maneiras de aprender, mais atraentes e polissêmicas, aproximando os sujeitos de diferentes linguagens, sentidos e também de outros sujeitos, superando práticas rígidas e desestimulantes encontradas frequentemente nas escolas. Para que haja mudanças, a biblioteca escolar precisa contar com um profissional preparado e interessado em colocá-

las em prática, pois “[...] não basta que a biblioteca exista fisicamente para que sua identidade se consolide. São os atores (coincidentes com o processo educativo) que lhe darão sustentação” (ANTUNES, 1998, p. 177).

- **Bibliotecário social e suas competências**

Pensando nas questões do perfil do bibliotecário social e suas competências, destacamos que de tempos em tempos as tarefas mudam, em razão das tecnologias, dos movimentos sociais, políticos ou culturais, fazendo com que os ambientes informacionais e os próprios profissionais também tenham que se adaptar às mudanças. Nesse sentido, Souto (2003, p. 10) destaca que “[...] a tecnologia traz novas exigências quanto aos atributos dos trabalhadores, e requer destes maior preparo e educação permanente para o desempenho de funções que estão em constante mudança”. Além das unidades de informação convencionais, como as bibliotecas universitárias, públicas, escolares, instituições públicas e ONGs, outros espaços se abrem para a atuação do bibliotecário, tais como cinematecas, filmotecas, videotecas, centro de documentação e pesquisa, empresas privadas, museus, livrarias e editoras, além da internet, em que destacamos a elaboração de blogs, bibliotecas virtuais e a indexação de sites (CUNHA; CRIVELLARI, 2004). Observamos que, em alguns casos, suportes de informação como vídeos, CDs, blogs e bibliotecas digitais também estão inseridos nas unidades de informação que denominamos de convencionais, exigindo novas práticas por parte dos bibliotecários tanto no que diz respeito ao seu tratamento quanto à sua dinamização.

Na literatura científica, o bibliotecário é visto como aquele que “[...] adquire a informação, organiza, descreve, indexa, armazena, recupera e a distribui para os usuários” (TARGINO, 2000, p. 64). Para tanto, esse profissional deve apresentar em seu perfil um conjunto de atitudes, habilidades e competências que lhe permitam trabalhar e contribuir de forma positiva nos diferentes espaços em que atua. Como exemplo, citamos a necessidade de que ele seja flexível, saiba administrar unidades de informação, seja comunicativo, saiba gerir recursos e serviços informacionais e saiba lidar com as ferramentas disponibilizadas pelas tecnologias da informação e comunicação (WALTER; BAPTISTA, 2008). Além disso, Faria et al. (2005) aponta ainda outras



características atribuídas a esses profissionais, que passam a ser os responsáveis pelo acervo da instituição em que atuam, por estruturarem e manterem a memória da instituição. É viável também que esse profissional possa trabalhar com os recursos humanos, dando sustentação às práticas de compartilhamento do conhecimento dentro da organização.

Chegamos, nesse momento, a um ponto importante; nas bibliotecas escolares a ação bibliotecária deve ter como foco os leitores e não o acervo. Em texto justamente intitulado *A poesia*, Jorge Luis Borges, bibliotecário de fato e ficção, oferece um relato poético que parece comentar essa ação bibliotecária:

Emerson disse que uma biblioteca é um gabinete mágico em que há muitos espíritos enfeitiçados. Despertam quando os chamamos; enquanto não abrimos um livro, esse livro, literalmente, geometricamente, é um volume, uma coisa entre coisas. Quando o abrimos, quando o livro dá com seu leitor, ocorre o fato estético (BORGES, 1999, p, 284).

Desse modo, o bibliotecário deve transcender os aspectos burocráticos da organização da informação, suplantando assim uma prática comum nas bibliotecas das escolas, que se refere à concentração nas atividades de ordenação das estantes e a subsequente não realização de “[...] ações criativas que visam à formação de leitores e pesquisadores” (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2009, p. 205).

Os teóricos Silva, Ferreira e Scorsi (2009, p. 62) apontam que, a partir de uma nova perspectiva para o trabalho bibliotecário, a biblioteca escolar não precisa nem pode ser um lugar de excessiva ordenação, normatização e resguardo, mas um “[...] lugar para as escolhas de cada leitor, para as indicações deste a outro, para conversas em torno dos livros”. Sob essa ótica, o bibliotecário abre-se a novas atividades “[...] relacionadas com a promoção da leitura, atividades de extensão cultural para a comunidade, recreação, lazer, etc.” (FURTADO, 2004, p. 8), ultrapassando-se o foco apenas no empréstimo de obras e criando “[...] em torno das ações de leitura e pesquisa um clima de liberdade e ludicidade” (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2009, p. 206). E, ainda, de acordo com Castro Filho e Campos (2014, p. 23), que seja

[...] um laboratório de pesquisa, que se permite que formem leitores; um centro de fazer educativo; que seja um local de

comunicação e de utilização de várias fontes de informação, seja no suporte físico, impresso ou virtual; de busca de questionamentos e soluções de problemas; que precisa ser ativa; de entretenimento; e que tem como missão o desenvolvimento e a formação dos cidadãos.

Esse profissional é visto por Rigoletto e Di Giorgi (2009, p. 229) como um educador apto a “[...] despertar o interesse do leitor, multiplicar as práticas de leitura e oferecer a diversidade de material [...]”. Maroto (2012, p. 133) também frisa a necessidade de que esse profissional esteja preparado para o exercício da leitura e sua difusão, o que implica que ele também seja, além de dinâmico, um leitor que goste de ler, conforme apontado por Fragoso (2002).

Discute-se atualmente a questão das competências desejadas para o bibliotecário escolar, sendo frequentes as seguintes menções: à criatividade; ao interesse; aos conhecimentos de organização de bibliotecas; à capacitação para atender as demandas dos leitores; ao conhecimento sobre a realidade da escola. Buscam-se “[...] outros espaços e outras práticas de atuação e de intermediação entre a biblioteca e o leitor; entre o leitor e o contexto; entre a técnica e a promoção da leitura” (MAROTO, 2012, p. 132). Para Perrenoud (2013, p. 27), com a evolução global da sociedade, o mundo “[...] exige que se tenham cada vez mais competências. Competências diversificadas e competências que se desenvolvam em função das tecnologias, dos modos de vida, do trabalho, etc.” Para tanto, Perrenoud (2013, p. 141) definiu algumas competências que podemos relacionar com o trabalho do bibliotecário: “[...] saber, individualmente ou em grupo, elaborar e conduzir projetos, desenvolver estratégias; saber cooperar, participar de um grupo e compartilhar uma liderança; saber gerir e dirimir conflitos; saber analisar de modo sistemático, as situações e as relações”.

Para Farias e Cunha (2009, p. 32), o bibliotecário escolar tem como ações – o que consideramos como competências – quatro dimensões: a) técnica, no sentido de “[...] dominar com propriedade o campo específico de atuação”, ou seja, apoderar-se do conhecimento adquirido e reconstruí-lo de acordo com os usuários; b) estética, no sentido de que o bibliotecário escolar utilize “[...] sensibilidade e criatividade [...]”; c) ética, no sentido do convívio e da realização de um bem coletivo; d) política, no significado da formação de cidadãos.

Para Castro Filho (2013, p. 21), existem: a) as “[...] competências específicas [...]”, que determinam um alto grau de conhecimento, ou seja, de uso de ferramentas aplicativas à biblioteconomia; b) as “[...] competências intelectuais [...]”, que estão relacionadas à gestão da informação e às tomadas de decisões; c) as “[...] competências sociais e políticas [...]”, que envolvem diretamente uma determinada comunidade, como o conhecimento de grupos específicos de usuários de uma área do conhecimento; d) as “[...] competências metodológicas [...]”, que fornecem suporte na utilização de fluxos de informação, como também na elaboração de políticas, normas e procedimentos.

Portanto, o trabalho nas bibliotecas escolares exige do profissional que nela atua mais do que saber organizar e classificar os materiais do acervo – exige atributos como: colaboração e parceria entre bibliotecas; cultura de captura e compartilhamento do conhecimento; trabalho em equipe incluindo profissionais de outras áreas de conhecimento; e adoção de práticas de gestão do conhecimento e de um novo estilo de gestão da biblioteca.

- **Discussão: a biblioteca escolar e o perfil social do bibliotecário**

Diante de algumas explanações teóricas sobre a biblioteca escolar e o aspecto social do bibliotecário que nela trabalha, o presente trabalho alerta para um ponto importante: a necessidade de profissionais bibliotecários que atuem na biblioteca escolar com competências que possam atender às novas demandas de produtos e serviços de informação.

Frente a estas questões, cabe aos bibliotecários que gerenciam as bibliotecas escolares: a) programar e projetar ações; b) planejar os custos de serviços e produtos; c) organizar atividades cooperativas entre os leitores; d) realizar difusão e eventos culturais, de fomento à leitura, de caráter infanto-juvenil, de capacitação dos leitores para realizar a pesquisa e o ensino (CASTRO FILHO; PACAGNELLA, 2011), ou seja: “[...] o bibliotecário não deve limitar-se a questões técnicas de organização do acervo; de modo que assumam uma postura reflexiva e ativa do contexto em que atuam” (BRANDÃO, 2014, p. 65).

Como bibliotecário que assume o papel de educador social, Dudziak (2007, p. 96) destaca que

[...] como agente educacional de transformação, o bibliotecário assume para si, além do papel de educador, a renovação de sua própria competência, adotando e disseminando práticas transformadoras na comunidade como: pratica o aprender a aprender; difunde e populariza a ciência; explica as implicações da tecnologia; discute a realidade social e política; alerta para a responsabilidade social e ambiental. É, antes de tudo, sua atuação como líder e cidadão que sobressai.

Nesse contexto, o bibliotecário deve estar constantemente atualizado e preparado para os desafios que a sociedade contemporânea impõe – o que contribui para o exercício da cidadania.

Outro aspecto a destacar é o papel social do bibliotecário diante da mediação da informação e da leitura, ação que pode ser realizada como abordagem educativa: “[...] nessa sociedade, o papel educativo do bibliotecário torna-se mais evidente, tendo em vista suas competências específicas para atuar como mediador de leitura” (RASTELI; CAVALCANTE, 2013, p.159). Sobre as competências, Almeida, Costa e Pinheiro (2012, p. 472) assinalam que “[...] a mediação da leitura constituiu-se um dos processos de aproximação do leitor com o texto de forma significativa, uma vez que mediar é facilitar a relação deste indivíduo com o texto, filtrando a informação antes de passá-la para o receptor”.

Acreditamos que o final desta última frase deva ser matizado, lido com zelo e precaução, dado o perigo do peremptório verbo filtrar: a ação mediadora do bibliotecário deve organizar o conhecimento e a informação de modo que o usuário encontre o que necessita da maneira mais rápida e eficiente possível, sem perder tempo com dados obsoletos ou inúteis, e sem se perder na imensa massa de fontes e referências que podem naufragá-lo no atual mar digital. Organizar o conhecimento e a informação não implica fazer escolhas em nome de, nem tutelar ou dirigir o olhar do leitor, mas sim preservar sua curiosidade crítica, deixar aberto e aguçado (realmente interessado) seu espírito investigativo.

Stumpf (1987) e Oliveira (1987) destacam algumas competências que se exigem dos bibliotecários, como o exercício de funções educativas, culturais, sociais, recreativas educativas. Essas competências atuam de acordo com os planos curriculares, na formação do indivíduo, na difusão e ampliação do conhecimento, fazendo com que os processos da leitura e da pesquisa não

sejam nem imposição nem obrigação, mas fonte e produto de prazer e satisfação. Portanto, o bibliotecário deve ter estima pela leitura e uma preocupação constante com sua atualização e sua capacitação a fim de aperfeiçoar suas metodologias de trabalho como educador social.

Em se tratando de mediação, Brandão (2014, p. 71) destaca que existe outra prática importante, que é a

[...] mediação voltada à formação da cidadania, aonde o bibliotecário mobiliza os materiais do acervo, visando à formação do indivíduo para acessar e utilizar informações, tomando consciência de seus direitos e deveres, e adquirindo formação para viver em uma sociedade.

Na conjunção das tecnologias de informação e comunicação, o bibliotecário deve tomar consciência das mudanças ocorridas nos séculos XX e XXI, de modo a aprimorar suas competências e promover produtos e serviços que atendam às necessidades dos usuários contemporâneos. Nesse sentido, o bibliotecário precisa estar atento para amenizar a exclusão digital e a falta de acesso à informação (com ações como: instalar uma ilha de wi-fi na biblioteca; ensinar a manejar o dispositivo e as ferramentas de pesquisa próprias da internet). Ao contribuir para a inclusão digital, o bibliotecário assume uma postura política e social, sua função na sociedade brasileira.

Por fim, frisamos a importância de verificar se os cursos de formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação estão preparando seus alunos para atuarem nas bibliotecas escolares. Julgamos que as políticas públicas e as competências essenciais desses profissionais são qualidades pertinentes e necessárias para a realização de práticas educativas e culturais.

- **Fechando a seção**

Com relação às competências do bibliotecário, podemos destacar que, primeiramente, ele deve ter consciência do significado e do valor da informação na sociedade atual e, conseqüentemente, de seu papel social como mediador de leitura e de informação. O bibliotecário também precisa ser proativo, dinâmico e criativo adaptando-se às mudanças constantes que ocorrem com as tecnologias de informação e comunicação; precisa trabalhar em grupo,

utilizando-se das TICs (participar de salas tutoriais, de conferências, de interação e comunicação com o usuário).

Algumas das atribuições do bibliotecário escolar são: a) ter consciência do seu papel como agente de transformação social; b) ter a informação como objeto de trabalho e pesquisa; c) elaborar e trabalhar novas metodologias de tratamento da informação; d) participar do planejamento de políticas públicas e de informação para o país; e) otimizar o uso das telecomunicações e das tecnologias de informação e comunicação; f) ser um profissional aberto e crítico, com capacidade de se adaptar às mudanças, uma vez que tanto os suportes informacionais como os canais de acesso, disseminação e transferência da informação estão constantemente em mutação.

Assim, qual seria o momento de capacitar bibliotecários escolares no sentido de alcançar competências, de realizar ações de inclusão que articulem a biblioteca escolar, as tecnologias e o leitor? Durante a formação, a especialização, a pós-graduação? Uma configuração possível seria gerar uma política de biblioteca escolar para o Brasil como um todo, de modo que as diferenças ambientais e culturais de cada região convivam em diálogo e entendimento. Outra composição seria o trabalho em conjunto de universidades, instituições, Ministérios da Cultura, Educação, entidades de classe e bibliotecas escolares, visando fortalecer as pesquisas de campo sobre as competências, os perfis e as funções sociais dos bibliotecários.

Para que a biblioteca escolar se realize plenamente como instituição educativa e social, a legislação (Lei 12.244, 24 de maio de 2010) deve ser cumprida. E, para tal realização, os bibliotecários precisam ser competentes no uso da Tecnologia da Informação e Comunicação para o ensino-aprendizagem. As competências, o perfil e a função social do bibliotecário, se amparadas por um direito efetivo, configuram uma rede atuante, onde as conexões se iluminam. A partir de então, colocam-se em prática ações para o entretenimento, a leitura, a informação e o conhecimento.





## POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

#### 4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

A produção cultural brasileira se complementa como atividade por meio das leis de incentivo federais, estaduais e municipais, com recursos orçamentários públicos tão poucos significativos, que procuramos por financiamento privado. Nesse sentido, Botelho (2016, p. 29) elucida que

o financiamento é um dos mais poderosos mecanismos para a consecução de uma política pública, já que é através dele que se pode intervir de forma direta na solução de problemas detectados ou no estímulo de determinadas atividades, com impactos relativamente previsíveis.

Nesse aspecto, é imprescindível que as políticas públicas educacionais e culturais estabeleçam formas e fontes de subsídios em seus planejamentos para que as metas e as ações sejam alcançadas, e assim não se tornem isoladas. Para as ações não se tornarem isoladas, Botelho (2016, p. 29) julga que é necessário pensar as políticas públicas no “contexto dos elos da cadeia de criação: formação, difusão e consumo”. Nesse sentido, uma política pública deve ter gestores com iniciativas arrojadas e a visão de empreendedor, que não dependa apenas dos órgãos públicos com instrumento de captação de recursos. Na Holanda, o maior subsídio que o teatro recebe vem do seguro-desemprego e não de atividades teatrais propriamente ditas; em Nova York, o teatro comercial tem o patrocínio indireto do governo (BOTELHO, 2016).

Durand (2013, p.28) revela que, entre as tendências de financiamento nos últimos vinte anos, “cresce o número de países que adotam um padrão “misto” de financiamento, associando recursos públicos a “fundo perdido” a receitas geradas *in loco*”.

Quando tratamos de políticas públicas educacionais, culturais e sociais torna-se importante determinar o que são políticas públicas. A literatura científica nos apresenta alguns autores como Cunha e Cunha (2002, p. 12), que definem tais políticas como sendo uma “linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em Lei”. Secchi (2010, p. 2) descreve que política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Bergue (2011, p. 508) a entende como um “conjunto coerente de decisões, de opções e de ações que a administração pública leva a efeito, orientada por uma



coletividade e balizada pelo interesse público”. Rodrigues (2011, p. 13) apresenta as políticas públicas como um “processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade”. Höfling (2011, p. 31) as compreende como “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Chrispino (2016, p. 15) conceitua as políticas públicas como o “resultado de inúmeras variáveis e que seu significado será tão distinto quanto os valores, ideologias, contextos, ética, etc. de seu formulador”. Rubim (2011, p. 67) destaca que toda política pública cultural é “composta por um conjunto de formulações e de ações desenvolvidas ou a serem implantadas. [...] também as ações, pensadas e realizadas, são momentos analíticos densos para a compreensão das políticas culturais”.

Botelho (2016, p. 43) esclarece que a política pública é formulada

a partir do diagnóstico de uma realidade, o que permite a identificação de seus problemas e necessidades. Estabelecendo-se como meta a solução desses problemas e o desenvolvimento do setor que se deseja atuar. [...] Assim, é fundamental que se levantem os recursos materiais e humanos de que se dispõe e aqueles que se necessita obter.

Durand (2103, p. 39) aponta: “quatro princípios parecem resumir o que se pode esperar de uma política pública cultural democrática e eficiente: qualidade, diversidade, preservação de identidade e disseminação de valores”.

Desafiando e inserindo as diferenças entre as necessidades culturais e educacionais em políticas públicas, Sempere (2011, p. 117) destaca que as necessidades culturais “são baseadas na diferenciação e, acima de tudo, na procura da diversidade e no incentivo à diversidade e à excepcionalidade. [...] não podem ser medidas nem planificadas do mesmo modo que outro tipo de política”. Com relação as políticas públicas educacionais, Sempere (2011, p. 117) ressalta que essas políticas “se desenvolveram a partir da interpretação e tipificação de uma necessidade generalizadora para toda a população”.

Baseando-se nos autores anteriormente citados, podemos configurar as políticas públicas educacionais, culturais e sociais como um conjunto articulado e variado de diretrizes, metas e ações a serem propostas, formuladas e implantadas pela sociedade civil e/ou pela administração pública. Trata-se de um

campo complexo, onde o ponto de partida é a análise de uma realidade pela qual se identificam os problemas de interesse público em função de seus diversos contextos, em busca da satisfação de uma necessidade coletiva.

Assim, as políticas públicas respondem as demandas sociais e de direito coletivo, não apenas individual. Devem ser direcionadas e compactuadas com a sociedade, de forma que possam atender às exigências sociais, culturais e educacionais. As políticas públicas surgem de necessidades da sociedade, por meio do Estado (governo), de qualquer instância, no sentido de resolver um problema público que seja do interesse da sociedade enquanto organismo coletivo, tanto local como nacional. Outro processo de políticas públicas pode vir da própria sociedade como um todo, mesmo com valores e crenças divergentes, mas que tomam atitudes convergentes com problemas comuns.

Nesse aspecto, pretendemos, mediante esse quadro de tipologia de políticas públicas, buscar a interface com as políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca, no sentido de valorizar os equipamentos culturais que tratam dessas políticas. Rosa e Oddone (2006, p.192), declaram que existe uma “falta de vontade política para avançar nas questões das políticas públicas culturais, e que desde 2003, com a Lei do Livro, apenas se tem referenciado, discutido e avaliado a cadeia produtiva do livro, mas que precisa ser mais objetiva com ações concretas”.

Portanto, esta pesquisa tem como desígnio aprimorar o esclarecimento das nuances das políticas públicas do livro, da leitura e da biblioteca no Brasil, buscando por meio da literatura científica discutir as principais leis nacionais brasileiras que tratam da leitura, do livro e principalmente da biblioteca escolar.

- **Política Públicas do Livro, Leitura e Bibliotecas no Brasil**

Estudos importantes sobre políticas públicas foram realizados por Theodore J. Lowi, que se iniciam em 1964 por meio de um artigo, com aperfeiçoamento em diversos trabalhos, baseando-se no critério “impacto esperado na sociedade” (LOWI, 1964, p. 689). Lowi se fundamenta em quatro tipos de políticas públicas: a) “Regulatórias”; b) “Distributivas”; c) “Redistributivas”; d) “Constitutivas” (SECCHI, 2014, p. 25). Particularizando o primeiro tipo de política, podemos caracterizar como sendo um produto

direcionado para atores públicos e privados e que se apresentam por meio de normas, leis, códigos, etc., e que dependem das forças “dos atores e interesse da sociedade”. As Distributivas são produtos direcionados para alguns grupos específicos e com custos para a coletividade, ou seja, se aplica como troca de apoios, e, exemplificado por Secchi, como utilização nas emendas parlamentares. As Redistributivas ocorrem por meio de benefícios direcionados apenas para alguns grupos da sociedade, e quem financia outros custos são outros grupos. Como exemplo, Secchi cita as cotas raciais na universidade e políticas sócias para o trabalhador, considerando que o predominante nas Redistributivas é o “elitismo”, tendo duas correntes: uma corrente contra e outra a favor (SECCHI, 2010). As constitutivas são aquelas que definem as “competências, condições e as elaborações das políticas” (SECCHI, 2010, p. 31). Normalmente, por esse tipo de política a sociedade não tem interesse, pois envolve o governo no desenvolvimento de suas ações.

Duas Décadas atrás foram realizadas algumas pesquisas sobre políticas públicas do livro, leitura e biblioteca como a de Amorim (1996), que abordou a cidadania cultural na formulação do Plano Nacional do Livro e Leitura; a de Souza (2006), que apresentou uma revisão de literatura sobre políticas públicas, relatando como e por quê surgiu essa área do conhecimento, até os modelos de formulação e análise de políticas públicas; a de Ferraz (2015), que descreveu e analisou as políticas para bibliotecas públicas de Minas Gerais, visando compreender os possíveis avanços e retrocessos destas políticas no período de 1983 a 2012; a de Pinheiro (2016), que destacou o processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca.

Nas décadas de 1960 a 1970 surgiram algumas políticas públicas culturais, sociais e educacionais como a Lei nº 4.084/1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, como também apresenta as atribuições desses profissionais, do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais. A Lei nº 5.191/1966 institui o Dia Nacional do Livro, a ser comemorado em 29 de outubro de cada ano, e a Lei nº 5.805/1972, que estabelece normas destinadas a preservar a autenticidade das obras literárias caídas em domínio público.

Nas décadas de 1980 a 2017 surgiram outras políticas, no sentido de propiciar um reconhecimento da biblioteca escolar e um incentivo à leitura como

o Decreto nº 84.631/1980, que institui a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, a ocorrer no período de 23 a 29 de outubro, e o dia do bibliotecário, a ser comemorado no dia 12 de março. A Lei nº 5.301/1986 do Estado de São Paulo “dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de local adequado para biblioteca nos prédios escolares estaduais” (SÃO PAULO, 1986, p.1). O Decreto nº 519/1992 institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) e fornece outras providências. No mesmo ano, o Decreto nº 520/1992 institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e indica outras providências, que permanecem até as duas primeiras décadas do século XXI. O Programa Nacional de Biblioteca, criado em 1997, por meio da Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997, tem como características básicas o “apoio e a difusão de programas destinados a incentivar o hábito de leitura” e a “produção e difusão de materiais destinados a apoiar projetos de capacitação e atualização do professor que atua no ensino fundamental” (BRASIL, 1997, p. 8519).

A Lei nº 9.610/1998 altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e aponta outras providências. A Lei nº 10.402/2002 institui o Dia Nacional do Livro Infantil. A Lei nº 10.994/2004 dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional, e aponta outras providências. A Lei nº 11.899/2009 institui o Dia Nacional da Leitura e a Semana Nacional da Leitura e da Literatura, sendo 12 de outubro a comemoração do Dia Nacional da Leitura. A Lei nº 12.244/2010 dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país; esta lei trata da obrigatoriedade do profissional bibliotecário nas bibliotecas de instituição de ensino.

O Decreto nº 7.559/2011 dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dá outras providências, que será apresentado e comentado em uma seção a parte.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação - PNE – 2014-2024 e determina outras providências no item 7.20, que devem

prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. (BRASIL, 2014, p.1).

No século XXI, exatamente em 2017 é aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 212/2016, instituindo a Política Nacional de Leitura e Escrita como “estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil”, apresentando algumas diretrizes desta política, no sentido de ser um dos mecanismos condutores para a inclusão social da leitura e da biblioteca, se for corretamente aplicada.

Ao mesmo tempo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 28/2015, que cria a Política Nacional de Bibliotecas. A proposta seguiu para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para esta pesquisa de pós-doutorado, apresentaremos as três principais leis brasileiras sobre políticas públicas educativas: Lei nº 10.753/2003 – que institui a Política Nacional do Livro; Decreto nº 7.559/2011 – que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura; Lei nº 12.244 – que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Apresentaremos também as políticas públicas portuguesas do livro, da leitura e da biblioteca.

- **Lei nº 10.753/2003 - Institui a Política Nacional do Livro.**

A Lei nº 10.753/2003, que trata da Política Nacional do Livro, contribui no sentido de:

- I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
- II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
- VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
- VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;
- IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

- X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;
- XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;
- XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (BRASIL, 2003, p.1).

Desse modo, a Lei reconhece que a biblioteca é um espaço de acesso e uso da informação e de incentivo à leitura, desde que o profissional bibliotecário estimule a criação de projetos em consonância com o currículo escolar.

A Lei destaca a difusão do livro no sentido de se criar e executar projetos de popularização do livro e da leitura. Nesse aspecto, a existência da biblioteca na escola é fundamental para a ampliação do processo de alfabetização, da competência em informação da leitura de textos e da consolidação do estímulo à leitura que, por meio dela, podem ser elaboradas ações culturais e educacionais com a participação de estudantes, professores, bibliotecários, pedagogos e profissionais que atuam na área da educação e cultura.

Com relação ao capítulo da Lei que trata do livro, a lei apresenta questões importantes para a composição do acervo das bibliotecas escolares. A edição de materiais de referência como atlas, mapas, cartogramas, etc., elaborados em diversos suportes, e, ao mesmo tempo, preocupados com a acessibilidade dos leitores com deficiência visual, têm ainda o sentido de ampliar os meios de recuperação e uso da informação nas bibliotecas escolares.

No âmbito do Capítulo III da Lei, que se refere a “Editoração, Distribuição e Comercialização do Livro”, a Lei reflete sobre dois pontos para as bibliotecas. O primeiro trata de implantar programas para manutenção e atualização de acervos das diversas tipologias de bibliotecas; o segundo trata dos direitos autorais que devem ser registrados na Fundação Biblioteca Nacional.

No capítulo IV da Lei “da Difusão do Livro”, a relação com as bibliotecas escolares é mais ampla. Um dos objetivos mais acentuados é o da consolidação da leitura, que se utiliza de programas específicos para esse fim, mediante a implantação de “leitura de textos de literatura” e a introdução da “hora de leitura diária nas escolas”, ações essas que podem ser tomadas como função das bibliotecas escolares, com parecerias dos corpos docente e pedagógico da escola. Outro ponto discutível na Lei é a “exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as

bibliotecas escolares” (BRASIL, 2003, p.3). As escolas públicas no Brasil, e até mesmo o sistema de ensino, são diferentes de município para município e de estado para estado, e entre localidades, regiões, etc.; portanto, padronizar um acervo mínimo é deixar de lado estudos como o da comunidade e do usuário, mesmo que se tenha certeza de que algumas bibliografias são primordiais e prioritárias para a composição do acervo da biblioteca escolar.

Quanto ao capítulo V, nas “Disposições Gerais” está muito claro que a “União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros” (BRASIL, 2003, p.4). Este é um tema bastante polêmico, pois na maioria dos estados e municípios não existe a rede de bibliotecas escolares constituída nas escolas públicas, e muito menos existe o profissional bibliotecário, que pode organizar a informação, dar suporte à pesquisa escolar, implantar a competência em informação, disseminar a informação e propagar a leitura e da literatura brasileira. A trajetória das bibliotecas escolares na rede pública de ensino no Brasil não é muito bem resolvida; elas dependem quase exclusivamente de governantes que tenham sensibilidade para melhorar a qualidade do ensino, pois pesquisas demonstram que as bibliotecas podem contribuir para o desenvolvimento educacional, cultural e social da comunidade a que ela pertence, como

é clara e nítida a diferença do aluno que utiliza a biblioteca durante o processo de ensino, com certeza o aluno que tem o melhor desempenho é o que utiliza uma das formas de mídia que a biblioteca oferece. 90% dos alunos que tem bom desempenho são bons leitores, apresenta riqueza de vocabulário, clareza de organização de ideias e conversando com os alunos eles sempre citam a vontade de ler (CASTRO FILHO, 2002, p. 98).

Nesse aspecto, temos que estar atentos à escolha de nossos governantes e, principalmente, em suas plataformas de governo, pois a questão educacional e cultural quase sempre não está presente.

- **Lei nº 12.244/2010 - Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País**

A Lei apresenta os seguintes artigos:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998 (BRASIL, 2010).

Portanto, de acordo com a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, Art. 2º, parágrafo único, Coppola Junior e Castro Filho (2012) abordam, por meio de sua pesquisa, os aspectos básicos da biblioteca escolar e da sua importância, bem como o papel do bibliotecário neste contexto. Apresentam também a importância da biblioteca escolar no ensino fundamental através de uma análise qualitativa e quantitativa, e propõem um modelo às instituições de ensino, destacando os padrões mínimos para a existência da biblioteca bem como apontando as condições para aproximar a comunidade escolar deste novo espaço, integrando-o à escola como parte dinâmica de ações educacionais e culturais.

Essa lei demonstrou que o desenvolvimento intelectual, social e cultural brasileiro é baseado no tripé: livro, leitura e bibliotecas. Além disso, tal lei possibilitou a valorização do bibliotecário, abrindo novas possibilidades para o exercício de sua profissão no país.

Podemos considerar como uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas escolares uma noção de lei que determina um título de livro para cada aluno matriculado? Devemos considerar que uma escola com mil alunos seria a mesma coisa que uma biblioteca com mil livros? ou devemos considerar que uma escola com mil alunos significa uma biblioteca com mil livros? Questões essas que não devem determinar uma biblioteca escolar, pois estamos muito além de uma simples contagem de números de livros, e isso não esclarece nada sobre os meios necessários à implantação das bibliotecas escolares nem sobre



os recursos mínimos (infraestrutura, financeiros, etc.) envolvidos para a sua concretização.

Deriva daí a superfície de um imaginário de prestígio, importância e distinção desta tarefa de guardar e preservar pensamentos, vestígios e pistas; importância que deve ser devidamente atribuída à biblioteca escolar – a biblioteca desenhada com os dizeres de liberdade e prazer, com a abertura para a escuta daquele “verde murmúrio” de que fala Drummond no poema “Biblioteca verde”.

Segundo Chagas (2010, p.8), “as bibliotecas escolares são organizações que fazem parte de um sistema de informações, capazes de atender as necessidades informacionais de seus usuários, e compostas por documentos que passam por todo o ciclo documental”. Para que esse ciclo aconteça, é necessário o gerenciamento dessas unidades de forma eficiente, sendo consideradas então as quatro funções administrativas, a saber: o Planejamento, a Organização, a Direção e o Controle.

Conforme diz a Declaração de Maceió sobre Competência em Informação no “Seminário sobre Competência em Informação”, do XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), realizado em Maceió em 2011 e organizado pela FEBAB

[...] as bibliotecas e outras instituições relacionadas com a informação devem estabelecer parcerias para ações estratégicas e políticas públicas envolvendo o sistema de educação obrigatória. Destaca-se a base inicial para a capacitação no uso da informação, o papel social da biblioteca escolar como centro de recursos para a aprendizagem e o desenvolvimento de Competência em Informação (FEBAB, 2011).

Com a Lei nº 12.244/10, é possível conquistar mais este direito e ainda estruturar nossas bibliotecas, tornando-as atraentes para os nossos alunos e quebrando aquela imagem construída de que uma biblioteca escolar serve simplesmente para empréstimos de livros, são lugares de castigos ou meramente depósitos de livros. A partir da aprovação desta lei, acentuaram-se as reflexões com relação à biblioteca escolar na Ciência da Informação e na Biblioteconomia.

O artigo 3º da Lei estabelece que as instituições de ensino terão até dez anos para se adaptarem à esta Lei. Tendo em vista o tempo, e já se passaram sete anos, é necessário: implantar ações e plataformas de divulgação da Lei para os governantes dos municípios do país; elaborar, em conjunto com as associações de classe da área de biblioteconomia e as universidades públicas e particulares onde existem os cursos de biblioteconomia, fóruns específicos para a busca de soluções referentes à implantação de cargos de bibliotecários nos municípios que possam ser absorvidos pelas escolas públicas; discutir e planejar redes de bibliotecas escolares que possam ter como ator principal o bibliotecário; implantar cursos de especialização ou mestrado profissionais direcionados aos professores do ensino público que tenham interesse em executar serviços nas bibliotecas escolares.

Com relação ao Decreto 7.559/2011 do Plano Nacional do Livro e Leitura descreveremos uma seção a parte, justamente por acreditarmos que as práticas de leitura na biblioteca ou na sala de aula é um processo que pode transformar o Brasil em um país de leitores.

#### **4.1 PLANO NACIONAL DA LEITURA PORTUGAL**

Portugal enfrentou os diversos desafios para estimular a leitura no país com uma política pública notável, a partir da investigação que constatou deficiências e insuficiências no domínio das competências de leitura. Os livros são tomados como fonte de conhecimento e de aprendizagem que envolvem diferentes saberes e culturas. A fim de melhorar a situação do país, criou-se o Plano Nacional de Leitura.

Considerar a educação e a cultura como vértebras de um projeto de governo implica considerar a função privilegiada da leitura. É assumir a competência da leitura como agente transformador, responsável pelo acesso ao conhecimento e à informação, pela geração de enriquecimento conquistado com o processo de aprendizagem e pela produção e consumo de cultura. É construir atributos fundamentais para a cidadania sustentável e o desenvolvimento

econômico e social, configurando e consolidando enfim um país livre e democrático, onde há justiça social<sup>20</sup> (PORTUGAL, 2017).

A constatação da relevância da leitura no mundo contemporâneo e a consciência da posição significativamente inferior do país em relação a outras nações neste tópico da leitura fizeram com que Portugal respondesse à própria sociedade com o lançamento do Plano Nacional de Leitura (PNL) em 2006, como um chamado urgente aos seus cidadãos e às suas instituições.

Considerado prioridade política e desígnio nacional pelo Governo de Portugal, é de responsabilidade (técnica, financeira) do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares. (PORTUGAL,2017a)<sup>21</sup>

Inicialmente projetado para dez anos e dividido em duas fases de cinco anos, este plano estratégico promoveu condições e ações para a melhoria dos níveis e domínios de leitura e de escrita, aprofundando e expandindo as competências da informação, com metas e medidas direcionadas ao conjunto da população portuguesa, da primeira infância à idade adulta, dando particular ênfase aos jovens. Partindo da caracterização da problemática da leitura no país, suas linhas gerais foram elaboradas por uma equipe composta por Isabel Alçada, Teresa Calçada, Jorge Martins, Ana Madureira e Alexandra Lorena, junto àquelas três esferas ministeriais.

- JUSTIFICATIVAS

A leitura é assumida como um bem essencial indispensável, uma competência básica necessária a todos cidadãos, para sua plena realização como indivíduos na sociedade, em qualquer circunstância da vida. É fator determinante no acesso à riqueza cultural das obras literárias e artísticas, na interpretação da informação disponibilizada pelos meios de comunicação, na formação e manifestação do juízo crítico, no desenvolvimento do conhecimento: “para viver com autonomia, com plena consciência de si próprio e dos outros,

---

<sup>20</sup> <https://dre.pt/home/-/dre/106816250/details/maximized>

<sup>21</sup> <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/arquivo/pnlvt/apresentacao.php?idDoc=3>

para poder tomar decisões face à complexidade do mundo atual, para exercer uma cidadania ativa, é indispensável dominar a leitura” (ALÇADA, 2006, p. 11).

A leitura é tomada como um alicerce indispensável na sociedade do conhecimento e da informação e do desenvolvimento sustentado, segundo a União Europeia e organizações internacionais como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que vêm formulando recomendações para que os governos assumam a promoção da leitura como prioridade política. Nas últimas décadas, diversos estudos acadêmicos avaliaram a leitura como uma competência necessária ao cotidiano dos cidadãos e elaboraram instrumentos de medida com novos conceitos como “literacia” e “hábitos de leitura”, que, por sua vez, permitiram diagnosticar a situação nos vários países (PORTUGAL, 2017 a)

Segundo Alçada (2016, p. 39), Alexander & Fox (2010) propõem os seguintes paradigmas na investigação sobre leitura: a) “conditional learning (aprendizagem condicionada)”; b) “natural learning (aprendizagem natural)”; c) “information processing (processamento de informação)”; d) “sociocultural learning (aprendizagem sociocultural)”; e) “engaged learning (envolvimento na aprendizagem)”.

Ainda segundo Alçada (2016, p. 39), Bourdier & Chartier (1993) propõem o conceito de leitura como “uma forma de linguagem que, tal como todas as outras linguagens, se encontra marcada por relações sociais, modelos culturais, relações de poder, experiências, valores e atitudes próprios do contexto que surge”. Portanto, podemos entender a literacia como a competência que permite a leitura de materiais escritos e seu conseqüente uso “para enfrentar e resolver os diferentes desafios presentes na sociedade contemporânea”, como “a capacidade de processamento, na vida diária (social, profissional e pessoal), de informação escrita de uso corrente contida em materiais impressos, tais como textos, documentos e gráficos” (ALÇADA, 2016, p. 39).

A importância da leitura contempla uma necessidade e um prazer, necessidade de conhecer outros mundos e de se mover na sociedade, prazer pela motivação da curiosidade e de passar por uma experiência de satisfação pessoal, em qualquer suporte.

Uma outra justificativa para a existência do PNL foi que tais estudos nacionais e internacionais demonstraram que a situação de Portugal em geral (crianças, jovens e adultos) era grave, com baixos índices de literacia, bastante desfavoráveis e inferiores em relação à média europeia. Lançado em 1997 pela OCDE, o PISA (*Programme for International Student Assessment*) mede a capacidade que os jovens de 15 anos têm para usarem os conhecimentos na vida real.

Para o PISA, literacia trata da competência dos alunos na decodificação, interpretação, compreensão e utilização de textos escritos para alcançar objetivos pessoais, para aquisição de conhecimento e participação na sociedade. Assim, partindo de uma noção operacional e instrumental da leitura como referência, como os recursos que a leitura agencia e as situação em que se dá a leitura, constrói-se uma noção de leitor: o enfoque é ler para aprender e não aprender a ler, pelo que são validadas as competências mais básicas de leitura.

A partir da década de 1990 aparecem “quatro linhas de investigação para a motivação da leitura” (ALÇADA, 2016, p. 64). Uma primeira linha demonstrou que fatores como vontade, deliberação, esforço, consciência e persistência ativam as estratégias de leitura; uma segunda linha revelou como a quantidade e a diversidade de experiências de leitura têm papel ativo na formação de leitores; uma terceira linha incorporou os estudos sobre os efeitos da motivação no sucesso escolar; uma quarta linha mostrou como as relações interpessoais atuam na motivação para a leitura.

Diferentes autores estimam que o respeito às escolhas de crianças e jovens é fator determinante na formação de leitores. Isso significa que as bibliotecas escolares devem dispor de grande diversidade de obras potencialmente aptas a se identificar com as motivações próprias de crianças e jovens; e que os professores desempenhem uma ação de orientação na escolha do que os alunos lerão, na planificação das atividades de leitura em sala de aula (ALÇADA, 2016, p. 67).

Nesse aspecto, as bibliotecas escolares precisam ser mais dinâmicas, formadas por uma variedade de recursos movimentados por atividades educativas, lúdicas e de leitura, inaugurando novas maneiras de aprender, mais

atraentes e polissêmicas, aproximando os sujeitos de diferentes linguagens, sentidos e também outros sujeitos, superando, assim, práticas rígidas e desestimulantes encontradas frequentemente nas escolas.

Assim, “um dos aspectos salientados na formação é a qualidade efetiva das interações durante a leitura, essencial para envolver e motivar as crianças proporcionando-lhes momentos felizes ligados aos livros” (ALÇADA, 2016, p. 103). Tal felicidade pode ser medida pelo grau de envolvimento da imersão: “ao mergulho na leitura é dado o nome de *engagement*, aqui traduzido por envolvimento” (ALÇADA, 2016, p. 63).

Quanto aos leitores de livros, Alçada (2016, p. 123) aponta a seguinte classificação, tendo a referência de livros lidos em um ano: “pequenos leitores (1 a 5 livros) 53,6%; médios leitores (6 a 20 livros), 38,5%; grandes leitores (número superior a 20 livros) 7,9%.”. Quanto à influência na prática da leitura durante a infância, é possível apontar: a mãe, para 69,4%; o pai, para 61,6%; outros familiares, para 19,7%. Em relação aos familiares, a influência dos professores não ultrapassou 36,1% e apenas 10,7% declararam que foram influenciados só por professores (ALÇADA, 2016, p. 128).

Uma das sugestões é que os livros contenham dados sedutores, como: personagens com quem o leitor possa se identificar; enredos encantadores ou surpreendentes; palavras com potencial de evocação à imaginação. Uma das características ditas indispensáveis é que os alunos leiam textos que não sejam muito difíceis, textos agradáveis e que sejam de boa compreensão – neste último caso, o tempo de fato dedicado à leitura, em sala de aula ou não, é decisivo na evolução da compreensão e na ampliação das conexões entre leitura e escrita. Assim, o desejo de ler mais é uma opção pela leitura que pode concorrer com outras atividades de recreação e diversão (ALÇADA, 2016).

Seria importante ressaltar a disposição do leitor em escolher suas opções de caminhos de leitura, na medida da própria variedade de tipos de leitura, pois a música, o teatro, o cinema implicam diferentes formas de leitura.

É patente e inconteste que a leitura tem um lugar nuclear como competência-chave decisiva no desenvolvimento político, econômico e social, porém os sucessivos estudos sociológicos, feitos entre meados dos anos 1990 e meados dos anos 2000, comprovam que as diferenças de literacia entre países

e regiões do mundo permanecem agudas, e que mesmo nos países onde os níveis de literacia são reduzidos, desigualdades entre pessoas e grupos sociais são mantidas (ALÇADA, 2016).

- EXPERIÊNCIAS ESTRANGEIRAS

No Reino Unido, instituições como *National Literacy Trust* e *Education Standard Research Team*, pertencentes ao Departamento de Educação, dedicam-se ao estudo da leitura por prazer, negando os preconceitos errôneos que tratam o prazer de ler como simples e descompromissada atividade lúdica, demonstrando que se trata de uma condição fundamental para que os alunos conquistem competência e assim se tornem leitores (ALÇADA, 2016, p. 65).

Ainda no Reino Unido, pesquisas verificaram um aumento no interesse pela leitura entre crianças com até cerca de quatro anos, e indicaram um dado de certo modo surpreendente: os jovens de 16 anos que aos 5 anos ouviam a leitura (em voz alta) obtinham resultados três vezes maiores em relação àqueles que não tiveram esse recurso, o que revelaria o potencial educacional dos contadores de histórias (ALÇADA, 2016, p. 66).

Lançado em 2007, no Reino Unido, o programa *Engaging Parents to Raise Achievement* (EPRA) visava apoiar as escolas no estímulo às famílias de modo que estas adotassem “estratégias de efeitos comprovados” (ALÇADA, 2016, p. 103).

Em 2000, em Dakar, uma segunda conferência *Education for All* (EFA) estabeleceu a meta de melhorar em 50% os níveis de leitura no mundo até 2015 (UNESCO, 2000). Entre 2003 e 2012 foi celebrada a *United Nations Literacy Decade*, quando a UNESCO colaborou com a celebração por meio do programa “*Literacy for Empowerment* (LIFE) (UNESCO, 2006, 2015)”. (ALÇADA, 2016, p. 87).

O LIFE consistia das seguintes estratégias:

- 1) atenção específica à competência da leitura;
- 2) associação de objetivos de desenvolvimento social (condições de saúde, geração de emprego, etc.) à leitura;

3) agregação de maior poder e maior capacidade de desenvolvimento das populações à leitura. O programa sinalizava diversas recomendações aos governos, como empenho político constante e consistente, e estabelecimento de parcerias com variadas instituições (meios de comunicação, universidades, autoridades locais, organizações da sociedade civil, setor privado) (ALÇADA, 2016, p. 88).

Lançado em 2013, na França, o projeto *Agir contre l'illettrisme – l'école se mobilize*, concebido pelo Ministério da Educação em âmbito nacional, incentivava as escolas a auxiliarem as famílias na melhoria de suas competências de literacia, de modo a estarem mais confiantes e seguras no acompanhamento dos filhos e em atividades de leitura em casa, em voz alta ou em par (ALÇADA, 2016, p. 103).

Na América do Norte, o projeto *1,2,3 – read with me*, iniciativa conjunta das bibliotecas públicas do Canadá e dos Estados Unidos, oferecia panfletos informativos sobre leitura e um livro a cada família engajada. (ALÇADA, 2016, p. 104)

Nos Estados Unidos, associações de bibliotecários, por exemplo *Association for Library Service to Children*, realizam projetos como *Drop Everything and Read (DEAR)*, que estimula as famílias a integrarem diariamente em suas rotinas momentos de leitura com as crianças. (ALÇADA, 2016, p. 105).

Na Austrália e na Nova Zelândia, o projeto *Books in Homes* provém as bibliotecas escolares com livros para leitura em domicílio (ALÇADA, 2016, p. 105).

Na Espanha, o programa *Leemos Juntos*, compõe-se do empréstimo a domicílio de um conjunto de livros, de diversos gêneros, apropriados a crianças de diversos níveis etários (ALÇADA, 2016, p. 105).

Na Holanda, a fundação *Stichting Lezen* (financiada pelo Estado) promove um projeto direcionado a famílias de imigrantes, em que pais e filhos (de 0 a 6 anos) formem gosto pelos livros e exercitem a língua holandesa (ALÇADA, 2016, p. 105).

Entre os projetos formados por equipes pequenas de profissionais e voluntários que estimulam a leitura em conjunto com escolas, bibliotecas e famílias, estão *Reading is Fundamental (RIF)* e *Rolling Readers* (Estados Unidos) e o *Lire et faire Lire* na França (ALÇADA, 2016, p. 105).



Em Portugal, o PNL lançou projeto *LeR+ dá saúde* (ALÇADA, 2016, p. 105). Na Itália, um programa análogo ao português é *Nati per Leggere* (ALÇADA, 2016, p. 105).

Portanto, é relevante ter um olhar abrangente ao redor do mundo, de modo a verificar o estado da arte em outros contextos e assim aproveitar os exemplos das melhores contribuições, seja na questão das práticas da leitura, como também de ações que fazem a mediação nas bibliotecas escolares.

- FUNDAMENTAÇÃO

Entre os planos estratégicos estudados pelo PLN português, está a *National Literacy Strategy* (NLS), que o Reino Unido promove desde 1997 inserido em um plano de reformas curriculares (ALÇADA, 2016).

Uma série de estudos fundamentaram tecnicamente o PNL e possibilitaram operacionalizar e avaliar as metas. Um site em constante atualização foi construído, garantindo a difusão dos programas, a instrumentalização metodológica, a interação com as escolas e a relação entre todos os agentes envolvidos no projeto.

O PNL tomou como referência os princípios que nortearam os países com melhores resultados na promoção da literacia. As novas atividades assinalavam um reforço às práticas de leitura que o Ministério da Educação recomendava como orientação curricular para os trabalhos escolares. Foi respeitada “a autonomia pedagógica dos docentes” e foi estimulada “a diversidade de abordagens” (ALÇADA, 2016, p. 157).

Partiu-se da noção de que o caminho para a conquista de uma competência efetiva e eficaz nos domínios da leitura é um processo gradual, longo e difícil. A plena competência da leitura não implica apenas a aprendizagem de interpretação de um texto; o alcance de níveis superiores de compreensão exige a prática permanente em sala de aula, na biblioteca, em casa, com hábitos de leitura autônoma e de leitura orientada que respeitem a diversidade humana, em seus aspectos etários, sociais e individuais. Portanto, os projetos de leitura demandam flexibilidade e abertura para múltiplos modelos de propostas e múltiplos percursos de processo.

Portugal passou a levar em consideração as orientações entendidas como referência pelos países com índices positivos em literacia medidos pelo PISA. Publicados em 2000, as primeiras pesquisas apontam que 48% dos jovens portugueses estavam em patamares inferiores (literacias 1 ou 2) de uma escala de 5 níveis de leitura. Em 2003, constatou-se que os resultados das provas de aferição, feitas no final do Primeiro Ciclo, apontavam que a maioria das crianças fez a transição para o Segundo Ciclo sem a aquisição de competências básicas.<sup>22</sup>

Modelo de política educacional, o PNL surgiu como consequência da avaliação crítica dos resultados obtidos em sucessivos ciclos do estudo PISA, em 2000, 2003 e 2006. Ao mesmo tempo, a escola e as bibliotecas (os professores e os bibliotecários) se mobilizavam para promover a leitura por meio de ações e projetos que estimulavam o interesse pelo livro e o prazer de ler (ALÇADA, 2016).

O trabalho de muitos profissionais primava por uma discricção que era, por vezes, quase imperceptível: professores que, de livre iniciativa, elaboravam táticas na sala de aula; grupos de professores que programavam atividades conjuntas; equipes que idealizavam e ainda desenvolvem bibliotecas escolares, agenciando a inserção do livro no núcleo da atividade letiva; bibliotecários que ainda imaginam projetos surpreendentes direcionados aos diversos extratos de público.

O PNL foi buscar pesquisas que serviriam de base para suas linhas estratégicas operacionais. Uma das fontes de análise foi a série de relatórios de organizações internacionais, especificamente os que tratavam dos estudos de literacia feitos pela OCDE e pela IEA (Agência Internacional de Energia) que, ao contemplarem um conjunto cada vez maior de países, proporcionavam a detecção de medidas proveitosas nas práticas de leitura de crianças (estudo *Progress in International Reading Literacy - PIRLS*), de jovens (estudo PISA) e de adultos (estudos *International Adult Literacy Survey – IALS* e *Programme for the International Assessment for Adult Competencies - PIAAC*) (ALÇADA, 2016).

Ao adotar a referência dos resultados nas avaliações de níveis de literacia e de hábitos de leitura da população escolar e da adulta, o PNL permitiu auferir

---

<sup>22</sup> <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/arquivo/pnlv/apresentacao.php?idDoc=4>

os impactos de suas ações nas avaliações posteriores. Nesse sentido, o PNL também foi responsável por indicar que uma investigação científica sistemática é indispensável ao país, por fornecer subsídios à análise criteriosa das questões referentes à iliteracia e, assim, sustentar a formulação de medidas (e políticas) pertinentes e apropriadas, como o próprio PNL (ALÇADA, 2016).

Cabe notar para a importância de se estar atento às pesquisas correntes em instituições acadêmicas e não governamentais sobre temas afins para angariar elementos que contribuam para uma melhor consecução de políticas e programas educacionais e culturais.

Assim, o PNL de Portugal constituiu-se como “uma resposta institucional aos níveis de iliteracia” da população, particularmente, dos jovens. Para tanto, elaborou uma série de estudos que possibilitaram investigar a realidade e embasar uma série de instrumentos de orientação e medidas de intervenção, em auxílio e incentivos aos profissionais promotores da leitura (educadores, professores, bibliotecários, mediadores, familiares).

Como um chamado de responsabilidade coletiva, o PNL estima que seus programas de promoção da leitura possam gerar livres iniciativas, de circunscrição local, regional e nacional, por parte de organismos da sociedade civil e de indivíduos. Eventuais parceiros e patrocinadores contribuem para criar um contexto social favorável à promoção dos hábitos culturais nas esferas do livro e da leitura.

O PNL contempla toda a população portuguesa, em toda a extensão de sua faixa etária. Estudos atestam que as competências básicas devem ser adquiridas logo no começo da vida; do contrário, as dificuldades vão se acumulando, multiplicando e se convertendo em entraves por vezes intransponíveis. Aceito o pressuposto e assumida uma estratégia por etapas, numa primeira fase foram eleitos como públicos-alvo prioritários para os primeiros cinco anos: crianças frequentadoras da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico (particularmente, os primeiros seis anos de escolaridade). Os responsáveis pela educação de crianças e jovens também foram privilegiados como públicos-alvo, sendo assim mobilizados os principais responsáveis: educadores, professores, bibliotecários, familiares, voluntários, animadores e mediadores de leitura.

- ATUAÇÃO DO PNL

As áreas de intervenção dos programas do PNL para promoção da leitura, atendendo segmentos de públicos escolar e não escolar, e de diferentes grupos etários, são: a) jardins de infância; b) escolas; c) bibliotecas escolares; d) famílias; e) bibliotecas públicas; f) instituições que promovam a leitura de algum modo; g) instituições culturais, educativas, de solidariedade social; h) espaços não convencionais de leitura, como teatros, museus, hospitais, transportes públicos, prisões e outros locais da comunidade; i) meios de comunicação social.

Entre as principais ações-intervenções do PNL estavam:

a) promoção de leituras orientadas em salas de aula (de jardins da infância e de escolas dos primeiros e segundos ciclos), no ambiente familiar, em bibliotecas públicas e outros contextos sociais (com conjuntos diferenciados de livros, adequados a cada nível de escolaridade);

b) utilização de meios de comunicação e campanhas para sensibilização da opinião pública, para produção de programas de rádio e televisão e de blogs e chat-rooms sobre livro e leitura.

Entre os objetivos do PNL (PORTUGAL, 2017a), afinados às tendências internacionais sobre literacia (União Europeia) e estudo PISA (OCDE) estão:

a) promoção da leitura como fato e fator de desenvolvimento individual e nacional;

b) produção de um contexto social benéfico à leitura;

c) inventário e valorização de práticas pedagógicas e outras ações de incentivo ao prazer da leitura;

d) definição de instrumentos que estabeleçam metas precisas para o desenvolvimento da leitura;

e) consecução de resultados positivos nos estudos nacionais e internacionais de avaliação de literacia;

f) elevação das competências dos agentes sociais envolvidos na leitura (professores, bibliotecários, mediadores de leitura formais e informais);

g) consolidação e ampliação do papel da Rede de Bibliotecas Públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares no estímulo aos hábitos de leitura.

Quanto aos objetivos, percebemos que a promoção da leitura e das práticas pedagógicas está alicerçada em um contexto social que demanda a formação

de mediadores de leitura, estimulando o interesse pela leitura nas redes de bibliotecas públicas e escolares.

Entre as linhas estratégicas do PNL (PORTUGAL, 2017a) estão:

a) ampliação e diversificação de ações que promovam a leitura nos contextos da escola (sala de aula, biblioteca), da família e outros, por meio de programas para:

- diferentes públicos-alvo;
- estímulo ao prazer de ler em crianças e jovens em contato com o livro;
- atendimento de meios especiais de leitura de crianças, jovens e adultos;
- reforço do incentivo à leitura nas bibliotecas públicas;
- estímulo à leitura em espaços não convencionais de leitura;

b) colaboração para a instituição de um ambiente social favorável à leitura, por meio da:

- disponibilização da informação, expansão do conhecimento e discussão de questões da leitura e da literacia;
- mobilização das comunidades literária e científica e dos meios de comunicação para o tópico da leitura e para os objetivos do PLN;
- cooperação e conjugação de esforços entre escola, biblioteca, família, e outras instituições sociais;
- valorização dos esforços de profissionais e instituições compromissadas com a leitura;
- consumação de parcerias e ações conjugadas entre instituições públicas e privadas;

c) garantia de formação e instrumentalização de apoios, por meio da:

- definição de parâmetros para formação de educadores, professores, bibliotecários e mediadores de leitura, segundo os princípios do PNL;
- disponibilização de ferramentas, conteúdos e metodologias que orientam a formação daqueles profissionais;
- orientação e apoio (direto e on-line) a práticas promotoras de leitura na escola, na biblioteca escolar, na família, na biblioteca pública e em outros ambientes culturais;
- mobilização de instituições de formação que ampliam a oferta de leitura;

- coordenação e divulgação de ações de formação para mediadores de leitura, organizadas por diferentes instituições;
- d) inventário e otimização de recursos e competências, por meio da:
- classificação, descrição e divulgação de programas, iniciativas e experiências que contribuem para criar hábitos de leitura;
  - consciência dos resultados das experiências nacional e internacional na organização de novas iniciativas;
  - promoção de livros e outros recursos de informação para as escolas;
  - utilização das novas tecnologias de comunicação para auxiliar o acesso ao livro, diversificando as ações de leitura e as informações sobre livros e autores;
  - consecução e otimização de financiamentos e co-financiamentos;
- e) produção e manutenção de um sistema de informação e avaliação, por meio da:
- indexação e divulgação dos resultados de investigações já realizadas e de iniciativas bem-sucedidas, em Portugal e no exterior;
  - disponibilização de informação atualizada sobre literacia e hábitos de leitura da população portuguesa;
  - formulação de modelos de avaliação para os casos e a situação;
  - elaboração de instrumentos de avaliação destinados ao contexto escolar para os professores dos vários níveis de escolaridade monitorarem o desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos;
  - avaliação de políticas e ações para serem desenvolvidas na esfera do PNL.

Alguns dos programas do PNL também fazem parte dos programas da Rede de Bibliotecas Escolares: “a LeR+”; “A Semana da Leitura”; “Concursos e Passatempos”; “Escritores e Ilustradores nas Escolas” / “Feiras do Livro”; “LeR+ e os Museus”; “Dormir + para Ler Melhor”; “SOBE – Nacional de Saúde Oral”; “Clube de Leitura”; “O PNL no Contexto da Família”; “Leitura em Vai e Vem”; “Já Sei Ler”; “Projeto leitura-a-par em família – formação de formadores”; “Projeto Novas Oportunidades a LeR+”; “Projeto Internacional LeR+ em Timor-Leste”; “Programas de promoção da leitura da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e

das Bibliotecas / Ministério da Cultura”; “Estudos e Conferências do Plano Nacional de Leitura” (ALÇADA, 2016, p. 210).

Nesse aspecto, as bibliotecas, tanto públicas como escolares, são equipamentos de cunho social, educacional e cultural, destinadas a ações que promovam a leitura, configurando um espaço comunitário. É necessário que estes equipamentos atendam a formação e a instrumentalização de apoio à formação de crianças e jovens, para que sejam críticos e criativos. Portanto, existe a necessidade de ampliação e de atualização dos acervos das bibliotecas escolares e públicas, como também da inserção de tecnologia de informação e de comunicação.

#### **4.1.1 Plano Nacional de Leitura de Portugal e a Rede de Biblioteca Escolar**

Em coordenação com o Ministério da Cultura e com as autarquias, instituiu-se o Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) nas bibliotecas municipais. Promoveram-se cursos de qualificação para as equipes das bibliotecas escolares, “com competências no domínio da animação pedagógica, da gestão de projetos, da gestão da informação e das ciências documentais, dirigidos a professores bibliotecários, aos professores em geral e aos técnicos de biblioteca e outros profissionais” das BE (ALÇADA, 2016, p. 144).

Em 1997, primeiro ano de existência do programa RBE, 164 bibliotecas foram adicionadas à Rede. Em 2013 a RBE agrega mais de duas mil bibliotecas escolares, cobrindo 100% nos ciclos 2 e 3 do ensino básico e do secundário e 50% no pré-escolar e no primeiro ciclo do ensino básico, com todos alunos tendo serviços de biblioteca garantidos pelas sedes de agrupamento (ALÇADA, 2016, p. 144).

As políticas de promoção da leitura em Portugal foram iniciativas da Secretaria de Estado da Cultura. A instituição do Instituto Português do Livro em 1980 foi fundamental para a constituição de uma rede de bibliotecas públicas municipais, lançada no quadro do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas em 1987, com o objetivo de garantir que todos conselhos de Portugal possuíssem bibliotecas públicas, de acordo com normas e princípios internacionais: “desde o início a adesão foi expressiva, contando-se atualmente

261 municípios apoiados no continente e nas regiões autônomas e tendo sido inauguradas 201 bibliotecas” públicas (ALÇADA, 2016, p. 140).

Sob a definição de um grupo de trabalho instituído para tal fim específico e sob a orientação consignada pelo manifesto IFLA/UNESCO, o programa Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) atendia a um desejo, em 1996, dos Ministérios da Educação e da Cultura de estruturar uma política pública para instalação de bibliotecas nas escolas de todos os níveis de ensino, com a garantia de acesso à informação e aos recursos de leitura para alunos e docentes (ALÇADA, 2016). O Ministério da Educação fundou o Gabinete Rede de Bibliotecas Escolares (GRBE) com o intuito de coordenar a edição, a orientação e a avaliação do programa. Por meio da fixação e formação de recursos humanos, o GRBE vem garantindo condições de funcionamento das BE (ALÇADA, 2016, p. 143).

Na ocasião foi editado o relatório “Lançar a rede de bibliotecas escolares”, que diagnosticava a situação, propunha um modelo de rede para abarcar o sistema de ensino público por inteiro e manifestava o conceito de bibliotecas escolares:

espaços e equipamentos onde são recolhidos, tratados e disponibilizados todos os tipos de documentos (qualquer que seja a sua natureza e suporte) que constituem recursos pedagógicos quer para as atividades quotidianas de ensino, quer para atividades curriculares não letivas, quer para ocupação de tempos livres e de lazer (VEIGA, BARROSO, CALIXTO, CALÇADA, GASPAS, 1996, p. 33, *apud* ALÇADA, 2016, p. 142).

O programa estabelecia princípios e linhas gerais que definiam as bibliotecas escolares como espaços dotados de diversas funções, referentes a equipamento, mobiliário, fundo documental e equipe qualificada para gestão e dinamização da biblioteca, designando seu funcionamento “como um regime de livre acesso, uma dotação orçamental própria e uma articulação em rede com outras bibliotecas escolares e com as bibliotecas públicas” (ALÇADA, 2016, p. 142).

Uma função vital da BE é instigar nos alunos o prazer da leitura e o interesse pela cultura (nacional, universal), desenvolvendo “competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação” (ALÇADA, 2016, p. 142). As BE também auxiliam os professores no planejamento das atividades de ensino e no estabelecimento de situações



diversificadas de aprendizagem. O Programa Internet na Escola colaborou com estes objetivos das BE.

O PRBE elaborou uma estratégia para desenvolver a rede de modo que as instâncias diretoras das escolas participem com responsabilidade e comprometimento na criação, renovação e requalificação das bibliotecas escolares. Com essa estratégia, e dentro dos padrões de exigência do programa, as escolas podem se candidatar a apoios financeiros por meio de projetos, nos requisitos de: instalações (dimensão, qualidade, funcionalidade, organização do espaço); equipamentos; recursos de informação (livros, revistas, jornais, audiovisuais, publicações digitais); regimes de livre acesso e de multimídia; “procedimentos técnicos de informatização; classificação e catalogação de documentos; planos de desenvolvimento e ação integrados no projeto da escola; cooperação entre as diversas bibliotecas escolares da mesma área geográfica” (ALÇADA, 2016, p. 143).

É importante ressaltar a participação do Estado nas políticas públicas, em proposições e iniciativas que atendam às necessidades educacionais, culturais e sociais solicitadas pela sociedade e não apenas com aportes financeiros.

- FASES DO PNL

Até 2016, o PNL dividiu-se em duas fases: a primeira, de 2007 a 2011, e a segunda, a partir de 2012. Contemplando um período de cinco anos, a primeira fase tomava como referência os resultados de pesquisas e de iniciativas bem-sucedidas em Portugal e em outros países. Estavam previstos os lançamentos de: a) programas de intervenção e programas de formação sob a responsabilidade do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura; estudos e modelos de avaliação; b) campanhas de comunicação apoiadas pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares – Instituto de Comunicação Social; c) estruturas de coordenação e acompanhamento.

A segunda fase previa a definição de novas metas, novos estudos, novos programas, cujos instrumentos daí formulados possibilitariam:

a) o estabelecimento de metas para o desenvolvimento da literacia e dos hábitos de leitura em todos níveis de escolaridade;

- b) a continuidade dos estudos em curso e o lançamento de estudos novos sobre aspectos que aprofundam as questões da leitura;
- c) a redefinição dos programas de intervenção e dos programas de formação, a partir das metas traçadas pela investigação;
- d) a identificação de necessidades e programas de apoio aos agentes;
- e) a expansão e o redirecionamento das áreas de intervenção;
- f) a mobilização de instituições e o apoio às novas iniciativas novas que possam contribuir para o desenvolvimento da leitura.

Como nos últimos anos não foram criadas condições para o “aprofundamento de uma dinâmica interministerial”, o Governo de Portugal considerou crucial reinvestir no PLN, para que o programa contemplasse diversos extratos sociais e diferentes áreas do conhecimento. Para prosseguir nesta fase, uma política de promoção da leitura deve sublinhar “as linhas de força orientadoras e os programas estruturantes” do PNL entre 2006 e 2016, e, ao mesmo tempo, com vistas aos próximos dez anos, apostar em “novas vertentes, contribuindo para a qualificação, a inovação e a competitividade da sociedade portuguesa” (PORTUGAL, 2017, p.1692-5).

Para tornar robusta a política do livro, da leitura e das bibliotecas, buscase “favorecer os hábitos de leitura em toda a comunidade, reforçando-os no contexto educativo e formativo, com vista à aprendizagem ao longo da vida” (PORTUGAL, 2017, p.1692-6).

A análise dos indicadores sobre a literacia e as práticas de leitura em Portugal revelam uma evolução continuada e sustentada, mas, mesmo assim, é patente a necessidade de maiores investimentos em uma política pública de leitura. A fim de “qualificar a população portuguesa e prepará-la para as exigências da sociedade do século XXI”, o XXI Governo Constitucional formulou uma “estratégia nacional de elevação dos níveis de literacia”, por meio da “ampliação e o reforço do PNL, aprofundando a articulação entre a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia, enquanto eixos transversais da intervenção na esfera pública” (PORTUGAL, 2017, p. 1692-5).

Em consonância com a qualificação da população, “a construção de ambientes propícios à valorização do saber, que a literacia potencia”, permite que “os hábitos continuados de leitura representam uma vantagem no

desempenho cognitivo e na aprendizagem, mobilizando a experiência cultural” (PORTUGAL, 2017a, p.1).

- DIVULGAÇÃO E AVALIAÇÃO

A divulgação do PNL foi feita sobretudo por meio de seu site na internet, com uma disponibilização constante e dinâmica de informações no sítio eletrônico. A logomarca e o portal. LeR+ também colaboraram com as chances de visibilidade do PNL. A distribuição de panfletos em escolas, bibliotecas escolares e bibliotecas públicas foi outra maneira de divulgação, assim como atividades de leitura nas escolas.

Outras formas foram a publicidade na televisão sobre o valor da leitura derivada da parceria entre o PNL e a RTP e a propaganda estampada nos autocarros da companhia de transporte Carris em Lisboa e da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto. Outros meios de comunicação com rádio, imprensa (jornais, revistas literárias), outdoors, e informações distribuídas em centros de saúde e hospitais também formaram a divulgação do PNL (ALÇADA, 2016).

Entre os recursos digitais mobilizados pelo PNL estão: a) os sites eletrônicos que fornecem informações e orientações; b) o site “Biblioteca de Livros Digitais”; c) o site “Caminho das Letras”; d) o site “Novas Leituras” (ALÇADA, 2016, p. 269).

Para a avaliar sua primeira fase, o PNL recorreu a três elementos:

a) “conclusões do processo da avaliação externa que decorreu entre 2006 e 2011 e ainda as pesquisas de opinião pública de 2007, 2009 e 2011”;

b) “elementos disponíveis no Google Analytics para verificar a adesão aos programas e projetos do PNL”;

c) “a evolução do desempenho dos estudantes portugueses no estudo PISA, comparando com os resultados obtidos na primeira fase da avaliação em 2000”. Ainda não foi possível mesurar os possíveis impactos do PNL sobre as práticas de leitura (ALÇADA, 2016, p. 289).

Os resultados mais significativos dos três inquéritos (2007, 2008 e 2010) foram, em ordem de importância:

a) “a dinamização da biblioteca escolar”;

- b) “a intensificação do trabalho de equipe entre os professores”;
- c) “a alteração ou inovação nas práticas pedagógicas”;
- d) “a dinamização de novas atividades letivas” (ALÇADA, 2016, p. 294).

Nos três questionários, os professores responderam que houve “uma intensificação da leitura em sala de aula, numa tendência progressiva de ano para ano e também um aumento progressivo da frequência das bibliotecas escolares por parte dos alunos” (ALÇADA, 2016, p. 297).

A pesquisa de opinião pública aplicada em 2007, 2009 e 2011 revelou que o PNL obteve já no primeiro ano uma significativa visibilidade, que continuou a subir até 2011 (ALÇADA, 2016, p. 301).

Nessa pesquisa, a maioria dos inquiridos concedeu importância à existência de um plano nacional em prol dos hábitos e da capacidade de leitura dos portugueses.

Na avaliação externa, o principal meio pelo qual a população portuguesa soube da existência do PNL foi a televisão. E foi mais frequente entre os entrevistados cuja família continha crianças ou jovens com menos de 18 anos. A equipe responsável avaliou que o PNL conquistou impactos muito positivos na sociedade portuguesa (famílias, comunidades locais, população em geral, com atenção muito especial nas escolas. E verificou que os resultados não foram os mesmos em todas as áreas de intervenção nem que os objetivos de vários programas e projetos do PNL foram alcançados, apontando que outros podem continuar a melhorar e trazer impactos maiores, e que outros ainda podem ocorrer e contribuir para a renovação do plano (COSTA, PEGADO, ÁVILA e COELHO, 2011, p. 83, *apud* ALÇADA, 2016, p. 302).

Eis uma síntese dos impactos provenientes das ações do PNL, segundo o relatório de avaliação:

- a) “criação de um clima social favorável à leitura”;
- b) “envolvimento de uma variedade de atores sociais na promoção da leitura”;
- c) “geração, reforço ou atualização de recursos, instrumentos, perspectivas e capacidades de promoção da leitura e da literacia”;
- d) “intensificação das atividades de leitura, na mudança de atitudes em sentido favorável à leitura e no desenvolvimento de competências de literacia (e

de novas literacias) – sobretudo entre crianças e jovens em contexto escolar, mas também junto de outros contextos sociais e de outros segmentos da população, em particular familiares dos anteriores (crianças e jovens) e adultos em percursos de qualificação” (COSTA et. al, 2011, p. 107, *apud* ALÇADA, 2016, p. 310).

Sustentada por uma série coerente e articulada de pesquisas especializadas a partir de informações científicas (que afastam a crença em suposições e convicções) sobre a realidade portuguesa, seguidas de um processo de avaliação, as ações e intervenções do PNL atenderam uma demanda evidente, ao elaborar objetivos claros, angariando assim um largo consenso social (ALÇADA, 2016).

A importância da avaliação em projetos de cunho social, cultural e educacional, traz elementos para melhorias de qualidade no ensino, na aprendizagem e na formação de professores bibliotecários qualificados. É fundamental que esses projetos sejam avaliados de forma permanente para garantir uma continuidade expressiva no desenvolvimento dos conteúdos curriculares e das competências em informação.

- PNL 2027

Consolidando as ações dos primeiros dez anos e projetando as novas ações para 2017-2027, o PNL 2027 “deve apoiar e fomentar programas especialmente vocacionados para favorecer a integração social através da leitura, em diferentes suportes”, contemplando: a “formação dos diferentes segmentos da população - crianças, jovens e adultos; a “inclusão de pessoas com necessidades específicas”; o “desenvolvimento articulado de uma cultura científica, literária e artística”; o “acesso ao saber e à cultura com recurso às tecnologias de informação e comunicação” (PORTUGAL, 2017, p. 1692-6).

Entre as “linhas orientadoras” do PNL 2027, constantes da alínea (g) do artigo 199.º da Constituição, na Resolução do Conselho de Ministros nº 48-D/2017, publicada em 30 de março de 2017 (PORTUGAL, 2017, p. 1692-6), estão:

- a) “criar um vasto compromisso social em torno da promoção da leitura como prioridade política”;

- b) “lançar programas dirigidos a crianças, jovens e adultos, que visem promover o desenvolvimento de literacias múltiplas, designadamente, a da leitura e escrita, a digital, da informação visual, científica e tecnológica”;
- c) “implementar um conjunto de ações de reforço das competências de leitura e escrita dirigidas à inclusão das pessoas com necessidades específicas”;
- d) “promover as relações entre a leitura, a literatura, as artes, as ciências e a tecnologia e fomentar a cultura científica, tecnológica e artística, em colaboração com instituições de ciência e de cultura”;
- e) “incentivar a produção e a disseminação de conteúdos e de estudos académicos sobre a leitura e a escrita”;
- f) “promover projetos de formação de professores, mediadores de leitura, agentes culturais e outros intervenientes”;
- g) “reforçar a articulação entre a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a Rede de Bibliotecas Escolares e as bibliotecas das instituições de ensino superior”.

Cumprindo um programa de governo, as áreas das autarquias locais, da cultura, da ciência, tecnologia e ensino superior e da educação têm a atribuição de desenvolver “uma política integrada de promoção da leitura e da escrita e das múltiplas literacias, nomeadamente, a cultural, a científica e a digital” (PORTUGAL, 2017c, p.1)

Para este fim, concorrem diretamente o Programa de Promoção da Leitura, a Rede de Centros de Ciência Viva, a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a Rede de Bibliotecas Escolares e as bibliotecas das instituições do ensino superior.

O PNL 2027 prova que o projeto português tem continuidade para contemplar uma realidade irrefutável: “Qualquer sociedade do século XXI, para se desenvolver e projetar-se no futuro, tem, portanto, uma absoluta necessidade de que os seus cidadãos dominem plenamente a leitura (*EU high level Group of experts in Literacy 2012*)” (ALÇADA, 2016, p. 18).

Com imagem de respeito consolidada, “no capital de conhecimento produzido e na experiência acumulada” (PORTUGAL, 2017, p. 1692-6), o PNL 2027 se beneficiará, nesta terceira fase, “dos princípios da Ciência Aberta, estando criadas condições para a retoma de uma prática de produção e disseminação de estudos científicos sobre a leitura, o que permitirá apoiar com informação científica as decisões políticas e, ainda, assegurar a monitorização e avaliação do próprio programa” (PORTUGAL, 2017, p. 1692-6).

A missão do PNL 2027 está sob a responsabilidade de uma comissão interministerial das áreas das autarquias locais, da cultura, da ciência, tecnologia e ensino superior e da educação, liderada por um comissário, a ser coadjuvado por um subcomissário, e apoiada por um conselho científico de especialistas (PORTUGAL, 2017). Os componentes da comissão oriundos dos quatro departamentos governamentais – um elemento responsável pela área das autarquias locais, um da cultura, um da ciência, tecnologia e ensino superior e o coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares – garantem a consecução dos objetivos do PNL em cada um dos setores.

A comissão interministerial é composta por: 1) uma comissária; 2) uma comissária-adjunta, a coordenadora do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação; 2) duas representantes do Ministério da Cultura, da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB); 3) uma representante do ministro dos Assuntos Parlamentares, do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS) (ALÇADA, 2016, p. 159).

O PNL instituiu um conselho científico (formado por especialistas em áreas científicas ligadas à leitura) e uma comissão de honra (formada por personalidades convidadas a dar suporte ao plano). Reuniões periódicas proporcionam o desenvolvimento do plano e contribuem com as ações a serem feitas. A maioria das atividades do PNL desenvolve-se graças a estruturas já existentes, com especial destaque para a Rede de Bibliotecas Escolares, cuja função cotidiana incorporou orientações estratégicas e programas, cumprindo papel determinante na relação do PNL com as escolas, por meio de suas respectivas bibliotecas (ALÇADA, 2016).

Coerente com suas origens, o PNL 2027 convoca a parceria de escolas, bibliotecas, instituições do ensino superior, centros de formação, de reconhecimento, validação e qualificação, unidades de investigação, instituições de cultura, ciência e tecnologia e autarquias locais, além de um espectro social mais amplo, como “associações, serviços educativos, mediadores de leitura, voluntários, escritores, ilustradores, criadores, pesquisadores, editores, livreiros”, e de contribuições de patrocinadores e outras instituições ligadas à cultura, à ciência, tecnologia e ensino superior e à educação, configurando um contexto social “favorável à valorização do livro, da leitura e da experiência cultural e científica” (PORTUGAL, 2017, p. 1692-6).

Cabe notar que, na Resolução do Conselho de Ministros, consta menção expressa e específica à Rede de Bibliotecas Escolares, “no processo de coordenação, execução, monitorização e avaliação do PNL 2027”, nos casos em que “pode ser solicitada a colaboração e o apoio a outros serviços e organismos do Estado”: “em particular, à Rede de Bibliotecas Escolares” (PORTUGAL, 2017, p. 1692-7).

Para a próxima etapa do PNL 2017/2027 é necessária a conjugação de esforços envolvendo instituições governamentais e não governamentais, fundações, associações culturais e sociais, universidades, empresas privadas e demais setores da sociedade, para que esse plano atinja suas metas e seus objetivos e cumpra seus desígnios de prioridade política. Construindo assim uma noção de desenvolvimento econômico e social sustentável, consolidando uma nação que configure uma cidadania justa e democrática.

#### **4.2 PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA E BIBLIOTECA NO BRASIL**

O Brasil precisa enfrentar vários desafios para estimular a leitura no país, pois ainda poucas pessoas são consideradas leitores. Os livros são tomados como fonte de conhecimento e de aprendizagem que envolvem diferentes saberes e culturas. A fim de melhorar a situação do país, criou-se a Lei de nº 10.753/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, cujo principal objetivo era o de disseminar e aumentar a produção de livros a um preço mais acessível para os cidadãos.

Entretanto, o poder público percebeu que o acesso aos livros não era suficiente para aumentar o número de leitores no Brasil. Era necessário valorizar o ato de ler e assim foi criado o Decreto de nº 7.559/2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura. Com esse decreto, percebeu-se que a leitura passou a ser vista como fundamental para a evolução humana, tanto social como culturalmente. Para disponibilizar e estimular a leitura e a disseminação dos livros, era fundamental possuir um canal que dialogasse diretamente com a população, por isso as políticas públicas passaram a considerar a biblioteca como elemento crucial no processo.



Nesse aspecto, pretendemos, mediante esse quadro de tipologia de políticas públicas, buscar a interface com as políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca, no sentido de valorizar os equipamentos culturais que tratam dessas políticas, ou seja, apresentar e discutir o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) brasileiro. Rosa e Oddone (2006, p.192), declaram que existe uma “falta de vontade política para avançar nas questões das políticas públicas culturais, e que desde 2003, com a Lei do Livro, apenas se tem referenciado, discutido e avaliado a cadeia produtiva do livro, mas que precisa ser mais objetiva com ações concretas”.

Para tanto, esta seção tem como desígnio aprimorar o esclarecimento das nuances das diretrizes do PNLL no Brasil, buscando por meio da literatura científica apresentar e debater alguns aspectos sobre o Decreto nº 7.559 e em conjunto com a biblioteca escolar.

Segundo o Ministério da Cultura no Brasil, foi em 10 de agosto de 2006 que os ministros da Cultura e da Educação, Gilberto Gil e Fernando Haddad respectivamente, instituíram o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, dando continuidade a toda a mobilização e aos debates do Vivaleitura empreendidos em 2005, por meio de uma Portaria Interministerial, parceria esta que não acontecia na área da leitura desde a separação dos dois Ministérios na década de 1980.

Em 1º de setembro de 2011, na XX Bienal Internacional do Livro no Rio de Janeiro, a presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto nº 7.559, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura.

O Plano Nacional do Livro e Leitura originou-se de muitas reuniões públicas em todo o país nos anos de 2005 e 2006, ocasião em que sugestões para o Plano eram colhidas. Participaram do debate representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.

Segundo Marques Neto (2010, p. 14) “[...] o plano brasileiro de leitura foi intensamente debatido e assimilado em dezenas de convenções, seminários, congressos e reuniões de especialistas de inúmeros países, particularmente

aqueles organizados pelo Cerlalc/UNESCO (Red de Dirigentes de Planes de Lectura) e pela OEI (Comite de expertos en lectura y bibliotecas)”.

O texto final do PNLL foi aprovado em 19 de dezembro de 2006, em reunião da Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL), com a participação de representantes do Estado e da sociedade. Este texto vigorou integralmente até sua reedição em dezembro de 2010<sup>23</sup>.

Entre 2006 e 2010 o PNLL elaborou ações no sentido de concretizar e consolidar o Plano, que segundo Marques Neto (2010, p.16) foram: “[...] reforçar as bibliotecas públicas e escolares nas cidades e no campo, como centro irradiador de recursos de informação [...]”; “[...] garantir a necessária perenidade dos objetivos do PNLL, enviando ao Congresso Nacional um projeto de lei para a sua institucionalização definitiva [...]”; “[...] consolidar os programas gerados pelo esforço de leitura do governo Lula [...]”; “[...] avançar na estrutura político-administrativa deste setor dando-lhe a musculatura institucional política necessária [...]”; criar uma Secretaria Nacional do Livro, Leitura e Literatura ou do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura, este último uma autarquia vinculada ao MinC [...]”.

Nesse aspecto, apenas um senão... não ter incluído no título do plano a palavra biblioteca.

- JUSTIFICATIVA

Ainda estamos devendo, e muito, com relação à leitura no Brasil. Nossos índices de alfabetização, de leitura e de consumo de livros ainda é muito baixo. Segundo Instituto (2015) a população de leitores é de 56% e indica que o brasileiro lê apenas 4,96 livros por ano, isso ainda considerando que, desses, 2,43% fora lidos livros até o fim e 2,53% lidos em parte. Mas ainda é muito pouco e precisamos melhorar esses índices.

Apontamos ainda segundo Marques Neto (2010, p. 36) citando Nelson Weneck Sodré, “[...] o Brasil passou abruptamente de um estágio da oralidade para a cultura do audiovisual, já que meados do século XX, quando a indústria cultural se fez onipresente entre nós, sem que houvesse efetiva media o dos

---

<sup>23</sup> <http://www.cultura.gov.br/pnll>

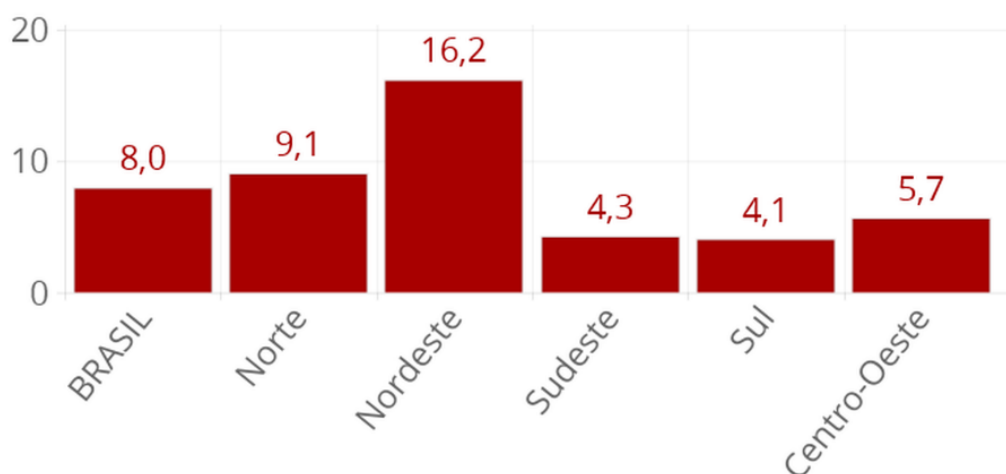
livros e materiais de leitura, uma vez que esta nunca chegou a alcançar largas faixas da população, restringindo-se a pequenos e localizados grupos sociais”.

Alguns centros de pesquisas como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Sistema Nacional de Avaliação Básica e Retratos de Leitura no Brasil nos mostram números insuficientes, pois 8% da população brasileira ainda é analfabeta segundo o gráfico a seguir.

### Gráfico 3 - Analfabetismo

## Analfabetismo: taxas regionais

Taxa de analfabetismo por região do Brasil em 2015 (%)



FONTE: Fonte:IBGE/Pnad 2015



Infográfico elaborado em: 24/11/2016

O Brasil precisa melhorar esses índices e um dos caminhos a seguir é o que se faz com as práticas de leitura e a implantação das bibliotecas escolares.

De acordo com especialistas, segundo Marques Neto (2010, p. 38) “[...] uma das principais causas do elevado índice de alfabetismo funcional e das dificuldades generalizadas para a compreensão vertical da escrita se localiza na crônica falta de contato com a leitura, sobretudo entre as populações mais pobres”.

Outra pesquisa importante é a do Programme for International Student Assessment – PISA, que trata de uma avaliação internacional que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de Leitura, Matemática e

Ciências, que tem como objetivo produzir indicadores para a discussão da qualidade da educação básica e que possam contribuir para políticas nacionais de melhoria na educação.

Segundo o Pisa 2015, testaram-se cerca de 540 mil estudantes de 15 anos de idade de 72 países. Nas três áreas avaliadas, ciências, leitura e matemática, os estudantes brasileiros tiveram desempenho abaixo da média da OCDE, e, ainda, das 72 nações, o relatório mostrou o Brasil na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática (PAIVA, 2016)<sup>24</sup>.

Os resultados do PISA são importantes porque mostra o que os outros países estão fazendo de melhor para a superação dos seus números de leitura e também apresenta quais políticas públicas educacionais estão sendo aplicadas com sucesso nos países. Nesse aspecto, precisamos de investimentos e políticas públicas de aprendizagem para que nossos jovens e crianças possam usufruir das práticas de leitura.

Ainda não temos todos os caminhos abertos com facilidade para o acesso aos livros e a leitura, devido à soma do baixo poder aquisitivo do brasileiro, do acesso às bibliotecas e a falta das redes de bibliotecas públicas e escolares no país tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Segundo fonte do Instituto (2013, p. 218) sobre a existência de equipamentos culturais, em um total de 5.565 municípios, apresentaram-se os seguintes dados: 5.400 bibliotecas públicas; 1.390 museus; 1.249 teatros ou salas de espetáculos; 1.887 centros culturais; 594 cinemas; 2.402 videolocadora; 4.973 estádios ou ginásios poliesportivos; 3.192 provedores de internet e 2.196 unidade de ensino superior<sup>25</sup>.

Diante desses dados, podemos analisar que, com relação às bibliotecas públicas, os dados não revelam a forma de funcionamento das bibliotecas, nem a qualidade do acervo, nem as práticas de leitura e nem a dimensão do trabalho realizado nessas comunidades. Particularmente em algumas visitas pelo interior de São Paulo, podemos apontar que algumas dessas bibliotecas funcionam nas próprias secretarias da cultura, como também em prédios específicos para se instalar uma biblioteca.

---

<sup>24</sup> <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/brasil-mantem-ultimas-colocacoes-no-pisa/>

<sup>25</sup> <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64638.pdf>

Outro aspecto interessante desses dados é a quantidade de provedores de internet, um sinal de que as tecnologias de informação e comunicação estão entrando cada vez mais nos municípios; só não sabemos qual o custo para a população dessas comunidades.

Com relação aos equipamentos culturais apontados pelo IBGE, não constam as livrarias, mas, neste sentido, de acordo com a reportagem no jornal Folha de S. Paulo em 18 de agosto de 2014, no caderno Ilustrada, cujo título da matéria é “Associação de Livrarias quer retomar debate sobre preço único para livros”<sup>26</sup>, informa que existiam 3.095 livrarias no Brasil em 2014, com média de uma para cada 64.954 habitantes, proporção ainda longe da considerada pela UNESCO, uma para cada 10.000 habitantes.

Nesse aspecto, para aproximarmos da realidade ideal a população brasileira mais interessada pela leitura, políticas públicas nesse sentido devem ser incentivadas, mas também a escola e a família devem permanecer juntas em busca desse objetivo.

- PRINCÍPIOS NORTEADORES

Para justificar e propor um Plano são necessários alguns princípios norteadores, e no caso do PNLL no Brasil foram apresentados alguns; e, como fator principal, foram os da UNESCO, que valoriza três fatores qualitativos e dois quantitativos. Os qualitativos tratam que o livro deve: a) “ocupar destaque no imaginário nacional, de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população; b) existir famílias leitoras e compartilhem práticas de leitura; c) ter escolas que saibam formar leitores” (MARQUES NETO, 2010, p. 43). Quanto aos quantitativos, deve: “a) ser garantido o acesso ao livro e o número suficiente de bibliotecas e livrarias; b) o preço do livro acessível” (MARQUES NETO, 2010, p. 43).

Nesse aspecto, necessitamos urgentemente que haja o incentivo para que as práticas leitoras sejam instaladas nas escolas públicas, seja: por meio das bibliotecas escolares; pela integração biblioteca pública e escolar; na

---

<sup>26</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/08/1502131-associacao-de-livrarias-quer-retomar-debate-sobre-preco-unico-para-livros.shtml>

articulação com os familiares dos estudantes; na atualização e ampliação dos acervos nas bibliotecas.

Outro ponto de destaque como princípio norteador é a questão da competência em informação (information literacy), que tem como objetivo “formar indivíduos que aprendem por toda a vida” (QUEIROZ, 2006, p. 25), através de um processo educativo independente, crítico, ativo e investigativo. Consideramos que essas competências, em vez de se configurarem de maneira mecânica, devem auxiliar a construção de conhecimentos de forma mais ampla e criativa, colaborando para práticas de ensino-aprendizagem mais plurais, pelas quais os estudantes possam ter acesso aos livros e à leitura, à informação e à tecnologia da informação e comunicação, buscando com isso diferentes perspectivas (AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS, 2007).

Outros aspectos relevantes e mais que importantes são a leitura e a escrita nos âmbitos de:

- a) práticas sociais;
- b) cidadania – como elementos para construção de uma sociedade democrática;
- c) diversidade cultural – como capacidade de intercâmbio cultural;
- d) construção de sentidos – o ato de ler e suas nuances;
- e) tecnologias de informação – destacam-se aqui as questões da inclusão social e do direito autoral;
- f) literatura – do conhecimento do mundo por meio da leitura;
- g) EJA – neste cenário, torna-se importante identificar as competências pertinentes à busca e ao uso da informação por estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- h) necessidades especiais – inclusão, nos acervos das bibliotecas, de obras em braile e traduções para Libras;
- i) meios educativos – produção de outros materiais que não sejam livros e que sejam didáticos;
- j) estado da questão – formação de mediadores com conhecimento de pesquisas científicas e experiências de promoção da leitura;
- k) políticas públicas – elaboração de planos estaduais e municipais do livro, leitura e biblioteca;

l) integração – participação em conjunto dos ministérios da cultura e educação;

m) Autores, editoras e livrarias – pensar na expansão de livrarias, na criação literária e de formas para baratear os custos de produção e distribuição da produção de livros;

n) leitura e o livro – contemplar ambos no plano de forma intensa;

o) avaliação Contínua – mecanismos para avaliar as metas e as ações, como também propor avanços no plano (MARQUES NETO, 2010).

- OBJETIVOS E METAS

A formação do educando abrange a interpretação de fatos, estímulo ao senso crítico, exercício da democracia e cidadania, além do desenvolvimento de capital cultural e social. A educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares segundo Delors (2010, p. 31) “a) aprender a conhecer; b) aprender a fazer; c) aprender a conviver; d) aprender a ser.” Neste sentido, a educação ao longo da vida surge como ação para o exercício da cooperação e cidadania. Para tanto, Castro Filho (2016) alerta para a significativa falta de bibliotecas escolares e de bibliotecários no ensino público. Outra questão são as políticas públicas na inclusão das bibliotecas escolares e das práticas de leitura, e ainda há de se pensar na importância de integrar as Tecnologias de Informação e Comunicação às ações e programas que entrelacem biblioteca, tecnologias, educandos e leitores

Fundamentando-se nas justificativas e nos princípios norteadores, foram estabelecidos alguns objetivos em curto, médio e longo prazos, que são: a) formar leitores; b) modernizar e qualificar acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas; c) formar mediadores de leitura; d) incentivar pesquisas; e) fomentar estudos sobre leitura; f) elevar número de livraria no país; g) estimular a criação de planos estaduais e municipais de leitura; h) promover estímulos de práticas sociais de leitura (MARQUES NETO, 2010).

E um dos objetivos de longo e contínuo prazo é justamente o próprio Plano Nacional do Livro e Leitura.

- Discussão do plano nacional do livro e leitura no Brasil

Com relação ao Decreto 7.559/2011 do Plano Nacional do Livro e Leitura, descreveremos uma seção à parte, justamente por acreditarmos que as práticas de leitura na biblioteca ou na sala de aula são um processo que pode transformar o Brasil em um país de leitores.

- **Decreto nº 7.559/2011 - Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL**

São objetivos do PNLL:

- I - a democratização do acesso ao livro;
- II - a formação de mediadores para o incentivo à leitura;
- III - a valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; e
- IV - o desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional (BRASIL, 2011).

Podemos considerar que os objetivos do PNLL, praticamente estão inseridos nos 4 eixos estratégicos com linhas de ação, que apresentaremos a seguir

O Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, dispõe “sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências”, e se constitui de quatro eixos, sendo: 1) “democratização do acesso”; 2) “fomento à leitura e à formação de mediadores”; 3) “valorização da leitura e comunicação”; 4) “desenvolvimento da economia do livro” (BRASIL, 2006, p. 26).

O primeiro eixo, “democratização do acesso”, realça a implantação de novas bibliotecas municipais e escolares que devem incluir os acervos mínimos recomendados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), funcionando como “centros de ampla produção e irradiação cultural”; nesse sentido, a linha de ação 1 do eixo 1 recomenda a “implantação de novas bibliotecas” contemplando os requisitos de acessibilidade” (BRASIL, 2006, p.39).

Nele recomenda-se também no eixo 1 e na linha de ação 2 o “fortalecimento da rede atual de bibliotecas” (BRASIL, 2006, p.39), com enfoque maior nas bibliotecas públicas, pois as redes escolares constituem-se de pontos isolados em diversos estados do país. Esse fortalecimento da rede atual de bibliotecas tem como foco melhorias para o Sistema Nacional de Bibliotecas



Públicas (PNLL, 2010). A proposta é válida e pertinente, dada a importância das bibliotecas públicas em uma sociedade; porém seria válida também a sugestão de implantação de uma rede de bibliotecas escolares, corroborando a Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do país, no sentido de facilitar a implantação de novas bibliotecas escolares e dar uma base mais sólida para as já existentes.

O terceiro subitem diz respeito à “criação de novos espaços de leitura” (BRASIL, 2006, p.39), como salas de leitura, bibliotecas circulantes e pontos de leitura (PNLL, 2010). As opções descritas são válidas como outras formas de propagar o hábito de leitura e atingir um público diversificado; somente seria necessário esclarecer qual a definição de “salas de leitura” que o Plano Nacional do Livro e Leitura defende, para que não seja confundido erroneamente como uma opção para as bibliotecas escolares.

Os próximos subitens (quarto, quinto e sexto) do PNLL (2010, p. 52) abordam questões como: a) “distribuição de livros gratuitos”; b) “melhoria de acesso ao livro, outras formas de expressão da leitura”; c) “incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação”, que são muito pertinentes e de certa forma também abarcam a biblioteca escolar. Também é de extrema importância que, nas bibliotecas escolares, sejam disponibilizados livros digitais, em braile e audiolivros, e que haja a capacitação dos profissionais para que consigam utilizar as novas tecnologias como aporte para o desenvolvimento do gosto e dos hábitos de leitura.

Ainda nesse eixo aponta-se para: a “conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura” (BRASIL, 2006, p.39); a “transformação das bibliotecas em unidades orçamentárias” e a “incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2006, p. 39), no sentido de fortalecer o uso e a disseminação da informação.

O segundo eixo, “fomento à leitura e à formação de mediadores”, por sua vez, aponta para a necessidade de “programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura”. (BRASIL, 2006, p. 40). Nesse sentido, é necessário que as bibliotecas tenham uma estrutura adequada, com recursos humanos qualificados para que existam a mediação, a busca e o uso da informação por todos os leitores da biblioteca escolar. Nos programas de

capacitação, é importante que o bibliotecário passe a ter competências específicas para direcionar os leitores no sentido da utilização de tecnologias de informação e comunicação.

Existe a necessidades destes profissionais mediadores de leitura e informação a partir do momento em que praticam atividades de incentivo à leitura, como uma contação de histórias por exemplo; são atividades que causam certas inquietações nos ouvintes, que neles originam curiosidades, gerando então uma necessidade de busca por novos conhecimentos, que pode ser um estudo aprofundado sobre um tema tratado na história ou até mesmo novos livros do mesmo ou de outros autores.

Há ainda as necessidades de “projetos sociais de leitura” e “estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura” (BRASIL, 2006, p.40), com a participação de profissionais capacitados, no intuito de formar um espaço educativo de ensino e aprendizagem. Quando se pensa em projetos sociais para o incentivo à leitura, o próprio PNLL (2010, p.53) exemplifica com “rodas de leitura, atividades de formação de leitor na escola, clubes de leitura”, atividades essas realizadas então por mediadores de leituras e contadores de histórias. Esses profissionais são de extrema importância; quando se coloca o contador de histórias e os mediadores de leitura no contexto da biblioteca escolar, nota-se um maior interesse dos alunos neste tipo de atividade de incentivo à leitura, como afirmado por Bortolin (2015): é por meio de mediadores e da mediação de leitura que o leitor entra em contato gradativamente com a leitura e, em consequência, com a leitura da literatura – o que o faz de fato leitor; assim estes profissionais despertam não só o imaginário, mas também aguçam o interesse da criança em outros livros ou até mesmo para outros tipos de leituras, uma vez que contar histórias é muito mais do que apenas ler um livro.

Quanto à linha de ação que propõe “estudos e fomentos à pesquisa nas áreas do livro e da leitura” (BRASIL, 2006, p.40), a teoria é que fossem feitos diagnósticos sobre a situação da leitura e do livro no país, que se elaborassem pesquisas sobre hábitos de leitura, consumo de livros, apoio às pesquisas sobre a história no livro no Brasil, história editorial brasileira, entre outras questões, como é registrado no Plano Nacional do Livro e Leitura (2010, p. 53). Entretanto, faltam pesquisas deste cunho por parte do governo, tendo esses diagnósticos, sugeridos pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (2010), sido feitos pela iniciativa

de empresas privadas (INSTITUTO PRÓ LIVRO, 2015; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2015) ou por meio de pesquisas acadêmicas. Este subitem é composto de ideias e propostas válidas; entretanto, no mesmo não foi abordada a questão da biblioteca escolar.

A linha de ação que trata de “sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, bibliografia e mercado editorial” e da linha de ação “de prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e práticas sociais de leitura” (BRASIL, 2006, p.40), são poucos os estudos sobre a realidade das bibliotecas escolares, das editoras, das livrarias e do consumo de livro no país. Uma exceção é a publicação “Retratos da Leitura no Brasil”, que, na edição de 2016, apresentou dados referentes a números de bibliotecas no Brasil e de consumo de livros, mas, mesmo assim, são dados quantitativos que não representam o Brasil na sua totalidade. Outras pesquisas são pontuais e acadêmicas, quase que de “não distribuição”, de acesso em certa medida restrito dada a própria natureza da condição acadêmica.

É efêmero o esforço para mudar a realidade da leitura e dos equipamentos informacionais classificados por Almeida Júnior (2015, p. 15) como “os espaços onde a mediação da informação ocorre”: bibliotecas e livrarias, entre outros. Quanto às premiações, há incentivos para fomentadores da leitura como “Viva Leitura” e para projetos sociais como “Um Pé de Biblioteca”.

Em relação ao terceiro eixo, são apresentadas: as ações “para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado”; e as “ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura” (BRASIL, 2006, p.41). Esse eixo explicita a necessidade de se valorizar as ações direcionadas ao incentivo à leitura e às atividades culturais que predominam nas bibliotecas escolares, como, por exemplo, a mediação da informação.

O primeiro subitem do terceiro eixo refere-se a ações que convertam o fomento às práticas sociais da leitura em política de estado. E está diretamente relacionado aos programas governamentais de fomento à leitura, eixo de extrema importância, pois possibilita a formulação de planos estaduais e municipais de livro e leitura que incluam a implantação e a manutenção de bibliotecas públicas e escolares, contribuindo com a Lei nº 12.244 de 24/05/2010, citada no primeiro eixo deste trabalho. O eixo visa o fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas, que, em sua maioria, são direcionados

para estudos de projetos sobre as bibliotecas públicas; e também visa debates acerca da viabilidade da construção de planos que tratem de sistemas de bibliotecas escolares nos âmbitos estadual e municipal, uma vez que tais planos são escassos.

A importância da discussão política acompanha os direcionamentos orçamentários, a qualidade na gestão das bibliotecas escolares já existentes, os programas sistematizados de ações nesses equipamentos, dentre outros. Também trata da formulação de marcos legais cujo conteúdo pode ser inserido por meio de portarias, leis, decretos; para as bibliotecas escolares, é um quesito que precisa ser melhor trabalhado, mas que, no entanto, conta com a Lei nº 12.244 de 24/05/2010, que diz: “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas [...]” (Brasil, 2010, p.1). Esse avanço tem como prazo limite para sua total efetivação o ano de 2020.

Esse subitem prevê a realização de fóruns, congressos, seminários e jornadas para propor agendas sobre o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas. A importância de eventos assim, que discutam os problemas e as soluções sobre implantação, manutenção, característica física e gestão direcionadas para a biblioteca escolar, possibilita sua entrada na agenda política<sup>27</sup>, o que, por sua vez, pode dar novos rumos às políticas públicas para a biblioteca escolar. Os atores, aqui envolvidos, devem estar atentos à temática da biblioteca escolar que pouco é explorada no Plano Nacional do Livro e Leitura.

O segundo item do terceiro eixo está relacionado a:

[...] ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura, trata das campanhas institucionais de valorização da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas em televisão, rádio, jornal, internet, revistas, outdoors, cinema e outras mídias; campanhas com testemunhos de formadores de opinião sobre suas experiências com livros e leitura; campanhas de conscientização da importância da biblioteca pública (BRASIL, 2010, p.54).

É fundamental conduzir a sociedade à reflexão sobre nossa realidade educacional e a construção coletiva para as políticas públicas de

---

<sup>27</sup> Agenda política: também conhecida como agenda sistêmica, é o conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública. (COBB; ELDER, 1983).

conscientização sobre escrita, leitura e biblioteca pública. No entanto, a exclusão do termo “escolar”, ao final dessa citação, certamente deixa incompletas as metas do PNLL quanto à transformação do desenvolvimento social, pois a biblioteca escolar é um equipamento tão importante quanto às bibliotecas públicas.

O terceiro subitem do terceiro eixo não trata das bibliotecas, apenas de publicações impressas e outras mídias sobre a valorização do livro e da leitura.

O quarto eixo trata do “fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro” (BRASIL, 2006, p.42), onde são apresentadas questões que se relacionam às linhas de ação: “desenvolvimento da cadeia produtiva do livro”; “fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura”; “apoio à cadeia criativa do livro”; que trata do “fomento às ações de produção, distribuição e circulação de livros e outros materiais de leitura, contemplando as especificidades dos neoleitores jovens e adultos e os diversos formatos acessíveis” (BRASIL, 2006, p.42); “maior presença da produção nacional literária, científica e cultural no exterior” (BRASIL, 2006, p. 43). A biblioteca escolar, nessa acepção, pode estar envolvida no recebimento de publicações de interesse de práticas sociais de leitura, de conversa de escritores com os leitores, bem como na difusão de livros infantis e juvenis.

Este eixo trata de linhas de ação importantes para o desenvolvimento da economia do livro, e, portanto, do incentivo à leitura. Essas linhas de ação tratam de financiamento para gráficas, editoras, distribuidores de livros e livrarias, profissionais do mercado editorial, entre outros, sem focar na biblioteca escolar, exceto na linha 17 que sugere o apoio à circulação de escritores por escolas, bibliotecas e feiras. Este subitem é interessante, mas não aborda a biblioteca escolar; o apoio à circulação de escritores, ali sugerido, poderia ser tratado na biblioteca escolar, desenvolvendo programas criados pela própria biblioteca, incentivando assim o gosto pela leitura.

É possível encontrar planos de incentivo pelo governo, e até mesmo *online*; no entanto, foi constatado que não são totalmente gratuitos; é o caso do programa “Conaler”, que, em sua *homepage*, é descrito como um programa onde:

[...] grandes nomes nacionais e estrangeiros estão na tela do seu computador ou celular falando diretamente com você por que a

leitura literária é o que mais transforma pessoas e impacta a sociedade. E, principalmente, mostrando como e o que cada um de nós - professores, bibliotecários, responsáveis por políticas públicas, autores, editores, livreiros, ONGs e pais e mães - pode fazer para dobrar, em pouco tempo, o índice de leitura nos lugares em que atuamos, sejam escolas, bibliotecas, locais de trabalho ou em nossa própria casa (BRASIL, 2016e).

As linhas de ação 17 e 18 do PNLL tratam do apoio à cadeia produtiva do livro e da maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada, como também do estímulo para a concessão de prêmios em diferentes áreas e bolsas de criação literária para apoio a escritores, participação em feiras internacionais, programas de exportação de livros, apoio à difusão da literatura brasileira no exterior. Notam-se projetos do governo, assim como um grande incentivo por parte do MinC, sobre a participação da literatura brasileira no exterior; entretanto, estas linhas em nada dizem respeito à biblioteca escolar.

Analisando a situação, é possível saber que ainda há um longo caminho a percorrer no que concerne à cultura e ao incentivo do livro e leitura. Contudo, há incentivos indicadores de que o país está caminhando, mesmo que a passos lentos, mas que a cada ano busca-se melhorar. O Eixo 4 deixa a desejar quando o assunto é biblioteca escolar, pois só na linha 17 é citado este assunto, que poderia ter sido pensado com o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro (Eixo 4, subitem 15); por exemplo, não só em um programa de apoio às micro e pequenas empresas, mas também em um apoio financeiro às bibliotecas escolares oriundas de escolas públicas para aquisição de novos livros e aprimoramento do acervo.

Cabe complementar e afirmar que é dever do Estado não apenas propiciar o aprendizado da escrita e da leitura, por meio do acesso à escola e aos materiais didáticos, mas também disponibilizar os instrumentos que ainda faltam para a prática social de uma leitura em sentido mais pleno.

#### **4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS PLANOS DE PORTUGAL E BRASIL**

Portugal enfrentou os diversos desafios para estimular a leitura no país com uma política pública notável, a partir de uma investigação que constatou deficiências e insuficiências no domínio das competências de leitura. Os livros são tomados como fonte de conhecimento e de aprendizagem que envolvem

diferentes saberes e culturas. A fim de melhorar a situação do país, criou-se o Plano Nacional de Leitura - PNL em 2006.

Considerar a educação e a cultura como vértebras de um projeto de governo implica considerar a função privilegiada da leitura. É assumir a competência da leitura como agente transformador, responsável pelo acesso ao conhecimento e à informação, pela geração de enriquecimento conquistado com o processo de aprendizagem e pela produção e consumo de cultura. É construir atributos fundamentais para a cidadania sustentável e o desenvolvimento econômico e social, configurando e consolidando enfim um país livre e democrático, onde há justiça social (PORTUGAL, 2017).

Já o Brasil precisa enfrentar vários desafios para estimular a leitura no país, pois ainda poucas pessoas são consideradas leitores e leitoras. A fim de tentar começar a melhorar a situação do país, criou-se a Lei nº 10.753/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, cujo principal objetivo era de disseminar e aumentar a produção de livros a um preço mais acessível para os cidadãos.

Entretanto, o poder público percebeu que o acesso aos livros não era suficiente para aumentar o número de leitores no Brasil. Era necessário valorizar o ato de ler e assim, a fim de melhorar a situação do país, criou-se o Decreto de nº 7.559/2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL. Com esse decreto, a leitura passou a ser vista como fundamental para o desenvolvimento humano, tanto social como culturalmente. Pois, para evocar Chartier (1999, p. 82), “as maneiras de ler não se reduzem a formatos estabelecidos por distâncias sócio-culturais em uma dada sociedade”.

Para disponibilizar e estimular a leitura e a disseminação dos livros seria fundamental possuir um canal que dialogasse diretamente com a população, por isso as políticas públicas passaram a considerar a biblioteca como elemento crucial no processo. Ambos os planos contemplam, em sua letra, esta questão.

Entre as pesquisas sobre o PNLL, citem-se: Manevy (2010) trata sobre o acesso aos livros e o prazer da leitura; Marchesi (2010) relata a articulação do PNLL e do vivaLeitura na valorização do livro e da leitura; Yunes (2010) retrata que a educação e a cultura assumidas pelo Estado, entendendo que só uma rede (escola, biblioteca e família) valoriza a leitura; Amorim (2009) tem como tema central a vinculação do direito cultural na formulação da política pública de leitura no governo; Marsulo (2016) apresenta a elaboração do PNLL do governo

federal visando destacar a importância da ação do profissional da informação e suas habilidades mediadoras no processo de formulação e avaliação de políticas públicas; Oliveira (2011) sistematiza e reflete sobre a ação pública municipal no fomento à leitura, por meio de um estudo de caso no município de Caxias do Sul (RS); Farias (2017) identifica e discute as proposições do PNLL para a valorização da leitura como um bem cultural.

Entre as pesquisas sobre o PNL: Silva (2015) estuda a leitura e a contribuição do PNL para a formação de leitores; Ferreira (2009) aborda o PNL e as Bibliotecas Escolares, como recursos capazes de fomentarem hábitos de leitura nas crianças; Caixa (2011) mostra como as bibliotecas públicas municipais interpretam as linhas orientadoras seguidas pelo **PNL**; **Santos (2012) estuda de que forma os livros digitais do PNL são utilizados pelos educadores de infância na sua prática pedagógica**; **Campelos (2011) verifica o modo de implementação do PNL por meio da dinamização da Biblioteca Escolar**; Vilar (2016) aponta a necessidade do PNL e a adequação das suas propostas à realidade social portuguesa, justificadas com base numa seleção de indicadores relativos à literacia e às práticas de leitura, que documentam a evolução recente da promoção da leitura em Portugal.

Mediante esse quadro de tipologia de políticas públicas, pretendemos no presente artigo buscar a interface com as políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca, no sentido de valorizar os equipamentos culturais que tratam dessas políticas, ou seja, apresentar e discutir o PNLL do Brasil e o PNL de Portugal.

- ORIGENS DOS PLANOS

O PNLL no Brasil originou-se de muitas reuniões públicas em todo o país nos anos de 2005 e 2006, quando sugestões para o Plano foram colhidas. Participaram do debate representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.

Segundo Marques Neto (2010, p. 14)



[...] o plano brasileiro de leitura foi intensamente debatido e assimilado em dezenas de convenções, seminários, congressos e reuniões de especialistas de inúmeros países, particularmente aqueles organizados pelo Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe - Cerlalc / Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (*Red de Dirigentes de Planes de Lectura*) e pela Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI (*Comite de expertos en lectura y bibliotecas*).

O texto final do PNLL foi “aprovado em 19 de dezembro de 2006, em reunião da Câmara Setorial do Livro e Leitura - CSLL, com a participação de representantes do Estado e da sociedade. Este texto vigorou integralmente até sua reedição em dezembro de 2010” (MINC, 2013, p. 1).

Em Portugal, com a constatação da relevância da leitura no mundo contemporâneo e a consciência da posição significativamente inferior do país em relação a outras nações neste tópico da leitura, o país respondeu à própria sociedade com o lançamento do PNL em 2006, como um chamado urgente aos seus cidadãos e às suas instituições.

Considerado prioridade política e desígnio nacional pelo Governo de Portugal, o plano é de “responsabilidade (técnica, financeira) do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares” (SANTOS, et. al., 2007, p. 35).

Inicialmente projetado para dez anos e dividido em duas fases de cinco anos (e com uma extensão de mais dez anos projetados em 2017), este plano estratégico promoveu condições e ações para a melhoria dos níveis e domínios de leitura e de escrita. Aprofundou e expandiu as competências da informação, com metas e medidas direcionadas ao conjunto da população portuguesa, da primeira infância à idade adulta, dando particular ênfase aos jovens. Partindo da caracterização da problemática da leitura no país, suas linhas gerais foram elaboradas por uma equipe composta junto àquelas três esferas ministeriais.

No sentido de concretizar e consolidar o PNLL brasileiro, entre 2006 e 2010 ações foram elaboradas para, segundo Marques Neto (2010, p. 16): “[...] reforçar as bibliotecas públicas e escolares nas cidades e no campo, como centro irradiador de recursos de informação [...]”; “[...] garantir a necessária perenidade dos objetivos do PNLL, enviando ao Congresso Nacional um projeto de lei para a sua institucionalização definitiva [...]”; “[...] consolidar os programas gerados pelo esforço de leitura do governo Lula [...]”; “[...] avançar na estrutura

político-administrativa deste setor dando-lhe a musculatura institucional política necessária [...]”; criar uma Secretaria Nacional do Livro, Leitura e Literatura ou do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura, este último uma autarquia vinculada ao MinC [...].”

Com relação aos dois planos, notamos uma coincidência temporal sincrônica: ambos surgiram na mesma época. E ambos emergiram como ações de governo, políticas de estado que tentavam responder demandas educacionais da sociedade, o que implica (ao menos em tese) um reconhecimento dos próprios governos de que a educação é um caso de política pública.

Caberia ainda apontar que o mítico século 21, aquele das grandes promessas oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação, fosse justamente o que abrigou tais iniciativas políticas sobre o livro e a leitura. A explosão de tecnologias digitais que aparentemente seriam contra o livro, na verdade ofereceu outros recursos e suportes para a apreciação da leitura. Esses novos equipamentos tecnológicos atraíram e estimularam “um público jovem para a prática da leitura, porém, sua adoção não garante o aumento do número de leitores e nem mesmo implica em melhorar a qualidade da leitura” (CASTRO FILHO; SILVA, 2016, p. 5).

Vale ressaltar que os dois planos reconhecem a importância da biblioteca como ferramenta civilizadora no processo de ensino e aprendizagem e também no processo de formação e informação cultural. Em Portugal, por já ter constituído um programa de rede de bibliotecas escolares, o plano foi melhor implementado. No Brasil, o plano não está fundamental e estruturalmente atrelado às bibliotecas, o que inviabiliza ações específicas direcionadas às práticas de leitura.

- JUSTIFICATIVAS

No PNL de Portugal, a leitura é assumida como um bem essencial indispensável, uma competência básica necessária a todos cidadãos, para sua plena realização como indivíduos na sociedade, em qualquer circunstância da vida. É fator determinante no acesso à riqueza cultural das obras literárias e artísticas, na interpretação da informação disponibilizada pelos meios de

comunicação, na formação e manifestação do juízo crítico, no desenvolvimento do conhecimento: “para viver com autonomia, com plena consciência de si próprio e dos outros, para poder tomar decisões face à complexidade do mundo atual, para exercer uma cidadania ativa, é indispensável dominar a leitura” (ALÇADA, 2006, p. 11).

A leitura é tomada como um alicerce indispensável na sociedade do conhecimento e da informação e do desenvolvimento sustentado, segundo a União Europeia e organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e a UNESCO, que vêm formulando recomendações para que “os governos assumam a promoção da leitura como prioridade política” (ALÇADA, 2006, p. 152). Nas últimas décadas, diversos estudos acadêmicos avaliaram a leitura como uma competência necessária ao cotidiano dos cidadãos e elaboraram instrumentos de medida com novos conceitos como “literacia” e “hábitos de leitura”, que, por sua vez, permitiram diagnosticar a situação nos vários países.

Segundo Alçada (2016, p. 39), Alexander & Fox (2010) propõem os seguintes paradigmas na investigação sobre leitura: a) “*conditional learning* (aprendizagem condicionada)”; b) “*natural learning* (aprendizagem natural)”; c) “*information processing* (processamento de informação)”; d) “*sociocultural learning* (aprendizagem sociocultural)”; e) “*engaged learning* (envolvimento na aprendizagem)”.

Ainda segundo Alçada (2016, p. 39), Bourdier & Chartier (1993) propõem o conceito de leitura como “uma forma de linguagem que, tal como todas as outras linguagens, se encontra marcada por relações sociais, modelos culturais, relações de poder, experiências, valores e atitudes próprios do contexto que surge”. Portanto, podemos entender a literacia como a competência que permite a leitura de materiais escritos e seu conseqüente uso “para enfrentar e resolver os diferentes desafios presentes na sociedade contemporânea”, como “a capacidade de processamento, na vida diária (social, profissional e pessoal), de informação escrita de uso corrente contida em materiais impressos, tais como textos, documentos e gráficos” (ALÇADA, 2016, p. 39).

A importância da leitura contempla uma necessidade e um prazer; necessidade de conhecer outros mundos e de se mover na sociedade, prazer

pela motivação da curiosidade e de passar por uma experiência de satisfação pessoal, em qualquer suporte do ato de ler.

Uma outra justificativa para a existência do PNL foi dada por estudos nacionais e internacionais: estes demonstraram que a situação de Portugal em geral (crianças, jovens, adultos) era grave, com baixos índices de literacia, bastante desfavoráveis e inferiores em relação à média europeia. Lançado em 1997 pela OCDE, o *Programme for International Student Assessment - PISA* mede a capacidade que os jovens de 15 anos têm para usarem os conhecimentos na vida real.

Para o PISA, a literacia trata da competência dos alunos na decodificação, interpretação, compreensão e utilização de textos escritos para alcançar objetivos pessoais, para aquisição de conhecimento e participação na sociedade. Assim, partindo de uma noção operacional e instrumental da leitura como referência, como funcionam os recursos que a leitura agencia e as situação em que se dá a leitura, constrói-se uma noção de leitor: o enfoque é ler para aprender e não aprender a ler, pelo que são validadas as competências mais básicas de leitura.

Quanto aos leitores de livros em Portugal, Alçada (2016, p. 123) aponta a seguinte classificação, tendo a referência de livros lidos em um ano: “pequenos leitores (1 a 5 livros) 53,6%; médios leitores (6 a 20 livros), 38,5%; grandes leitores (número superior a 20 livros) 7,9%.”. Quanto à influência na prática da leitura durante a infância, foi possível apontar: “a mãe, para 69,4%; o pai, para 61,6%; outros familiares, para 19,7%”; em relação aos familiares, a influência dos professores “não ultrapassou 36,1%” e apenas 10,7% declararam que foram influenciados só por professores (ALÇADA, 2016, p. 128).

No Brasil, ainda estamos devendo, e muito, com relação à leitura no Brasil. Nossos índices de alfabetização, de leitura e de consumo de livros ainda são muito baixos. Por aquele critério de média estatística, o Brasil teria apenas pequenos leitores, pois seu número é cerca de 5 livros por ano. Segundo Instituto (2015), a população de leitores é de 56%, e indica que o brasileiro lê apenas 4,96 livros por ano, isso considerando que, desses, 2,43% foram livros lidos até o fim e 2,53% lidos em parte. Mas ainda é muito pouco e precisamos melhorar esses índices.

É possível apontar uma peculiaridade do país; segundo Marques Neto (2010, p. 36), citando Nelson Weneck Sodré:

[...] o Brasil passou abruptamente de um estágio da oralidade para a cultura do audiovisual, já que meados do século XX, quando a indústria cultural se fez onipresente entre nós, sem que houvesse efetiva mediação dos livros e materiais de leitura, uma vez que esta nunca chegou a alcançar largas faixas da população, restringindo-se a pequenos e localizados grupos sociais.

Alguns centros de pesquisas como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Sistema Nacional de Avaliação Básica e Retratos de Leitura no Brasil mostram números insuficientes, pois 8% da população brasileira ainda é considerada analfabeta.

De acordo com especialistas, segundo Marques Neto (2010, p. 38), “[...] uma das principais causas do elevado índice de alfabetismo funcional e das dificuldades generalizadas para a compreensão vertical da escrita se localiza na crônica falta de contato com a leitura, sobretudo entre as populações mais pobres”.

O Brasil precisa melhorar esses índices, e um dos caminhos a seguir é o que se faz com as práticas de leitura e a implantação das bibliotecas escolares, a exemplo do que faz Portugal, com seu PNL e sua articulação com a Rede de Bibliotecas Escolares - RBE.

A pesquisa do PISA, importante avaliação internacional que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de leitura, matemática e ciências, tem como objetivo produzir indicadores para a discussão da qualidade da educação básica, que possam contribuir para políticas nacionais de melhoria na educação.

Segundo o PISA 2015, testaram-se cerca de 540 mil estudantes de 15 anos de idade em 72 países. Nas três áreas avaliadas (ciências, leitura, matemática), os estudantes brasileiros tiveram desempenho abaixo da média da OCDE, e, ainda, das 72 nações, o relatório mostrou o Brasil na 63ª posição em ciências, 59ª em leitura e 66ª em matemática (PAIVA, 2016). No mesmo PISA 2015, os alunos portugueses ficaram pela primeira vez acima da média da OCDE

e obtiveram a seguinte classificação: 22ª posição em ciências, 21ª em leitura e 29ª em matemática (OCDE, 2016).

Os resultados do PISA são importantes porque mostram o que outros países estão fazendo de melhor para a superação dos seus números de leitura e também apresentam quais políticas públicas educacionais estão sendo aplicadas com sucesso nos países. Nesse aspecto, precisamos de investimentos e políticas públicas de aprendizagem para que nossos jovens e crianças possam usufruir das práticas de leitura. Ainda não temos todos os caminhos abertos com facilidade para o acesso aos livros e a leitura, devido à soma do baixo poder aquisitivo do brasileiro, do difícil acesso às bibliotecas e da falta das redes de bibliotecas públicas e escolares no país tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Nesse aspecto, para nos aproximarmos de uma realidade ideal, e a realidade projetada na experiência portuguesa pode ser um modelo a ser cogitado, devemos tornar a população brasileira mais interessada pela leitura, e políticas públicas nesse sentido devem ser incentivadas, mas também a escola e a família devem permanecer juntas em busca deste objetivo.

Para a elaboração dos respectivos planos, o PISA foi uma das principais referências tanto em Portugal como no Brasil. Isso ressalta a importância de estudos científicos como base para se entender a realidade e propor mudanças por meio de políticas, o que demonstra e confirma que pesquisas acadêmicas têm uma contribuição para a realidade prática.

Ambos planos justificaram sua criação com uma função educacional e social do livro e da leitura. Para cada um dos países, este contributo para o desenvolvimento sustentável da nação tem um significado: para Portugal, país em situação desfavorável em relação a outras economias da Europa, é uma questão de ascensão; para o Brasil, país com grandes abismos sociais e econômicos, é uma questão de abolir tais contrastes.

- **PRINCÍPIOS NORTEADORES E LINHAS ESTRATÉGICAS**

Em Portugal, uma série de estudos fundamentaram tecnicamente o PNL e possibilitaram operacionalizar e avaliar as metas. Um site em constante atualização foi construído, garantindo a difusão dos programas, a

instrumentalização metodológica, a interação com as escolas e a relação entre todos os agentes envolvidos no projeto, a avaliação.

Entre as linhas gerais sobre as estratégias do PNL (ALÇADA, et. al., 2006) estão: a ampliação e diversificação das práticas de leitura, do desenvolvimento das competências em informação; ampliação de mediadores de leitura; subsidio para os recursos em informação; elaboração de avaliações, como também, programas de leitura citados no capítulo anterior.

Com relação aos princípios norteadores e às linhas estratégicas, encontramos convergências entre os planos. Destacamos a questão das práticas sociais e da cidadania no Brasil e em Portugal, a questão dos contextos da escola, da família, das bibliotecas públicas e de espaços não convencionais.

Também encontramos no Brasil a questão da diversidade cultural que tem consonância com Portugal nos programas para diferentes públicos-alvo. Nos planos dos dois países há ênfase na formação de mediadores de leitura.

Encontramos no Brasil as tecnologias como fator predominante para as questões de inclusão social e direito autoral; em Portugal, a utilização de novas tecnologias de comunicação é um fator de auxílio para o acesso ao livro, diversificando as ações de leitura e as informações sobre livros.

Com relação às necessidades especiais, o Brasil aponta nominalmente a importância de nortear a inclusão, nos acervos das bibliotecas, de obras em braille e traduções para libras. Em Portugal, dá-se atenção nominalmente a ações de promoção de competências de leitura e escrita para inclusão de pessoas com necessidades específicas.

Outro ponto de convergência trata de identificar as competências que tratam da busca e do uso da informação por estudantes do EJA no Brasil. Em Portugal, trata-se de implementar programas destinados a crianças, jovens e adultos que promovam o desenvolvimento de diversas literacias, como as da leitura e da escrita, a digital e a das informações visual, científica e tecnológica.

A principal divergência entre os dois planos é a existência, em Portugal, de articulações entre a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a Rede de Bibliotecas Escolares e as bibliotecas do ensino superior. No Brasil não acontece tal integração, mesmo que em algumas circunstâncias eventuais haja a preocupação de unir as diversas tipologias de biblioteca.

- OBJETIVOS E METAS DOS PLANOS

Entre os objetivos do PNL como metas de modo geral está a continuidade da promoção da leitura e a ampliação da Rede de Bibliotecas Públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares.

Quanto aos objetivos, percebemos que a promoção da leitura está inserida em um contexto social que demanda a formação de mediadores de leitura, nas redes de bibliotecas públicas e de bibliotecas escolares.

Para futuras metas, o PNL apresenta de modo geral ações publicadas em 2017 como sendo as mesmas dos objetivos do PNL, ou seja, o fortalecimento das práticas educativas e ao desenvolvimento das múltiplas competências.

No Brasil, os objetivos do PNLL fundamentam-se nas justificativas e nos princípios norteadores. Foram estabelecidos alguns objetivos a curto, médio e longo prazos: a) formar leitores; b) modernizar e qualificar acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas; c) formar mediadores de leitura; d) incentivar pesquisas; e) fomentar estudos sobre leitura; f) elevar número de livraria no país; g) estimular a criação de planos estaduais e municipais de leitura; h) promover estímulos de práticas sociais de leitura (MARQUES NETO, 2010).

E um dos objetivos de longo e contínuo prazo é justamente o próprio PNLL. O Decreto nº 7.559/2011 estabelece quais são os objetivos do PNLL.

Nesse sentido, a formação do educando abrange a interpretação de fatos, o estímulo ao senso crítico, o exercício da democracia e cidadania, além do desenvolvimento de capital cultural e social.

Com relação aos objetivos e metas dos planos, existem algumas convergências entre o Brasil e Portugal. No Brasil, destacamos a formação de leitores e de mediadores de leitura. Em Portugal, a elevação das competências de professores, bibliotecários e mediadores de leitura. No Brasil, a promoção de estímulos de práticas sociais de leitura, enquanto que em Portugal ocorre a produção de um contexto social benéfico à leitura.

A valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico estão destacados no plano do Brasil, enquanto que no plano de Portugal destaca-se a promoção da leitura como fato e fator de desenvolvimento individual e nacional.



No Brasil, o plano promove estímulos de práticas sociais de leitura; em Portugal, o plano valoriza práticas pedagógicas e outras ações de incentivo ao prazer da leitura.

A principal divergência entre os dois planos é a consolidação e a ampliação do papel da Rede de Bibliotecas Públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares no estímulo dos hábitos de leitura em Portugal. No Brasil não acontece tal consolidação como uma política pública nacional; existem apenas alguns casos isolados em redes de bibliotecas escolares que têm uma ligação com as bibliotecas públicas.

- **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O PNL de Portugal constituiu-se como uma resposta do Estado aos níveis de competência em leitura e informação da população, particularmente, dos jovens. Para tanto, elaborou uma série de estudos que possibilitaram investigar a realidade e embasar uma série de instrumentos de orientação e medidas de intervenção, em auxílio e incentivos aos profissionais promotores da leitura (educadores, professores, bibliotecários, mediadores, familiares).

Como um chamado de responsabilidade coletiva, o PNL estima que seus programas de promoção da leitura possam gerar livres iniciativas, de circunscrição local, regional e nacional, da parte de organismos da sociedade civil e de indivíduos. Eventuais parceiros e patrocinadores contribuem para criar um contexto social favorável à promoção dos hábitos culturais nas esferas do livro e da leitura.

Quanto ao Brasil, é fundamental conduzir a sociedade à reflexão sobre nossa realidade educacional e a construção coletiva para as políticas públicas de conscientização sobre escrita, leitura, biblioteca pública e biblioteca escolar. No entanto, a exclusão do termo “escolar” (da expressão “biblioteca pública”) certamente deixa incompletas as metas do PNLL no que se refere à transformação do desenvolvimento social, pois a biblioteca escolar é um equipamento tão importante quanto as bibliotecas públicas.

A importância do PNLL está no direcionamento de diretrizes para a elaboração dos planos estaduais e municipais de livro e leitura que incluam a implantação e a manutenção de bibliotecas públicas e escolares. Isso contribui

com a Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino públicas e privadas no país, e trata também da inclusão do profissional bibliotecário nas bibliotecas das escolas públicas. Já em Portugal, na RBE, o profissional que atua nas bibliotecas escolares é o professor bibliotecário, de quem são requeridas qualificações específicas para o cargo.

No Brasil, em dezembro de 2017, houve a última (até janeiro de 2018) ação legislativa sobre o Projeto de Lei nº 7.752, que trata de instituir a Política Nacional de Leitura e Escrita, que tem como estratégia permanente a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas.

Em Portugal, em março de 2017, foram lançadas as linhas orientadoras para o PNL 2027. Estas também tratam das atribuições de uma política integrada de promoção da leitura e da escrita e das múltiplas literacias, nomeadamente, a cultural, a científica e a digital. Nesse sentido, em Portugal há uma continuidade: o PNL 2027 complementa, com ações, executando seus novos objetivos e metas, o programa lançado dez anos antes, além de dar prosseguimento com as parcerias anteriores, no caso o Programa Rede de Bibliotecas Escolares - PRBE, como também com as instituições de cultura, ciência e tecnologia e as autarquias locais.

No Brasil, espera-se que aquela “nova” política nacional, do livro, leitura, escrita e literatura (Projeto de Lei nº 7.752), acompanhe não só os passos da política do PNL de Portugal, como também fortaleça o sistema nacional de bibliotecas públicas e a criação de um sistema nacional de bibliotecas escolares. Com o atual estado de coisas do Estado federal, não se sabe sobre a continuidade do PNLL e novas diretrizes a curto, médio e longo prazos, dentro ou fora deste novo Projeto de Lei.

O sucesso de todas as iniciativas do PNLL será alcançado a partir da sensibilização dos dirigentes públicos – presidente, governadores, prefeitos, secretários da Educação e da Cultura – ao entenderem o quanto trará de benefícios o incentivo à leitura para a população de todas as idades e todos os níveis socioeconômicos. O PNLL não demonstra ter uma relação efetiva com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e nem uma relação eficaz com as bibliotecas escolares da rede pública de ensino. Falta a existência de um órgão que possa acoplar um sistema nacional de bibliotecas escolares, para

sistematizar e operacionalizar as questões do livro e das práticas de leitura, em termos de difusão e disseminação.

Cabe complementar e afirmar, sempre, que é dever do Estado não apenas propiciar o aprendizado da escrita e da leitura, por meio do acesso à escola e aos materiais didáticos, mas também disponibilizar os instrumentos que ainda faltam para a prática social da leitura em sentido mais amplo e pleno. Pois constata-se, por meio do PNLL e do PNL, que as políticas para o livro e a leitura são, de fato e de direito, uma questão de Estado, entendendo uma política pública para a educação como estratégia de desenvolvimento sustentável, também social e econômico, de um país.

O PNL de Portugal e o PNLL do Brasil são duas políticas públicas para a educação que têm em comum duas características fundamentais (entre outras delas correlatas): são articulações entre o Estado e a Sociedade; são iniciativas que elegeram como signo emblemático a leitura.

Que a leitura seja, para uma nação, baliza e baluarte de políticas públicas para a educação, é fato que merece ser celebrado, mas sobretudo cuidado seriamente. É ela que conduz os leitores pelos universos do questionamento, da indagação, da imaginação e da criatividade, e, mais ainda, pelas tramas do prazer que todas as letras guardam em seu interior. Pois a leitura, instrumento civilizador ao alcance das mãos, é motor e matriz para um mundo com menos desigualdades sociais e mais justiça cidadã.





# MÉTODOS E PROCEDIMENTOS



## 5 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Conforme apresentado no início desta pesquisa, tem-se como um dos principais objetos de estudo investigar o Programa de Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) de Portugal (seus conceitos, elementos e estruturas) e a possibilidade de apropriação e adaptação deste modelo exemplar à situação brasileira, como, também, a questão das políticas públicas do livro, leitura e biblioteca que regem o PRBE.

Para tanto, além da revisão da literatura apresentada nos capítulos anteriores, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, por meio, em parte, do método do estudo de caso. Nessa pesquisa, o objeto de estudo é composto pelo Programa Rede de Bibliotecas Escolares e o Plano Nacional do Livro de Portugal. A pesquisa qualitativa complementa a abordagem teórica, além de descrever as experiências práticas dos autores e atores pesquisados.

Nesse sentido, a experiência cotidiana das pessoas muitas vezes nos leva a reproduzir um conhecimento prático ou um fato que pode interferir em uma determinada área do saber. Dados originados desse cotidiano se transformam, por intermédio do pesquisador, em dados científicos, na tentativa de análises e interpretações.

Portanto, é uma investigação de níveis descritivo e exploratório. É uma pesquisa mista, quantitativa e qualitativa. Desenvolve-se nos campos da Biblioteconomia, da Ciência da Informação e da Educação; assim, é de caráter social e aplicado, condição que, por sua vez, tem como característica fundamental o interesse da posterior aplicação e utilização prática do conhecimento (GIL, 1999).

Devido ao interesse na observação sobre como pode ser benéfica a cooperação entre as redes de bibliotecas escolares ao alcance de objetivos comuns, e sobre como apresentar o conceito de redes do PRBE, julgou-se viável enquadrar a natureza dessa pesquisa na esfera das pesquisas exploratórias, pois estas representam um ponto de partida para proporcionar uma visão geral sobre determinado tema em investigação.

No caso das pesquisas descritivas, estas têm como objetivo promover a descrição dos dados, formular descrições de categorias de uma determinada

população, além de mencionar o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1999).

Para Chizzotti (2003, p. 83), “na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam”. Nesse sentido, a vivência diária das pessoas traz resultados práticos, que, muitas vezes, nos servem de base para a complementação da pesquisa.

Na pesquisa qualitativa, todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos. As manifestações dos entrevistados e do entrevistador, as representações que formam e os conceitos que elaboram, tudo isso ocupa, na pesquisa qualitativa o centro de referência das análises, interpretações e conclusões (CHIZZOTTI, 2003).

Para Godoy (1995a, p. 58), a pesquisa qualitativa

não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise de dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação estudada.

Compreende-se que existe a possibilidade no desenvolvimento da pesquisa (ou seja, na obtenção de dados descritivos) da participação do pesquisador, interferindo algumas vezes na fala do entrevistado para obtenção de mais dados, na procura de direcionar os aspectos qualitativos de maior interesse.

Para a autora, “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental” (GODOY, 1995a, p. 62). O ambiente e os sujeitos nele inseridos devem ser observados como um todo e, nesse sentido, as observações do pesquisador *in loco* são de suma importância para verificar como se manifestam os fenômenos estudados. Pôde-se verificar que as visitas nas bibliotecas do Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal, no período da pesquisa, entre agosto de 2017 e março

de 2018, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, foram de grande importância para a obtenção de dados qualitativos e da confirmação da literatura estudada.

Uma importante característica na metodologia qualitativa, para Martins (2004, p. 292),

consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados, pois a variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva.

Nesse sentido, a análise dos dados qualitativos depende da compreensão do pesquisador, do significado que ele pode atribuir aos dados e de sua competência teórica. Na pesquisa qualitativa, os pesquisadores tentam compreender o estudo abordado a partir das perspectivas dos participantes, ou seja, os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias, entre outros (GODOY, 1995b).

É sabido que no período posterior à Segunda Guerra Mundial, particularmente nos Estados Unidos, havia o predomínio das pesquisas de natureza quantitativa, particularmente de cunho macroestrutural (MARTINS, 2004). Tais investigações que, neste contexto, acabaram por atender especialmente a necessidades mercadológicas e publicitárias, retomavam o modelo de investigação próprio das ciências exatas e naturais, agora sendo usado também nas ciências sociais, uma vez que o interesse não era pelos “problemas que estavam pesquisando, mas sim as técnicas a serem utilizadas” (MARTINS, 2004, p. 297).

Neste período, as pesquisas sociais assumiam pretensiosamente como critérios de valor a **objetividade** e a **neutralidade**, próprios das ciências exatas e naturais, de forma a se considerarem científicas, profissionalizando, assim, o sociólogo investigador. Tal fato, segundo Martins (2004), ignorou, por exemplo, questões éticas que envolvem o processo investigativo e, no final dos anos de 1950, tal crítica não se esquivou de vir à tona, defendendo que fatores ideológicos também são inerentes às pesquisas, especialmente as de natureza qualitativa.

Após o momento de crise da sociologia, a pesquisa de natureza quantitativa deu espaço para a retomada da metodologia qualitativa,

considerando e valorizando, inclusive, os sujeitos e as interpretações presentes nas pesquisas, uma vez que “hoje o mais importante é produzir um conhecimento além de útil, explicitamente orientado por um projeto ético visando a solidariedade, a harmonia e a criatividade” (PIRES, 1997 apud MARTINS, 2004, p. 298).

E, diante desse processo histórico, afirma-se que a dimensão metodológica desta pesquisa, dada a natureza da questão norteadora, caracteriza-se como **qualitativa**, sendo que “a abordagem qualitativa aplica-se ao estudo [...] das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os seres humanos fazem de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (TURATO, 2002 apud CAVALCANTE *et al*, 2014, p. 14).

Ao refletir sobre o que significa fazer ciência no âmbito dos métodos e das técnicas qualitativas das ciências sociais, Martins (2004) defende que, por ser qualitativa, a importância de uma dada pesquisa não está na possibilidade ou não de ser generalizada, mas sim na contribuição que determinada produção científica pode dar ao conhecimento. Aqui, embora a pesquisa qualitativa possa privilegiar microprocessos, não se trabalha, portanto, com amostra mas com representatividade, uma vez que as escolhas teórico-metodológicas são justificadas e, portanto, não aleatórias.

Em relação ao momento da coleta de dados, na observação participante o pesquisador, mais que com relatos, depara-se com interpretações que os sujeitos da pesquisa (participantes) fazem das próprias experiências e/ou princípios, alcançando os limites do campo simbólico e, portanto, o campo da cultura. Assim, “o informante estaria fazendo **interpretações**, e não expondo a **verdade**” (MARTINS, 2004, p. 295, grifos da autora).

A escolha por tal natureza de pesquisa (qualitativa) se deu por considerá-la como a mais adequada, uma vez que, embora não isenta de problemas, caracteriza-se pela flexibilidade (na escolha e na adequação de procedimentos e técnicas de coleta) e heterodoxia na análise dos dados, isto é, a integração das capacidades criadora e intuitiva do pesquisador, dada a variedade do material obtido (MARTINS, 2004, p. 292).

Outro fator preponderante que influenciou a escolha da natureza desta pesquisa é que “na pesquisa qualitativa deve haver maior preocupação com o



**processo** em detrimento dos resultados ou produto” (CÂMARA, 2013, p. 190, grifo nosso).

Nesta pesquisa foram obtidas informações relativas aos aportes que o Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal e o Plano Nacional do Livro de Portugal podem dar aos contextos de políticas públicas para o Brasil na atualidade.

Diante desse fato, questiona-se: mas, dada a diversidade de metodologias e técnicas, **como garantir qualidade na pesquisa?**

Apesar de serem inúmeras as práticas, concepções e cuidados a serem considerados quando se pretende uma pesquisa de valor em educação, algumas podem ser destacadas. A primeira delas reside na contribuição de Gatti (s.d.), ao afirmar que

o problema é que no concreto exercício do trabalho de pesquisa cria-se uma **perspectiva dogmática**, com que se passa a construir instrumentos de medida ou de **observação controlada**, a acreditar nas medidas de forma absolutizada e na **neutralidade das intervenções de pesquisa** e também, dos dados. Então, sustentando toda esta objetivação, na verdade, há uma crença, a crença de que **a realidade é mensurável e traduzível** em funções explicativas, universais, por um **pesquisador neutro**, e que somente este tipo de abordagem do real traz conhecimento verdadeiro (GATTI, s.d., p. 1, grifos nossos).

Nesse sentido, os princípios a serem evidenciados na contribuição de Gatti (s.d.) são: dogmatismo e pesquisa não combinam; não há técnica absoluta de coleta de dados; não há neutralidade em pesquisa (nem na intervenção e nem nos dados); a realidade, dada a sua complexidade, não pode ser mensurada e, portanto, compreendida em sua totalidade; assim, não há abordagem única que dê conta de tal complexidade do real.

O legado de Gatti (s.d.) para a pesquisa, contudo, não se encerra aí. Segundo a pesquisadora,

a leitura de inúmeros trabalhos nos mostra que adentrou-se por novas formas de abordagem metodológica mas, não se percebeu que os problemas de fundo são os mesmos e que qualitativo, **em pesquisa, não é dispensa de rigor e consistência**. Enveredar por novos caminhos considerados mais ajustados às necessidades de uma compreensão diferenciada do real, não quer dizer apenas utilizar outros tipos de instrumentos, mas sim transformar atitudes e perspectivas cognoscentes, sem abandonar o eixo da consistência explicativa (GATTI, s.d., p. 1, grifo nosso).

Vale destacar, aqui, a afirmação de que, embora mudem as abordagens, os métodos e as técnicas, alguns elementos se fazem essenciais à pesquisa; no caso do trecho anterior, o **rigor** e a **consistência**, compreendidos enquanto seriedade na escolha e na execução de instrumentos adequados de coleta de dados (rigor) e, simultaneamente, uma sólida fundamentação teórica que permeia o desenvolvimento da pesquisa (consistência).

Esse posicionamento também é defendido e assumido por Charlot (2006), ao afirmar que

[...] é necessário aceitar a diversidade como riqueza, incluindo-se aí a diversidade epistemológica e metodológica. Mas, após, afirmar isso, é preciso que cada forma de rigor obedeça a regras e deva ser controlada por uma comunidade científica [...]. Se não há regras, ou se não há uma comunidade para controlá-las, não há mais pesquisa, há uma conversa de botequim sobre a educação (CHARLOT, 2006, p. 11).

Ainda, dada a atual conjuntura relativa à pesquisa, uma constatação feita ainda por Charlot (2006) há de ser considerada:

as ciências da educação possuem uma realidade institucional, administrativa, organizacional, mas não têm existência epistemológica específica. [Contudo, embora seja considerada uma disciplina cuja fronteira epistemológica seja pouco definida, é a única] capaz de afrontar a complexidade e as contradições características da contemporaneidade (CHARLOT, 2006, p. 9).

Assim, torna-se importante e urgente, após tal constatação, a adoção de posturas investigativas que contemplem tal realidade, de modo a promover pesquisas que contribuam para que tal realidade epistemológica se torne mais palpável, visível e factual, embora não estática nem inerte, uma vez que “a pesquisa em educação carrega diversas peculiaridades, pois trabalha com um objeto multidimensional, mutante, complexo e historicamente situado” (PIMENTA; FRANCO, 2008, p. 15) e, como tal, supõe e exige ações de atualização, autocrítica e questionamento perenes.

Como em outras áreas de produção de conhecimento humano, a pesquisa em educação é marcada por necessárias revisões e análises críticas, sempre visando o seu aprimoramento contínuo. Isso se faz necessário devido a inúmeras possibilidades de se cometerem erros, equívocos e incoerências, configurando certas produções como científicas quando, na verdade, não

passam de meras reflexões abstratas e, portanto, despreocupadas com o rigor e a confiabilidade, características essenciais da ciência.

Partindo dessa premissa, adotou-se a técnica da entrevista para seleção, análise e interpretação dos dados, coletados com os sujeitos que convivem com o objeto estudado, de maneira que possam dar um significado às suas colocações, considerando os seus pontos de vista.

É a técnica mais antiga que se usa para obter informações intencionalmente e é um instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais. Quanto à utilização como ferramenta científica, é um método exploratório para ajudar a identificação de variáveis e relações, e também pode ser utilizado como um complemento para validar outros métodos e aprofundar informações sobre as motivações dos entrevistados (CASTRO FILHO, 2003).

As vantagens da entrevista são: pode ser usada com todos os segmentos da população; fornece melhor amostragem da população geral, possibilitando conseguir informações mais precisas com maior flexibilidade, facultando ao entrevistador repetir, esclarecer e reformular as perguntas.

Godoy (1995b) também esclarece que a abordagem qualitativa oferece três possibilidades para se realizar pesquisa, sendo uma delas, o estudo de caso, a que nos interessa também nesta pesquisa. Para a autora, o estudo de caso “se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, visando um exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular” (GODOY, 1995b, p. 25).

No estudo de caso, o pesquisador utiliza dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informações, e tem como uma das técnicas de pesquisa a entrevista. Os estudos de caso podem também comportar dados quantitativos, para ressaltar alguns aspectos que complementam a pesquisa, auxiliando na análise dos dados.

Os estudos de caso utilizam na estratégia de pesquisa “questões do tipo ‘como’ e ‘por que’” (YIN, 2005, p. 19). Este tipo de questão nos permite obter resultados sobre um determinado fenômeno que está inserido em algum contexto na vida real, ou seja, descrever como ocorreu algum fato ou alguma intervenção (YIN, 2005).

O estudo de caso como pesquisa pode ser considerado como análise de aspectos de uma unidade social. Neste sentido, podem ser inseridas as

bibliotecas, os centros de documentação e os centros de informação, com o objetivo de estudar situações típicas ou similares para aprofundar determinados fenômenos que ocorrem em ambientes do mesmo tipo. Nesta pesquisa, o Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal e a política pública - Plano Nacional do Livro de Portugal - estão inseridos nesse contexto, pois são objetos de estudo similares e focos de interesse de fenômenos atuais.

Procurando o eixo de uma política pública para as redes de bibliotecas escolares no Brasil e para o Plano Nacional do Livro, Leitura e Biblioteca, utilizamos para este fim a obra *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises e casos práticos*, de Leonardo Secchi (2011), que nos fornece uma teia de diálogo com a proposta à investigação, pois contribui com indicadores e parâmetros para a elaboração de uma política pública do livro, leitura e biblioteca.

Tal feito se deve à pouca existência de pesquisas sobre as políticas públicas direcionadas para as redes de biblioteca escolar no Brasil. Dessa forma, então, pretendeu-se tomar como base estudos com indicadores já elaborados, como o Plano Nacional do Livro e Leitura (2014), IFLA / UNESCO para a biblioteca escolar (2002) e parâmetros de Lowi (1964) de políticas públicas, no sentido de buscar uma análise das possibilidades de atuação conjunta e cooperativa aliada às vantagens que usuários alcançados por essa aliança entre rede de bibliotecas escolares e suas políticas.

No aprofundamento da elaboração de um centro que abarca da coordenação ao funcionamento da rede de bibliotecas escolares, adotamos os Manifestos IFLA / UNESCO sobre biblioteca escolar (2002) como base, em diálogo com as considerações de Varela Orol; Garcia Melero; Gonzales Guitian (1988) sobre os aspectos filosóficos da rede de bibliotecas; do Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil (2015) e de Castells (1999) sobre a sociedade em rede.

A existência de uma rede em meio a esse contexto significou, claramente, melhoria da produção, oferta de produtos e serviços, aproveitamento de recursos, realização de ações culturais e educativas que objetivaram o fomento da disseminação da leitura. Assumir a idealização de criar uma rede de bibliotecas traz em seu escopo articulações com a realidade brasileira no que tange à precariedade e à ausência desses espaços nas comunidades escolar e

extraescolar, chamando a atenção para a dimensão política não apenas como formulação, mas como a execução de políticas públicas de acesso à informação.

Por fim, o projeto de pesquisa buscou apresentar convergências e divergências entre as políticas públicas culturais e educacionais do Brasil e de Portugal, e discutiu hipóteses sobre uma possível aplicação e implantação de um modelo, a partir da experiência do PRBE, em redes de bibliotecas escolares brasileiras.

Sob o crivo do PRBE, Portugal “divide-se” em cinco áreas de acordo com o DGEstE / DSR (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares / Direção de Serviços das Regiões): Alentejo, Algarve, Centro, Lisboa e Vales, e Norte. Esta pesquisa se concentrou (dentro da região de Lisboa) no “Distrito” Lisboa e “Concelho” Lisboa, que congregam 104 bibliotecas (segundo o censo de 2015)<sup>28</sup>. No Distrito de Lisboa conta com 24 “Freguesias”, que consideramos como uma subdivisão administrativa, sendo o Concelho uma região administrativa. Das 104 bibliotecas, 67 são de Ensino Básico, 17 de Ensino Secundário, 10 Bibliotecas Municipais e as demais pertencem a biblioteca itinerante, museu, creche, hemeroteca e etc.

Nesse aspecto, foram utilizados como instrumentos para a coleta de dados o questionário e as entrevistas.

Com relação ao questionário, aplicou-se no Distrito de Lisboa, onde agrega as 82 bibliotecas do ensino básico e secundário. Os questionários foram distribuídos via e-mail para os responsáveis das bibliotecas (bibliotecários e / ou professores bibliotecários), com o propósito de diagnosticar o Programa da Rede de Biblioteca Escolar em Portugal com as seguintes questões abertas, de números 1, 2 e 5 no questionário:

- 1 Na sua opinião, quais são as atribuições de um professor bibliotecário?
- 2 Quais seriam as funções de uma Rede de Bibliotecas Escolares para a biblioteca da sua escola?
- 5 Quais as contribuições da estrutura do PRBE para a sua biblioteca?

E com as seguintes questões fechadas:

---

<sup>28</sup> Informações retiradas da fonte: <http://www.rbe.mec.pt/np4/578.html#1>

3 O modelo do PRBE atende as necessidades da biblioteca escolar em que você atua?

1 2 3 4 5  
Ruim      Excelente

4 A partir da experiência da sua biblioteca, como as políticas públicas portuguesas atendem as necessidades do PRBE?

1 2 3 4 5  
Ruim      Excelente

6 Um projeto político-pedagógico pode contribuir para as ações educativas na biblioteca?

Sim Não Talvez

7 Na prática, como você avalia as ações do Plano Nacional de Leitura na sua biblioteca?

1 2 3 4 5  
Ruim      Excelente

8 As políticas públicas do livro, leitura e biblioteca existentes em Portugal contribuem para a formação do cidadão?

Sim Não Talvez

A aplicação dos instrumentos de coleta de dados teve como objetivo atender as seguintes premissas de acordo com as Diretrizes IFLA / UNESCO da biblioteca escolar: a) missão e política da biblioteca; b) recursos financeiros e de ensino e aprendizagem; c) recursos humanos; d) programas e atividades; e) promoção, de acordo proposto. E também as premissas de Varela Orol; Garcia Melero; Gonzales Guitian (1988), que têm como diretrizes: a) origem e causas do nascimento das redes de bibliotecas; b) conceito de rede de bibliotecas; c) elementos das redes de bibliotecas; d) funções das redes de bibliotecas; e) arquitetura das redes de bibliotecas; f) parâmetros que permitem classificar as redes; g) processos de desenvolvimento de uma rede de bibliotecas, atendendo assim alguns dos objetivos específicos da pesquisa.

Para a entrevista com a Coordenadora do Programa Rede de Bibliotecas Escolares, com a Comissária do Plano Nacional do Livro e com a Bibliotecária da Escola Secundária Marquês de Pombal do Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal, apresentamos questões sobre as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca em Portugal, com a intenção de atender alguns objetivos específicos da pesquisa. Nas entrevistas com a Coordenadora, com a Comissária e com a Bibliotecária, utilizamos como parâmetro o Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil, que tem como norteadores 4 eixos: a) democratização do acesso; b) fomento à leitura e à formação de mediadores; c) valorização da leitura e comunicação; d) desenvolvimento da economia do livro; como também as diretrizes, de Varela Orol; Garcia Melero; Gonzales Guitian (1988).

Utilizamos esses eixos como forma de verificar as convergências e as divergências das políticas públicas em Portugal e no Brasil e também a análise crítica da experiência portuguesa da rede de bibliotecas escolares. E ainda: Que rede é essa e como se compõe? É ela mediadora de saberes em consonância ou divergência? Como aparecem as diferenças de formação nos professores bibliotecários da rede? E como se dá a relação das políticas públicas com o Programa Rede de Bibliotecas Escolares?

Para a bibliotecária foram formuladas as seguintes questões:

- 1 Na sua opinião, quais são as atribuições de um professor bibliotecário?
- 2 Quais as funções de uma Rede de Bibliotecas Escolares?
- 3 Como você descreveria o funcionamento do modelo do PRBE em sua biblioteca escolar?
- 4 Quais as contribuições da estrutura organizacional do PRBE para a sua biblioteca?
- 5 De que maneira um projeto político-pedagógico pode contribuir para as ações educativas na biblioteca?
- 6 Em sua biblioteca como se materializam as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca?

- 7 Como as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca existentes em Portugal contribuem para a formação do cidadão?
- 8 A partir da experiência de sua biblioteca, quais são as convergências e as divergências existentes entre as redes de bibliotecas escolares e as políticas públicas portuguesas?

Para a entrevista com a Coordenadora, foram formuladas as seguintes questões:

- 1 Quais são as características que marcam o diferencial do PRBE e tornam este programa exemplar em relação a outros modelos de rede?
- 2 Quais os novos desafios para a atuação do professor bibliotecário no novo milênio?
- 3 Qual a sua avaliação crítica do PRBE e quais as melhorias a se fazer?
- 4 Como você avalia as ações do Plano Nacional de Leitura em relação ao PRBE?
- 5 Em sua avaliação, como o PRBE contribui para a formação social e política do cidadão?

Para a Comissária foram formuladas as seguintes questões:

- 1 Quais fatores levaram à iniciativa da elaboração do Plano Nacional de Leitura de Portugal?
- 2 Qual a contribuição do Plano Nacional de Leitura de Portugal para a concepção de uma política pública geral para a educação?
- 3 Como você avalia as ações e resultados do Plano Nacional de Leitura?
- 4 Em sua avaliação, como o PNL contribui para a formação social e política do cidadão?
- 5 Quais são as características que marcam o diferencial do PNL e tornam este Plano exemplar em relação a outros modelos?

As entrevistas foram marcadas com antecedência e elaboradas nos gabinetes da Coordenadora do Programa Rede de Bibliotecas Escolares e da Comissária do Plano Nacional de Leitura, ambas em janeiro de 2018 em Lisboa.



A entrevista com a bibliotecária foi realizada em novembro de 2017 na Escola Secundária Marques de Pombal em Lisboa.

- Forma de análise dos resultados

Concluindo a questão da abordagem metodológica, a pesquisa apontou em algumas direções. Desse modo, a fim de analisar e interpretar os dados, utilizamos o método da **Análise de Conteúdo**, tal como proposta por Bardin, que consiste em:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2015, p. 48).

O **método** em questão é formado por três etapas: a) **Pré-etapa**: organização dos dados, com a finalidade de tornar as ideias iniciais operacionais e sistematizadas, permitindo, assim, uma estrutura precisa. Os materiais analisados foram: a documentação pertinente sobre o Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal; a documentação dos parâmetros das Redes de Bibliotecas de Varela Orol; Garcia Melero; Gonzales Guitian (1988); a documentação do Plano Nacional do Livro e das diretrizes IFLA/UNESCO. Com a formulação dos objetivos, elaboram-se indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2015, p. 125);

b) **Exploração do material**: aplicação sistemática das decisões tomadas. Foram realizadas “operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função das regras previamente formuladas” (BARDIN, 2015, p. 131), avaliando os dados dos questionários e das entrevistas por meio de análise e interpretação, validando os dados, verificando a consistência e a integridade das respostas, nos questionários e nas entrevistas, no sentido de assinalar incoerências e incompletudes.

c) **Tratamento dos resultados obtidos e interpretação**: tratamentos dos resultados brutos, tornando-os significativos e válidos, mediante operações estatísticas (simples ou complexas), que permitem a elaboração de quadro(s) de resultados, diagramas e outros, de forma a evidenciar as informações fornecidas pela análise. Assim, após submeter à prova estatística e aos testes de validação,

as inferências foram propostas, bem como a interpretação dos objetivos já previstos (BARDIN, 2015, p. 131).

Para tanto, utilizamos como critérios para diagnosticar a rede de bibliotecas escolares de Lisboa um conjunto de padrões oriundos de fontes documentais de Varela Orol; Garcia Melero e Goanzales Guitian (1988) e das Diretrizes da IFLA / UNESCO, que nos auxiliaram nas questões de conceito, elementos, funções, classificação e desenvolvimento de redes de bibliotecas, na entrevista com a bibliotecária . Na análise da entrevista com a coordenadora do PRBE de Portugal, utilizamos as políticas públicas no PRBE de Portugal, como também o Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil (2015). Na análise da entrevista da Comissária, utilizamos o Plano Nacional de Leitura de Portugal. Toda essa documentação valoriza o acesso à informação e a democratização da leitura e da formação de mediadores.

De forma sintética e breve, assim se definem os procedimentos metodológicos realizados nesta pesquisa:

- ✓ **Objeto de análise:** analisar as redes de bibliotecas escolares em Portugal e Brasil: diálogos entre políticas públicas para livro, leitura e biblioteca.
- ✓ **Universo da pesquisa:** Bibliotecas das Escolas do Distrito de Lisboa.
- ✓ **Sujeitos da pesquisa:** Bibliotecários e / ou professores bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas do Distrito de Lisboa; Bibliotecária da Escola Secundária Marques de Pombal; a Coordenadora do Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal e Comissária do Plano Nacional do Leitura de Portugal
- ✓ **Natureza da pesquisa:** qualitativa.
- ✓ **Tipo de pesquisa:** descritivo-exploratória.
- ✓ **Método de coleta de dados:** estudo de caso.
- ✓ **Fontes de evidência:** bibliográfica, questionário e entrevistas.
- ✓ **Método para análise dos dados:** Análise do Conteúdo (BARDIN, 2015).

Procedemos à verificação da pertinência dessas políticas públicas para as bibliotecas escolares portuguesas e então podemos avaliar quais foram as contribuições para as políticas públicas do livro, da leitura e da biblioteca no Brasil.

- Considerações sobre o Uso do Questionário na Pesquisa

Afirma-se que a aplicação de tais questionários se deu com duas intenções: a de fornecer informações complementares às das entrevistas e a de permitir uma expressão mais livre e menos tímida por parte dos bibliotecários e / ou professores bibliotecários pesquisados.

Todavia, no tocante à primeira intenção, ou seja, a de se colocar como um instrumento a mais de coleta, de forma a oferecer informações inéditas às das entrevistas, afirma-se segura e espontaneamente que tal objetivo foi plenamente alcançado. As informações apresentadas pelos docentes confirmaram as respostas aos questionamentos feitos e apontaram informações, em sua totalidade, complementares às das entrevistas, razão pela qual foram consideradas e assumidas como sendo instrumento principal de coleta e de análise de dados.

Já em relação à segunda intenção do uso do questionário, a saber, a de permitir uma expressão mais livre e desimpedida de possíveis receios e/ou barreiras, afirma-se também que o questionário alcançou seu objetivo e não se registrou quaisquer barreiras e/ou impedimentos que limitassem e/ou bloqueassem a expressão livre e espontânea por parte dos docentes.

De forma a considerar tal instrumento a partir dessa fundamentação e intenção, destaca-se que as respostas e/ou dados apresentados pelos questionários confirmaram as opiniões, os posicionamentos e as afirmações feitas pelos docentes no transcorrer das entrevistas.

Nesse sentido, de forma a qualificar o uso do questionário como instrumento de coleta, destaca-se que foi útil e válido para confirmar alguns elementos, a saber, as atribuições dos entrevistados (professores bibliotecários), sua formação, a contribuição do Programa Rede de Bibliotecas Escolares para as bibliotecas.

Por fim, destaca-se, ainda, que a aplicação do questionário foi anterior às entrevistas.

- Considerações sobre as Entrevistas

Dentre os instrumentos de coleta de dados escolhidos, as **entrevistas** foram consideradas como instrumento principal, de forma a contemplar as intenções da pesquisa, ainda que complementadas pelo questionário. Isso se deu pelo fato de que este instrumento, após o encerramento da coleta de dados e da avaliação dos mesmos, revelou-se como sendo o que mais ofereceu material para análise.

Nesse sentido, uma primeira observação a ser feita, considerando a confluência entre o instrumento principal de coleta de dados e o método a ser utilizado (Análise de Conteúdo), dá-se mediante o fato de que

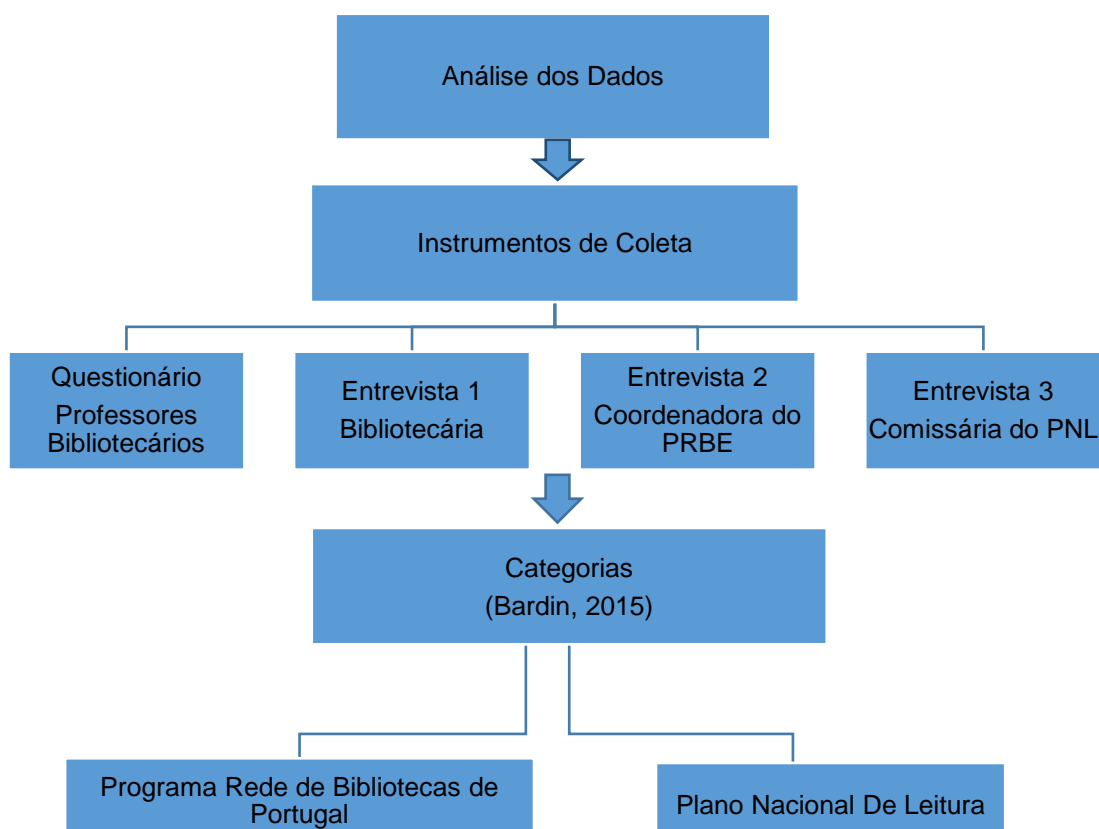
quando se faz uma análise de entrevistas, raramente é possível estabelecer um quadro categorial único e homogêneo, devido à complexidade e à multidimensionalidade do material verbal. É preferível “atacar em vários flancos” [...] ou assumir um ponto de vista geral e homogêneo, ou analisar alguns aspectos específicos, e as duas completam-se (BARDIN, 2015, p. 120).

Partindo do pressuposto de que “a mensagem exprime e representa o emissor” (BARDIN, 2015, p. 165), mediante os conceitos e/ou temas contemplados pela pesquisa, foram estabelecidas as **categorias** a partir das quais a análise das entrevistas foi feita e refletida, uma vez que “a escolha das unidades de registro e de contexto deve responder de maneira pertinente (pertinência em relação às características do material e face aos objetivos da análise)” (BARDIN, 2015, p. 134). Destaca-se que a escolha das categorias foi feita em dois momentos distintos: *a priori*, ou seja, a partir dos conceitos/temas contemplados por esta pesquisa, especialmente com a preparação do questionário e das perguntas realizadas nas entrevistas; e *a posteriori*, isto é, tais temas foram identificados, confirmados e respondidos mediante a coleta de dados realizada no trabalho de campo.

Assim, “o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar as motivações das opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de

tendências etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas [...] podem ser e, frequentemente são analisadas tendo o tema por base” (BARDIN, 2015, p. 135). Dessa forma, as categorias que nortearam esta análise foram escolhidas a partir dos principais temas nos quais se baseia esta pesquisa, a saber, a rede de bibliotecas e as políticas públicas, no caso o Plano Nacional de Leitura de Portugal. Assim, foram eleitas:

FIGURA 2 – Esquema das Análises dos Dados e Categorias



Fonte: o autor

Na próxima seção, apresentamos a descrição, a análise e as contribuições da pesquisa, tendo como primeira instância a análise do questionário, em seguida a entrevista com a Comissária do Plano Nacional de Leitura, a entrevista com a coordenadora do Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal e, por último, a entrevista com a professora bibliotecária.





## DESCRIÇÃO, ANÁLISE E CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

## 6 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

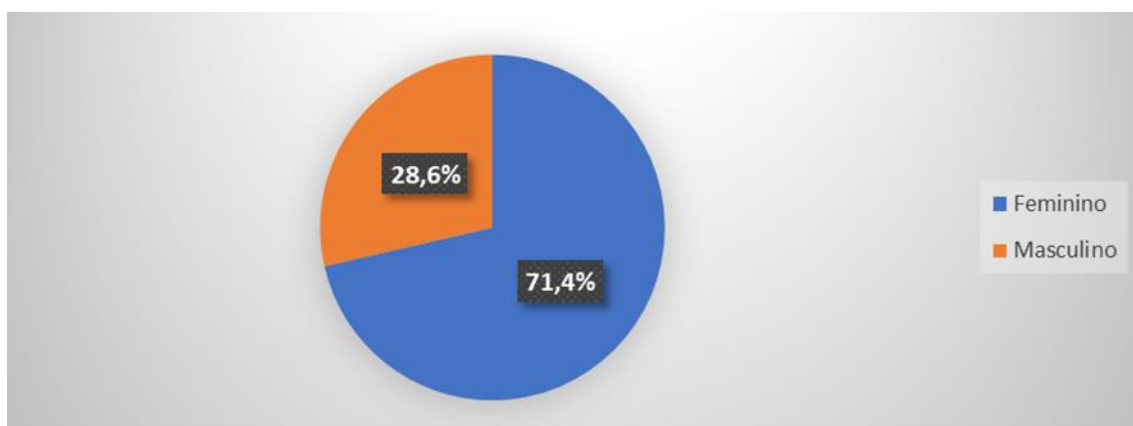
Como forma de descrever e analisar os dados da pesquisa utilizamos da análise de conteúdo, que para Amado, Costa e Crusoé (2014, p. 304) é o “facto de ela permitir, além de uma rigorosa e objetiva representação dos conteúdos ou elementos das mensagens (entrevista, texto, artigo, etc.) através da sua codificação e classificação por categorias e subcategorias”, conforme a Figura 2.

### 6.1 Considerações e análise sobre o uso do questionário na pesquisa

Em primeira instância, conforme destacado anteriormente no item Metodologia, afirma-se que a aplicação de tais questionários se deu com duas intenções: a de fornecer informações complementares às das entrevistas e permitir uma expressão mais livre e menos tímida por parte dos docentes pesquisados. Enviamos 82 questionários para os responsáveis pelas bibliotecas (professor bibliotecário) do município de Lisboa, em novembro de 2017. Dos 82 questionários enviados, recebemos 28 respostas, o que representa 34,14% do total de 100%. O questionário foi composto por três seções. A primeira seção tratou de uma breve explicação da pesquisa e dos dados do pesquisador. A segunda seção tratou dos dados de identificação do respondente. E a terceira seção tratou de questões sobre a pesquisa propriamente dita.

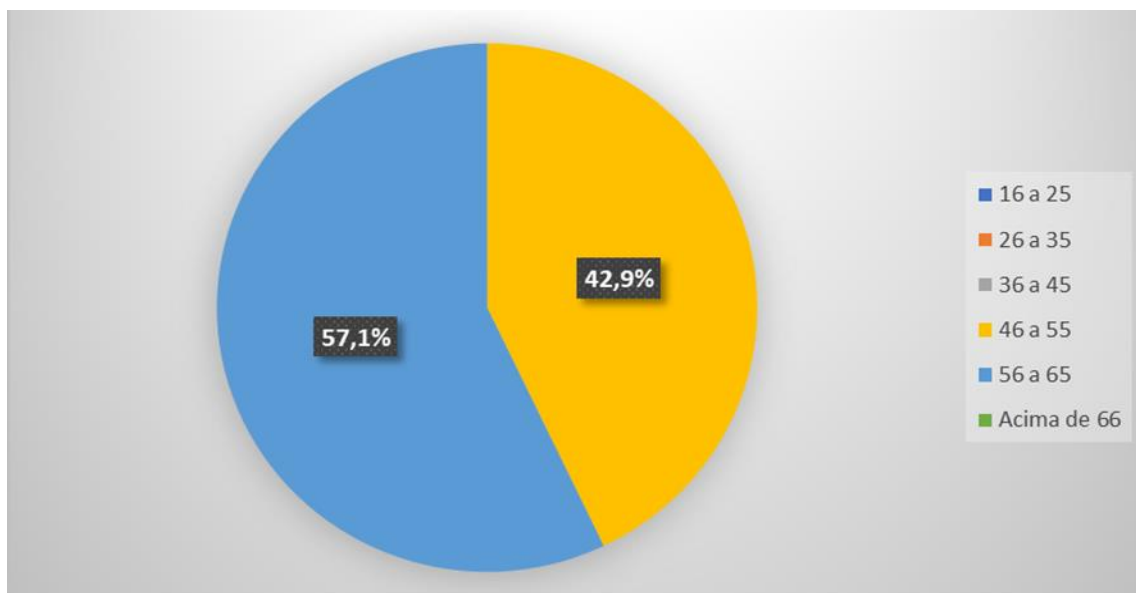
Com relação à segunda seção, identificamos os seguintes dados da população estudada.

**Gráfico 4 – Gênero**



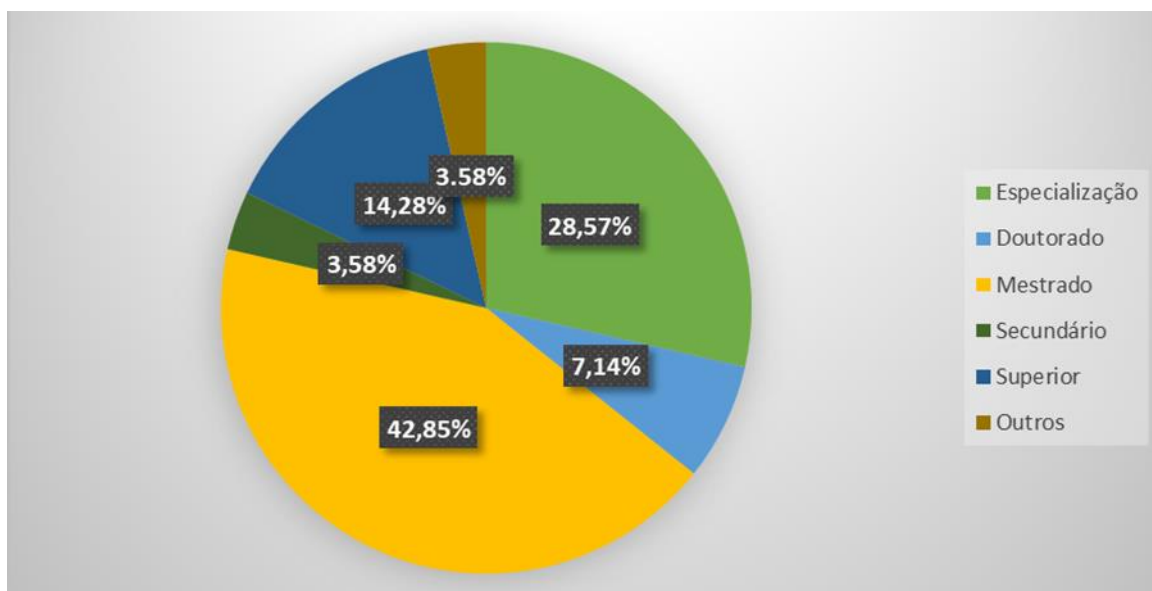
Fonte: autor

**Gráfico 5 – Idade**



Fonte: o autor

**Gráfico 6 – Escolaridade**



Fonte: o autor

Com relação à escolaridade, os respondentes estão representados com as seguintes escolaridades: 12 pessoas com mestrado, 8 com especialização, 4 com superior, 2 com doutorado, um com secundário e um como outros.



Podemos confirmar que a maioria dos professores bibliotecários respondentes tem nível superior e são especialistas com especialização ou mestrado.

Com relação à formação profissional, a maioria, em torno de 56%, é de professores no ensino básico e de português com formação em Letras, professores de artes, ciências, comunicação e alguns com mestrado em ciências documentais.

Como cargo que ocupa na escola, todos respondentes são professores bibliotecários.

Na terceira seção, elaboramos algumas questões de cunho aberto e perguntamos:

**(1) Na sua opinião, quais são as atribuições de um professor bibliotecário?**

Obtivemos dos respondentes as seguintes afirmações:

*Compartilhar conhecimento e prazer;*

*Aquelas que estão consagradas no manifesto da IFLA;*

*Apoio da equipa da biblioteca escolar;*

*A gestão da biblioteca da escola não agrupada ou do conjunto das bibliotecas das escolas do agrupamento;*

*Definir em regulamento interno;*

*Assegurar o serviço de biblioteca para os alunos do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada;*

*Promover a articulação das atividades da biblioteca com os objetivos do projeto educativo do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e dos planos de turma;*

*Assegurar a gestão dos recursos humanos afetos à(s) biblioteca(s);*

*Garantir a organização do espaço e assegurar a gestão funcional e pedagógica dos recursos materiais afetos à biblioteca;*

*Definir e operacionalizar uma política de gestão dos recursos de informação;*

*Apoiar as atividades curriculares e favorecer o desenvolvimento dos hábitos e práticas de leitura e das literacias da informação e dos média,*

*trabalhando colaborativamente com todas as estruturas do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;*

*Apoiar atividades livres, extracurriculares e de enriquecimento curricular incluídas no plano de atividades ou projeto educativo do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;*

*Estabelecer redes de trabalho cooperativo, desenvolvendo projetos de parceria com entidades locais;*

*Implementar, anualmente, os procedimentos de avaliação dos serviços, definidos pelo Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares (GCRBE) em articulação com os órgãos de direção do agrupamento ou escola não agrupada;*

*Representar a biblioteca escolar, nos termos do regulamento interno;*

*Organizar, gerir e dinamizar o espaço, os recursos materiais e humanos da biblioteca escolar em articulação e função do projeto educativo da Escola;*

*Promover a literacia da leitura, da informação e dos média dos seus utilizadores;*

*Manter um acervo atualizado e de acordo com os currículos;*

*Formar para as literacias; apoiar com atividades extra-curriculares os alunos;*

*Promover a leitura e o livro;*

*Estimular o prazer pela leitura e orientar o conhecimento por meio da leitura;*

*Fornecer o instrumental de pesquisa de modo que o usuário possa fazer seu caminho de modo criativo, mais como descoberta própria do que como tutela dirigida;*

*Proporcionar que o processo de ensino e aprendizagem seja ao mesmo tempo diálogo e mediação entre os agentes;*

*Cativar o aluno / leitor para o mundo maravilhoso do livro, fazendo com que ele volte à realidade do mundo chamado “real” como um cidadão crítico e participativo, capaz de responder aos desafios da sociedade com imaginação e coragem.*

Pelo exposto, percebe-se uma riqueza e variedade de atribuições, o que vem coincidir com algumas atividades do bibliotecário brasileiro, pois, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (2002), os Bibliotecários:

disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria (BRASIL, 2002).

Nesse sentido, podemos atestar que as habilidades e competências do profissional da informação têm se modificado gradativamente e em conjunto com as transformações de paradigma da área. Para exercer sua função com excelência, atualmente não compete ao profissional da informação apenas extrair o conhecimento daqueles que o têm e alocar esse conhecimento de uma forma estruturada. É necessário manter, aprimorar, atualizar e estabelecer relações entre as informações, para que o produto a ser entregue ao usuário seja o mais completo possível. As mudanças cada vez mais aceleradas das tecnologias da informação e comunicação precisam ser observadas de perto pelos profissionais da informação, bem como as mudanças econômicas, políticas e sociais. As habilidades técnicas são de extrema importância, mas habilidades de comunicação, relacionamento e julgamento precisam estar igualmente desenvolvidas e em constante aprimoramento. O mercado de trabalho acolhe profissionais flexíveis, abertos às mudanças e que procuram por elas (NEVES, 2000).

Para garantir o diferencial competitivo das organizações, os profissionais precisam unir habilidades técnicas com habilidades intuitivas. Compreender que seu papel enquanto processador e filtrador da informação é crucial na composição do perfil profissional, faz parte da aquisição de competências bem estabelecidas para o exercício da função.

Segundo Fialho et al. (2010, p. 101), existem diversas categorias de competências profissionais. São:

- a) “competências técnicas”, caracterizadas como “competências específicas”, em que o profissional da informação exerce atividades de catalogação e classificação, que são atividades específicas que determinam um alto grau de conhecimento, de ferramentas aplicativas da biblioteconomia e da ciência da informação;
- b) “competências intelectuais”, “que estão relacionadas com aplicação de aptidões mentais”, como o gerenciamento de unidades de informação, em que o processo de tomada de decisões (para redução de orçamento, contratação e seleção de profissionais) está presente;
- c) “competências cognitivas”, que tratam da “capacidade intelectual” do indivíduo com “domínio de conhecimento”. Exemplo: o papel do profissional da informação na elaboração de um produto e ou serviço de informação, a partir do exercício de uma atividade de aplicação de conceitos e teorias de determinado serviço, ou na elaboração e planejamento de uma unidade de informação, que requer especificidades e terminologias específicas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação;
- d) “competências relacionais”, que envolvem “habilidades de relações e interações entre seus pares, e entre os diversos setores e ou áreas”. O profissional da informação se destaca nessa competência, pois os conhecimentos que o mesmo possui são direcionados a um determinado fim, o usuário. Assim, a relação e a interação entre os recursos de informação e o usuário tornam-se primordiais no fluxo da unidade de informação;
- e) “competências sociais e políticas”, que envolvem diretamente a sociedade. Podemos observar tal competência na relação do profissional da informação com grupos específicos de usuários de uma determinada área do conhecimento;
- f) “competências didático-pedagógicas”, que estão relacionadas ao ensino. Nesse aspecto, o profissional da informação deve organizar para os usuários treinamentos de busca e recuperação da informação, de forma a utilizar metodologias e ferramentas adequadas, na obtenção de resultados satisfatórios para a aprendizagem;

- g) “competências metodológicas”, que estão ligadas à aplicação de técnicas. Essas competências são utilizadas pelos profissionais da informação na elaboração de normas e procedimentos para as unidades de informação, bem como, auxiliam na utilização de fluxos de informação;
- h) “competências de liderança”, que tratam de uma habilidade pessoal, uma vez que o profissional as utiliza quando exerce um cargo de maior representatividade, que o torna capaz de administrar a unidade de informação e comandar trabalhos em equipe;
- i) “competências empresariais e organizacionais”, que traçam o relacionamento do profissional da informação com o gestor da informação, de recursos humanos, de estratégia, de qualidade, entre outras.

O entendimento do conceito de competências do bibliotecário engloba todas estas competências inter-relacionadas, uma vez que elas são dependentes e, se aplicadas isoladamente, comprometem a excelência do trabalho do bibliotecário. Nesse aspecto, “ter competências técnicas e não relacionais, por exemplo, implica em não atender satisfatoriamente as necessidades dos usuários” (CASTRO FILHO, et, al., 2011, p. 11).

Na elaboração da análise de dados do questionário, foram consideradas para a categoria 1 as questões 2, 3, 4 e 5, e para a categoria 2 as questões 6, 7 e 8. A questão 1 não pertence a nenhuma dessas categorias pois trata de um item específico, sobre as atribuições do professor bibliotecário, que justifica estar à parte.

### **Análise de Conteúdo da Categoria 1 - Programa Rede de Bibliotecas de Portugal**

#### **(2) Quais seriam as funções de uma Rede de Bibliotecas Escolares para a biblioteca da sua escola?**

*Desenvolver e apoiar as bibliotecas escolares;*

*Como a própria palavra indica criar uma rede;*

*Apoiar os professores bibliotecários e as respectivas equipas na aplicação e execução dos documentos orientadores;*

*Apoiar e formar o Professor Bibliotecário - PB;*

*Permitir a atualização contínua e constante de informações;*

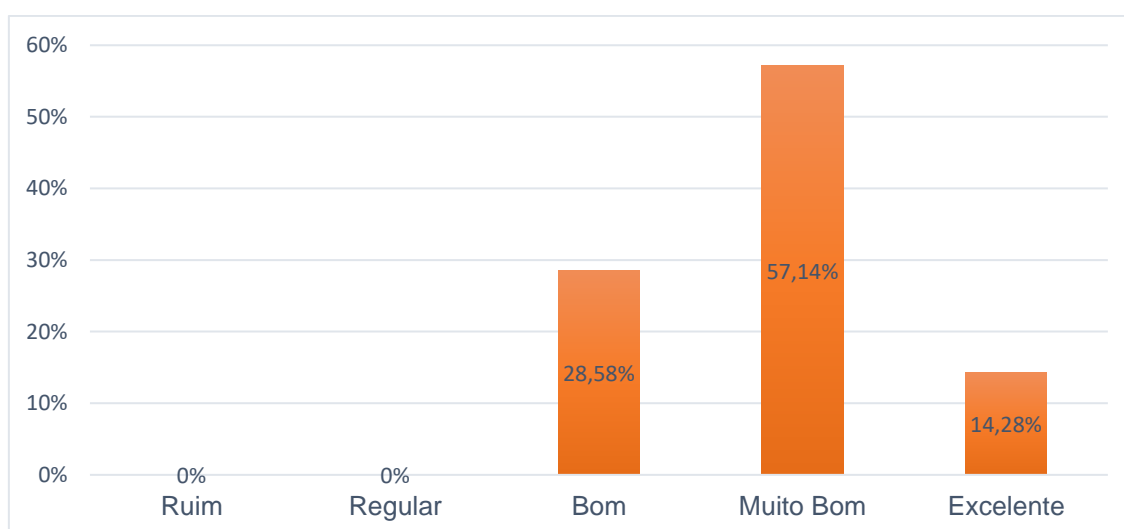
*Proporcionar o intercâmbio com outras experiências;*

*Tornar o espaço de leitura um campo magnético compartilhado de intervenção social.*

O conjunto das respostas aponta uma consciência da importância da rede de bibliotecas escolares enquanto estrutura de informação e de práticas de leitura, e ainda a preocupação em capacitar e formar professores bibliotecários, preparando para a função de disseminador da informação, com competência e sensibilidade.

A seguir, perguntamos: (3) **O modelo do PRBE atende as necessidades da biblioteca escolar em que você atua?**

**Gráfico 7 – Modelo do PRBE atende a Biblioteca Escolar**

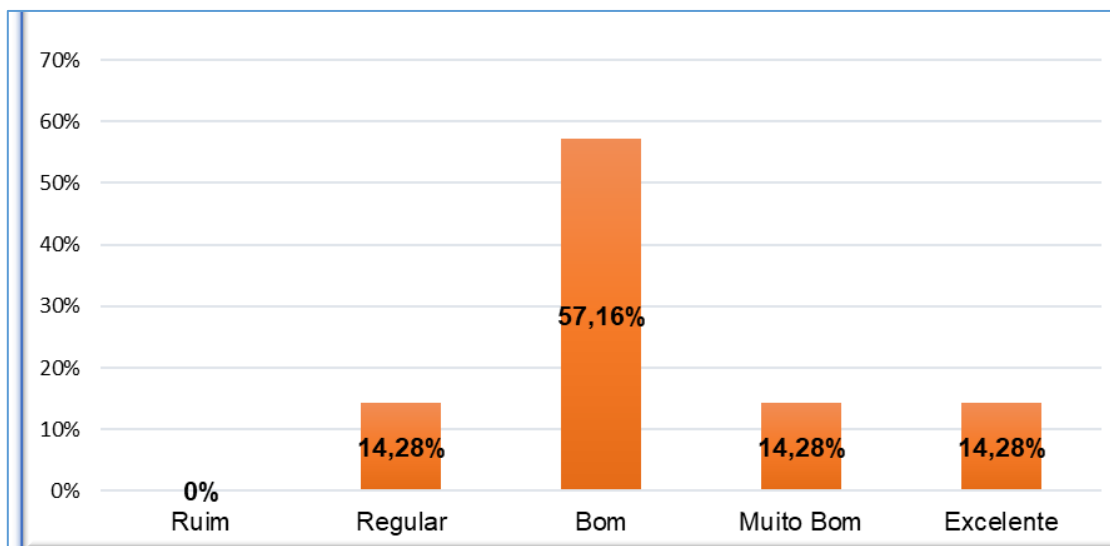


Fonte: o autor

Conforme os dados coletados no Gráfico 7, o grau de satisfação com o PRBE em relação às bibliotecas escolares é considerado muito bom, não havendo nenhum índice para ruim e regular.

Continuando a investigação, perguntamos: (4) **A partir da experiência da sua biblioteca, como as políticas públicas portuguesas atendem as necessidades do PRBE?**

**Gráfico 8 – Políticas Públicas, Necessidades do PBBE e a Biblioteca**



Fonte: o autor

De acordo com o Gráfico 8, o grau de satisfação com as políticas públicas em relação ao PRBE foi apontado como bom, não havendo índice ruim; mas os índices regular, muito bom e excelente estiveram com o mesmo valor de avaliação. Contrariando a coordenação gestora do PRBE, os que vivenciam o programa no dia-a-dia têm outra percepção, mais realista e concreta, e menos idealizada.

Então perguntamos: (5) **Quais as contribuições da estrutura do PRBE para a sua biblioteca?**

*Apoio técnico;*

*Apoio pedagógico;*

*Estar em Rede e ter sempre um apoio;*

*Montagem;*

*Acervo;*

*Formação;*

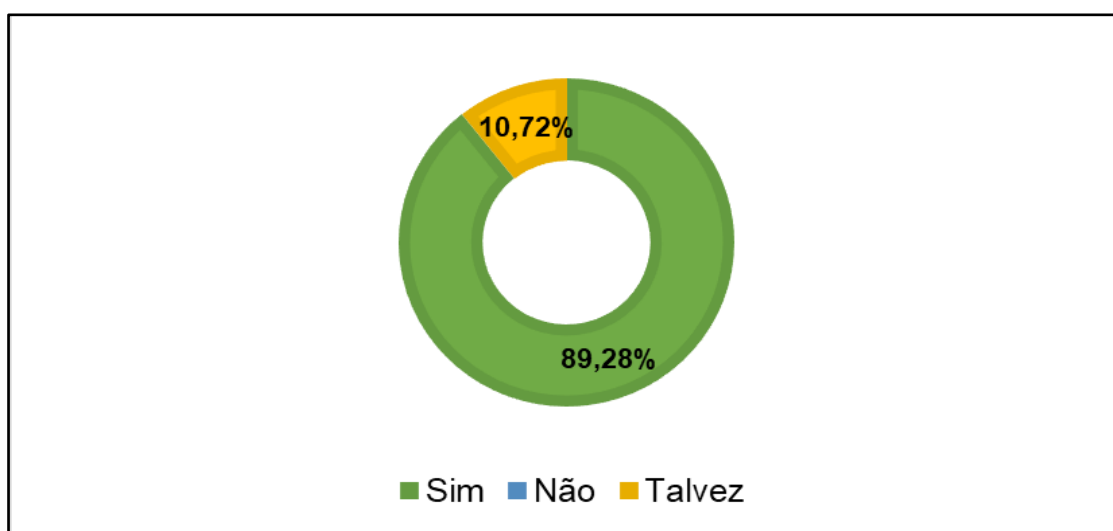
*Apoio continuado,*

As respostas indicam um sentido mais objetivo para as contribuições com relação aos recursos de informação, recursos tecnológicos e recursos infraestruturais, destacando elementos concretos para a prática cotidiana das atribuições do professor bibliotecário.

### **Análise de Conteúdo da Categoria 2 - Plano Nacional de Leitura**

A seguir perguntamos: (6) **Um projeto político-pedagógico pode contribuir para as ações educativas na biblioteca?**

**Gráfico 9 – Projeto Político Pedagógico e Ações Educativas na Biblioteca**



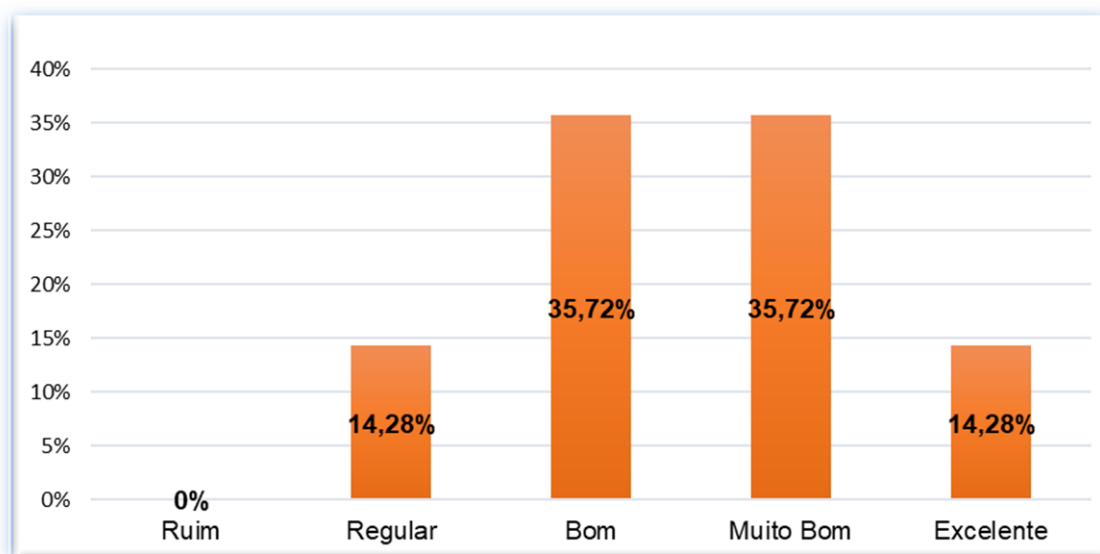
Fonte: o autor

A grande maioria respondeu que o projeto político pedagógico contribui com as ações educativas na biblioteca escolar. A outra percentagem, menor, se refere à hipótese de um “talvez”, e nenhum índice se refere à não contribuição.

Continuando, perguntamos: (7) **Na prática, como você avalia as ações do Plano Nacional de Leitura na sua biblioteca?**



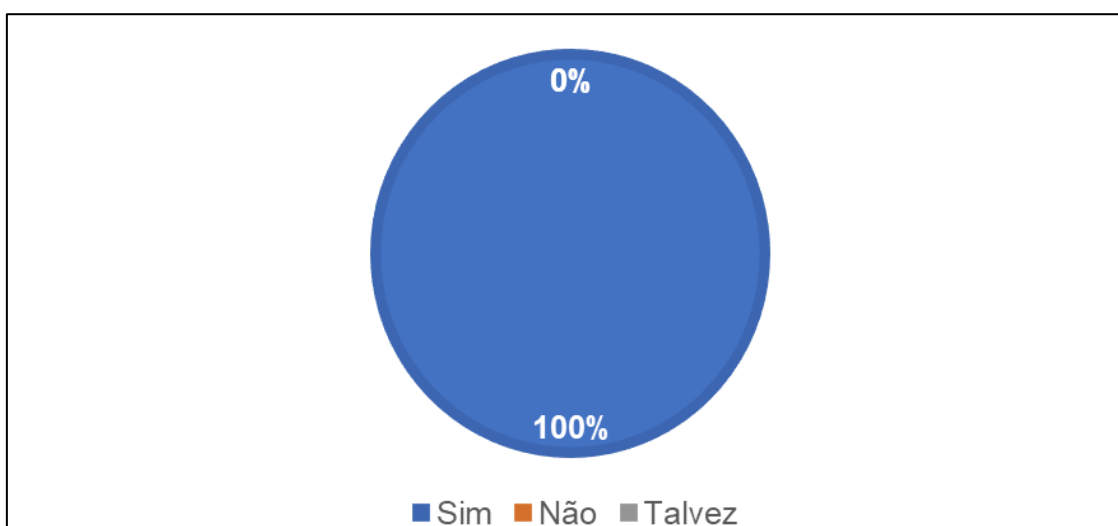
**Gráfico 10 – Plano Nacional de Leitura e a Biblioteca**



Fonte: o autor

De acordo com o Gráfico 10, o grau de satisfação com as ações do PNL em relação à biblioteca apontou como maiores índices, igualmente, bom e muito bom, e a seguir, com índices iguais, regular e excelente, não havendo índice ruim. Aqui os professores bibliotecários e os coordenadores e gestores do PNL concordam na avaliação positiva.

**Gráfico 11 – Política Nacional do Livro e a formação do Cidadão**



Fonte: o autor

Como demonstra o gráfico 11, há um grau de satisfação absoluta, ou seja, todo o universo pesquisado concorda que as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca contribuem para a formação do cidadão. É notável tal índice de plena concordância, que parece demonstrar um alto grau de consciência política e social por parte dos professores bibliotecários, cientes da importância da sua função e papel na sociedade portuguesa.

## **6.2 Considerações e análise sobre o uso das entrevistas na pesquisa**

Entrevista com a Comissária do PNL, Teresa Calçada.

Perguntamos: (1) **Quais os objetivos levaram à iniciativa da elaboração do Plano Nacional de Leitura de Portugal?**

*Aprender a ler e ler para aprender é uma máxima a honrar. Para isso, colocar a leitura e a escrita no centro da escola, de modo a desenvolver as competências leitoras, aprender a interpretar, compreender, ler de forma orientada em sala de aula, ler a par, em voz alta, silenciosamente, ler mais, em grupos, em clubes, ler sempre e em todo o lado.*

*O PNL é uma ferramenta para a promoção e para a prática leitora, para lidar de forma crítica com informação, para estruturar o conhecimento, melhorar as aprendizagens, a qualificação e o sistema educativo. É a palavra, tomada do seu sentido capital, que fala o mundo.*

*De modo geral, o plano contribuiu para melhorar os níveis de competência e leitura dos portugueses. Para a 1<sup>o</sup> fase, teve como público-alvo privilegiado os alunos do pré-escolar e do ensino básico. Na 2<sup>a</sup> fase, as iniciativas abrangeram extensivamente outros grupos.*

*Apostando no aumento dos níveis de competência, inferiores à média europeia, dos jovens em idade escolar, o PNL quis levar a leitura a outras esferas da sociedade, mostrando que a leitura não é apenas patrimônio de alguns, e promovendo hábitos de leitura ao longo da vida: junto de famílias, crianças, jovens e adultos.*

No contexto do Brasil, o PNLL baseou-se nos princípios da UNESCO, que valorizam a ampliação das práticas de leitura e do acesso ao livro, por meio das

bibliotecas públicas e escolares e também por meio das livrarias que oferecem um preço mais acessível. Nesse sentido, caberia sugerir ainda que as livrarias poderiam apresentar políticas para estudantes de todos os níveis escolares, com preços acessíveis na compra de livros.

Outro ponto de destaque de convergência entre os planos português e brasileiro é a questão da competência em informação, com a preocupação de formar indivíduos que aprendam para toda a vida.

*E, sem descuidar o papel das bibliotecas escolares, pretendeu-se criar condições para promovê-la nas instituições de ensino superior e da rede de centros de Ciência Viva. Consolidou-se o trabalho colaborativo entre bibliotecas escolares e municipais, alargando-o às bibliotecas do ensino superior.*

No caso do Brasil, há no Plano uma falta de integração diretamente com o PNLL, pois, com a não existência de bibliotecas escolares com os respectivos profissionais bibliotecários, não surgem políticas específicas para as práticas de leitura, exceto apenas em alguns casos pontuais. Tratamos essa questão como uma divergência com o PNL de Portugal. Outro fator a destacar é que as escolas públicas contêm laboratórios com tecnologias de informação e comunicação que não dialogam com as salas de leitura e/ou com as bibliotecas escolares. No caso do Brasil, existe a necessidade urgente de políticas que integrem a biblioteca, as tecnologias, os educandos e os leitores.

*As escolas receberam uma orientação curricular clara: ler mais na sala de aula. No pré-escolar e no 1º ciclo, uma hora, todos os dias. No 2º ciclo, todas as semanas. A leitura deve ser feita na sala de aula, na biblioteca escolar, em casa e noutros contextos. Para a valorização da leitura, conseguiu-se transmitir para dentro, para as escolas, e para o exterior, que a leitura era reconhecida, nas famílias, nos professores, nos miúdos, como alguma coisa que não está na nossa vida. Mas a leitura orientada pelo professor na sala de aula abrange todos e torna-se um instrumento essencial para o desenvolvimento de competências.*

*Buscamos um envolvimento para a realização de estudos, de trabalhos de promoção do livro e da leitura em todos os agrupamentos de escolas, envolvendo municípios, a Rede de Bibliotecas Escolares, professores, bibliotecários, pais e alunos.*

*Uma das faces mais visíveis do PNL foi a criação de listas anuais de livros, recomendados para leitura e destinados a diferentes níveis letivos e em contexto*

*escolar e familiar. Há uma equipe que tem a obrigação de definir as listas do PNL e, para mim, devem estar todos os livros que aproximam os miúdos e os adolescentes da palavra escrita, da palavra dita, da palavra manipulada. Eu confio nesse conjunto de especialistas, assim como nas editoras e nos autores (escritores e ilustradores). Claro que se edita muita coisa que sabemos que não é bem escrita ou bem trabalhada, por isso existem critérios para a escolha.*

Tal como configuradas no PNL português, acreditamos que estas listas elaboradas por especialistas podem ajudar os bibliotecários na seleção do acervo das bibliotecas escolares, sem envolver dirigirmos políticos, mas sim com um carácter científico e educativo. A lista orienta a constituição de um património de referências literárias como fonte de informação para o indivíduo, e não aponta um aspecto estritamente comercial. A lista não significa o cânone das melhores obras da literatura, mas indica uma direcção pontual e circunstancial para iniciar os jovens leitores no universo da literatura.

*O Plano propôs medidas para pôr os alunos a lerem mais. E para fazer uma aposta abrangente na leitura, seja a literária, científica, em papel ou noutros suportes. E para valorizar todas as competências em relação às quais a leitura e a escrita são nucleares e transversais, tirando partido do convívio dos textos e do livro, com o áudio, o vídeo e a multimídia. E incentivando a prática de escrita, forma de expressão pessoal, interação e comunicação, enquanto condição para reforçar as capacidades de ler, de ler bem, com fluência, conciliando o analógico e o digital.*

*Tínhamos a preocupação em não aderir a ideias pedagógicas, só porque estão na moda, e em evitar ilusões que a nossa mente constrói sobre os gostos e interesses dos mais novos. Aceitamos as pessoas tal como elas são e talvez por isso comunicamos bem com os mais novos.*

No Brasil, o PNLL também reconhece a importância do livro e das práticas de leitura e a incorporação da utilização das tecnologias de informação e comunicação.

*O PNL tratou de cuidar da leitura por prazer, favorecendo a existência de espaços e tempos, oportunidades formais e informais, para exercitar a prática e o gosto de ler. Ressaltando a necessidade e o valor de aprender ao longo da vida. Objetivou-se constituir o PNL como uma marca de leitura, querendo mostrar às pessoas que a leitura não passou de moda, que está na ordem do dia.*

A seguir, perguntamos: (2) **Qual a contribuição do Plano Nacional de Leitura de Portugal para a concepção de uma política pública geral para a educação?**

*É obrigação do Estado apoiar a prática da leitura, não competindo ao Estado dizer o que se deve ler, mas sim dizer que se deve ler.*

*Ao Estado compete, como em qualquer política pública, investir, apoiar e criar as condições necessárias e fundamentais para que todos tenham acesso à leitura. Mas a leitura não acontece de forma espontânea; adquire-se, é adquirida e, para tal, exige competências, muitas competências.*

*Requer-se uma política em que a educação possa desenvolver formadores de leitura, pois como não é tribal entre nós ler, mesmo os miúdos que leem têm tendência a ler menos, ou a dizerem que não leem, ou a acomodarem-se nisso, porque não é uma prática bem-vista. Nenhum miúdo se esconde de dizer os seus gostos musicais, mas livros, dizerem uns para os outros de livre e espontânea vontade, é muito difícil. E isto é cultural.*

*Todos os indicadores mostram como é importante a qualificação dos pais para o sucesso académico dos filhos. Apostamos numa melhoria das qualificações dos pais, através dos programas dirigidos aos adultos.*

No Brasil, o PNLL contemplou, com importância, a inclusão da formação de mediadores por meio de programas de capacitação para os profissionais que se dedicam à leitura. E também de projetos sociais de leitura em comunidades específicas e de formação de neoleitores jovens, adultos e idosos em diversos conjuntos, inclusive no contexto familiar. A criação de programas com temáticas na área da leitura e suas diversas linguagens contemplou ainda as temáticas: Contação de Histórias; Formação de Mediadores de Leitura; Literatura Infantil e Juvenil; Leitura e Literatura em Outras Linguagens; Leitura e Mídias Digitais; Livro e Leitura na Era Digital.

*A ideia era criar parcerias, projetos, alargar os públicos leitores. Uma política para alargar o público, dos mais pequenos aos adultos, com programas que favoreciam a prática e a valorização da leitura, por exemplo, em ambientes de trabalho. Podem existir clubes de leitura numa empresa, num banco, numa fábrica. Fomentar clubes de leitura nesses ambientes não tem que ser para um*

*grupo de elite, porque se o modo de atrair for bem feito, tanto pode gostar o mais pobre como o mais rico.*

*O PNL contribuiu para uma política de ampliação de locais de leitura, pois num trem pode haver livros, em vez de ter só a televisão. Por exemplo, nas paragens de ônibus podem estar pequenas caixas em que as pessoas podem pôr e tirar livros. Ter bibliotecas abertas 24 horas nas universidades. E encontrar formas de combater a conectividade permanente e alienante, com outros conteúdos que existem – blogs, youtubers, etc.*

No Brasil, existem várias iniciativas e projetos com relação a locais alternativos de leitura, como por exemplo: Farol de Saber, em Curitiba; no Metrô de São Paulo; Livros nas Praças, no Rio de Janeiro; Ponto do Livro, em Lavras (interior de Minas Gerais) e em outras cidades do Brasil como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro; Estante Pública, em Porto Alegre; Parada Cultural, em Brasília; Biblioteca Transcol, em Vitória; Cultura no Ônibus, em Brasília; Ponto de Leitura na Praça do Sesquicentenário, em Brusque (Santa Catarina); Espalhando a Leitura, em São Bernardo do Campo; Portos de Leitura, em Praia Grande (São Paulo); Gibicicleta, em Campo Grande (Mato Grosso do Sul). São iniciativas tanto governamentais como de indivíduos e de movimentos da sociedade civil.

*Teve-se clara a ideia de que a leitura e a escrita estão muito associadas e que o uso e o treino de uma favorecem o uso e o treino de outra. O digital está hoje nas nossas vidas e envolve muito a escrita. Acredito que o digital pode ajudar a valorizar a leitura e a escrita. Precisamos saber escrever, porque estamos sempre a escrever. Perceber a necessidade, a funcionalidade e o valor simbólico da escrita ajuda-nos à leitura e vice-versa.*

E essa ideia de escrita e leitura pode contribuir para uma política pública em educação. No Brasil, existem instituições que elaboram pesquisas sobre a situação contemporânea da educação no país, como é o caso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Seu objetivo é promover estudos, pesquisas e avaliações periódicas sobre o sistema educacional brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas para a área educacional.

*Uma política interministerial facilitou a concretização das intenções do plano. Assim como a constituição de um conjunto de conselheiros, para conseguir identificar áreas associadas a centros de investigação, o que implicou apoios comunitários. Os estudos são importantes para auxiliar as decisões.*

*Vivemos um período social de uma crise maior, com cortes muito grandes e esperamos que algumas antigas — e outras novas — parcerias, com fundações e organizações nacionais e internacionais, possam melhorar os recursos financeiros do PNL.*

*Embora o PNL seja uma política nacional de leitura — é assim que o vemos —, como o são as políticas de saúde ou ambientais, em que o Estado tem obrigação de oferecer as condições de acesso a todos, é um bem de todos e todos podem colaborar.*

No Brasil, vários municípios estão se organizando na elaboração das políticas públicas do livro, leitura, e alguns estão complementando com a biblioteca. A questão está justamente entre a elaboração e a efetivação da política. Nesse sentido, é necessário que a sociedade civil cobre dos governantes a concretização dessa política, principalmente neste ano de 2018 em que os candidatos às eleições para presidente, governadores, deputados federais e estaduais devem fazer constar em seus planos de governos a concretização de políticas públicas educacionais e sociais.

*E há novas realidades a ter em conta. Uma delas é a ideia de tempo, numa sociedade que tem uma maior relação com o digital.*

*Onde estão pessoas devem estar livros, mas livros variados, plurais e sem preconceitos porque as pessoas são diferentes. O mundo é muito diverso. No sentido de revelar que a leitura nos tira do mundo pequenino em que vivemos, faz-nos compreender a alteridade, faz-nos mais tolerantes.*

*Deve existir uma política pública para o livro e para a leitura, porque nada está seguro.*

A seguir, perguntamos: **(3) Como você avalia as ações e resultados do Plano Nacional de Leitura?**

*A realização de estudos científicos permitiu uma percepção longitudinal da evolução das competências e práticas leitoras dos portugueses, como base*

*para diagnóstico, tomadas de decisões e identificação de novas linhas de inovação e investigação.*

*Outra avaliação foi que recebemos uma enorme e encorajadora adesão dos profissionais do livro e da leitura: educadores, professores, bibliotecários, animadores, editores e livreiros. As escolas envolveram-se com empenho e entusiasmo no projeto, como se estivessem à espera e bastasse uma indicação para arrancarem. Na verdade, muitos docentes já desenvolviam atividades de leitura orientada na sala de aula e na biblioteca escolar. A sociedade civil, fundações e associações também reagiram bem, embora ainda haja muito por fazer. As autarquias aderiram ao projeto e assinaram protocolos com o PNL em que se comprometeram a apoiar as escolas e as bibliotecas de modo a que haja mais livros, pois, a disponibilidade de livros é absolutamente essencial para a leitura.*

No Brasil, a falta de investimentos na divulgação do PNLL faz com que a sociedade não conheça os objetivos e as metas do Plano e desconheça alguns dos resultados que contribuíram para uma certa evolução nesses objetivos e nessas metas. Com um orçamento reduzido e um quadro institucional confuso, em meio ao estado de informalidade de certas ações jurídicas, imagine-se a situação em que se encontram as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca. A rotatividade de pessoas no comando do poder faz com que as ações e metas fiquem desativadas e descaracterizadas.

*Com relação aos obstáculos, propriamente não houve. O que há ainda é uma certa indiferença da parte dos grupos e das pessoas que ainda não reconhecem o valor da leitura para o desenvolvimento de todos e de cada um.*

*As escolas receberam orientações, disponíveis no site do PNL, e listas de obras recomendadas para cada ano de escolaridade, em progressão de grau de dificuldade, como divulgado no site [www.planonacionaldeleitura.gov.pt](http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt). Os professores e os educadores aderiram plenamente e estão a ler mais com as crianças. Para desenvolver as competências o essencial é ler.*

Infelizmente no Brasil não existe um site organizado com as questões do PNLL. Falta organização de informação, tanto de questões burocráticas, como questões de cunho educacional e social. Não se consegue identificar quais as ações e metas de curto, médio e longo prazo que o PNLL implantou, ou ainda, de futuras ações que possam ser implantadas. Entre 2016 e 2017, a troca de



ministros da cultura tornou inviável o desenvolvimento do PNLL e, conseqüentemente, de suas ações e metas. Não existe no site uma relação direta do PNLL com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Mesmo sendo um dos órgãos do Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLLLB, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas apresenta um site com informações atuais direcionadas a comunidades bibliotecárias e sociedade civil, o que contrasta com o caso do PNLL. Não existem ainda avaliações, ou um balanço negativo e positivo, das ações e metas do PNLL desde a sua criação em 2006 e nem da sua atualização e revisão em 2014.

*Faço um balanço muito positivo. Posso até apresentar-lhe alguns números que dão uma ideia do que aconteceu:*

- Um milhão de crianças (do pré-escolar ao 2º ciclo) foi abrangido por atividades diárias de leitura orientada;*
- 8.934 escolas e jardins de infância registraram-se no PNL, indicando as suas atividades de leitura;*
- O sítio LER + recebeu uma média de 30 mil visitas mensais e mais de um milhão de páginas foram descarregadas;*
- 1.389 escolas dos vários níveis de escolaridade participaram na Semana da Leitura;*
- Um total de 643 títulos, organizados em 23 listas de obras, por graus de dificuldade, foi recomendado pelo PNL para leitura nas salas de aula e para leitura autónoma;*
- Quatro brochuras sobre promoção de leitura com crianças dirigidas a docentes e a pais foram disponibilizadas no sítio LER +;*
- Sete concursos e passatempos de leitura envolveram mais de 7 mil escolas e mais de 20 mil crianças e jovens dos vários níveis de escolaridade;*
- 43 Bibliotecas Públicas e outras instituições manifestaram o seu envolvimento no PNL e registraram 132 projetos de promoção da leitura;*
- 176 Bibliotecas Públicas aderiram ao Programa de Ações de Promoção da Leitura da DGLB – Direção Geral do Livro e das Bibliotecas, realizando 644 projetos de promoção da leitura;*
- 18 Bibliotecas Públicas participaram na Semana da Leitura lançada pela Comissão do PNL;*

- *70 Câmaras Municipais assinaram protocolos com a Comissão do PNL;*
- *Sete Fundações assinaram protocolos e acordos de cooperação;*
- *7 associações profissionais, científicas e pedagógicas celebraram protocolos e acordos com a Comissão do PNL;*
- *As empresas do setor livreiro identificaram com o símbolo LER+ muitas das obras recomendadas pelo PNL, destacaram o PNL nos seus sítios eletrônicos, publicaram cartazes e catálogos com referências ao PNL, enviaram para análise as suas obras dirigidas a crianças e jovens, e organizaram feiras do livro em todo o país;*
- *A RTP – Rádio e Televisão Portuguesa e o jornal Primeiro de Janeiro celebraram protocolos visando a divulgação de iniciativas do PNL;*
- *157 artigos sobre o PNL foram publicados pela imprensa nacional, regional e eletrônica;*
- *9 centros de pesquisa de universidades e de escolas superiores de educação receberam encomendas de estudos.*

*Os resultados de Planos de Leitura são sempre positivos e refletem-se no aumento do nível de literacia e de hábitos de leitura. Em Portugal também vai acontecer o que aconteceu nos outros países.*

Sob a coordenação do DLLLB, no Brasil destacamos o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, que tem por finalidade contribuir para a ampliação do direito à leitura, promovendo condições de acesso a práticas de leitura e de escrita críticas e criativas. Tem a intenção de articular a leitura com a literatura, práticas de leitura, independentemente de ser na biblioteca ou fora dela. Criado pelo Decreto nº 519 de 13 de maio de 1992, o PROLER pretende ser referência na valorização social e educacional da leitura e escrita.

No Brasil, acontecem algumas ações; mas por ser um país de expansão geográfica muito grande, as ações surgem de formas individuais, não em contexto mais generalista, e sim regional. Isso dificulta na disseminação das ações e dá pouco destaque na sociedade.

Existe no Brasil o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que está atrelado ao Ministério da Educação e não ao Ministério da Cultura, e que dispõe do Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE. Desde 1997, o PNBE tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura junto a alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura,

de pesquisa e de referência. O atendimento é feito de forma alternada: ou são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos, ou são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.

Continuando, perguntamos: (4) **Em sua avaliação, como o PNL contribui para a formação social e política do cidadão?**

*O PNL conseguiu constituir-se como uma marca, o que não é fácil, e essa marca ajudou um dos objetivos primeiros do Plano: valorizar a leitura. O PNL contribui com o desenvolvimento sustentável da nação nas áreas educativas, culturais e sociais, com a noção de que a leitura deve ser vista e protegida como um bem a que todos têm direito e a que todos devem ter acesso. É um dos direitos humanos, ler é ter dignidade e liberdade.*

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem um programa de ação, em dimensão mundial, para a melhoria das condições de vida dos povos e do planeta, fixados em uma conferência de cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Nova Iorque em setembro de 2015. A articulação entre os objetivos de desenvolvimento sustentável e os objetivos da biblioteca escolar permite situar a análise no âmbito mais amplo de uma política pública, na medida em que coloca o papel da biblioteca escolar no palco do desenvolvimento sustentável, ou seja, como agente atuante na constituição de um mundo mais justo socialmente.

*O PNL contribui para uma valorização social da leitura, o que, se quiser, é um ato de cidadania. O meu ponto não é o livro, mas a leitura. O meu negócio é a leitura. Era ontem, como é hoje.*

*Os miúdos trazem o mundo no smartphone, agora a luta é se somos capazes de os convencer que esse mundo é plural e rico, ou se deixamos que os inimigos desta concepção digam que o que é bom é ser um estúpido digital. O desafio é que a palavra falada e escrita é condição da humanidade. A sobrevivência da palavra e compreender o mundo através dela, é isso que vamos fazer, favorecendo aquilo que é bom porque ler é poder.*

*Queremos contribuir para a possibilidade de capacitar outros para que valorizem hábitos e competências de leitura. Se não se ler bem, é-se diminuído na cidadania e nas oportunidades.*

*Ao longo dos séculos, o Homem tem arranjado periféricos que aumentam o seu próprio corpo, a sua capacidade de percepção e de sentir. Mas há ainda alguma coisa que pertence aos homens: a imaginação, a linguagem. E a liberdade que vem associada à leitura sozinho, adaptada ao meu gosto, ao que escolho e sem algoritmos a fazer com que eu goste disto ou daquilo.*

*A experiência mostra que há mais pessoas e mais miúdos a ler. Agora, o modo de ler alterou-se bastante. Se cingirmos o ler ao livro em papel e ao que isso representa – o ficar isolado a ler, ter aquele objeto comigo e não o misturar com outros gadgets – e não tomarmos como leitura o que vem nas redes sociais e nas informações que retiro do computador e dos smartphones para estudar, então lê-se menos. Vivemos numa sociedade do entretenimento, na qual os jovens tendem a valorizar aquilo que aparece como muito próprio do tempo deles e que é mais tribal, ou seja, o que os amigos fazem, mas também aquilo que vêem os pais fazer.*

*O programa Ler + contribuiu, pois, ler é um modo de estar na vida. E ler todas as palavras do mundo porque o mundo se expressa em palavras e é preciso defender a palavra porque esta pode estar ameaçada. Mas tem também um sentido para além disso: ler todas as palavras que falam do próprio mundo, seja a linguagem científica, sejam as linguagens artística e musical. É o ser capaz de ler o mundo e as palavras e ter consciência do valor das palavras e não deixar que elas morram em nome de qualquer ilusão sobre o seu valor.*

*A leitura exige mediação e adesões, pois é por intermédio dela que a sociedade reproduz conhecimento e informação. E mais, com ela, os leitores podem duvidar do que parece evidente, podem investigar outras possibilidades de compreensão de mundo, podem atribuir sentidos diferentes a partir de suas vivências. É pelo exercício da leitura que se constrói o exercício da individualidade, ou seja, o leitor pode ser um entre vários, pode especular sobre si mesmo a partir do que leu, pode conhecer-se um pouco mais. Nesse sentido, a leitura individualiza, humaniza e deixa o singular aparecer.*

E, ainda, perguntamos: (5) **Quais são as características que marcam o diferencial do PNL e tornam este Plano exemplar em relação a outros modelos?**

*A grande novidade está na criação de uma comissão interministerial, que inclui os ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Privilegiou-se no PNL 2027 uma política interministerial, com uma aposta clara na literacia artística e digital e na interação com outras esferas do conhecimento, como a artística, privilegiando sempre a abordagem inclusiva das práticas de leitura, como pode se ler no comunicado do Conselho de Ministros.*

*É um diferencial do PNL ter o envolvimento de outros ministérios, porque um PNL não é só o esforço que se faz na Educação, mas precisa de formas de olhar o mundo que estão associadas à Cultura, como os museus, serviços educativos, cinema. O mesmo é verdadeiro para a Ciência e Ensino Superior, com as redes das bibliotecas dos diferentes organismos, que têm muito para dar e partilhar. A nossa intenção é trabalhar com as autarquias.*

No caso do Brasil, infelizmente, a não atrelação entre os Ministérios da Educação e Cultura acaba não favorecendo o sucesso do PNLL. Com os baixos orçamentos desses ministérios, deixarão de produzir políticas públicas integradas, o que otimizará os resultados de seus projetos e programas.

*Outra das características é que muito do trabalho do PNL foi feito em parceria com outros organismos e instituições, à medida das necessidades, sejam escolas, bibliotecas públicas, escolares e universitárias, museus, centros de Ciência Viva, editores e livreiros.*

Em um de seus eixos, o PNLL trata do desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, que reforça linhas de financiamento para distribuidoras e edição de livros. Nesse aspecto, as micros e pequenas empresas podem se tornar parceiras e se beneficiarem com essa relação.

*Queremos um conjunto de estudos que provem que é possível reforçar as competências de leitura e não deixar sair as crianças da escola primária, e depois da escolaridade obrigatória, sem as devidas competências de leitura. Isso é uma missão e uma honra.*

Existem programas de pós-graduação com linhas de pesquisas direcionadas às competências em informação e mediação da leitura, tanto nas

áreas de educação e da ciência da informação. Esses programas avançam em pesquisas qualitativas e quantitativas no que se refere à expansão e à consolidação de políticas públicas culturais e educacionais.

*Outro diferencial é sobre as listas de obras recomendadas para leitura dentro e fora da sala de aula, que são das vertentes mais identificáveis do PNL – através da colocação de um selo de qualidade nos livros. E a ideia era chegar não só aos mais pequenos, mas também aos pais dos alunos. As listas de livros do PNL são orientações e sugestões por níveis etários que permitem orientar e sugerir para encontrar pistas. Nunca tiveram um caráter autoritário. Ler deve ser por prazer. Porque a leitura dá-nos mundo!*

*O Ministério da Educação, através do PNL, disponibiliza 1,5 milhões de euros anuais e as Câmaras Municipais, outro tanto, para que as escolas possam escolher entre os livros das listas e comprar os que consideram mais adequados ao seu trabalho.*

No caso do Brasil, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas oferece editais que visam parcerias com empresas particulares, no sentido de ampliar os acervos das bibliotecas públicas cadastradas no sistema.

*O PNL sempre disse que se dirigia à população em geral, mas deu respostas muito centradas nos mais pequenos e nas famílias. Pretendeu-se alargar públicos, porque até certo momento foram essencialmente os mais pequenos que estiveram no centro das atenções. E apostar na melhoria das qualificações dos pais dos alunos. Em 2027 oficializou-se o PNL também para adultos, tanto para os que têm baixos níveis de alfabetização como para aqueles que investiram em formação. Quero que, no âmbito do programa Qualifica, as competências de leitura sejam obrigatórias no quadro curricular dos adultos.*

*Outro diferencial do PNL é o binómio “leitura e escrita”. Mas a verdade é que nomeamos mais a leitura. Queremos reforçar o valor da escrita em si mesmo, mas também para a própria leitura. Como é que em muitos ambientes digitais a escrita nos pode levar a ser um leitor mais competente? Mais: o digital tem de ser uma oportunidade para aumentar os níveis de leitura. Como é que se desenvolvem capacidades de ler mais qualificadas?*

*Atualmente, há a informação a que temos acesso e o modo rápido como podemos lá chegar. É um mundo fabuloso, ao qual acedemos para as coisas mais práticas da vida, desde a informação sobre um medicamento, o modo de*

*pentear o cabelo ou uma planta, a consulta de artigo científico, de um livro de ficção ou de livros para brincar com as nossas crianças. Isto é amigo da leitura, mas também pode ser inimigo.*

No Brasil, podemos observar que os recursos tecnológicos, apesar da presente exclusão digital, vêm ganhando espaço nas escolas públicas de Ensino Fundamental do país. Entretanto, a presença das tecnologias de informação e comunicação na escola não significa que estejam comumente integradas à biblioteca e às atividades desenvolvidas no âmbito das várias disciplinas ministradas aos alunos.

*À partida, não importa o suporte, mas temos de estar avisados dos limites ou dos aspectos aditivos de algumas tecnologias, que não são apenas deste tempo. As tecnologias de agora são perigosas por causa da sua rapidez, do aditivo que representa a permanente conectividade e da ilusão que dão sobre o saber, porque, em vez de nos tornar proprietários de conhecimento, podem fazer-nos escravos da falsa ilusão de uma democracia do conhecimento.*

*Um outro diferencial é que o trabalho em torno da leitura vive muito da relação entre as escolas e as bibliotecas, numa colaboração que já existe e que é para continuar, nomeadamente a nível local, das autarquias. Assim como dizemos que há aspectos que têm de ser reforçados, que há vertentes que vão ser trabalhadas de outra maneira, também há outras que é para manter. Tem de haver alguma inovação e diversificação.*

*Outro diferencial do PNL é não excluir formas mais elaboradas de ler, se ficar tomado pelos aspectos mais simples e se confundir entretenimento e voragem de passar de um sítio para o outro com leitura cuidada, que inclui verificação de fontes e capacidade de saber distinguir o trigo do joio. A única maneira de nos defendermos e de nós fazermos compreender num mundo de economia do conhecimento é ler, ler mais, ler bem, ler com fluência. Resumindo: ler.*

O indivíduo que aprende a ler e descobre os prazeres da leitura provavelmente terá uma relação diferente com as palavras, buscando compreender seu significado, usando a imaginação para tentar visualizar pessoas, lugares e coisas que são descritas. Infelizmente, não são todos que têm essa oportunidade. Muitos encaram a leitura com obrigatoriedade e pouco

absorvem do que leem. Justamente são esses indivíduos que acabam sendo mais prejudicados em leituras hipertextuais ou mesmo ao navegarem na internet.

Assim, a leitura dos textos é interpretada de diferentes formas a partir do conhecimento, da posição, da sociedade, da cultura do leitor, produzindo efeitos que poderão ou não compartilhar com o texto original ou as ideias do autor. Tal concepção nos interessa muito, pois dialoga com o que pensamos das práticas de leitura na biblioteca escolar, já que, muitas vezes, os livros são empregados para exercícios de repetição, de decodificação, de resumo e pesquisa, de modo a não incluir o leitor no contexto. Reconhecemos a importância de considerar o leitor, de deixá-lo livre na biblioteca para escolher a sua obra, para criar e inventar sentidos sobre o que leu e para até discordar do autor lido.

Entrevista com a Coordenadora Nacional do Programa Rede de Bibliotecas Escolares – PRBE, **Manuela Pargana Silva**.

**Perguntamos: (1) Quais são as características que marcam o diferencial do PRBE e tornam este programa exemplar em relação a outros modelos de rede?**

*O Programa Rede de Bibliotecas Escolares conta com uma estrutura intermédia que permite uma relação de proximidade com as escolas. Essa estrutura, os coordenadores interconcelhios RBE, têm a seu cargo o acompanhamento do trabalho das bibliotecas numa dada região. Este acompanhamento é sustentado pela criação de redes concelhias que, por sua vez, criam dinâmicas de colaboração e de parceria muito importantes. Há oportunidade de intercâmbio entre as diferentes bibliotecas de um mesmo concelho. Criam-se catálogos e portais comuns que promovem a produção de conteúdos, a troca e a articulação.*

*Acresce que o PRBE está suportado em documentos estruturantes que norteiam o trabalho a desenvolver em cada biblioteca. São eles o Modelo de Avaliação da Biblioteca Escolar, o Programa Rede de Bibliotecas Escolares. “Quadro Estratégico 2014 – 2020” e “Aprender com a Biblioteca Escolar”. O desenvolvimento do Programa assenta na promoção de parcerias com diferentes entidades, sejam elas públicas ou privadas.*



O importante a destacar é que o Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal está calcado em documentos oficiais produzidos junto aos Ministérios da Cultura e da Educação deste país.

Ao contrário do Brasil, em que cada Estado e Município tem a sua estrutura e quase nenhuma ligação com os Ministérios brasileiros – isso tudo por não termos uma rede de bibliotecas escolares que agrupe o Brasil como um todo. Sabemos que os Estados brasileiros têm as suas especificidades e particularidades regionais, mas, quando tratamos da Educação, temos que pensar em políticas públicas que estimulem o crescimento e uma identidade nacional de uma escola.

E, no Brasil, a parceria entre público e privado deveria ser mais acentuada e dinâmica, permitindo mecanismos de ações junto às redes de bibliotecas escolares.

Pois a educação, segundo Amado (2014, p. 22), “promove intencionalmente o desenvolvimento individual, social e cultural, na medida em que oferece a cada ser humano um patrimônio comum espiritual, material e de várias competências”. Portanto, devemos admitir que a biblioteca escolar é um patrimônio que deve ser inserido no contexto educacional e nacional.

Não podemos esquecer que existem iniciativas quanto às redes de bibliotecas escolares brasileiras, algumas em fase embrionária e outras em estágio bastante avançado, como detalhamos na seção sobre as redes de bibliotecas escolares no Brasil. O que precisamos atualmente em pleno século XXI é ampliarmos essas redes em nível nacional e, claro, não esquecer das palavras de Xavier (2016, p. 116): “...implica numa crescente atenção à sua territorialização, nunca perdendo de horizonte referências e a dimensão nacional”.

Estamos criando redes sociais, digitais, virtuais, para todos os tipos de “negócios” e temas, e por que não pensarmos numa rede em que as artes, a cultura, a educação, o social, o econômico, e etc., alinhem-se num objetivo central que dissemine os polos da informação, as práticas da leitura e o direcionamento do ser humano para uma postura crítica? Nesse sentido, podemos denominar essa rede de Biblioteca Escolar. Segundo Xavier (2016, p. 17), “(...) as artes e cultura cuidam de um aspecto central da vida de pessoas e

sociedades: a criação e desenvolvimento de uma atenção compreensiva, crítica e proativa – um olhar sobre o mundo”.

Essa noção de uma rede para a educação e a cultura não consta do PRBE, mas foi possível de ser intuída por nossa percepção do PRBE viabilizada pelo testemunho *in loco* graças a este pós-doutorado, com a pesquisa de campo e as visitas às escolas, com as entrevistas e a atualização bibliográfica (aquisição de livros portugueses). Isso demonstra que o PRBE é um possível exemplo a servir de inspiração para modelos em outras nações, adaptável às condições locais específicas.

Continuando, perguntamos: (2) **Quais os novos desafios para a atuação do professor bibliotecário no novo milênio?**

*Este professor bibliotecário tem que estar consciente da complexidade e exigência da sua tarefa. Deve estar permanentemente disponível para fazer formação, acrescentar saber e induzir a transformação. Uma vez que a sua primeira prioridade é a formação de leitores torna-se necessário ter presente o que é ser leitor hoje e identificar os desafios associados a esta tarefa. Tem que conhecer bem a realidade da sua comunidade escolar apoiar as aprendizagens curriculares e promover as diferentes literacias.*

No Brasil esse personagem praticamente não existe, quando tratamos de biblioteca escolar nas redes públicas. Na maioria dos estados e municípios, não existe o cargo de bibliotecário nas escolas públicas, e o que existe na maioria das escolas são salas de leitura e ou “bibliotecas” com um profissional não qualificado para a função de bibliotecário, denominado professor “readaptado”, que, salvo algumas exceções, tratam-se de profissionais que procuram a qualificação para desenvolver um trabalho quase fiel ao de um bibliotecário.

No Brasil não temos bibliotecários suficientes para estarem à frente das bibliotecas escolares, mesmo porque no Brasil apresenta-se uma difícil realidade, principalmente na rede pública de ensino. De acordo com Corrêa (2002), muitas bibliotecas operam com a presença de profissionais de diferentes áreas, principalmente da área da educação; geralmente são funcionários readaptados e que aguardam a aposentadoria, o que pouco contribui com a

frequência dos alunos, e muito menos se preocupam com a assiduidade dos mesmos.

As escolas que integram a rede pública de ensino precisam ser remodeladas não apenas no que se refere ao funcionamento (me refiro aos funcionários e aos equipamentos), mas também às atitudes e aos atos que promovam o conhecimento e a aprendizagem por meio de colaborações com a biblioteca.

Para Copolla Júnior e Castro Filho (2012), os limites e os desafios enfrentados e a serem superados pela biblioteca escolar aparecem como uma esperança a se configurar, a partir de 24 de maio de 2010, quando entrou em vigor a Lei N. 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no País. A lei apresenta uma quantidade mínima obrigatória de livros no acervo e as atribuições e o perfil do bibliotecário; no entanto, não fornece informações sobre os meios necessários à implantação das bibliotecas escolares, sobre os recursos mínimos exigidos (infraestruturais, financeiros, etc.) para a sua concretização. A partir da aprovação desta lei, pronunciaram-se com mais ênfase e envergadura as reflexões sobre biblioteca escolar na Ciência da Informação e na Biblioteconomia.

Cabe aqui uma reflexão sobre a Agenda 2030. Em 2015 foram definidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), programa de ação em dimensão mundial para a melhoria das condições de vida dos povos e do planeta, fixados em uma conferência de cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Nova Iorque entre 25 e 27 de setembro. Tratou-se de uma nova agenda de ação prevista até 2030, baseada nos progressos e lições aprendidos com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), entre 2000 e 2015.

A agenda é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um modelo global que possa acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. A partir de então, as Nações Unidas desenvolveram formas de cooperação e parcerias com governos, sociedade civil e outros agentes sociais, a fim de tornar possível um projeto tão ambicioso.

Lemos a Agenda 2030 sob o olhar da biblioteca escolar, dirigindo-se à sociedade em geral e aos pesquisadores acadêmicos, uma vez que as políticas

públicas educacionais, sociais e culturais do Brasil ainda são embrionárias e, algumas vezes, não aplicadas. É fundamental que as entidades realizem as políticas públicas em parceria com bibliotecários e demais profissionais envolvidos com a biblioteca escolar e a leitura. Entretanto, há que se valorizar os esforços de alguns órgãos da classe biblioteconômica por demonstrarem preocupação com o problema que a leitura e as bibliotecas escolares enfrentam.

Cabe interpretar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, integrante da Agenda 2030 programada pela ONU, segundo os parâmetros da biblioteca escolar. Apresentando os tópicos do ODS 4, tomado como núcleo desta investigação, por ser aquele mais relacionado e melhor identificado à educação. Trazemos para cotejo e diálogo referências sobre a natureza e as funções da biblioteca escolar que pudessem instigar a reflexão a respeito de aspectos da educação brasileira, tendo em vista a noção de desenvolvimento sustentável para a nação.

A Agenda 2030 da ONU privilegia a educação primária, o que permite uma relação direta com a biblioteca escolar por conta de seu meio mesmo de atuação e “público alvo”: crianças e adolescentes. Assim, foi possível estabelecer proposições ao redor de alternativas para a melhoria de qualidade de vida destes alunos, que são elementos constituintes de uma promessa de futuro.

Ao articular objetivos de desenvolvimento sustentável e objetivos da biblioteca escolar, é possível desenhar um quadro em que a biblioteca escolar configura seu papel no espectro mais largo de uma política pública para a educação, justamente pela sintonia e afinidade com as diretrizes do desenvolvimento sustentável tal como projetado pela Agenda 2030.

O ODS 4 da ONU permite perceber como é importante reforçar os elos da biblioteca escolar com o meio ambiente, com os meios social e cultural da comunidade, envolvendo áreas como economia, política, saúde e cultura. E como a biblioteca escolar tem uma função e uma contribuição das mais relevantes, apesar da pouca visibilidade de sua condição. A cooperação entre redes de bibliotecas escolares internacionais, particularmente nos países do Mercosul, na América do Sul e em países europeus de cultura e idioma latinos, possibilita o intercâmbio de informações e experiências.

A biblioteca escolar tem um papel decisivo na organização e na difusão do acervo de obras que versam sobre todas as áreas do conhecimento, incluindo

questões como as de saúde pública, educação para a saúde, alimentação saudável, por exemplo. Sua configuração em redes permite o conhecimento, por meio do intercâmbio de informações e experiências, espelhando o processo mesmo da Agenda 2030 em seu aspecto colaborativo, em um chamado às nações para que participem da iniciativa em prol de um bem comum.

Ao analisar um pouco mais a fundo as premissas da biblioteca escolar em aproximação a outras referências, como a Agenda 2030 da ONU e o Manifesto da IFLA (que, aliás, tem em seu site um comentário sobre a Agenda 2030), foi possível constatar e, espera-se, demonstrar, que a biblioteca escolar é peça fundamental num projeto eticamente generoso e responsável como o do desenvolvimento sustentável, para o planeta e a humanidade, a partir de algo tão vital, e ao mesmo tempo frágil (por estar sujeito não às intemperes da natureza mas sim aos desmandos de governos), como o ar que respiramos: a educação.

A seguir, perguntamos: (3) **Qual a sua avaliação crítica do PRBE e quais as melhorias a se fazer?**

*Todas as bibliotecas têm que colocar como primeira missão a intervenção ao nível da leitura. Este trabalho tem que ser continuado, sistemático e consolidado. Constitui a base de todas as aprendizagens. A biblioteca tem que criar um plano de ação de acordo com as principais dificuldades dos alunos e as fragilidades da escola.*

*Trabalhar em parceria com os professores curriculares e colaborar para a melhoria das aprendizagens. A biblioteca permite desenvolver outras práticas nomeadamente, metodologias de projeto que ajudam os alunos a perceber como se aprende constituindo-se como protagonistas do processo de aprendizagem, confrontam-se com opiniões diferentes, aprendem a respeitar o outro ao mesmo tempo que desenvolvem a argumentação. Esta percepção da diferença ajuda à construção de cidadania. Tratando-se de um espaço para toda a escola e para todos os alunos, tem que se encontrar as melhores estratégias de inclusão para os diferentes alunos. Por isso, promove-se e desenvolve-se um conjunto variado de projetos com incidência na leitura, nas literacias, na inclusão e na colaboração.*

A biblioteca escolar deve estar inserida nas práticas pedagógicas, pois a biblioteca escolar tem uma grande responsabilidade social, ao garantir que seu espaço e seus serviços sejam abertos ao auxílio de todo e qualquer usuário da comunidade escolar. Pois contribui com a formação dos alunos, dando-lhes novas expectativas de futuro através da leitura, auxiliando na interação às práticas educacionais, em contato com o conhecimento e no desenvolvimento do pensamento crítico, entre outros aspectos.

A biblioteca escolar, na utilização dos seus recursos informacionais, das tecnologias de informação e comunicação e dos bibliotecários, pode ser considerada um espaço de ação pedagógica, um centro de informação e cultura que integram sujeitos e sentidos nas redes de informação. Nesse âmbito, “a biblioteca escolar deseja se impor como um local de disseminação cultural” (FERRAREZI; CASTRO FILHO, 2011, p.112) e de “encontro de pessoas, pipocar de teclados de notebooks e dispersão de livros” (ARENA, 2009, p. 162), de circulação de diferentes serviços e recursos eletrônicos, explorando a sua várias facetas, como as citadas por Ely (2003), social, informativa, criativa, pedagógica e recreativa, que são funções também apresentadas de acordo com a *International Association of School Librarianship* (1993).

Como destaca Mota (2005, p.322), “se faz necessário que haja um processo de comunicação cada vez mais ativo entre professores e bibliotecários”. Assim como o professor é considerado um dos personagens principais da escola, o bibliotecário também deve ser assim considerado, no âmbito da biblioteca escolar. Ambos profissionais contribuem para alcançar um sensível avanço educacional, conforme declarações da IFLA, pois

[...] está comprovado que quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os alunos atingem níveis mais elevados de literacia, de leitura, de aprendizagem; de resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação (IFLA, 2000, p. 2).

Outro aspecto importante a destacar são os diversos projetos que a biblioteca deve desenvolver no sentido de atribuir competências para os alunos no aprendizado ao longo da vida, nos aspectos de busca pela aprendizagem de forma autônoma e de formação de indivíduos críticos, assegurando a capacidade de aceitar e proferir opiniões diversas.

Para tanto, a necessidade da inclusão (numa verdadeira noção de inclusão social como a praticada pela educação) é determinante no ambiente escolar. Quando se fala em inclusão no âmbito de uma biblioteca, não se trata exclusivamente de fatores sociais, econômicos, culturais e tecnológicos, e sim de todos eles juntos, de fato como um conjunto, um todo articulado. Uma biblioteca escolar inclusiva deverá contemplar as capacidades e competências de proporcionar o acesso à informação e o atendimento a todos os alunos, professores e demais leitores, independente de cor, credo, gênero, situação econômica, classe social, nível de escolaridade, limitações e deficiências.

É patente que o PRBE constitui uma rede forte e bem articulada, estruturada e consolidada, mas um ponto frágil que podemos apontar é a falta de profissionais graduados em biblioteconomia, o que potencializaria a organização e disseminação da informação.

Continuando, perguntamos: (4) **Como você avalia as ações do Plano Nacional de Leitura em relação ao PRBE?**

*Promovemos e desenvolvemos diferentes projetos nas nossas bibliotecas no âmbito da leitura, das literacias e da inclusão em parceria com o PNL. A nossa ação fica reforçada com os programas do PNL e acabamos por nos complementar.*

O Plano Nacional de Leitura em Portugal surgiu em sincronismo ao PRBE, e isso aumentou a possibilidade do PNL traçar diretrizes e metas em conjunto com a rede de bibliotecas escolares. Uma das relações existentes nessa parceria é o selo LER+, que permite identificar os livros sugeridos pelo PNL para leitura e disponíveis para venda nas livrarias. Esse selo permite que as bibliotecas se orientem com relação ao desenvolvimento de suas coleções, como forma de garantia de uma boa literatura. Esse é apenas um dos exemplos que ocorre na parceria entre bibliotecas escolares e PNL.

O que difere completamente do Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil. Pois além de se não atrelar com as bibliotecas escolares, ele não traça ações que deveriam fortalecer o Plano em nível nacional brasileiro. Nesse sentido, as redes de bibliotecas escolares existentes no Brasil se formam e

avançam sem critérios nacionais, o que impossibilita uma organização mais integrada em termos de conteúdo nacional.

Alguns municípios brasileiros estão criando os seus planos de leitura, literatura e biblioteca, sem atrelar a um plano nacional, e com tentativas de bastante êxito. Mas precisamos alastrar os nossos horizontes em políticas públicas, que de fato elas aconteçam e não permaneçam trancadas apenas no escaninho burocrático.

A competência em leitura é condição para formar não apenas leitores de livros e gente capaz de escrever, pessoas dotadas de sensibilidade intelectual para as artes e as culturas, mas também cidadãos com espírito crítico e consciência política e social.

E, ainda, perguntamos: (5) **Em sua avaliação, como o PRBE contribui para a formação social e política do cidadão?**

*Sim. É um espaço que, dada a sua natureza, promove a leitura, o saber, mas também a socialização dos alunos. A abordagem ao conhecimento é feita a partir de uma utilização autónoma, mas, também, a partir de projetos desenvolvidos não apenas na biblioteca, mas em articulação com os professores curriculares e com a sala de aula.*

*Este trabalho de projeto alicerçado na pesquisa de informação tem por objetivo a produção de conhecimento e, normalmente, é realizada em grupo. Assim, os alunos têm oportunidade de acrescentar conhecimentos, desenvolver a sua autonomia e o sentido crítico. Em algumas bibliotecas há uma ligação efetiva aos alunos a partir do projeto alunos monitores. Estes beneficiam de uma formação base para depois desempenharem várias funções na gestão e na dinamização das bibliotecas. Este projeto confere-lhes responsabilidade, capacidade de gestão, relacionamento e entre ajuda, desde muito novos.*

Com certeza, sim o PRBE contribui para a formação social e política do cidadão. Principalmente se refletirmos sobre a realidade brasileira com a criação de cargos de bibliotecários e de profissionais que se dedicam às questões sociais e políticas. E, para tal realização, os bibliotecários precisam ser competentes também na utilização das tecnologias da informação e comunicação para o ensino-aprendizagem. As competências, o perfil e a função



social do bibliotecário, se amparadas por um direito efetivo, configuram uma rede atuante, onde as conexões se iluminam e se expandem. A partir de então, colocam-se em prática ações para o entretenimento, a leitura, a informação e o conhecimento. Para que a biblioteca escolar se realize plenamente como instituição educativa e social, a legislação (Lei 12.244, 24 de maio de 2010) deve ser cumprida.

Se pensarmos, no Brasil, uma rede de bibliotecas escolares direcionada para uma formação social e política do cidadão, temos que proporcionar uma configuração possível, que seria gerar uma política de biblioteca escolar para o Brasil como um todo, de modo que as diferenças ambientais e culturais de cada região convivam em diálogo e entendimento. Outra composição seria o trabalho em conjunto entre universidades, instituições, Ministérios da Cultura e da Educação, entidades de classe e bibliotecas escolares, visando fortalecer as pesquisas de campo sobre as competências, os perfis e as funções sociais dos bibliotecários. Demarcamos, assim, um território onde uma rede de bibliotecas escolares pode ser considerada mesmo, de fato, como uma questão de política pública para a educação, denotando, assim, uma função social mais ampla.

A seguir entrevistamos o profissional Professor Bibliotecário de uma das principais escolas de Lisboa - Escola Secundária Marquês de Pombal. A entrevistada é do sexo feminino, com idade entre 46 a 55 anos, formada em Licenciatura em Ensino de Português e Inglês e coordenadora da Biblioteca Escolar.

Perguntamos: (1) **Na sua opinião, quais são as atribuições de um professor bibliotecário?**

*As previstas na lei. Saliento: o apoio ao currículo, articulação com as diferentes estruturas pedagógicas, facilitador das aprendizagens referentes às diferentes literacias: da leitura, da informação dos media.*

A entrevistada se baseia na legislação pertinente sobre a designação, as funções e as competências do professor bibliotecário, de acordo com a Portaria 192A / 2015, de 29 de junho de 2015. Já a Portaria n.º 756/2009 de 14 de Julho (2009), estabelecendo as orientações para a sua seleção, dispõe:

que trata de garantir que a biblioteca escolar se assume, no novo modelo organizacional das escolas, como estrutura inovadora, funcionando dentro e para fora da escola, capaz de acompanhar e impulsionar as mudanças nas práticas educativas, necessárias para proporcionar o acesso à informação e ao conhecimento e o seu uso, exigidos pelas sociedades atuais. Uma das medidas fundamentais para esta institucionalização é a definição de um procedimento específico de selecção e afectação de recursos humanos, através da criação da função de professor bibliotecário. (p.4488).

Em seu entendimento, a entrevistada prefere reforçar três aspectos característicos dessa lei. Com relação ao currículo, acreditamos que o acervo deve estar direccionado para as disciplinas que compõem o programa letivo de cada curso; portanto, os professores bibliotecários têm que estar atentos à atualização bibliográfica de cada conteúdo proposto. Sobre a articulação com as estruturas, é coerente com um processo educativo mais amplo, como agente de construção do conhecimento, no sentido de formar indivíduos críticos.

No que se refere às competências de leitura e das tecnologias de informação e comunicação, demonstra uma reflexão afinada aos tempos atuais, e não só à leitura e à escrita, mas também nos domínios da imagem e do som.

E, ainda, perguntamos: (2) **Quais as funções de uma Rede de Bibliotecas Escolares?**

*Implementação do projecto ao nível da instalação e desenvolvimento de bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilização aos utilizadores dos recursos necessários à leitura, ao acesso, utilização e produção da informação em diferentes suportes. A sua coordenação é feita pelo Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, entidade do Ministério da Educação que tutela este programa, articulação com outros serviços do Ministério, particularmente com as Direções Regionais de Educação, com as autarquias e Bibliotecas Públicas Municipais, as quais prestam formação nesta área. A sua função é fulcral no papel que desempenha ao nível do suporte às aprendizagens, no desenvolvimento de competências de informação e na formação de leitores.*

A entrevistada aqui se mostra mais opinativa e assertiva, demonstrando que essa questão é a que mais lhe interessa, pois respondeu extensivamente. Acreditamos que ela teve um ponto de vista positivo ao direccionar os estudantes

que frequentam a biblioteca em busca pela informação, desenvolvendo competências requeridas a cada situação de aprendizagem. Outra prerrogativa da entrevistada é centrada na formação de leitores, vinculada à competência da informação, uma vez que ela reforça o quanto os professores bibliotecários estão preparados para as práticas de leituras entre as crianças e os jovens.

A seguir, perguntamos: (3) **Como você descreveria o funcionamento do modelo do PRBE em sua biblioteca escolar?**

*A Biblioteca Escolar (BE) desta escola faz parte da rede desde 2009. Porém, a inexistência de um Professor Bibliotecário (PB) a exercer funções de forma continuada desde então não tem permitido o desenvolvimento de um trabalho mais estruturado e contínuo.*

A entrevistada aponta um dado importante da realidade da rede de bibliotecas escolares portuguesa. Faltam professores bibliotecários, o que dificulta o exercício da função e, conseqüentemente, de algumas ações na biblioteca. Aqui nota-se uma indicação de que realidade não é tão perfeita quanto é idealizada em planos; uma aproximação ao cotidiano daqueles que vivem e trabalham o dia-dia do Programa permite ter uma percepção mais realista. O professor bibliotecário é um elemento básico da estruturação do próprio programa, e a sua falta é um dado preocupante, e até surpreendente em função da imagem do Programa, mesmo sabendo que o PRBE é modelar e exemplar como política pública para educação.

Perguntamos ainda: (4) **Quais as contribuições da estrutura organizacional do PRBE para a sua biblioteca?**

*A figura da Coordenadora interconcelhia afigura-se uma mais valia designadamente no acompanhamento e apoio que faz do nosso trabalho.*

Segundo a entrevistada, a estrutura do PRBE tem o papel primordial de suporte à atuação das bibliotecas componentes da rede. Deu entender que as decisões e os direcionamentos da coordenação do PRBE, como instância superior, deixa margens para que as bibliotecas possam propor iniciativas próprias, como também seguir parâmetros e ações da coordenação do PRBE.

Acreditamos que é um ponto positivo o fato de as bibliotecas terem as suas próprias iniciativas pedagógicas, pois a biodiversidade do corpo discente em certa medida é responsável por essa variedade de iniciativas, que afinal refletem as várias demandas dos alunos em relação à escola e à biblioteca. Cada escola, com o seu conjunto de alunos, é um universo específico e diferenciando, o que resulta em ações também específicas e diferenciadas propostas pela biblioteca e pela escola.

A seguir, perguntamos: (5) **De que maneira um projeto político-pedagógico pode contribuir para as ações educativas na biblioteca?**

*A existência do referencial “Aprender com a Biblioteca Escolar” é um documento orientador assaz importante no dia a dia dos Professores Bibliotecários. A forma como o PRBE está concebido privilegia o trabalho em rede, colaborativo, e o estabelecimento de parcerias.*

*O MABE (Modelo de Avaliação da Biblioteca Escolar) permite um olhar crítico face às nossas práticas com vista ao melhoramento das mesmas.*

Acreditamos que a opinião da entrevistada traz um referencial como modelo para orientar o trabalho das bibliotecas escolares e traz diretrizes e ações que podem compor o dia-a-dia dos professores bibliotecários, no desenvolvimento de projetos e atividades, nos conhecimentos e nas diferentes competências. As referências ao Aprender com a Biblioteca Escolar e ao Modelo de Avaliação da Biblioteca Escolar visam a utilização em iniciativas das bibliotecas, sendo ajustados à realidade de cada escola. Nesse sentido, entendemos que essas referências, mais que norteadoras, são um limite que algumas bibliotecas escolares simplesmente adotam, sem qualquer intervenção crítica.

Continuando, perguntamos: (6) **Em sua biblioteca como se materializam as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca?**

*Em construção um fundo documental atualizado e ajustado às necessidades de alunos e professores, incluindo obras de apoio ao currículo,*

*disponibilização dos documentos em regime de livre acesso; dotação orçamental com vista à atualização do fundo documental.*

De acordo com a entrevistada, acreditamos que as políticas públicas não estão apenas em consonância com a dotação orçamentária, que é importante também termos um acervo atualizado. Mas outros fatores podem interferir na biblioteca, como: atualização da formação dos professores bibliotecários; inserção das tecnologias de informação e comunicação atualizadas; ênfase nas competências de informação e escrita, articuladas com o projeto político pedagógico. A capacidade dos professores bibliotecários, engajados nas ações e práticas de leitura, de nada resultará em grandes investimentos. Portanto, acreditamos que o professor bibliotecário deve ser a chave principal da biblioteca escolar, considerada como porta de entrada para o conhecimento e a aprendizagem ao longo da vida.

Em seguida, perguntamos: (7) **Como as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca existentes em Portugal contribuem para a formação do cidadão?**

*A motivação desde tenra idade para a leitura e formação nas 3 literacias forma cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de exercer em pleno a cidadania e trabalhar colaborativamente com os seus pares em ambientes cada vez mais desafiantes como sejam o do mundo em que vivemos em plena mutação tecnológica.*

A entrevistada demonstra consciência de que a biblioteca não está restrita ao formato convencional da palavra escrita, mas está atenta a outros formatos como o hipertexto digital e outras modalidades de texto que englobam elementos audiovisuais; e é justamente essa consciência que permite apontar a atualização da formação do cidadão nos dias de hoje. Assim, uma das funções da escola é tratar o currículo escolar no século XXI e tem que centrar no essencial. Nesse sentido, Xavier (2016, p.152) aponta que o trabalho em “rede é decisivo – sem ligações institucionais, comunitárias, informais e formais, de proximidade e distantes, nenhum novo currículo pode ser efetivo”. Ora, então o papel social dos bibliotecários se configura em torno da facilitação de acesso e do escoamento

da informação e, com efeito, contribuir no aprimoramento do setor, para que ele também cumpra o seu papel.

Como temos visto sobre o papel social exercido pelo bibliotecário, outros, além dos empreendidos na resolução de problemas sociais, fazem parte do seu campo de atuação. Democratizar a informação juntamente com questões éticas e sociais está intimamente ligado ao profissional da informação.

E, por fim, perguntamos: **(8) A partir da experiência de sua biblioteca, quais são as convergências e as divergências existentes entre as redes de bibliotecas escolares e as políticas públicas portuguesas?**

*Estamos a melhorar aspectos que se prendem com a motivação para a leitura, formação de utilizadores; informatização do catálogo e uma maior articulação com a comunidade envolvente. O equipamento tecnológico existente carece de atualização. A rede de Internet apresenta muitas falhas. Inexistência de dispositivos móveis de leitura.*

*No âmbito das convergências (ano letivo 2016-2017):*

- *Integração e valorização da Biblioteca na escola: atualização da coleção ativa com a integração de novas aquisições (com auscultação prévia de docentes e discentes); promoção/divulgação de obras literárias com a realização de dois encontros com escritores; formação para o desenvolvimento de valores e atitudes indispensáveis à cidadania e à aprendizagem ao longo da vida;*
- *Tem possibilitado o acesso dos utilizadores para a realização de atividades escolares e eventos culturais/lazer tais como tertúlia e sarau poético musical.*
- *Ao longo de 2016/17 deu-se um aumento da utilização da biblioteca escolar e um trabalho colaborativo com tutoria de uma turma de 9º ano.*
- *Tem havido uma colaboração com as BLX no âmbito da formação e do tratamento a nível documental.*
- *Divulgação mensal de autores/obras literárias contemplados nos programas de português.*

No âmbito das convergências, a entrevistada aponta a colaboração da rede de bibliotecas públicas de Portugal como parceira das bibliotecas escolares, o que facilita na integração de procedimentos na organização da informação, como também nas práticas de leitura e na competência em informação.

Outro destaque convergente é a possibilidade de eventos culturais, pois essa premissa cultural confere a cada indivíduo uma oportunidade de se afirmar como cidadão – são elementos relevantes a valorização das competências patrimoniais e a criação contemporânea nas aplicações na educação. Nesse sentido, podemos destacar a importância dos eventos culturais que proporcionam a diversidade de propostas de leituras e de pensamento crítico às crianças e aos jovens.

Outro fato importante é a atualização do acervo, a existência de políticas de desenvolvimento de coleção que ampliam as ações da biblioteca, como também estimulam a leitura pelos leitores, pois sempre haverá um novo caminho a ler. Nesse processo, o professor bibliotecário é o elo entre as fontes de informação e as necessidades dos leitores; os acervos passam a ser seletivos, dinâmicos e integrados à comunidade escolar. Para tanto, é necessário que o desenvolvimento de coleções seja um processo cíclico, ininterrupto, de atividades regulares e específicas, respeitando a especificidade dos leitores da biblioteca escolar.

É a inter-relação de quatro conceitos básicos importantes para operacionalizar o desenvolvimento de coleções, que são: planejar – que trata de um esquema para a busca de documentos relacionados entre si, segundo determinações de necessidades, objetivos, propósitos e prioridades dos leitores e da biblioteca escolar; decidir – são processos de tomadas de decisão quanto ao desenvolvimento da coleção; operacionalizar – é um processo de tornar esses documentos acessíveis para uso; avaliar – envolve o exame e o julgamento da coleção em relação a seus propósitos e objetivos.

Para utilizar desses conceitos, o professor bibliotecário necessita de repertório sobre as matérias pertinentes, para empreender um excelente funcionamento da sua atuação. Para a biblioteca escolar ser o lugar ideal para desenvolver o domínio de bons níveis de competência nas áreas da leitura, da informação e dos mídia, o professor bibliotecário deve estruturar a coleção ao

adquirir materiais em todos os suportes, inclusive os materiais digitais, visuais e sonoros.

No que se refere às áreas de competências, podemos entender que envolve um conjunto de conhecimentos, competências, ações, posições e valores de caráter universal e transversal, requisitos indispensáveis a um ensino de qualidade, que seja capaz de responder às demandas de formação e educação no mundo atual e que seja capaz de educar para o pleno exercício da cidadania.

Com relação às divergências citadas pela entrevistada, existem algumas preocupações que devem e podem ser resolvidas para a melhoria do progresso e funcionamento das bibliotecas escolares. As tecnologias de informação e comunicação são essenciais para as atividades do dia-a-dia do professor bibliotecário e de seus leitores. Nesse sentido, os professores bibliotecários devem elaborar projetos específicos utilizando-se das TIC, como forma de conseguir atualizações de equipamentos. Por outro lado, o PRBE deve estar atento às bibliotecas que trabalham com as TIC com mais ênfase, para assim avaliar e determinar as necessidades de equipamentos para as bibliotecas escolares.

É importante realçar que as TIC não só compreendem os computadores e a internet, mas incluem “um conjunto cada vez mais vasto de tecnologias de pequena escala: portáteis, tablets, netbooks, mas também telemóveis, iPads, iPods e iPhones, além de dispositivos de reconhecimento e ativação por voz, TV móvel, etc.” (RAMOS, 2011, p. 11).

Recursos financeiros serão importantes para que as bibliotecas escolares do PRBE tenham uma atualização constante do parque tecnológico.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte das considerações finais, abordamos os aspectos relevantes da pesquisa. Para tanto, a pesquisa intitulada “Redes de Bibliotecas Escolares em Portugal e Brasil: diálogos entre políticas públicas para a educação” teve como **objetivo geral** a realização de estudo analítico do Programa Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal (PRBE) e das políticas públicas que o fundamentaram, buscando alternativas ou sugestões para a composição de um programa ou uma rede de bibliotecas escolares no Brasil.

Nesse sentido, apresentamos durante a pesquisa documentos que nos auxiliaram a conhecer o PRBE, e sua formação, suas características, seus objetivos, sua missão.

A construção da Rede tem-se efetuado por meio de candidaturas, ou seja, por uma seleção: as escolas, para pertencerem à Rede, devem apresentar projetos consistentes, quer para suporte físico, quer para elaboração de serviços de biblioteca. O PRBE financia, igualmente a requalificação das bibliotecas escolares já integradas à Rede.

Apresentamos também o funcionamento da coordenação do PRBE, como a sua estrutura e a rede de recursos humanos entre o Gabinete do PRBE e os coordenadores “interconcelhios”, que podem ser equivalentes no Brasil às regionais ou aos subdistritos de um determinado município, pois estes coordenadores de interconcelhios das bibliotecas escolares coordenam um número de agrupamento de escolas, que fornecem apoio técnico e pedagógico aos professores bibliotecários ou às equipes da biblioteca escolar.

Para tanto, apresentamos as funções dos professores bibliotecários, assim como os processos de acesso ao cargo de professor bibliotecário. Pois estes são designados por meio de editais de concorrência e de uma legislação que garante que esses professores bibliotecários sejam qualificados e especializados, para o cumprimento da gestão e dinamização da biblioteca.

Com relação aos projetos, a Rede tem lançado planos e programas inovadores em diferentes áreas, com a intenção de melhorar a aprendizagem e as competências em informação.

Informamos também as parcerias que o PRBE elabora junto aos ministérios da educação e cultura e das empresas particulares e de agentes

educativos. Um dos parceiros principais do PRBE é o Plano Nacional de Leitura de Portugal - PNL, que contribui em vários segmentos das práticas educativas.

O PRBE também tem mostrado uma afirmação no espaço internacional, com apresentação em diferentes seminários, encontros e workshops, e principalmente nos organismos internacionais International Association of School Librarianship - IASL e a International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA. Nesse aspecto, vale destacar associações brasileiras como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições - FEBAB, que busca esse mesmo caminho de internacionalização.

No âmbito nacional, como exemplo de avanços na área de bibliotecas, podemos citar a biblioteca São Paulo, equipamento cultural da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo gerido pela organização social SP Leituras, finalista do Prêmio Excelência Internacional 2018 da Feira do Livro de Londres, na categoria Biblioteca do Ano. Esse exemplo mostra que o Brasil caminha para novas conquistas na área da biblioteca pública, mas ainda falta dinamizar as bibliotecas escolares.

Continuando com o PRBE, salientamos o conjunto de serviços que são oferecidos por meio do portal web, blogues, redes sociais, etc., e a disseminação da informação por meio dos catálogos coletivos.

A pesquisa aponta que o PRBE é também objeto de avaliação interna e externa e que existe um modelo desenvolvido por eles para avaliar as bibliotecas escolares, o que permite, de acordo com os resultados, elaborar melhorias nos pontos fracos e manutenção dos pontos fortes.

Nesse sentido, o PRBE pretende que as bibliotecas escolares sejam espaços educativos e agregadores, no suporte do ensino e na aprendizagem, no apoio ao currículo escolar, no desenvolvimento de competências em informação, em leitura, escrita, digital, nas tecnologias de informação e comunicação, com a intenção de ter formadores de leitores críticos e de cidadãos que possam emergir a sociedade e a comunidade onde vivem.

Nesse sentido, acreditamos que o PRBE tem procurado melhorar as suas diversas áreas de atuação, o que possibilitou um avanço em algumas categorias do ensino aprendizagem, como na leitura, na matemática e na ciência.

Outro fator de destaque que influencia e eleva o PRBE são as pesquisas elaboradas pelas universidades, especificamente a Universidade Aberta de Lisboa, possuidora de programas de mestrado e de doutoramento na área de biblioteca escolar, o que tem feito do PRBE um destaque como objeto de estudo e de investigação. Inclusive os próprios professores bibliotecários estão participando desse programa, com a intenção de se especializarem na sua formação em biblioteca escolar.

Com relação aos **objetivos específicos**, apresentados na pesquisa:

a) Estudar o conceito de redes do PRBE, seu modelo, seu funcionamento, seu contexto de atuação e o uso do projeto político pedagógico como recurso educacional da rede.

Com relação ao primeiro objetivo específico, que o primeiro contato sobre as características do PRBE se deu por meio da leitura de uma bibliografia especializada publicada pelo PRBE, da leitura de projetos elaborados pelos professores bibliotecários e do resultado das entrevistas feitas junto à coordenadora do PRBE, a comissária do PNL e à professora bibliotecária.

Seria importante ressaltar a existência de alguns aspectos relevantes que encontramos na pesquisa, como a parceria das bibliotecas escolares com as bibliotecas municipais de Lisboa, como a formação de alunos monitores que colaboram nas atividades junto com os seus pares.

Como a articulação da biblioteca escolar com projetos curriculares e o uso do projeto político pedagógico. Encontramos a parceria de professores bibliotecários e educadores na produção de materiais lúdicos e de informação de suporte para o ensino e aprendizagem.

Constatamos que o modelo e o funcionamento do PRBE estão contextualizados por meio das atividades que acontecem nas bibliotecas escolares. A parceria entre as bibliotecas acontece mediante projetos elaborados em conjunto por diversos professores bibliotecários.

Outra questão importante que identificamos como recurso educacional da rede são os workshops elaborados pela coordenação do PRBE com a participação das equipes das bibliotecas escolares.

Apontamos também a pareceria do PRBE com as bibliotecas escolares em atividades junto às famílias, no intuito de promover e sensibilizar a importância da leitura familiar como aprendizagem.

Consideramos que a política de criação e desenvolvimento da rede de bibliotecas escolares é considerada como um equipamento organizacional, pedagógico, social e educativo, na integração curricular com objetivos comuns no percurso dos professores e alunos.

Com relação ao segundo objetivo específico: b) Diagnosticar as melhorias da rede de bibliotecas escolares em Portugal para a composição de uma rede nacional no Brasil.

O que verificamos é que a rede de bibliotecas escolares de Portugal pode nos oferecer alguns subsídios para a composição de uma rede nacional brasileira ou de várias redes estaduais. Nesse sentido, apontamos aspectos que facilitarão a formação dessas redes como:

- Implantar a legislação brasileira pertinente da Lei 12.244, que “Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”... [...] “respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas [Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962](#), e [9.674, de 25 de junho de 1998](#)”, e, nesse sentido, indicar que os parâmetros adotados para a especialização dos professores bibliotecários sejam seguidos por bibliotecários brasileiros. Acreditamos que seja importante que os bibliotecários escolares brasileiros tenham especializações necessárias para atender a comunidade educacional;
- O trabalho cooperativo traz muitas vantagens para o ensino e aprendizagem, e é essencial que o bibliotecário trabalhe com os professores para planejar atividades de competência em informação. Nesse aspecto, as bibliotecas escolares portuguesas apresentam várias atividades de leituras e eventos culturais que facilitam a aprendizagem dos alunos.
- A estrutura que o PRBE português apresenta é a de indicar as candidaturas de escolas que tenham determinadas características, para fazerem parte da rede de bibliotecas. Essa seleção de candidaturas

serve, ao meu ver, para que as escolas brasileiras se adaptem a determinadas características e assim possam formar uma rede estadual ou nacional de bibliotecas escolares.

- Outro ponto importante são os estudos e pesquisas acadêmicas que fortalecem o desenvolvimento do PRBE. Acredito que, no Brasil, se ampliarmos estudos e pesquisas nas áreas de políticas públicas educacionais e, especificamente, em biblioteca escolar, poderemos intensificar uma proposta ou sugestão de uma rede de bibliotecas escolares brasileiras.

Com relação ao objetivo específico: c) Verificar as políticas públicas do livro, leitura e biblioteca no que se referem às bibliotecas escolares portuguesas e brasileiras.

No caso português, o Plano Nacional de Leitura – PNL é a política pública que mais se relaciona com as bibliotecas escolares portuguesas e se direciona para a questão das práticas de leitura, do processo de iniciação à leitura, pois a iniciativa do plano era justamente sanar os níveis de hábitos de leitura da população portuguesa. O PNL foi lançado em 2006, e já existia na época o Programa Rede de Bibliotecas Escolares, o que deu suporte para o Plano.

No Brasil, o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL foi também instituído em 2006, por meio de uma Portaria, e, em 2011, foi instituído por meio do decreto nº 7.559. Com uma diferença: no Brasil foi apresentada no Plano uma configuração com eixos estratégicos com particularidades que devem ser inseridas em uma biblioteca, mas não em uma rede de bibliotecas escolares nacional ou estadual, o que vem a se diferenciar do Plano português.

No Brasil, tivemos algumas políticas, nas décadas de 1960 até os dias atuais, que tratam de uma maneira geral sobre as bibliotecas. Mas nenhuma específica sobre a criação de uma rede de bibliotecas escolares em escala nacional. O que temos é a Lei 12.244, que dispõe sobre a obrigatoriedade das bibliotecas nas escolas.

Nesse sentido, inserimos na pesquisa uma proposta como sugestão de uma rede de bibliotecas escolares elaborada para o sistema educacional municipal da cidade de Ribeirão Preto. Trata-se de um projeto piloto que poderá

ser implantado em todos municípios do Estado de São Paulo, ao configurar uma rede estadual, com a intenção de ser nacional.

No objetivo específico: d) Mapear a atuação do profissional bibliotecário (professor bibliotecário; bibliotecário educador) na rede de bibliotecas escolares em Portugal e propor elementos norteadores para a atuação deste tipo de profissional no Brasil.

Na rede de bibliotecas escolares em Portugal, o profissional que atua diretamente na biblioteca escolar é o professor bibliotecário, designado por meio de políticas públicas que estabelecem as suas funções, como também, os critérios de seleção para o professor concorrer à vaga de professor bibliotecário.

Para tanto, esse professor tem que: ser docente de carreira; possuir pontos de formação acadêmica continuada ou na área de bibliotecas escolares; ter formação continuada na área das tecnologias da informação e comunicação; ter experiência profissional na área das bibliotecas escolares, tendo participado de projetos e atividades na biblioteca escolar; e, por fim, manifestar interesse em desempenhar as funções de bibliotecário escolar.

Essas prerrogativas podem ser suficientes para atender as demandas de cargos de bibliotecários nas escolas públicas do Brasil. Acredito que o fator determinante para termos o profissional professor bibliotecário nas escolas públicas brasileiras é o interesse do professor nessa função, e não apenas como subterfúgio para sair da sala de aula. Mesmo porque o professor bibliotecário em Portugal tem que ministrar aulas para pelo menos uma turma de alunos.

Se não temos profissionais bibliotecários suficientes para todas as escolas brasileiras, uma opção seria fortalecer os professores que denominamos de “adaptados”. Esses professores poderão ter cursos direcionados específicos ou até mesmo um mestrado profissional na área de biblioteca escolar. Nesse aspecto, as universidades públicas ou associações de classe biblioteconômicas podem propor parcerias com as secretarias estaduais e municipais de educação, com propostas de cursos que possam atender as bibliotecas escolares da realidade brasileira.

Essa questão poderá ser um atenuante para a falta de bibliotecários no país, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria do território brasileiro, esse cargo não existe no sistema educacional.

No objetivo específico: e) Estabelecer as convergências existentes entre o programa de rede de bibliotecas escolares de Portugal e as políticas públicas de Portugal.

Como políticas públicas, definimos o PNL, e a relação com a rede de bibliotecas escolares apresentou convergências no sentido de um desejo dos Ministérios da Cultura e Educação em estruturar as bibliotecas nas escolas. O que se apresenta em comum é o diálogo com a leitura, ou seja, a garantia de acesso à informação e aos recursos de leitura para alunos e docentes.

Outra convergência com PNL se refere à preocupação que o Programa Rede de bibliotecas Escolares tem quanto à formação de recursos humanos para as bibliotecas escolares. A partir do Manifesto das Bibliotecas Escolares IFLA/UNESCO, o PNL e o PRBE inserem como diretrizes a ampliação de bibliotecas escolares e a inserção de critérios para formação do professor bibliotecário.

O PNL tem compromissos com o PRBE não só no sentido de aportes financeiros, mas também na manutenção de políticas públicas que avancem no cenário do PRBE. Como exemplo, podemos citar os vários projetos para 2018 que incluem as bibliotecas escolares.

O foco maior do PNL e do PRBE é a promoção de práticas educativas, reforçando a intensificação das atividades de leitura.

Nesse aspecto, o PNL 2027 vai apoiar projetos e ações que contemplem a integração social em vários suportes, articulando-se com a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a Rede de Bibliotecas Escolares e as bibliotecas das instituições do ensino superior.

Esse planejamento até 2027 envolve vários órgãos da instituição federal de Portugal, além da rede de bibliotecas escolares. Tem a participação dos Ministérios da Cultura, da Educação, dos Assuntos Parlamentares, do Gabinete para os Meios de Comunicação e da Direção Geral do Livro e das Bibliotecas – DGLB.

Acreditamos também que outra convergência do PNL na estrutura do PRBE é a inserção do selo LER+. Esse selo trata de uma seleção de livros recomendados pelo PNL, indicados por uma comissão, para a leitura de crianças, jovens e adultos e, conseqüentemente, no suporte para o desenvolvimento de coleções das bibliotecas escolares da rede.



E, por último, o objetivo específico: f) Avaliar a análise crítica da experiência portuguesa por meio da descrição e da função do Programa Rede de Bibliotecas Escolares.

Pelo exposto nesta pesquisa de pós-doutorado, é possível dizer que o PRBE pode contribuir com iniciativas de formação de rede em esferas municipal, estadual ou nacional brasileiras, como também pode aprimorar as redes estaduais e municipais existentes no Brasil citadas na pesquisa.

A Rede apresenta, na maioria das vezes, pontos positivos que podem servir de parâmetros para as redes brasileiras estaduais, municipais e, quem sabe, para uma rede nacional. Um destes pontos é a preocupação com a atualização e o aprofundamento de conhecimentos dos professores bibliotecários que possam ter competências para desenvolver estratégias e políticas de organização e gestão das bibliotecas escolares. Esse ponto é realizado por meio de ações culturais e educacionais que podem servir para as redes brasileiras como complemento de atualização profissional.

Outro ponto em destaque são os projetos desenvolvidos nas bibliotecas escolares que têm a parceria da iniciativa privada. São projetos de cunho social, educacional e cultural que trazem benefícios para os usuários e leitores das bibliotecas, para a gestão de coleções, para a promoção e as práticas das competências, da leitura e da Web 2.0.

É uma forma que as escolas brasileiras podem adotar para subsidiar projetos que envolvam a comunidade educacional. Não estamos aqui privatizando absolutamente nada, apenas buscando recursos financeiros com parceiros para projetos sociais, culturais e educacionais como forma de melhorar a formação dos estudantes.

No Brasil, que é um país de muitos e grandes contrastes sociais, essa parceria público / privado é importante, pois mobiliza a sociedade como um todo, deixando não apenas para o Estado a responsabilidade social, cultural e educacional, mas também envolvendo empresas da iniciativa privada e elementos da sociedade civil como organizações não governamentais.

Concluimos que os objetivos da pesquisa foram atingidos. Tanto as redes de bibliotecas escolares como as políticas públicas educacionais tornam-se importantes no processo de ensino e aprendizagem, o que permite a educação

para a informação, com um significado adicional que pode assegurar o empoderamento do indivíduo, com uma parceria entre bibliotecários, docentes e alunos.

O protagonista neste processo de rede de bibliotecas e políticas públicas da leitura são a criança, o jovem, os adultos e os leitores. O processo prepara-os para uma sociedade mais justa e ética, que contempla seus direitos como cidadão.

Na segunda parte das considerações finais, explicitamos a importância das condições ideais de excelência para pesquisa proporcionadas por uma bolsa FAPESP. A situação específica de uma bolsa de pesquisa no exterior traz benefícios adicionais que configuram um conjunto inestimável de valores agregados e redimensionam a experiência de pesquisa para além de uma mera posição geográfica.

Trata-se de uma das experiências mais enriquecedoras para um pesquisador, pois contempla o trabalho de pesquisa intimamente ligado a uma dimensão de vida, pois vem contribuir inclusive para o progresso da carreira acadêmica – no meu caso, a Livre-Docência. Esta pesquisa de pós-doutorado apoiada pela FAPESP não apenas impulsionou decisivamente, como estímulo e inspiração, a Livre-Docência, mas formou e moldou as bases e a estrutura mesma do trabalho de Livre-Docência.

A vivência do cotidiano de uma cidade europeia contribui para a formação do pesquisador não apenas em sua área específica de estudo, mas também em um sentido mais amplo, se entendermos formação enquanto informação cultural. É quando o conhecimento e a aprendizagem se adquirem de forma tão natural e tão vital quanto a própria forma de viver. Em meu caso específico, foi Lisboa, que ocupa posição estratégica na Europa, com uma intensa e variada oferta de bens, produtos e serviços culturais.

Outro aspecto da vivência é o contato com costumes e hábitos do povo local, com os sabores e a atmosfera do espaço urbano. Isso pode se dar por uma perspectiva diferenciada e privilegiada, graças à duração da bolsa, que permite vivenciar a cidade e a sociedade de acordo com outra lógica temporal. Uma lógica quase próxima à do habitante natural do lugar.

Em nosso caso, desfrutamos de oito meses de trabalho em Lisboa, o que permitiu, além das melhores condições de pesquisa (acesso aos equipamentos

da Universidade Aberta de Lisboa e a uma série de bibliotecas), a experiência de viver a cidade em sua originalidade (acesso a museus e livrarias). É viver a cidade a seu tempo, quando a experiência das coisas e dos fatos significa a evolução do conhecimento por meio de outros acontecimentos.

O tempo é um dos bens mais preciosos do ser humano. Porque é um dos parâmetros necessários para a realização do que justamente nos torna humanos. Conhecimento e aprendizagem, pesquisa portanto, são processos que requerem tempo, para sua concepção, sua consumação e sua disseminação.

O mundo contemporâneo acelerou o tempo de tal maneira que não há mais tempo para as atividades que exigem concentração e atenção. Passamos pelas informações, assim como a vida passa, com surpresas.

Portanto, uma bolsa para pesquisa no exterior, que permite um deslocamento geográfico (no espaço), favorece essa vivência do tempo tão necessária para uma investigação científica; a pesquisa se dá no tempo e nele consolida. O processo de pesquisa é construído por idas e vindas, levantamentos e redimensionamentos; um tempo natural e necessariamente lento, que contém um árduo e dedicado trabalho.

Passar uma longa temporada no exterior é uma outra forma de viver o tempo e de viver um espaço estrangeiro. Demorar-se num mesmo lugar permite aprender a perceber os detalhes que um olhar apressado (como o do turista) não está educado nem preparado para apreender. Essa outra forma de viver o tempo e o espaço, vividos no exterior, é um dos motivos de grande gratificação para o pesquisador, pois seu trabalho está diretamente grudado à vida.

Curiosamente, a temporada de pesquisa no exterior proporcionada por uma bolsa, cria uma aparente sensação de suspensão do tempo: temos todo o tempo do mundo para a pesquisa. Mas, paradoxalmente, sentimos que nem todo o tempo do mundo é suficiente para uma pesquisa a que nos dedicamos pelo tempo de uma vida. A pesquisa que é a razão de nossa vida enquanto pesquisador. É um processo de aprendizagem ao longo da vida.

Para além da satisfação objetiva dos resultados (em nosso caso, o tema é a Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal e as Políticas Públicas Educacionais de Portugal, portanto é natural e obrigatório que pesquisemos *in loco*), a condição de se estar no exterior para realizar a pesquisa possibilita uma

série de reflexões sobre o próprio ofício de pesquisador e sua função na sociedade: um distanciamento crítico que nos coloca no espaço em que a pesquisa se dá e no espaço para onde a pesquisa se destina. Questão de posição: distanciamento e proximidade.

Foi um dos objetivos de nossa pesquisa: entender a Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal e como esse entendimento pode contribuir para o processo de constituição ou de aperfeiçoamento de uma rede de bibliotecas escolares no Brasil. Foi lindo passar uma tarde observando as crianças de uma escola lisboeta aprendendo a ler e a escovar os dentes. Ir para o exterior para melhor entender o interior.



## REFERÊNCIAS

## REFERÊNCIAS

ALÇADA, Isabel. **O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados**. Alfragide: Caminho, 2016.

ALÇADA, Isabel et. al. **Relatório do Plano Nacional de Leitura**. Lisboa: GEPE/Ministério da Educação, 2006.

ALEXANDER & FOX. A Historical perspective on reading research and practices. IN: RUDELL, R. B.; UNRAU, N. J. **Theoretical models and process of reading**. Newark: DE: International Reading Association, 2010.

ALMEIDA, Waldinéia Ribeiro; COSTA, Wilse Arena da Costa; PINHEIRO, Mariza Inês da Silva. Bibliotecários mirins e a mediação da leitura na biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v.17, n. 2, p. 472-490, 2012. Disponível em: [https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/812/pdf\\_1](https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/812/pdf_1). Acesso em: 10 out. 2017.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo: ANCIB, 2008. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANCIB, 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo. SILVA, Rovilson José. **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 59-88.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco ; BORTOLIN, Sueli. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, R. J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 205-218.

AMADO, João. **Manual de Investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS. **Parâmetros para o aprendiz do século XXI**. Chicago: AASL, 2007.

AMORIM, Simone Rodrigues. **A abordagem da cidadania cultural na formulação do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL**. 2009. 96f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

ANTUNES, Walda de Andrade. **Biblioteca escolar no Brasil: reconceituação e busca de sua identidade a partir de atores do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.

ARAÚJO, H. **Biblioteca escolar e trabalho colaborativo**. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares: 2014. Disponível em: <<http://www.rbe.mec.pt/np4/file/1286/bibliotecarbe6.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

ARENA, D. B. - Leitura no espaço da biblioteca escolar. In: SOUZA, Renata Junqueira de. **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. ISBN 9788575911112. p. 157-185.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.

BASTOS, G.; VASCONCELOS, A. I. Formar profissionais de informação: desafios e possibilidades do modelo pedagógico de e-learning da Universidade Aberta Portuguesa. In: BELLUZZO, R. C. Baptista; FERES, G. G. (Org.). **Competência em informação: de reflexões às lições aprendidas**. São Paulo: FEBAB, 2013, p. 111-126.

BEDIN, J. S.; CHAGAS, M. T.; SENA, P. M. B. Competência informacional em biblioteca escolar: ações para o desenvolvimento information literacy at school library: actions for development. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 20, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/19426>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BEHR, Ariel; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil; FREITAS, Henrique M. Especialização em bibliotecas escolares e acessibilidade: discutindo a gestão da biblioteca na modalidade EAD. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7831>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

BERGUE, S. T. **Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para a análise e transformação organizacional**. Caxias do Sul: Educ., 2011.

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. São Paulo: Ed. Globo, 1999. v. 3.

BORGES, M. E. N. O essencial para a gestão de serviços e produtos de informação. **RDBCI**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 115-128, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2007/2128>>. Acesso em: 25 set. 2017.

BORTOLIN, Sueli. Mediação oral da informação: a visibilidade dos mediadores da ciência da informação. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da. **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. Cap. 2. p. 33-59.

BOTELHO, I. **Dimensões da Cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Sesc, 2016.

BOURDIER, P. ; CHARTIER, R. la lecture une pratique culturelle. In: CHARTIER, R. **Pratiques de la lecture**. Paris: Payot & Rivages, 1993.

BRANDÃO, Mariane Braz. **Contribuições e desafios na sociedade da informação para os profissionais que atuam em bibliotecas**: estudo de caso da Biblioteca Maria Antonieta Franco de Siqueira. Ribeirão Preto, 2014. 102f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Curso de Ciências da Informação e da Documentação e Biblioteconomia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

BRASIL. Decreto n. 7.559, de 1 de setembro de 2011. **Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Seção I, p. 2011. 4. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm)>. Acess em 17 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Caderno do PNLL Edição atualizada e revisada em 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2014. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL\\_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660](http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660)>. Acesso em: 18 de jan. 2018.

BRASIL. FUNDAÇÃO OBSERVATÓRIO DO LIVRO E DA LEITURA. **Conaler**: Congresso Nacional de Leitura. 2016e. Disponível em: <<http://www.conaler.org.br/prata>>. Acesso em: 14 dez. 2017

BRASIL. **Lei nº 12.244**: Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: Congresso Nacional, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Seção Extra, p. 1.2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MINC, 2014. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. 2006. Ministério da Cultura / Ministério da Educação. "**PNLL**: Plano Nacional do Livro e Leitura". Brasília: Ministério da Cultura / Ministério da Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/bibliotecas\_escolares\_no\_brasil\_web.pdf >. Acesso em: 22 ago. 2017.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 2016. Disponível em: < <http://www.mtecbo.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Portaria Ministerial n. 584, de 28 de abril de 1997. **Programa Nacional Biblioteca da Escola PNBE**. Diário Oficial da União, Brasília. Seção I, p. 8519, 1997.

Brasil. Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Institui a Política Nacional do Livro**. Diário Oficial da União, Brasília. Seção Extra, p.1, 2003

**BRASIL tem 40,3 milhões de estudantes na rede pública**, diz Censo Escolar G1, São Paulo, 23 set. 2013. Disponível em:<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/09/brasil-tem-403-milhoes-de-estudantes-na-rede-publica-dizcenso-escolar.html>>. Acesso em: 20 de ago. de 2017.

CAIXA, Ana Maria Franco. **A interpretação das orientações do Plano Nacional de Leitura pelas Bibliotecas Públicas Municipais**. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação). Universidade Portucalense, 2011.

CALDEIRA, Paulo da Terra. O espaço físico da biblioteca. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 62 p. p. 47-50.

CAMACHO ESPINOSA, J. A.; ORTIZ-REPISO JIMÉNEZ, V. Bibliotecas públicas y bibliotecas escolares. ¿Colaboración, cooperación o integración en una red conjunta? Realidad y propuesta para la Comunidad de Castilla-La Mancha. In: CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2., 2004, Salamanca. **Anais eletrônicos...** Madrid: Ministerio de Cultura, Subdirección General de Información y Publicaciones, 2004. p. 112-120. Disponível em: <<http://travesia.mcu.es/portalnb/jspui/handle/10421/711>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul./dez. 2013, p. 179-191, disponível em: <[pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2017.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Inquietações à reforma de uma lei: olhares sobre a biblioteca escolar. **Biblionline**, v. 13, n.2, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/35285/18825>. Acesso em: 22 de jan. 2018.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Rede de bibliotecas escolares: uma proposta ao sistema educacional municipal de Ribeirão Preto / SP. **Biblionline**, v. 12, n. 4, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/23244>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas do ensino básico. **Encontros Bibli** (Online), Florianópolis, v.15, n.29, p. 184-208, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362009000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 out. 2017.

CAMPELLO, B. S. et al. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino de belo horizonte - MG: a situação dos acervos. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 9, n. 17, p. 19-33, 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1339>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CAMPELLO, B. S. et al. **A Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CAMPELOS, Regina Alice Madureira da Costa. **A biblioteca escolar como recurso preferencial da escola ao serviço do Plano Nacional de Leitura**. Dissertação (Ciências da Educação). Universidade do Minho, 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1.

CASTRILLÓN, Silvia. **El derecho a leer y a escribir**. México: Asolectura, 2004.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. **Biblioteca no ensino e aprendizagem da língua inglesa**. 2003. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) –ECA, USP, 2003.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Os caminhos da biblioteca escolar. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa (Org.). **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: Alfabeta, 2008. p. 73-91.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes. O bibliotecário como profissional da informação: o mundo do trabalho, habilidades e competências. In: CASTRO FILHO, C.M. **Olhares sobre a atuação do profissional da Ciência da Informação**. São Paulo: Todas as Musas, 2013.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes; CAMPOS, Larissa Bernardes. **Fontes de informação em biblioteca escolar**. São Paulo: Todas as Musas, 2014.

CASTRO FILHO, C. M.; FARIA, A. C. C.; SANTOS, D. S. O Bibliotecário como profissional da informação: o mundo do trabalho, habilidades e competências. In: CASTRO FILHO, C. M. **Olhares: atuação do profissional da Ciência da Informação**. São Paulo: Todas as Musas, 2013.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes; PACAGNELLA, Juliana Nascimento. Biblioteca escolar pública, bibliotecário e ...In: CASTRO FILHO, C. M. e ROMÃO, L. M. S. (Org.). **Dizeres sobre biblioteca escolar**: palavras em movimento, Ribeirão Preto: Alfabeta, 2011. p. 97-108.

CASTRO FILHO, C. M. ; SILVA, M. R. Breves reflexões sobre a leitura hipertextual no contexto das bibliotecas escolares. **PontodeAcesso**, Salvador, v.10, n.1, p.2-13, abr. 2016. Disponível em: <[www.pontodeacesso.ici.ufba.br](http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CASTRO FILHO, C. M. de. et al. Os campos de atuação dos profissionais bibliotecários no município de Ribeirão Preto. In: ENANCIB: POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE, 12., 2011, Brasília. **Anais...**Brasília: UNB, 2011.

CAVALCANTE *et al.* Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta da pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Revista Informação & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

CENDÓN, Beatriz Valadares. et al. **Ciência da informação e biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação, Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CHAGAS, Magda. **Organização de bibliotecas escolares**. Florianópolis: CIN / CED / UFSC, 2010.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, abr. 2006.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003. 164 p.

CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

COPOLLA JUNIOR, Claudinei, CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. BIBLIOTECAS ESCOLARES NO ENSINO FUNDAMENTAL: caminhos para a implantação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 3-15, 2012. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/12284/8633> . Acesso dia 28.fev.2018.

CORRÊA, E.C.D.; et al. Bibliotecário escolar: um educador?. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v. 7, n. 1, 2002.

COSTA, Tarcilla Martins da. Biblioteca escolar do Centro Pedagógico da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 278-282, set. 1975.

CUEVAS CERVERÓ, Aurora. La biblioteca escolar como centro de recursos para el aprendizaje (CRA). In: CERVERÓ, A. C. **Lectura, alfabetización en información y biblioteca escolar**. Gijón: Trea, 2007. p.163-188.

CUNHA, Edite da P. ; CUNHA, Eeleonora S. M. Políticas Públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson et. al. **Políticas Públicas**, Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CUNHA, Miriam Vieira da; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M. L. P. **Atuação do profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p.39-54.

DUARTE, A. B. S. Liderar, ensinar e apoiar: o papel e a expertise do bibliotecário escolar da flórida para uma reflexão no contexto brasileiro. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 5, n.2, 2017.10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.12316. DOI:10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.12316. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/22941>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

DUARTE, E. J. et al. Os serviços e os produtos de informação oferecidos pela Biblioteca Pública de Santa Catarina. **ACB**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 606-620, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1100/pdf> >. Acesso em: 11 set. 2017.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DURAND, J. C. 2013. **Política cultural e economia da cultura**. São Paulo: Sesc.

ELLSWORTH, Ralph E. ; WAGENER, Hobart D. **The scholl library: facilities for independente study in the secondary school**. New York: Educational Facilities Laboratories, 1970.

ELY, Neiva Helena. Dimensões da biblioteca escolar no ensino fundamental. Revista **ACB**, Santa Catarina, v. 8, n. 1, 2003. p. 46-53. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/405/510>>. Acesso em: 10 out, 2017.

ESPAÑA. Ministério de Educación. **La biblioteca escolar en El contexto de la reforma educativa**. Madrid: MEC, 1995. (Educar en La sociedad de información. Serie Monografías, nº 1). Disponível em: <<http://www.isftic.mepsyd.es/w3/recursos2/bibliotecas/html/01documarco.htm>>. Acesso em: 21 set. 2017.

ESTÁCIO, L. S. S.; BEDIN, S. P. M. A competência informacional do bibliotecário escolar no desenvolvimento de ações culturais. **ACB**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 379-394, set./dez. 2015. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5345319>>. Acesso em: 25 set. 2017.

FARIA, Sueli. et. al. Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 26- 33, 2005.

FARIAS, Christianne Martins; CUNHA, Miriam Vieira da. O bibliotecário escolar e suas competências. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 29-35, jan./abr. 2009.

FARIAS, Fabíola Ribeiro. A valorização simbólica da leitura no plano nacional do livro e leitura: uma análise. **Em Questão**, v. 23, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/22900>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

FEBAB. Declaração de Maceió sobre competência em informação: cenários e tendências”, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 24. Maceió: FEBAB, AAPB 2011.

FÉLIX, Andreza Ferreira; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. A biblioteca escolar como espaço diferenciado: a perspectiva da cultura escolar. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2015.

FERRAREZI, Ludmila. **A biblioteca escolar nas teias do discurso eletrônico**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

FERRAREZI, Ludmila; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de – “Atuação profissional na biblioteca escolar: outras perspectivas”. In CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Dizeres sobre biblioteca escolar: palavras em movimento**. Ribeirão Preto: Editora Alfabeto, 2011. ISBN 978-85-60586-10-3. p.97-108.

FERRAZ, Marina Nogueira. **Políticas do Estado de Minas Gerais para bibliotecas públicas (1983-2012)** 2015. 142 f. (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FERREIRA, Sandra Cristina Teixeira. **O Plano Nacional de Leitura e a promoção de hábitos de leitura nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Supervisão e Coordenação da Educação). Universidade Portucalense, 2009.

FIALHO, F. et. al. **Gestão do conhecimento organizacional**. Florianópolis: UFSC, 2010.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Aprendendo a mudar – aprendendo a aprender. **Revista de Administração**, São Paulo, v.30, n.3, p. 5-11, jul./set. 1995.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca escolar - profissão e cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.7, n.1/2, p. 240-250, 2002. Disponível em: < <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/381/463>>. Acesso em: 15 out. 2017.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para Liberdade e Outros Conceitos**. Rio de Janeiro: Cortez, 1982. 96p.

FUENTES ROMERO, Juan José. **La biblioteca escolar**. Madrid: Arco/Libros, 2006.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE (FNQ). **Critérios Compromisso com a Excelência: pessoas**. São Paulo: FNQ, 2008.

FURTADO, Cassia. A biblioteca escolar brasileira no sistema educacional da sociedade da informação. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/317.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

GARCEZ, E. F. As competências do bibliotecário na educação básica: reflexões a partir de proposta de rede. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/16261>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

GARCEZ, Eliane Fioravante. O bibliotecário nas escolas: uma necessidade. **Revista ACB**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 27-41, mar. 2007. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/492/633>>. Acesso em: 06 out. 2017.

GARCEZ, E. F. et al. Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência(s). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/20793>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

GARCÍA MOLERO, L. A.; VARELA OROL, C.; GONZÁLEZ GUITIAN, C. Redes de biblioteca. **Boletín de la ANABAD**, Espanha, v. 38, n. 1-2, p. 215- 242, 1988. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/904109.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

GASQUE, Kelly Cristine Gonçalves Dias. Centro de recursos de aprendizagem: Biblioteca escolar para o século XXI. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP, v.11, n.1, p.138-154, jan./abr. 2013. ISSN 1678-765X. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2017.

GATTI, B. A. A pesquisa em educação: pontuando algumas questões metodológicas. **FCC / PUC-SP**, s.d. Disponível em: < <http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/gatti.html>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

GEHRKE, M.; BUFREM, L. S. Apontamentos sobre bibliotecas em escolas do campo no estado do paraná. **Informa o & Sociedade**: Estudos, v. 23, n. 1, p. 109-122, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/14179>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdu o   pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administra o de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995a.

\_\_\_\_\_. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administra o de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995b.

GOMES, P. R. N. **A Biblioteca escolar**: uma rede de aprendizagens. O papel das parcerias. 2010. 156 f. Disserta o (Mestrado em Ciências Documentais) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010. Disponível em: <[https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3383/1/Disserta o de Mestrado em Ciências Documentais PedroRafael.pdf](https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3383/1/Disserta o%20de%20Mestrado%20em%20Ci ncias%20Documentais%20PedroRafael.pdf)>. Acesso em 11 set. 2017.

HILLESLEINI, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Biblioteca escolar: relato de experiência. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 5, n.5, 2000.

HILLESHEIM, A. I. A.; FACHIN, G. R. B. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **ACB**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 64-79, 1999. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/340>>. Acesso em: 25 set. 2017.

H FLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais”. **Caderno Cedes**, Campinas, v.21, n.55, p.30-41, 2001.

IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. Tradu o de Neusa Dias de Macedo. IFLA, 2005. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/340>>. Acesso em: 25 set. 2017.

IFLA. **Manifiesto IFLA por la Biblioteca multicultural**. Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s32/pub/MulticulturalLibraryManifestoes.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educa o Básica 2016**: notas estatísticas. Ministério da Educa o: Brasília, 2017.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional**: principais resultados. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/Inaf-2015---Alfabetismo-no-Mundo-do-Trabalho.aspx>>. Acesso em: 03 nov. 2016.



INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo, 2015. Disponível em: [http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf) . Acesso em: 03 nov. 2017.

INTERNATIONAL A. S. L. **Declaração política da IASL sobre bibliotecas escolares**. 1993. Disponível em: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/rbe5%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/rbe5%20(1).pdf). Acesso em: 15 out. 2017.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero. COOPERAÇÃO EM BIBLIOTECAS NO BRASIL: UM PANORAMA DA DÉCADA DE 50 ATÉ NOSSOS DIAS. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 1, ago. 2007. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/27>>. Acesso em: 06 out. 2017.

KUHLTHAU, Carol C. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. Tradução e adaptação de Bernadete Santos Campello et. al. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paula da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Orgs). **Formas e Expressão do Conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. P. 347-366.

LIMA. Lauro de Oliveira. A biblioteca escolar no contexto educacional brasileiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 1., out. 1982, Brasília. **Anais...** Brasília: INL, CERLAL,UNB, 1982.

LIMAS, Rubeniki Fernandes. **Redes de bibliotecas escolares no Brasil**: estudo exploratório. 2015. 146f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

LIMAS, R. F.; CAMPELLO, B. S. Redes de bibliotecas escolares no brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 5, n. 2, 2017.10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.11328. DOI:10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.11328. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/22940>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

LÓPEZ, P. L.; GONZÁLEZ, I. V. **Educación para la Ciudadanía y Biblioteca Escolar**. Gijón: Trea, 2008.

LOWI, T. J. American business, public policy, case-studies, and political theory". **World Politics**, Cambridge, v.16, n. 4, 1964.

MANEVY, Afredo. PNLL: um símbolo de mudança na política cultural. In: MARQUES NETO, J. C. **PNLL. Textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.137-138.



- MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- MARCHESI, Álvaro. Articulação do PNLL e do Vivaleitura na valorização da leitura e do livro nos processos de formação humana. In: MARQUES NETO, J. C. **PNLL. Textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.139.
- MAROTO, Luciana Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!:** do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MARQUES NETO, José Castilho. **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- MARSULO, Thabyta Giraldeili. **O profissional da informação na elaboração de políticas públicas:** uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2016.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- MARTUCCI, E. M. R.; MILANI, M. R. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de São Carlos. **Informação & Informação**, v. 4, n. 2, p. 78-94, 1999. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/6103>>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- MARZAL, Miguel-Angel; CUEVAS CERVERÓ, Aurora. Biblioteca escolar para la sociedad del conocimiento en España. **Ciência da Informação**, v. 36, n.1, 2007. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1186/1353>. Acesso em: 12 set. 2017.
- MELO, Teresa Mary Pires de Castro; MARTINS, Dalton Lopes. Projeto + Telecentros: educação, tecnologia, e cultura pela inclusão digital. In: MELO, Teresa Mary Pires de Castro; MARTINS, Marcos Francisco; MARTINS, Dalton Lopes. **Novos Caminhos da inclusão digital:** experiências do Projeto + Telecentros. São Carlos/SP: Suprema Gráfica e editora, 2014.
- MELLO, Josiane. Gestão da qualidade em bibliotecas escolares: um estudo de caso em uma biblioteca escolar na cidade de Ponta Grossa – PR. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP, v.11, n.1, p.111-137, jan./abr. 2013. ISSN 1678-765X. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php>>. Acesso em: 13 set. 2017.
- MILANESI, Luís. Biblioteca. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- MILANESI, L. **O que é biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MINC. **PNLL:** Plano Nacional do Livro e Leitura. Brasília: MINC, 2013. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em 18 de jan, de 2018.

MORAES, Fabiano; VALADARES, Eduardo ; AMORIM, Marcela Mendonça. **Alfabetizar letrando na biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 2013.

MORO, Eliane L. da Silva. et. al. **Biblioteca Escolar**: presente! Porto Alegre: Evangraf, 2011.

MOTA, F.R.L. Bibliotecários e professores no contexto da biblioteca escolar: uma interação possível e necessária. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 2, Belo Horizonte, 2004. **Anais...**Belo Horizonte, 2004

NASCIMENTO, A. M.; CASTRO FILHO, C. M. Retrato das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de Ribeirão Preto-sp. **Biblionline**, v. 3, n. 1, p. 0-0, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/9240>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

NERY, Alfredina. Biblioteca escolar: um jeito de ajeitar a escola. In: GARCIA, Edson Gabriel (Org.). **Biblioteca escolar**: estrutura e funcionamento. São Paulo: Loyola, 1989. p. 51-60.

NEVES, Elisabete da Cruz Neves. **Novo perfil do profissional da informação**. Campinas: Universidade Católica de Campinas, 2000. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000716/>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

OECD. **PISA 2015 Results**. Paris: OECD, 2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

OLIVEIRA, Alaide Lisboa de. Escola e Biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 184-195, set. 1972.

OLIVEIRA, Caroline Brito; CIANCONI, Regina de Barros. Cooperação, Compartilhamento e Colaboração: Caso da Rede de Bibliotecas e Centros De Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro (Redarte/Rj). **BJIS**, Marília (SP), v.7, n. Especial, p.224-246, 1º. Sem. 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.Unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>>. Acesso em: 11 de set. 2017.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas públicas de fomento à leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, D. S.; NUNES, C. U. S. Informatização da rede de bibliotecas da secretaria municipal de educação de santos - sp. **Informação & Informação**, v. 16, n. 1, p. 124-135, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/10332>>. Acesso em: 12 Dez. 2017.

OLIVEIRA, Maria da Conceição Ferreira de. A função da biblioteca escolar. **Cadernos do CED**, v.4, n.10, 1987. p. 81-86.

PAES, D. M. B. et al. A formação do leitor: uma discussão acerca da biblioteca escolar e o caso SIMBE. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11991>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PADORNO, Silvana. **Dessarollo de Colecciones y Bibliotecas Escolares**. Alfagrana, 2009.

PAIVA, J. & BERENBLUM, A. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) - uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, v. 20, n,1 p. 173-188, 2009. Disponível em: [http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/58-artigos-paivaj\\_et al.pdf](http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/58-artigos-paivaj_et al.pdf). Acesso em: 29 dez.2017.

PAIVA, Thais. Brasil mantém últimas colocações no Pisa. **Carta Educação**. São Paulo: Confiança, dez. 2016. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/brasil-mantem-ultimas-colocacoes-no-pisa/>. Acesso em 18 jan. 2018.

PEREIRA, Gleice; SANTOS, Emanuela Brambilla; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita. **Automação da Rede de Bibliotecas Escolares da Prefeitura de Vitória**. 3º Seminário de Informação em Arte. 2013.

PERRENOUD, Philippe. **Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara a vida**. Porto Alegre: Penso, 2013.

PERROTTI, Edmir. Biblioteca não é depósito de livros. [Entrevista concedida a Márcio Ferrari]. **Nova escola**, ed. 193, jun.2006. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/biblioteca-nao-deposito-livros-423601.shtml>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

PIMENTA, S. G. e FRANCO, M. A. S. **Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação**. Vol. 1. São Paulo: Loyola, 2008.

PIMENTEL, C. D. P. Programa para criação e instalação de bibliotecas escolares na rede de ensino oficial. **R. Bibliotecon.**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 693-705, jul./dez. 1977. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000002008/b8d3492e4bdf333d403abecef6fe22c1>>. Acesso em: 25 set. 2017.

PINHEIRO, M. I. S.; SACHETTI, V. F. P. Classificação em cores: uma alternativa para bibliotecas infantis. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: espaço de ação pedagógica, 3., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/319.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLB de São Paulo**". Mestrado em Cultura e Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 2016.

PINTO, L. P. Bibliotecas escolares - práticas alternativas. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 5, n. 2, 2017. 10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.12458. DOI: [10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.12458](https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.12458). Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/22937>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

PIRES, Á. P. De quelques enjeux épistémologiques d'une méthodologie générale pour les sciences sociales. In: Poupart, J. et al. **La recherche qualitative**: enjeux épistémologiques et méthodologiques. Canadá: Gaëtan Morin Éditeur, 1997, p. 3-53

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência. **Programa Rede de Bibliotecas Escolares**: quadro estratégico: 2014-2020. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2013. Disponível em: [http://www.rbe.min-edu.pt/np4/np4/?newsId=1048&fileName=978\\_972\\_742\\_366\\_8.pdf](http://www.rbe.min-edu.pt/np4/np4/?newsId=1048&fileName=978_972_742_366_8.pdf). Acesso em: 17 de dez. 2017.

PORTUGAL. Diário Oficial da República. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017**. Lisboa: Diário da República, 1.ª série — N.º 65 — 31 de março de 2017. disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/106816358>. Acesso em 09 de out. 2017.

PORTUGAL. LER+ Plano Nacional de Leitura. **Apresentação**. Lisboa: MEC, 2017a. Disponível em: <<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/index.php?s=diretorio&pid=97&ppid=96>>. Acesso em: 10 out. 2017.

PORTUGAL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 756/2009, de 14 de Julho**. Diário da República n.º 134/09 - 1.ª série. Lisboa: Ministério da Educação, 2009.

PREFEITURA do Município de São Paulo. **PORTARIA 4672/06- SME**. Aprova o Regimento Padrão dos Centros Educacionais Unificados – CEUs. São Paulo, 2006. Disponível em: [http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios\\_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=06122006P%20046722006SME](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=06122006P%20046722006SME). Acesso em: 12 dez. 2017.

PROGRAMA de Bibliotecas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Elo Horizonte: PBH/SMED, 2013.

PROSTANO, Emanuel; PROSTANO, Joyce S. **The School Library media center**. Englewood (Co.): Libraries Unlimited, 1999.

QUEIROZ, S. P. Information literacy: uma proposição expressiva para a biblioteca escolar. In: SILVA, R. J.; BORTOLIN, S. (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. p. 21-32.

RAMOS, J.L, Recursos Educativos Digitais: Que futuro? **Cadernos SACAUSEF** Nº7, p. 11-32, DGDC, 2011.

RASCHE, Francisca. **Políticas públicas para bibliotecas escolares**. Florianópolis: CIN/CED/UFSC, 2009.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lidia Eugênia. A Competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v.18, n. 36, p. 157-180, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2013v18n36p157/24518>. Acesso em: 24 set. 2017.

RIBEIRO, Maria Solange Pereira. Desenvolvimento de coleção na biblioteca escolar: uma contribuição a formação crítica sócio-cultural do educando. **Transinformação**, Campinas, v.6, n.1/2/3, p.60-73, jan./dez. 1994.

RIGOLETO, Ana Paula Cardoso; DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini. Outros parceiros na biblioteca escolar: democratização e incentivo à leitura. In: SOUZA, R. J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 219- 237.

ROMERO, Juan José Fuentes. **La Biblioteca Escolar**. Arco/ Libros: Madrid, 2006.

ROSA, A. J. S. A prática de ação cultural bibliotecas. **ACB**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 372-381, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/675/pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

ROSA, F.G.M.G. ; ODDONE, N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

ROWLEY, Jennifer. **Informática para bibliotecas**. Brasília: Briquet Lemos/Livros, 1994. Cap. 15, p.285-302.

RUBIM, A. A. C. 2011. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue.

RUEDA, Rafael. **Bibliotecas escolares**: guía para el profesorado de educación primaria. Madrid: Narcea, 1998.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima et. al. **A leitura em Portugal**. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação - GEPE, 2007. Disponível em: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/data/estudos/ficheiros/leitura-portugal.pdf>. Acesso em 18 de jan. 2018.

SANTOS, M. L. M.; SARO, J. A. V. A cultura da (in)formação na biblioteca escolar em Portugal: que profissionais para o século XXI?. In: FRIÁS, J. A.; TRAVIESO, C. **Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2008, p.515-26.

SANTOS, G.C. ; RIBEIRO, C.M. **Acrônimos, siglas e termos**: Arquivística, Biblioteconomia, Documentação e Informática. Campinas: Átomo, 2003.

SANTOS, Virginia Maria dos. **A utilização dos livros digitais do Plano Nacional de Leitura na educação pré-escolar**: potencial pedagógico, expectativas e práticas dos educadores. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Lisboa, 2012.

SÃO CARLOS (SC). **Lei municipal n. 13.464, de 2 de dezembro de 2004**: Autoriza a instituição do Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos, a criação do Fundo Municipal do Livro e dá outras providências. [Diário oficial], 10 nov. 2004. Disponível em: <http://www.camarasaocarlos.sp.gov.br/portal/index.php/2014-02-07-16-38-03/pesquisa-deleis-municipais>. Acesso em 12 dez. 2017.

SÃO PAULO. **Lei 5.301/86**: Dispõe sobre obrigatoriedade da existência de local adequado para biblioteca nos prédios escolares estaduais. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo. Seção I, p.1. 1986

SCANNAPIECO, Simone Nastari Sene Ribas. **PRÓ-REBI SBC**: Programa Rede Escolar de Bibliotecas Interativas de São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo, 2002.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Congage Learning, 2010.

SENAC. SC. **Regulamento da Rede de Bibliotecas do Senac Santa Catarina**. Florianópolis, 2011.

SEMPERE, A. M. **As relações entre políticas culturais e políticas educacionais**: para uma agenda comum". In: Teixeira Coelho. Cultura e educação. São Paulo: Iluminuras, 2011.

SILVA, Adriana Maria dos Santos Almeida Soares. **O contributo do Plano Nacional de Leitura para a formação de leitores no 1º ciclo do Ensino Básico**. Dissertação (Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico) - Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, 2015.

SILVA, E. V.; MORAES, F. O. Biblioteca escolar como espaço de reinvenções curriculares. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.brapi.inf.br/v/a/21395>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SILVA, Fernanda Claudia Lückmann da; ALVES, Gisele; VIAPIANA, Noeli. Informatização da rede de bibliotecas da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. **Revista ACB**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 211-222, mar. 2008. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/549/674>>. Acesso em: 12 dez. 2017.



SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. **ACB**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez. 2011. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000011635/02815a1ae37b693fa9677068f08b39ab>>. Acesso em: 25 set. 2017.

SILVA, Lilian Lopes Martin da; FERREIRA, Norma Sandra de Almeida; SCORSI, Rosalina de Ângelo. Formar leitores: desafios da sala de aula e da biblioteca escolar. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p.49-67.

SILVA, R. J. **Biblioteca escolar e a formação de leitores**: o papel do mediador de leitura. Eduel: Londrina, 2010.

SILVA, T. E. Ação cultural e biblioteca pública: algumas questões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 1991, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991. p. 60-64. Disponível em: <[http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/14827/1/AcaoCultural\\_e\\_BibliotecaPub.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/14827/1/AcaoCultural_e_BibliotecaPub.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2017.

SILVA, W. C. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUTO, S. M. O. **O profissional da informação frente às tecnologias do novo milênio e às exigências do mundo do trabalho**. Salvador: Cinform, 2003. Disponível em: [http://www.cinform-antiores.ufba.br/iv\\_anais/frames.html](http://www.cinform-antiores.ufba.br/iv_anais/frames.html). Acesso em: 22 set. 2017.

SOUSA, L. C. S. Biblioteca escolar como suporte informacional no processo de ensino e aprendizagem para os alunos do proeja. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/16032>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, 16, 2006.

SOUZA, R. J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 49- 67.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Funções da biblioteca escolar. **Cadernos do CED**, v. 4, n. 10, 1987 p. 67-80. TARGINO, Maria das Graças. Quem é o profissional da informação? *Transinformação*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 61-69, 2000.

SUAIDEN, Emir J. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995. 112 p.

TOMAÉL, M. I. Redes de conhecimento. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, abr. 2008. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/abr08/Art\\_04.htm#Autor](http://www.dgz.org.br/abr08/Art_04.htm#Autor). Acesso em: 2 set. 2017.

TOMAÉL, M. I. **Redes de conhecimento**: o compartilhamento da Informação e do conhecimento em consórcio de exportação do setor moveleiro. 2005. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós em Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

TOMAEL, Maria Inês. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 10, n. 1/2, dez. 2005. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1611>>. Acesso em: 09 out. 2017. doi:10.5433/1981-8920.2005v10n1/2p.

VARELA OROL, C.; GARCÍA MOLERO, L. A.; GONZÁLEZ GUITIAN, C. Redes de biblioteca. **Boletín de la ANABAD**, v. 38, n. 1-2, p. 215-242, 1988. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/904109.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

VEIGA, I. et al. **Lançar a rede de bibliotecas escolares**. Lisboa: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <[http://www.rbe.mec.pt/np4/file/94/lançar\\_rbe.pdf](http://www.rbe.mec.pt/np4/file/94/lançar_rbe.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2017.

VIANA, L., PIERUCCINI, I.. **Bibliotecas escolares**: políticas públicas para a criação de possibilidades. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 8, dez. 2015. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/202>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

VIANNA, M. M.; CARVALHO, N. G. M. & SILVA, R. M. Entre luz e sombra...: uma revisão de literatura sobre biblioteca escolar. I Seminário de Biblioteca Escolar, promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998. Belo Horizonte. Disponível em <http://www.eci.ufmg.br/gebe/>. Acesso em: nov. 2017.

VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. **O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados**. 2016. 344f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa.2016.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. Formação profissional do bibliotecário. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 84-103, 2008.

XAVIER, Jorge Barreto. **A cultura na vida de todos os dias**. Porto: Porto Editora, 2016.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

YUNES, Eliana. Era uma vez a leitura... In: MARQUES NETO, J. C. **PNLL**. Textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.153.





# ANEXOS

# ANEXO 1

## Candidatura 2018

### Aviso de abertura

### Integração

Candidatura destinada a integrar na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) escolas básicas, secundárias, profissionais e artísticas do subsistema de ensino público.

### Procedimento de candidatura

As escolas deverão preencher e submeter o formulário de candidatura a partir do Sistema de informação da RBE, disponível em WWW: <URL: <https://www.rbe.mec.pt/si>>, e enviar, de acordo com os procedimentos definidos, a documentação complementar solicitada no questionário.

### Prazo

O procedimento de candidatura decorre de 23 de outubro a 07 de dezembro de 2017.

### CrITÉRIOS de seleção

A *Candidatura 2018* perspetiva o desenvolvimento das bibliotecas escolares, tendo em consideração a dimensão e características de cada concelho, por forma a consolidar a rede concelhia de bibliotecas. Considerando a rede escolar nacional e o alargamento das competências dos municípios no domínio da educação, é fundamental o envolvimento da autarquia e dos agrupamentos/ escolas no processo de planeamento e instalação de novas bibliotecas escolares.

Assim, os projetos deverão ter em conta a rede escolar, de forma a rentabilizar os investimentos, as políticas de cooperação, a gestão integrada dos recursos, nomeadamente os documentais, através da partilha e circulação de fundos, com vista à melhoria efetiva da qualidade dos serviços a prestar.

A seleção das escolas será efetuada com base na análise da informação solicitada no formulário de candidatura e na documentação complementar.

Constituem critérios de seriação das candidaturas:

#### Escolas Básicas do 1º Ciclo com ou sem Jardim de infância:

- Espaço exclusivo e adequado à instalação da biblioteca, com área igual ou superior a 50m<sup>2</sup>;
- Número mínimo de 130 alunos;
- Existência de uma equipa de gestão que integre o(s) professor(es) bibliotecário(s) e outros docentes;
- Participação do professor bibliotecário no plenário do Conselho Pedagógico ao abrigo da alínea j) do ponto 2 do articulado 3º da Portaria 192-A/2015 de 29 de junho;
- Gestão articulada dos serviços de biblioteca do agrupamento e participação efetiva da autarquia no processo de criação, acompanhamento e desenvolvimento da rede concelhia de bibliotecas;
- Aplicação do *Modelo de avaliação da biblioteca escolar 2016/ 2017*;
- Atualização da informação relativa às bibliotecas do agrupamento – bases de dados 2017 e 2018.

#### Escolas Básicas dos 2º e 3º ciclos e Escolas Secundárias

- a) Espaço exclusivo e adequado à instalação da biblioteca, com área igual ou superior a 150m<sup>2</sup>;
- b) Número mínimo de 250 alunos;
- c) Existência de uma equipa de gestão que integre o(s) professor(es) bibliotecário(s) e outros docentes;
- d) Participação do professor bibliotecário no plenário do Conselho Pedagógico ao abrigo da alínea j) do ponto 2 do articulado 3º da Portaria 192-A/2015 de 29 de junho;
- e) Gestão articulada dos serviços de biblioteca do agrupamento e participação efetiva da autarquia no processo de criação, acompanhamento e desenvolvimento da rede concelhia de bibliotecas;
- f) Aplicação do *Modelo de avaliação da biblioteca escolar*, 2016/ 2017;
- g) Atualização da informação relativa às bibliotecas do agrupamento – bases de dados 2017 e 2018.

#### Escolas Profissionais e Artísticas

- a) Espaço exclusivo e adequado à instalação da biblioteca, com área igual ou superior a 50m<sup>2</sup>;
- b) Número mínimo de 100 alunos;
- c) Existência de um coordenador com horário semanal para trabalho na biblioteca;
- d) Gestão articulada do serviço de biblioteca, de acordo com os princípios do Programa RBE.

#### Resultados da candidatura

A lista das escolas selecionadas será divulgada no portal da Rede Bibliotecas Escolares, disponível em WWW: <URL: <http://www.rbe.mec.pt/np4/candidatura2018.html>>.

Posteriormente, os agrupamentos/ escolas receberão do Gabinete RBE um parecer técnico relativo ao processo de integração da biblioteca e à execução do financiamento atribuído.

#### Informações

Mais informações sobre o procedimento de candidatura poderão ser solicitadas, por correio eletrónico, para [candidatura2018@mail-rbe.org](mailto:candidatura2018@mail-rbe.org).

■

## ANEXO 2

4518-(2)

Diário da República, 1.ª série — N.º 124 — 29 de junho de 2015

### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

#### Portaria n.º 192-A/2015

de 29 de junho

O Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, lançado em 1997, abrange hoje mais de duas mil e quatrocentas bibliotecas escolares, do 1.º ciclo ao ensino secundário. Nos últimos anos investiu-se em instalações, equipamentos, recursos documentais e na formação de recursos humanos para estas bibliotecas.

Importa agora consolidar o desenvolvimento de redes concelhias de bibliotecas, em articulação com as respetivas autarquias e bibliotecas públicas, para alargar de forma substancial a rede de bibliotecas escolares.

Importa igualmente garantir que a biblioteca escolar se constitui como suporte fundamental não só para as atividades letivas mas também para o desenvolvimento de projetos pedagógicos bem como para a promoção de outras atividades complementares e de interação com a comunidade, garantindo a integração das suas atividades nos projetos educativos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Neste contexto, impõe-se, pois, a revisão e atualização do regime jurídico estabelecido pela Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho, na sua redação atual, de designação de docentes para a função de professor bibliotecário nos agrupamentos ou escolas não agrupadas, o modo de designação de docentes que constituem a equipa da biblioteca escolar, as regras concursais aplicáveis às situações em que se verifique a inexistência, no agrupamento de escolas ou nas escolas não agrupadas, de docentes a afetar para as funções de professor bibliotecário e, por último, as regras de designação de docentes para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares.

Assim, no uso das competências delegadas pelo Ministro da Educação e Ciência, através do Despacho n.º 4654/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 3 de abril de 2013, e do Despacho n.º 14215/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 228, de 25 de novembro de 2014:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar e pelo Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, o seguinte:

#### CAPÍTULO I

##### Disposições gerais

###### Artigo 1.º

###### Objeto

1 — A presente portaria estabelece:

a) As regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário nos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, assim como o modo de designação de docentes que constituem a equipa da biblioteca escolar;

b) As regras concursais aplicáveis às situações em que se verifique a inexistência, no agrupamento de escolas e escolas não agrupadas, de docentes a serem designados para as funções de professor bibliotecário;

c) As regras de designação de docentes para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares.

###### Artigo 2.º

###### Designação de professores bibliotecários

Em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada deve ser designado para o exercício da função de professor bibliotecário um ou mais docentes, independentemente do

ciclo ou nível de ensino, grupo de recrutamento ou área de formação a que pertençam, tendo em conta a tabela constante do Anexo I da presente portaria e que dela faz parte integrante.

###### Artigo 3.º

###### Conteúdo funcional

1 — Ao professor bibliotecário cabe, com apoio da equipa da biblioteca escolar, a gestão da biblioteca da escola não agrupada ou do conjunto das bibliotecas das escolas do agrupamento.

2 — Sem prejuízo de outras tarefas a definir em regulamento interno, compete ao professor bibliotecário:

a) Assegurar o serviço de biblioteca para os alunos do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada;

b) Promover a articulação das atividades da biblioteca com os objetivos do projeto educativo do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e dos planos de turma;

c) Assegurar a gestão dos recursos humanos afetos à(s) biblioteca(s);

d) Garantir a organização do espaço e assegurar a gestão funcional e pedagógica dos recursos materiais afetos à biblioteca;

e) Definir e operacionalizar uma política de gestão dos recursos de informação;

f) Apoiar as atividades curriculares e favorecer o desenvolvimento dos hábitos e práticas de leitura e das literacias da informação e dos média, trabalhando colaborativamente com todas as estruturas do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;

g) Apoiar atividades livres, extracurriculares e de enriquecimento curricular incluídas no plano de atividades ou projeto educativo do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;

h) Estabelecer redes de trabalho cooperativo, desenvolvendo projetos de parceria com entidades locais;

i) Implementar, anualmente, os procedimentos de avaliação dos serviços, definidos pelo Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares (GCRBE) em articulação com os órgãos de direção do agrupamento ou escola não agrupada;

j) Representar a biblioteca escolar, nos termos do regulamento interno.

3 — O docente que se encontra no exercício de funções de professor bibliotecário deve assegurar a lecionação de uma turma, sendo dispensado da componente letiva não utilizada nesta lecionação.

4 — Quando não for possível ao docente que se encontra no exercício de funções de professor bibliotecário lecionar uma turma, por se tratar de professor de carreira sem serviço letivo atribuído ou da educação pré-escolar ou do 1.º ciclo do ensino básico, deverá o docente utilizar 35 % da componente letiva a que está obrigado para apoio individual a alunos.

###### Artigo 4.º

###### Equipa da biblioteca escolar

1 — Em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada é criada uma equipa que coadjuva o(s) professor(es) bibliotecário(s), nos termos definidos no regulamento interno.

2 — Os docentes que integram a equipa da biblioteca escolar são designados pelo diretor do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada de entre os que dispõem



de competências nos domínios pedagógico, de gestão de projetos, de gestão da informação, das ciências documentais e das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

3 — Na constituição da equipa da biblioteca escolar, deve ser ponderada a titularidade de formação de base que abranja as diferentes áreas do conhecimento de modo a permitir uma efetiva complementaridade de saberes.

4 — O coordenador da equipa da biblioteca escolar é o professor bibliotecário ou, quando exista mais do que um, é designado pelo diretor do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada de entre os professores bibliotecários, tendo em conta a tabela constante do Anexo I da presente portaria.

## CAPÍTULO II

### Procedimento interno de designação

#### Artigo 5.º

##### Procedimento

1 — Nos termos da alínea *d*) do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 224/2009, de 11 de setembro, e 137/2012, de 2 de julho, e considerando os critérios constantes do Anexo I da presente portaria, cabe ao diretor do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada selecionar e designar, para as funções de professor bibliotecário, aqueles que, cumulativamente:

- a*) Sejam docentes de carreira de quadro de agrupamento de escolas ou de escola não agrupada ou outros docentes de carreira nele(a) colocados;
- b*) Possuam 4 pontos de formação académica ou contínua na área das bibliotecas escolares, de acordo com o Anexo II da presente portaria e que dela faz parte integrante;
- c*) Possuam 50 horas de formação académica ou contínua na área das TIC ou certificação de competências digitais;
- d*) Disponham de experiência profissional na área das bibliotecas escolares;
- e*) Manifestem interesse em desempenhar as funções de professor bibliotecário.

2 — Para o desempenho das funções de professor bibliotecário é designado o docente que, reunindo os requisitos previstos no número anterior, possua a pontuação mais elevada, de acordo com a fórmula prevista no n.º 2 do artigo 11.º

3 — A designação ou recondução do professor bibliotecário deve ser devidamente fundamentada.

#### Artigo 6.º

##### Prazo do procedimento

O processo de designação previsto no artigo anterior é desencadeado e finalizado internamente pelos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, até 20 de junho.

#### Artigo 7.º

##### Inexistência de docentes a designar

No caso de o diretor verificar, após a conclusão do procedimento previsto nos artigos anteriores, que não dispõe de docentes que possam exercer as funções de professor bibliotecário, deverá dar conhecimento à Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE), indicando o número de docentes a designar para aquelas funções, considerando os limites constantes do Anexo I da presente portaria.

## CAPÍTULO III

### Procedimento de recrutamento externo ao agrupamento de escolas ou escola não agrupada

#### Artigo 8.º

##### Procedimento concursal

1 — Sempre que se verifique a inexistência de docentes de carreira de agrupamentos de escolas ou de escolas não agrupadas que satisfaçam os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 5.º, o agrupamento de escolas ou escola não agrupada abre, até 1 de julho, um procedimento concursal destinado ao recrutamento de professor bibliotecário.

2 — Para esse efeito, é constituído pelo diretor um júri composto por três elementos, o qual é presidido pelo próprio diretor, ou por membro da direção em quem este delegar, e por dois professores por si designados, de entre os docentes de carreira do quadro de agrupamento de escolas ou de escola não agrupada.

#### Artigo 9.º

##### Publicitação do concurso

1 — O concurso previsto no artigo anterior é publicitado na página eletrónica de cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada até ao dia 1 de julho.

2 — Da publicitação referida no número anterior devem constar:

- a*) Os prazos para a apresentação das candidaturas, seleção e publicitação dos resultados, a qual deverá decorrer até ao dia 15 de julho;
- b*) Os requisitos gerais e específicos de admissão a concurso;
- c*) A indicação do número de lugares a serem preenchidos;
- d*) Os critérios de seleção para o exercício de funções de professor bibliotecário.

3 — É publicitada na página eletrónica da DGAE uma lista com as escolas que abrirão concurso de recrutamento externo até ao dia 1 de julho.

#### Artigo 10.º

##### Candidatura

1 — Podem ser opositores ao concurso os docentes de carreira, do Ministério da Educação e Ciência (MEC) e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores (RA), que disponham de formação em qualquer das áreas previstas no Anexo II da presente portaria.

2 — A candidatura é apresentada nos termos e prazos estipulados por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, conforme definido no artigo anterior.

3 — Os candidatos remetem ao agrupamento de escolas ou escola não agrupada, no decorrer do prazo da candidatura, os documentos comprovativos dos elementos referidos no n.º 3 do artigo seguinte.

#### Artigo 11.º

##### Lista de classificação final

1 — Após a análise das candidaturas e respetiva documentação, o júri elabora e publica na página eletrónica do seu agrupamento de escolas ou escola não agrupada a lista final dos candidatos ordenada por ordem decrescente da

classificação obtida em resultado da aplicação da fórmula prevista nos números seguintes.

2 — Com vista à seleção dos candidatos a designar para as funções de professor bibliotecário, é ponderada a seguinte fórmula:

$$A + B + C = \text{total de pontos}$$

3 — Para cálculo da fórmula enunciada no número anterior, considera-se:

A: o número de pontos obtidos nos termos previstos no Anexo II da presente portaria;

B: 3 pontos por cada ano letivo de desempenho no cargo de professor bibliotecário ou coordenador de biblioteca escolar, integrada ou não na RBE, elemento das equipas que nas direções de serviços regionais de educação desenvolvem funções de apoio às bibliotecas escolares, coordenador interconcelhio da RBE ou membro do Gabinete Coordenador da RBE;

C: 1 ponto por cada ano letivo de exercício de funções em equipa(s) de coordenação de bibliotecas escolares dos agrupamentos de escolas ou das escolas não agrupadas.

4 — A atribuição das pontuações previstas no número anterior é efetuada de acordo com a análise dos documentos entregues pelos docentes no decorrer do prazo de candidatura.

5 — Após a aplicação da fórmula, se se verificar a existência de docentes com a mesma pontuação, tem preferência o candidato que obteve maior pontuação, de forma sucessiva, nos pontos A, B ou C do n.º 3 do presente artigo.

6 — Os docentes com a pontuação total mais elevada, resultante da aplicação da fórmula prevista no n.º 2, são designados pelo diretor do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada para o exercício de funções de professor bibliotecário, tendo em consideração os limites previstos no Anexo I da presente portaria.

7 — Da lista final de classificação, cabe recurso hierárquico, sem efeito suspensivo, a interpor no prazo de cinco dias úteis a contar do dia seguinte à divulgação da lista prevista no n.º 1, para o Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

8 — O agrupamento de escolas ou a escola não agrupada deverá comunicar à DGAE o nome dos docentes que, em resultado do procedimento de seleção, exercerão as funções de professor bibliotecário, em sede de aplicação própria e a disponibilizar para o efeito.

#### CAPÍTULO IV

##### Coordenação interconcelhia das bibliotecas escolares

###### Artigo 12.º

###### Coordenador interconcelhio das bibliotecas escolares

1 — Os coordenadores interconcelhios das bibliotecas escolares (CIBE) constituem o elo de ligação entre o GCRBE e as escolas e, sediados na escola a que pertencem, coordenam um número de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a definir pelo GCRBE.

2 — O número de CIBE e a regulamentação da respetiva atividade é definido por despacho do membro do Governo responsável pela área da Educação.

3 — O coordenador interconcelhio das bibliotecas escolares é designado, sob proposta do GCRBE, pelo diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada a que o docente pertence.

4 — Os CIBE podem desempenhar simultaneamente a função de professor bibliotecário no agrupamento de escolas ou escola não agrupada a cujo quadro pertencem.

#### CAPÍTULO V

##### Disposições finais

###### Artigo 13.º

###### Duração da designação

1 — A duração da designação para o exercício de funções de professor bibliotecário selecionado internamente é de quatro anos, podendo ser renovado por igual período.

2 — A renovação efetua-se desde que haja interesse do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada e a concordância expressa do docente e ainda que este reúna um mínimo de 4 pontos em formação na área das bibliotecas escolares, de acordo com o n.º 3 do artigo 11.º

3 — O exercício da função de professor bibliotecário em mobilidade é anual, podendo ser renovado até três vezes, desde que haja interesse do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada e a concordância expressa do docente e ainda que este reúna um mínimo de 4 pontos em formação na área das bibliotecas escolares, de acordo com o n.º 3 do artigo 11.º

4 — Os docentes de carreira integrados na rede pública do MEC, designados para as funções de professor bibliotecário na sequência do procedimento concursal previsto no artigo 11.º são destacados para o(a) agrupamento de escolas ou escola não agrupada ao abrigo do artigo 68.º, alínea a), do Estatuto da Carreira Docente (ECD), na sua redação atual.

5 — Os docentes de carreira integrados na rede pública das RA, designados para as funções de professor bibliotecário na sequência do procedimento concursal previsto no artigo 11.º são requisitados para o(a) agrupamento de escolas ou escola não agrupada ao abrigo do artigo 67.º, n.º 3, do ECD, na sua redação atual, aplicável por força do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 23/2009, de 21 de maio.

6 — Cessada a designação para o cargo, nas situações previstas nos números anteriores, o docente regressa ao quadro de origem a que pertence, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 69.º do ECD, na sua redação atual.

###### Artigo 14.º

###### Ausência de docentes a designar

1 — Findo o procedimento concursal, caso se verifique a inexistência de docentes para desempenhar as funções de professor bibliotecário, o diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada designa um docente de carreira do quadro desse agrupamento de escolas ou da escola não agrupada que considere possuir perfil adequado.

2 — Nos casos previstos no número anterior, o professor bibliotecário exerce funções até ao final do ano letivo em que é designado.

###### Artigo 15.º

###### Formação contínua

1 — Em cada dois anos do exercício do cargo de professor bibliotecário, este deverá fazer um mínimo de 25 horas de formação contínua em bibliotecas escolares ou em TIC.

2 — Ao longo de cada período de quatro anos de exercício do cargo, o professor bibliotecário deverá fazer um mínimo de 50 horas de formação contínua, das quais 25 horas em bibliotecas escolares.

3 — As ações de formação contínua realizadas por professores bibliotecários na área das bibliotecas escolares e acreditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC), são incluídas na dimensão científica e pedagógica.

#### Artigo 16.º

##### Situações especiais

1 — Nos anos de concurso nacional de professores em lugar de quadro, o procedimento interno de designação deverá iniciar-se após as colocações do concurso nacional, devendo o procedimento de recrutamento externo iniciar-se nos 10 dias seguintes e encerrar nos 15 dias subsequentes.

2 — Nos anos de concurso nacional de professores em lugar de quadro, só pode haver lugar à renovação prevista no n.º 3 do artigo 13.º, depois de considerados os resultados do concurso nacional.

#### Artigo 17.º

##### Revogação

São revogadas as Portarias n.ºs 756/2009, de 14 de julho, 558/2010, de 22 de julho, 76/2011, de 15 de fevereiro, e 230-A/2013, de 19 de julho.

#### Artigo 18.º

##### Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Em 29 de junho de 2015.

O Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, *João Casanova de Almeida*. — O Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, *Fernando José Egídio Reis*.

#### ANEXO I

	Número de Bibliotecas RBE	Número Total de Alunos	Número de Professores Bibliotecários
Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas . . . . .	1 ou mais	Menos de 500	a) 1
	1 ou mais	500 ou mais	1
	2 ou mais	1250 ou mais	2
	3 ou mais	2200 ou mais	3

a) Afectação de 15 horas da componente letiva a que o docente está obrigado pelo disposto nos artigos 77.º e 79.º do ECD, para o exercício da função de professor bibliotecário.

#### ANEXO II

	Número de Pontos	Formação
Pontuações a atribuir a cursos superiores (Apenas deverá ser contabilizado o curso com a pontuação mais elevada).	35 Pontos	Grau académico de doutor, mestre ou pós-graduado na área de Gestão da Informação/Ciências da Informação/Ciências Documentais/Bibliotecas Escolares, obtido através da conclusão de um dos cursos divulgados anualmente pelo GCRBE.
	25 Pontos	Cursos de pós-licenciatura, portugueses ou estrangeiros reconhecidos em Portugal, de acordo com a lei em vigor, de qualificação para o exercício de outras funções educativas na área da comunicação educacional e gestão da informação.
	20 Pontos	Licenciatura em ciências da informação e da documentação, obtida pela conclusão dos cursos divulgados anualmente pelo GCRBE ou curso de qualificação para o exercício de outras funções educativas na área da comunicação educacional e gestão da informação (licenciatura).
	10 Pontos	Grau académico de doutor, mestre ou pós-graduado em áreas relevantes para o desempenho do cargo, embora não específicas da biblioteconomia, obtido através da conclusão de um dos cursos divulgados anualmente pelo GCRBE ou curso de Técnicos Profissionais de Biblioteca e Documentação e de Arquivo ou Curso Theka — projeto Gulbenkian de formação de professores para o desenvolvimento de bibliotecas escolares.
Pontuações a atribuir, cumulativamente, a ações de formação contínua (Cada formação apenas deverá ser contabilizada uma vez).	1 Ponto	Cada 25 horas de formação contínua creditada na área das bibliotecas escolares ou 25 horas de formação certificada pela Biblioteca Nacional ou 25 horas de formação certificada pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.